

CONFLITOS NO
CAMPO
BRASIL
2009



expressão
POPULAR

Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2009

É uma responsabilidade da Secretaria Nacional da CPT

Rua 19, no 35, 1 andar – Centro - 74030-090
Caixa Postal 749 - 74001-970
Goiânia-GO
Fone: (062) 4008-6466 Fax: (062) 4008-6405
Endereço eletrônico: cpt@cptnacional.org.br
Sítio: www.cptnacional.org.br

Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado à Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, Pastorais Sociais da CNBB.

A CPT é membro da **Pax Christi Internacional** e da **Right Livelihood Foundation**

Goiânia, abril de 2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C748 Conflitos no campo Brasil 2009 / CPT; Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski.— São Paulo: Expressão Popular, 2010.
200p : fotos, mapas., tabelas.

Vários autores.
Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>
ISBN 978-85-77431-50-2

1. Violência no campo. 2. Conflitos no campo. 3. Reforma Agrária. I. Canuto, Antonio, coord. II. Luz, Cássia Regina da Silva, coord. III. Wichinieski, Isolete, coord.
IV. Comissão Pastoral da Terra. V. Título.

CDD 303.6
307.7

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Coordenação da CPT

Ladislau Biernaski – Presidente
Enemézio Ângelo Lazzaris – Vice-presidente
Dirceu Luiz Fumagalli
Edmundo Rodrigues Costa
Flávio Lazzarin
Hermínio Canova
Isolete Wichinieski
Lucimere da Silva Leão

Documentalistas CPT Nacional

Cássia Regina da Silva Luz
Inez Ethne Gontijo Neiva
Múria Carrijo Viana

Documentalistas Regionais

Maria Clara Ferreira Motta / Auriédia Marques da Costa - Amazonas
Anna Maria Rizzante Gallazzi – Amapá
Célio Lima Silva – Acre
Lucimone Maria de Oliveira – Goiás
Eliana Santos Costa – Mato Grosso
Renata Costa César de Albuquerque – Nordeste (AL, PB, PE e RN)
José Valmezi de Souza – Santa Catarina
Cristiane Coradin / Eber Cristian Dartora – Paraná
Luiz Antônio Pasinato – Rio Grande do Sul
Dácio Alves Pereira / Edmundo Rodrigues Costa – Araguaia/Tocantins
Ana Paula dos Santos Alves / Nayara Cristina Cendon – Minas Gerais
Marcos Lemke / José Iborra Plans – Rondônia
Maria Alves Lima – Ceará
Inaldo da Conceição V. Serejo - Maranhão
Roselei Bertoldo / Gregório F. Borges – Piauí
Raimunda Regina Ferreira Barros – Pará
Roberto Carlos de Oliveira – Mato Grosso do Sul
Roseilda Cruz da Conceição – Bahia
Juvenal Rocha / Ines de Fátima Polidoro – Rio de Janeiro
Ana Miranda Costa - Espírito Santo

Assessoria

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Geógrafo – Unesp

Assessoria Administrativa

Marisa Soares da Silva
Elídia Morais Aguirre

Programa DATACT

Fabiano de Moura Parente - Analista de Sistema – Universidade Salgado de Oliveira
Erli Gonçalves Pinheiro Júnior – Consultor de Informática

Revisão

Secretaria Nacional

Diagramação:

Vivaldo da Silva Souza

Seleção de fotos

Cristiane Passos

Organização e seleção de documentos

Alline Barboza de Abreu
Gelza G. Melo
Jean Ann Bellini
Lucas Tadeu Duarte Martins
Maria Joana Poletto
Soledade Sousa de Almeida
Thays P. Oliveira

Apoio:

EED Evangelischer Entwicklungsdienst
Fundação Eugen Lutter
Solidaridad
Pão para o Mundo

Há 25 anos

No dia 24 de julho de 1985,
o missionário italiano, **Pe. Ezequiel Ramin**,
em plena juventude, foi assassinado
em Cacoal - RO

Seu compromisso pastoral o identificava com os espoliados
- indígenas e camponeses - da Amazônia brasileira.
“A vocês pertence a minha vida e a vocês também pertencerá a minha morte”,
dizia às comunidades que atendia.

No dia 23 de outubro de 1985,
em frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde,
tombava o seu presidente
Nativo da Natividade
Contra os sindicatos pelegos,
por onde passava defendia um sindicalismo autêntico
que defendesse os trabalhadores e trabalhadoras.
Contrariou interesses de fazendeiros e políticos que decidiram eliminá-lo.

Ezequiel e Nativo
são parte da memória viva do povo do campo que resiste
e sonha com dias de fartura e paz!



SUMÁRIO

Testemunho e profecia.....	7
Apresentação	9
Metodologia.....	10
Tabela 1 - Comparação dos conflitos no campo - 2000 - 2009.....	16

Terra

A MP 458 e a contra-reforma agrária na Amazônia	18
<i>Ariovaldo Umbelino de Oliveira</i>	
Tabela 2 - Conflitos no Campo	27
Povos e comunidades tradicionais atingidos por conflitos de terra e atos de violência	64
<i>Alfredo Wagner Berno de Almeida</i>	
Tabela 3 - Violência contra ocupação e a posse (síntese)	72
Impactos da cadeia produtiva da cana	73
<i>Verena Glass</i>	
Tabela 4 - Conflitos por Terra (síntese).....	79

Água

Soberania empresarial versus soberania social.....	82
<i>Luis Fernando Novoa Garzon</i>	
Tabela 5 - Conflitos pela Água (síntese).....	88

Trabalho

Trabalho escravo: 25 anos de denúncia e fiscalização	90
<i>Xavier Plassat</i>	
Tabela 6 - Conflitos Trabalhistas (síntese).....	100
Crime, Castigo e Salvação.....	101
<i>Maurício Hashizume</i>	
O trabalho escravo e a crise das usinas no Norte Fluminense	106
<i>Paulo Alentejano</i>	

Violência contra a Pessoa

Tabela 7 - Violência contra a pessoa (síntese).....	108
A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos	109
<i>Carlos Walter Porto-Gonçalves e Paulo Roberto Raposo Alentejano</i>	
Tabela 8 - Assassinatos	118

A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça?	119
<i>Antonio Sergio Escrivão Filho, Darci Frigo e Terra de Direitos</i>	
Tabela 9 - Tentivas de Assassinato	127
A violência e a paciência combativa.....	129
<i>Egon Heck</i>	
Tabela 10 - Ameaçados de Morte	135

Manifestações

Os movimentos sociais em ação no campo	142
<i>Antônio Canuto</i>	
Tabela11 - Manifestações (síntese)	148
O Parlamento e a criminalização dos movimentos sociais agrários.....	149
<i>Sérgio Sauer</i>	

Notas emitidas pela CPT e outros documentos

Siglas dos Movimentos sociais, organizações e entidades.....	186
Fontes de Pesquisas	193
CPT no Brasil	199

Testemunho e profecia

O Conflitos no Campo Brasil, chamado internamente na CPT de Caderno de Conflitos, está fazendo bodas de prata. São 25 anos de missão testemunhal e profética a serviço dos pobres da terra, dando-lhes voz e vez diante da violência do latifúndio apoiado no poder público.

A publicação tornou-se uma referência. Graças à seriedade do trabalho verdadeiramente científico da equipe de documentação, ajudada por amigos mestres na pesquisa, na tabulação e na interpretação dos dados, tornou-se ele um instrumento aguardado a cada ano por muitas entidades, até mesmo pelo próprio governo.

Até quando vai ser preciso registrar os conflitos no campo e elaborar o Caderno? Dom Casaldáliga responde com sabedoria: “Enquanto for preciso publicar um relatório anual de conflitos no campo, não haverá paz nem no campo, nem na cidade”.

O conteúdo do Caderno é, na sua maioria, de tabelas e gráficos. “A tabela, diz o professor Alberto Moreira, esconde o rosto, oculta os olhos, não mostra a história. Quanta espera, angústia, talvez ódio e desejo de vingança, não estão aí, espremidos e amordaçados nestes números?” E ainda acusam a CPT da morbidez de estar sempre à procura de mais conflitos...

Testemunho. O Caderno é respeitado pelo seu caráter de testemunha. Esta é justamente a peça surpresa que a violência não esperava, pois conta sempre com a impunidade que se vale do esconderijo do quase deserto territorial. Ora a CPT tem agentes-testemunhas em todos os Estados. Além disso recolhe criteriosamente notícias aparecidas na Imprensa, as das entidades e até aquelas produzidas pelo governo. “Meu patrão é muito bom”, dizia o gerente da fazenda da bacia do Madeira. “Ele poderia mandar matar estes poucos índios isolados e não teria nenhum problema com a interdição da

sua terra”. Só que os membros do CIMI, as testemunhas, já tinham notícia destes índios há mais tempo e estavam de olho no fazendeiro.

Um fato está comprovado. Há muito mais conflitos do que o que se pode registrar. Ponham isso na conta da fragilidade da CPT, da imprensa que só noticia os grandes incidentes e do fato da violência no campo ir virando coisa normal. O Caderno é, pois, um pálido retrato da realidade. No caso, por exemplo, do trabalho escravo, para cada caso flagrado, outros quatro nunca chegarão ao conhecimento público. Mas não é só no escondido da floresta amazônica que se dá a opressão escrava capitalista. No progressista estado de São Paulo, o tratamento infra-humano dado aos cortadores de cana acontece da forma mais descarada. Portanto, o que aqui vai registrado, apesar de chocante, não representa nem a metade do que acontece no campo. Os fatos testemunhados não são neutros, ao contrário, são muito polêmicos. Por isso há tentativas de “queima de arquivos”. E a CPT tem agentes seus na mira dos adversários e alguns agentes hoje acobertados em razão do direito e da lei de proteção às testemunhas.

Profecia. A outra importante contribuição do Caderno é a interpretação dos dados dos conflitos e a leitura de suas causas. Procura entender a política que está por trás de tudo. O professor Carlos Walter Porto Gonçalves introduziu a preocupação com a geografia dos conflitos. Comparando e ponderando o número de conflitos com o número de habitantes na zona rural de cada estado trouxe à tona a importante constatação de que o aumento da violência está em função do desenvolvimento do agronegócio. A violência não acontece, pois, só nas áreas do atraso, acontece, sobretudo, nos centros mais progressistas do país. Através da maior ou menor incidência de conflitos pode-se ver claramente a política que está acontecendo no país. Conflitos no Campo Brasil, portanto, não são apenas tabelas e gráficos. São comentários científicos, são manifestações campone-

sas, são notas proféticas do dia a dia. Há repetidas denúncias do evidente caráter neo-liberal da política governamental, que privilegia generosamente o agronegócio, permite o seu avanço devastador sobre os biomas, trata cruelmente os lavradores, toma-lhes as terras de variados plantios destinados à mesa da soberania alimentar do brasileiro e impõe a monocultura da concentração fundiária e da exportação em vista do lucro nas mãos de poucos. O bioma Cerrado, de 67 milhões de anos, foi tratado, com descaço, pelo porta-voz de Lula, como “cerradinho” que tem de ceder lugar à soja.

Se por um lado o avanço do capital deixa um rastro de destruição por onde passa, as mãos do povo das comunidades indígenas e de outras muitas comunidades tradicionais, da natureza tiram o que ela prodigamente lhes proporciona e defendem e recuperam o ambiente em que vivem.

Conflitos no Campo Brasil denuncia ainda a onda de criminalização das organizações camponesas, que se viram sozinhas numa desigual correlação de forças no enfrentamento do gigantesco bloco do judiciário, do executivo, das CPIs do legislativo, comandadas pela bancada ruralista e o empresariado rural, com toda a cobertura da Mídia com sua influência sobre a opinião pública.

Os fatos denunciados nestes vinte e cinco anos de sofrimento, de dor, de morte e de luto no campo, são, ao mesmo tempo, o anúncio eloqüente da resistência, do heroísmo das conquistas camponesas e da indefectível esperança de ressurreição e de vida.

Esta leitura de morte e de vida precisa ser feita em todos os acontecimentos relatados nestas páginas, ao longo destes anos. Alguns fatos hão de chamar a atenção pela sua exemplaridade. É inesquecível o testemunho do sr. Luís, de 92 anos, integrando a marcha dos sem-terra, de 1.200 km do Rio a Brasília; de Irmã Dorothy, cuja vida inteiramente doada ao povo da terra foi finalmente consagrada pelo martírio; de Francisco Anselmo Gomes de Barros, o Francelmo, que, antes de consumir no fogo a oblação total de sua vida, proclamou: “Já que não temos voto para salvar o Pantanal, vamos dar a vida para salvá-lo”. São incontáveis os profetas da terra e das águas, nomeados na publicação ou anônimos, homens e mulheres admiráveis, verdadeiros construtores e construtoras da Paz no campo com Justiça, construtores de um outro Brasil.

Dom Tomás Balduino

Apresentação

Estamos entregando à sociedade brasileira mais uma edição do Conflitos no Campo Brasil. A 25ª. Número simbólico de uma longa caminhada, acompanhando os povos do campo, espoliados de suas terras, de sua liberdade e de sua cidadania submetidos a agressões de todo o tipo, inclusive a morte.

Um olhar retrospectivo sobre os registros que a CPT fez durante estes 25 anos nos é apresentado pelos professores Carlos Walter Porto-Gonçalves e Paulo Roberto Raposo Alentejano. Segundo eles os dados revelam “o caráter extremamente conflituoso e violento do modelo agrário-agrícola em desenvolvimento no Brasil nesses últimos 25 anos (1985-2009) e que revela a face oculta do tão decantado agronegócio.” Frei Xavier Plassat, coordenador da Campanha Nacional da CPT contra o Trabalho Escravo, olha os 25 anos de acompanhamento dos trabalhadores submetidos à degradação do trabalho escravo.

Esta 25ª edição não tem nada de comemorativo, pois os conflitos envolvendo camponeses e trabalhadores do campo e a violência não só permanecem, mas crescem conforme indicam os dados de 2009.

Neste ano houve aumento tanto do número total de conflitos – por terra, água, trabalhistas – 1.184, contra 1.170, em 2008, quanto em relação especificamente aos conflitos por terra, 854 em 2009, 751 em 2008.

Quanto à violência, o número de assassinatos recuou de 28, em 2008, para 25, em 2009. Outros indicadores, porém, cresceram, alguns exponencialmente. As tentativas de assassinato passaram de 44, em 2008, para 62, em 2009; as ameaças de morte, de 90, foram para 143; o número de presos aumentou de 168, para 204. Mas o que mais choca é o número de pessoas torturadas: 6, em 2008, 71, em 2009. O número de famílias expulsas cresceu de 1.841, para 1.884, e significativo foi o aumento do número de famílias despejadas de 9.077, para 12.388, 36,5%. Também elevou-se o número de casas, de roças destruídas, 163%, 233%. Em 2009, registrou-se 9.031 famílias ameaçadas pela ação de pistoleiros, contra 6.963, em 2008, mas 29,7%.

A violência, porém, não fez os movimentos do campo recuarem. Aumentou o número de ocupações de terra, 290 em 2009, 252 em 2008. Apesar de o número de acampamentos ter diminuído de 40, para 36, o número de pessoas envolvidas passou de 2.755 em 2008, para 4.176, em 2009. Uma média de 116 famílias por acampamento, quando em 2008, a média foi de 68.

Este incremento de conflitos e de violência inseriu-se num contexto nacional preocupante de crescente criminalização dos movimentos sociais tanto no âmbito do Poder Judiciário, quanto do Poder Legislativo, amplificada inúmeras vezes pelos grandes meios de comunicação social. No âmbito do Poder Judiciário destacou-se a figura do próprio presidente do Supremo Tribunal Federal, STF, Gilmar Mendes, que no início do ano saiu a público acusando os movimentos de praticarem ações ilegais e criticando o Poder Executivo de cometer ato ilícito por re-

passar recursos públicos para quem, segundo ele, pratica tais atos. Esta intervenção, certamente, serviu de suporte para o alto número de despejos, para o crescimento das prisões e de outras formas de violência, e forneceu munição para a bancada ruralista do Congresso Nacional criar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, CPMI, conhecida como CPMI do MST. Esta criminalização é analisada pelos companheiros da “Terra de Direitos”, em relação ao Judiciário e por Sérgio Sauer, em relação ao Legislativo. Uma orquestração bem montada buscou por todas as formas encurralar os movimentos do campo e deslegitimá-los diante da opinião pública.

O ano de 2009 foi marcado ainda por ações do Governo Federal que deixaram clara a prioridade dada ao capital para continuar se expandindo e avançando por novas áreas, em detrimento dos povos indígenas e das comunidades quilombolas e de outras comunidades tradicionais.

A grilagem de terras públicas da Amazônia foi sacramentada pelo MP 458, transformada rapidamente em Lei pelo Congresso Nacional. O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira analisa esta medida e mostra como a Amazônia Legal apresentou os números mais elevados de conflitos e de violência.

A construção de barragens, de modo particular a de Belo Monte, no rio Xingu, foi sendo enfiada pelo governo central goela abaixo da população, apesar de todos os estudos e manifestações em contrário. O professor Luis Novoa, mostra que também na Amazônia “se concentrou mais da metade das famílias arroladas em conflitos por água em 2009, número que tende a aumentar”.

Mas neste ano os indígenas conquistaram uma grande vitória com o reconhecimento definitivo pelo Supremo Tribunal Federal da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Mas como diz Egon Heck, “vitória sim, mas que deixou um gosto amargo, para os demais povos indígenas, especialmente do Mato Grosso do Sul, concretizadas nas malfadadas “19 condicionantes”, que têm se transformado no cadafalso com o qual tentam impedir a vida e a terra de povos indígenas, especialmente neste estado”. O professor Alfredo Wagner analisa os conflitos e a violência que atingem as comunidades tradicionais.

Dadas as denúncias da exploração do trabalho no setor sucroalcooleiro, inclusive com trabalho escravo, para melhorar a imagem do setor no exterior e facilitar a comercialização do etanol, foi firmado, também em 2009, o “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”, assinado por 331 Usinas. Como mostra Maurício Hashizume é um compromisso que está longe de ser cumprido. Com o mesmo objetivo foi lançado o Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar (ZAE), analisado por Verena Glass.

Isto tudo vai ser encontrado nesta histórica edição de Conflitos no Campo Brasil 2009.

A Coordenação Nacional

Metodologia

A CPT desde sua criação se defrontou com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Esta violência que saltava aos olhos começou a ser registrada sistematicamente já no final dos anos 1970. Desde 1985 os dados começaram a ser publicados anualmente em forma de Cadernos. Durante este tempo, o Setor de Documentação trabalhou intensamente no levantamento de dados da luta pela terra, pela resistência na terra, pela defesa e conquista dos direitos e em 2002 começou a registrar os conflitos pela água. A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre a questão agrária em âmbito nacional. Com este trabalho, a CPT formou uma das mais importantes bibliotecas com livros, cadernos, revistas, jornais e arquivos que tratam das lutas camponesas. A partir de 2008, este acervo começou a ser digitalizado.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e tem como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Por fidelidade “ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, é que a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra e da água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de Documentação.

A tarefa de documentar tem uma dimensão teológica, porque, de acordo com a história bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além dessa dimensão, outras dimensões levam a CPT a fazer estes registros. As dimensões: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética – porque a luta pela terra é uma questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política – porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista da história.

Pedagógica – porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica – porque todo o esforço e toda luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, ela existe para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, contra o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos. Trata-se de registrar a história da luta de uma classe que secularmente foi explorada, excluída e violentada.

Procedimentos

Os dados são obtidos por meio de pesquisas primária e secundária. As pesquisas primárias são feitas pelos agentes dos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional, em Goiânia. As pesquisas secundárias são realizadas através de levantamentos de informações e dados em jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições: movimentos sociais, sindicatos, partidos, órgãos governamentais e Igrejas; declarações e cartas assinadas e boletins de ocorrência. Essas são as fontes de nossos registros.

Quando os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a pesquisa primária realizada pelos Regionais. Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel, para evitar duplicações de dados, registra-se na última ação daquele conflito o maior número de famílias. No registro das manifestações que são prolongadas (marchas,

jornadas etc.), para contagem das pessoas participantes considera-se o número inicial de pessoas, somando as diferenças a maior, nos atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação, de modo que o número total dos participantes é igual à soma das pessoas nos atos, menos o número inicial.

Somente se registram os conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida. Conflitos agrários, muitas vezes graves, entre latifundiários ou outros agentes não são registrados. Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante o ano trabalhado.

As informações e os dados são organizados por meio de formulários temáticos do Datacpt – Banco de Dados dos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra - e são digitados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito é elaborado um histórico que reúne todas as informações que lhe são características.

Conceitos

O objeto de documentação e análise são conflitos e a violência sofrida.

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Os conflitos são catalogados em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo, e em anos anteriores foram registrados conflitos sindicais.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra

e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.

As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra.

Ocupações são ações coletivas das famílias sem terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social. Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.

Conflitos trabalhistas são ações de resistência dos trabalhadores assalariados que reivindicam aumento de salário e manutenção dos direitos. Também se referem a situações de sujeição, exploração e desrespeito à pessoa e aos direitos dos trabalhadores nas relações de trabalho.

Conflitos pela Água são ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc.

Conflitos em Tempos de Seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semi-árido.

Conflitos em áreas de garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas, grupos indígenas e o Estado.

Conflitos sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as in-

tervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Estes três últimos só são publicados quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito.

Além disso, são registradas as manifestações de luta e as diversas formas de violência praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões e outras.

Por Violência entende-se o constrangimento e ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

As Manifestações são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

Estrutura do Banco de Dados –

DATA CPT

Do Banco de Dados retiram-se tabelas específicas para a página eletrônica da CPT, bem como para a publicação anual impressa.

Tabelas disponibilizadas na página eletrônica:

1. Áreas em conflito, entendidas como situações ou lugares dos litígios. Nesta tabela constam o nome do imóvel, o número de famílias envolvidas e área em hectares.
2. Ocorrências de conflitos, constam detalhes do número de vezes que aconteceram ações de violência contra as famílias. Numa mesma área pode ter acontecido diversos fatos, em datas diferentes. Cada acontecimento é registrado como um conflito. Aqui, registra-se o tipo de proprie-

dade e sua respectiva situação jurídica, o número de famílias vítimas de despejo e expulsão – despejo acontece quando há retirada das famílias, via mandado judicial; expulsão quando a retirada das famílias se dá por ação privada; as vezes que as famílias tiveram bens destruídos durante as violências sofridas ou foram vítimas de ausência e ou falhas de políticas públicas. Por ausência e ou falhas de políticas públicas entende-se a falta de infraestrutura, de serviços básicos de educação, saúde, assistência técnica e crédito, a má gestão da política de assentamentos, como desvios de recursos, assentamentos em áreas inadequadas, redução de áreas de posseiros para implantação de assentamentos, não implementação dos procedimentos exigidos para se ter acesso a determinados benefícios.

3. Uma terceira tabela com as Ocupações de terra.
4. Uma quarta tabela com os acampamentos. É importante dizer que se registra apenas o ato de acampar do respectivo ano. Não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas no País.

Os dados das três últimas tabelas são somados na tabela síntese fechando o eixo Terra, denominada “Violência contra Ocupação e a Posse”.

Os conflitos pela água são reunidos numa tabela em que constam os seguintes registros: diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes que diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.

Os Conflitos trabalhistas compreendem os casos de trabalho escravo, superexploração e desrespeito trabalhista.

O Trabalho escravo tem como elemento essencial e central a sujeição do trabalhador, que pode ser física e ou psicológica. A dívida crescente e impagável tem sido um dos meios mais utilizados para tornar o trabalhador cativo. Em geral, ela começa com a contratação pelo “gato”, que paga a dívida do trabalhador na pensão e deixa um adiantamento para a família. A dívida aumenta durante o deslocamento até o local de trabalho, uma vez que o “gato” paga a condução e a alimentação durante os dias de viagem. Ao chegar, o peão é obrigado a comprar seus instrumentos de trabalho. No estabelecimento, quase sempre, vigora o “sistema de barracão”: obrigatoriamente o peão tem que comprar alimentos e objetos no armazém da empresa, onde vigoram preços exorbitantes. Não recebe em espécie, mas em vales a serem descontados no armazém. A quebra da palavra com referência ao valor da remuneração e das condições de trabalho, combinados no ato da contratação (quase sempre verbal) eleva consideravelmente a dívida inicial em termos de horas a trabalhar. A situação descrita já caracteriza suficientemente o trabalho escravo. Porém, existem situações agudas, onde se verifica a presença de pistoleiros ou vigias armados que impedem a saída ou mesmo a fuga dos trabalhadores dos estabelecimentos. Há ainda maus tratos, ameaças implícitas ou veladas, jornadas excessivas de trabalho, alimentação de péssima qualidade e insuficiente para repor as energias de um trabalhador adulto. Na maioria dos casos falta assistência médica (chegando ao cúmulo de terem que trabalhar doentes), o local de trabalho está isolado e ocorre apreensão de documentos pessoais.

As situações de superexploração que acontecem na esfera salarial, dizem respeito às situações em que as horas de trabalho não pagas pelo empregador excedem a taxa normal de exploração do trabalho.

Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia; o desrespeito trabalhista que tem como referência a legislação vigente e está ligado especialmente às condições de trabalho; e as ações de resistência que são ações de luta dos trabalhadores por conquista de direitos trabalhistas e referem-se às greves, ou outras formas de protesto.

Além das tabelas que registram os conflitos, uma outra série de tabelas e de informações descrevem a violência sofrida pelos trabalhadores.

Os tipos de violência estão assim registrados: tabelas de assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte e uma tabela síntese denominada Violência contra a Pessoa, em que além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões e ou detenções. Uma outra tabela apresenta o detalhamento da violência contra a pessoa, na qual além das informações acima constam ainda seqüestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

E por último, uma tabela onde estão registradas as manifestações de luta feitas pelos diferentes movimentos sociais ou outras organizações durante o ano.

Estrutura do Relatório Impresso

Os dados coletados e organizados pela CPT são publicados anualmente, desde 1985, em um relatório impresso que tem por título Conflitos no Campo Brasil. A partir de 2008, ele sofreu algumas alterações e ficou com a seguinte estruturação:

Quatro tabelas detalhadas e organizadas por estado em ordem alfabética e seis tabelas sínteses agrupadas nas cinco regiões geográficas definidas pelo IBGE.

TABELA 1 - Comparação dos Conflitos no Campo

É uma síntese do último decênio. Dispõe os dados de cada tema: terra, água, trabalho e outros (quando tem casos de conflitos em tempos de seca, garimpo, etc) e o total dos conflitos no campo brasileiro.

TABELA 2 - Conflitos no Campo Brasil

Esta tabela registra detalhadamente, os conflitos por terra, trabalhistas, água e outros se houver, com as seguintes informações: município, nome do conflito, data, número de famílias ou de pessoas envolvidas e um campo com informações específicas conforme o tema.

TABELA 3 - Violência contra a Ocupação e a Posse.

É a síntese da soma das ocorrências dos Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos por Estado, o número de famílias envolvidas, a área, o número de famílias expulsas, despejadas, ameaçadas de despejo, ou que sofreram tentativa ou ameaça de expulsão, o número de casas, roças e bens destruídos, além do número de famílias sob ameaça de pistoleiros.

TABELA 4 - Terra

Esta é uma síntese do eixo terra organizada em três blocos: Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos. Contém as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos por terra, ocupações, acampamentos, seguidas do número de famílias.

TABELA 5 - Água

Retrata a síntese dos conflitos pela água por Estado, com as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos e quantidade de famílias envolvidas.

TABELA 6 - Trabalho

Sintetiza os conflitos trabalhistas por Estado, com quatro blocos de informações: 1. Trabalho Escra-

vo: consta o número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou libertados, número de menores. 2. Superexploração: número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou resgatados, número de menores. 3. Desrespeito Trabalhista: número de trabalhadores na denúncia. Total: Soma dos conflitos trabalhistas e do número de trabalhadores envolvidos. 4. Ações de Resistência: registra-se o número de ocorrências e o número de pessoas envolvidas.

TABELA 7 - Violência contra a pessoa

Sintetiza o número das ocorrências registradas em Terra, Água, Trabalho, o número de pessoas envolvidas e as violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras: os assassinatos, as tentativas de assassinato, os mortos em consequência de conflitos, os ameaçados de morte, bem como os torturados, presos e agredidos.

TABELAS 8, 9 e 10 - Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaçados de morte

Contém as seguintes informações: município, nome do conflito, data, nome, quantidade, idade e categoria da vítima da violência.

TABELA 11 - Manifestações

Relatório síntese por Estado. Possui as seguintes informações: número de ocorrências e quantidade de manifestantes.

As tabelas vêm acompanhadas de textos de análise produzidos por professores de diferentes universidades e pelos agentes de pastoral da própria CPT, religiosos ou algum outro especialista na temática. A última parte do Conflitos no Campo reproduz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, ou outros documentos, sobre as diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos.

Organograma dos temas do DATA CPT

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.

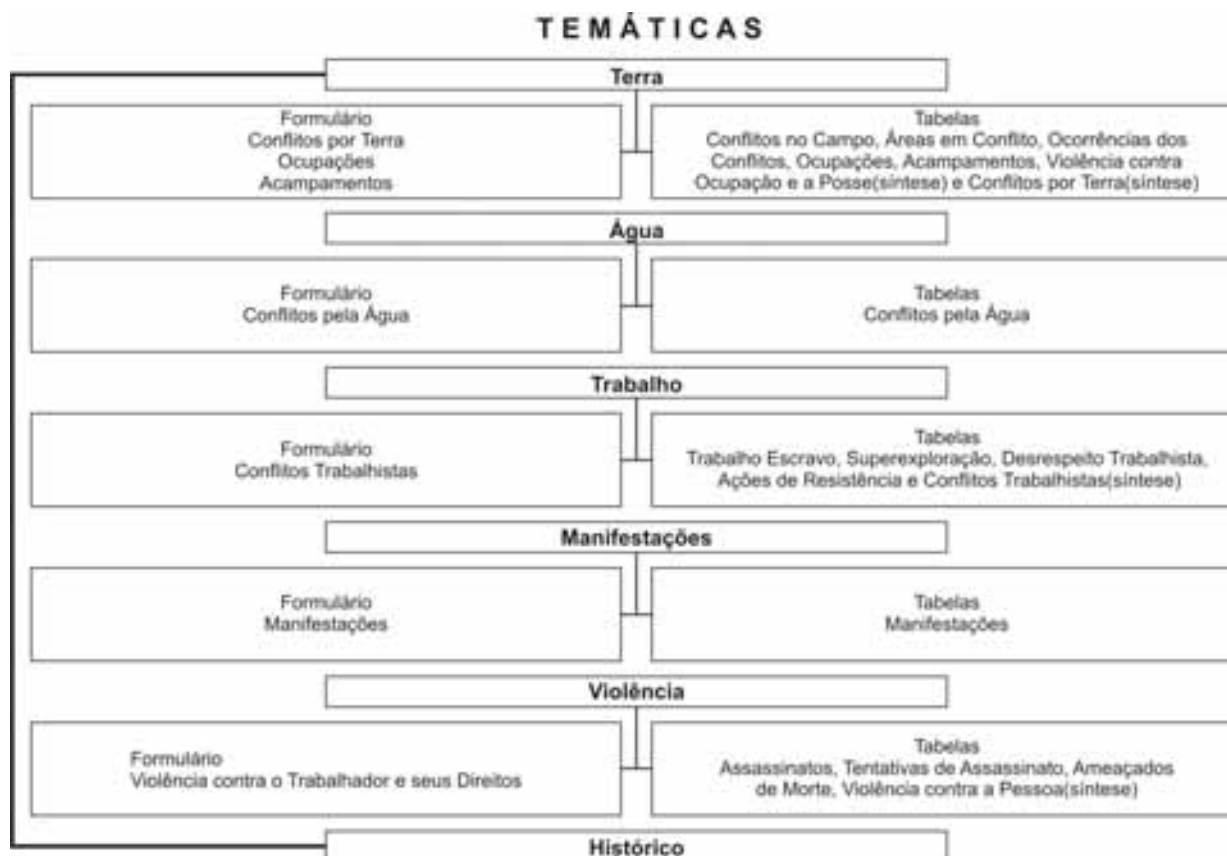


Tabela 1: Comparação dos Conflitos no Campo (2000-2009)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Conflitos de Terra*										
Ocorrências de Conflito	174	366	495	659	752	777	761	615	459	528
Ocupações	390	194	184	391	496	437	384	364	252	290
Acampamentos		65	64	285	150	90	67	48	40	36
Total Conf. Terra	564	625	743	1.335	1.398	1.304	1.212	1.027	751	854
Assassinatos	20	29	43	71	37	38	35	25	27	24
Pessoas Envolvidas	439.805	419.165	425.780	1.127.205	965.710	803.850	703.250	612.000	354.225	415.290
Hectares	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590
Conflitos Trabalhistas										
Ocorrências de Trabalho Escravo	21	45	147	238	236	276	262	265	280	240
Assassinatos	1	4	1		2		3	1	1	
Pessoas Envolvidas	465	2.416	5.559	8385	6.075	7.707	6.930	8.653	6.997	6.231
Ocorrências de Superexploração e Desrespeito Trabalhista	33	25	22	97	107	178	136	151	93	45
Assassinatos		1		2			1			
Pessoas Envolvidas	53.441	5.087	5.586	6.983	4.202	3.958	8.010	7.293	5.388	4.813
Total Conf. Trabalhista	54	70	169	335	343	454	398	416	373	285
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos			14	20	60	71	45	87	46	45
Assassinatos								2		1
Pessoas Envolvidas			14.352	48.005	107.245	162.315	13.072	163.735	135.780	201.675
Outros ***										
Nº de Conflitos	50	129				52	2	8		
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas	62.319	106.104				43.525	250	3.660		
Total										
Nº de Conflitos	660	880	925	1.690	1.801	1.881	1.657	1.538	1.170	1.184
Assassinatos	21	29	43	73	39	38	39	28	28	25
Pessoas Envolvidas	556.030	532.772	451.277	1.190.578	975.987	1.021.355	783.801	795.341	502.390	628.009
Hectares	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

*** Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo. Em 2009 não houve registro.



Foto: João Zinclar

Terra

A MP 458 e a Contra-Reforma Agrária na Amazônia

Arioaldo Umbelino de Oliveira¹
arioliv@usp.br

*“Não se justifica num país, por maior que seja,
ter alguém com 30 mil alqueires de terra!*

Dois milhões de hectares de terra!

Isso não tem justificativa em nenhum país do mundo!

Só no Brasil.

*Porque temos um presidente covarde,
que fica na dependência de contemplar
uma bancada ruralista a troco de alguns votos.”*

Luiz Inácio Lula da Silva²

O ano de 2009 entrará para a história da origem da propriedade privada capitalista da terra no Brasil, como entrou a Lei de Terras de 1850. É isso mesmo, pois, se já não bastavam os efeitos da MP 422 (Lei nº 11.763 – 1º/08/2008) que permitia o INCRA alienar as terras públicas da reforma agrária de sua propriedade para os grileiros que as ocupam com área entre 4 e 15 módulos fiscais (máximo de 1.500 hectares), o governo petista decidiu editar a MP 458 (Lei nº 11.952 – 25/06/2009). Ela englobou os princípios da MP 422 e ampliou as possibilidades de regularização da grilagem da terra pública rural e urbana na Amazônia Legal.

Para o governo atual e para a “alegria” dos grileiros, acredita-se, junto com uma parte dos ambientalistas, que se regularizando a propriedade privada da terra, o agrobandidismo não desmatará mais aquele bioma. Ledo engano, pois, além do crime

contra o patrimônio público que se está cometendo, o desmatamento certamente irá aumentar. A prova já está nos dados divulgados pelo IMAZON “que mostram que ele está aumentando, pois, em “janeiro de 2010 foi registrado 63 quilômetros quadrados de desmatamento, o que representou um aumento de 26% em relação a janeiro de 2009 quando o desmatamento atingiu 50 quilômetros quadrados. O desmatamento acumulado no período de agosto de 2009 a janeiro de 2010, correspondendo aos seis primeiros meses do calendário atual de desmatamento, totalizou 836 quilômetros quadrados. Houve um aumento de 22% em relação ao mesmo período anterior (agosto 2008 a janeiro 2009) quando o desmatamento somou 687 quilômetros quadrados. Em dezembro de 2009 e janeiro de 2010, as florestas degradadas (florestas intensamente exploradas pela atividade madeireira e/ou queimadas) na Amazônia Legal somaram 11 quilômetros quadrados e 51 quilômetros quadrados, respectivamente.”³

Pior ainda, os dados do IMAZON relativos apenas à exploração madeireira entre 2007 e 2008, no âmbito do “Pacto pela Madeira Legal e Sustentável” promovido pelo governo do Pará, revelam que “de acordo com o SIMLAM, a produção florestal no Pará entre 2007 e 2008 foi de aproximadamente 5,5 milhões de metros cúbicos de madeira em tora e 9,5 milhões de metros cúbicos de resíduos florestais. Noventa e nove por cento dessa produção originou-se de manejo de floresta nativa e, somente 1%, de manejo de floresta plantada. Nossa análise das imagens de satélite demonstra que aproximada-

¹ Professor Titular de Geografia Agrária – FFLCH - USP

² Revista Caros Amigos, novembro de 2000.

³ Hayashi, S., Souza Jr, C., Sales, M. & Veríssimo, A. “Transparência Florestal da Amazônia Legal - Dezembro de 2009 e Janeiro de 2010” - (<http://www.imazon.org.br/novo2008/arquivosdb/SADDez09Jan10.pdf>)

mente 418 mil hectares de florestas foram exploradas no mesmo período. Desse total, a grande maioria (89%), ou 372.594 hectares, não foi autorizada pela Sema, contra apenas 11% (45.354 hectares) autorizados. Da área total explorada pela atividade madeireira sem autorização, a maioria (73%) ocorreu em áreas privadas, devolutas ou sob disputa; 14% ocorreram em áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas); e 13%, em Assentamentos de reforma agrária.”⁴

Assim, é necessário desmistificar a justificativa oficial da MP 458 e revelar seu lado real. Em primeiro lugar, cabe destacar sua faceta jurídica, ou melhor, sua provável inconstitucionalidade.

Possivelmente é um equívoco político e jurídico a afirmação de que somente com a MP 458, é que se poderá implantar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal. Esta afirmação não corresponde à verdade dos fatos e dos instrumentos legais vigentes. O país já possuía instrumentos legais que permitiam a legitimação das posses segundo os princípios constitucionais vigentes. Entre estes instrumentos legais estão os artigos 188 e 191 da Constituição Federal de 1988.

Também faz parte da legislação relativa à regularização fundiária a Lei nº 6.383 de 07 de dezembro de 1976. Seu artigo 29 diz que “O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 100 (cem) hectares”. Acrescenta alguns condicionantes: desde que não seja proprietário de imóvel rural e comprove moradia permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de um ano.

Através da MP 458 o governo procurava na verdade, alterar os limites legais sobre a dimensão da

área ocupada a ser legitimada e, garantir o direito de preferência para alienação através de processo licitatório para os atuais grileiros ocupantes das terras públicas, quaisquer que sejam as dimensões das terras que ocupam ilegalmente. Este procedimento adotado pelo MDA/INCRA pode ser observado pelas seguintes alterações da Lei de Licitações (Lei nº 8.666 – 21/06/1993) e da Lei nº 6.383 de 07 de dezembro de 1976 que rege a legitimação de posse em terras públicas. As ações do governo atual foram todas premeditadas e fazem parte da vitória da “banda podre” dos funcionários do INCRA, que passaram a “vender” as terras públicas da reforma agrária para o agrobandidismo. A sequência histórica dessas ações mostra este objetivo.

No final do ano de 2005 foi editada a Medida Provisória do Bem, a Lei nº 11.196 – 21/11/2005, que trouxe em seu artigo 118 a alteração do artigo 17 da Lei nº 8.666/93 e do artigo 29 da Lei 6.383/76, que passou a permitir a legitimação de posse na Amazônia Legal de áreas públicas ocupadas até 500 hectares.

Entretanto, a alteração de 100 hectares para 500 hectares não foi considerada suficiente e, em 25 de março de 2008 foi editada a Medida Provisória nº 422 (Lei nº 11.763 - 1º/08/2008) que trouxe uma nova alteração do artigo 17 da Lei nº 8.666/93 e consequentemente, do artigo 29 da Lei 6.383/76, que passou a permitir a legitimação de posse na Amazônia Legal de áreas públicas ocupadas até quinze módulos fiscais, desde que não excedessem 1.500 hectares. Estas alterações também não satisfizeram o governo que editou no início de 2009 a MP 458, que entre outras coisas permite a venda dos títulos após três anos: “Desde que o beneficiário originário esteja cumprindo as cláusulas resolutivas, decorridos 3 (três) anos da titulação, poderão ser transferidos títulos referentes a áreas superiores a 4 (quatro) módulos fiscais, se a transferência for a terceiro que

⁴ AMAZON “Transparência Manejo Florestal do Pará – 2007 e 2008” - (http://www.imazon.org.br/novo2008/publicacoes_1er.php?idpub=3647)

preencha os requisitos previstos em regulamento.” (Art 15 § 4º).

Estas alterações visaram atender as “promessas” que a parte corrupta dos funcionários do INCRA fez aos grileiros, depois de entregar gradativamente, de forma ilegal, as terras públicas na Amazônia Legal. Assim, a MP 458 procura transformar a ilegalidade criminosa da apropriação privada das terras públicas federais na Amazônia Legal, ou seja, a grilagem, em irregularidade passível de regularização. Porém, já há uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra Lei nº 11.763/09.

Este ato aparentemente legal revela o “esforço” do MDA/INCRA em tentar, a todo custo, mudar a legislação para ampliar a área passível de regularização fundiária ou de alienação aos ocupantes ilegais das terras públicas sob sua responsabilidade. A explicação quem deu foi o próprio INCRA: “agora eles [os grileiros] poderão comprar do governo federal as terras que já ocupavam há anos e não vão precisar de concorrer com outros interessados.”⁵

Entretanto, esta história começou bem antes, no governo atual, e refere-se a uma aliança política entre os madeireiros e/ou grileiros de terras e o governo estadual e federal, afiançado pela facção política pequista (DS) que ocupa o poder nas duas instâncias. Esta tramitação está em documento público da Associação das Indústrias Madeireiras de Santarém e Região Oeste do Pará (ASIMAS): “O uso dos assentamentos para o fornecimento de matéria-prima legalizada para as indústrias da região foi proposto pelo próprio governo federal, como forma legal

e lícita de superar a crise do setor florestal, vivida especialmente por causa da falta de regularização fundiária na região.”⁶

Em decorrência das pressões nacionais e internacionais, em 2003 e 2004, o IBAMA intensificou a fiscalização para conter o desmatamento. O setor madeireiro realizou manifestações e bloqueios de rodovias no oeste do Pará. O governo promoveu então, em meados de 2004, uma reunião em Itaituba entre os madeireiros e o superintendente do INCRA em Belém, Roberto Faro, em que se negociou a suspensão de uma grande manifestação contra o IBAMA de Itaituba, com a promessa de que seriam agilizados os processos de ‘regularização fundiária’. O superintendente Roberto Faro, entretanto, foi “preso e exonerado sob a acusação de corrupção e formação de quadrilha para liberação de títulos de terras da União.”⁷

Mesmo antes desta punição, outros caminhos foram construídos para garantir ao agrobandidismo madeira e terras públicas. Raimundo de Araújo Lima, “em conversa gravada” contou como, em novembro de 2004, numa reunião se sugeriu que ‘os assentamentos podem resolver o problema do setor madeireiro lá na região’. E logo foi anunciada a criação da superintendência de Santarém..⁸

No início de 2006, o agronegócio da madeira assumiu publicamente o apoio à implantação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) pelo INCRA “depois que os empresários perceberam que poderiam ganhar explorando a madeira da reserva legal dos projetos.” Para tal “as entidades empresariais” deveriam “incentivar os sócios a devolverem as áreas públicas” com florestas primárias griladas ao INCRA, com as devidas coordenadas geográficas.” E mais, o

⁵ (“Assinada MP para regularização fundiária da Amazônia - Publicado em: 26/03/08” - <http://www.incra.gov.br>).

⁶ (<http://www.pauloleandroreal.com/site/news.asp?cod=6635>)

⁷ Idem.

⁸ Maurício Torres, “A Reforma Agrária que virou Plano de Manejo” - O LIBERAL – Belém – 05/12/2007, ANO LXII - Nº 31.963, página 2 - <http://www.orm.com.br/oliberal/>

órgão deveria criar os “PDS, juntando as áreas devolvidas em blocos de 20 mil hectares, e assentar os sem terra em lotes de apenas 20 hectares”.⁹

Como a implantação dos assentamentos estivesse demorando, em meados de 2007, o setor madeireiro foi cobrar da governadora petista do Pará: “Por favor, [governadora] não se esqueça dos compromissos assumidos com o setor florestal”. Como resultado da cobrança, 26 planos foram aprovados e outros 58 prometidos.. e “o diretor de Programas do INCRA, Raimundo [de Araujo] Lima, e “o secretário estadual de Meio Ambiente, Valmir Ortega” assinaram documento que passava a permitir “a liberação de planos de manejo florestais em assentamentos, especialmente na Região Oeste do Pará”.¹⁰

A reforma agrária foi sendo usada de forma criminosa no Pará para favorecer o agrobandidismo.

Apenas a ação do Ministério Público Federal pedindo a anulação de 99 projetos de assentamento na área de atuação da Superintendência do INCRA em Santarém, tentou frear esta ação de delapidação do patrimônio público. O MPF justifica a ação porque nestes projetos de assentamentos “os trabalhos eram executados de forma apressada, por conta da pretensão do superintendente de atingir metas ambiciosas, que inclusive tinham por finalidade suprir o fraco desempenho em outras superintendências do INCRA. Na cautelar, o MPF diz que os trabalhos do Incra estavam de tal forma vinculados ao cumprimento incondicional das metas que o superintendente Pedro Aquino chegou ao ponto de assinar, em outubro de 2006, diversas portar-

rias de criação de assentamentos, tudo para que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, então em campanha presidencial, pudesse mencionar em debate o alto desempenho do cumprimento de metas de reforma agrária.”¹¹ As irregularidades eram de todo tamanho. Carta Capital, 31/10/2009, denunciou a existência de beneficiários que não se encaixavam no perfil de assentados, uma funcionária pública e um médico, ex-secretário de saúde de Santarém.¹²

Nestas práticas está envolvida de forma direta a direção nacional do INCRA. Como substituto temporário do afastado superintendente de Santarém, foi nomeado o senhor Raimundo de Araújo Lima, Diretor Nacional de Programas.¹³ Assim, o INCRA nacional “intervindo” na Superintendência de Santarém, tentou garantir a continuidade de sua equivocada política de reforma agrária para o agronegócio. O senhor Raimundo assim apresentou esta política: “não existe, por parte do INCRA, nenhum problema com relação às empresas que se fixaram na Amazônia. E fomos extremamente tolerantes com relação à exploração florestal em terras públicas sem nenhuma autorização, algumas griladas e outras ocupadas irregularmente”.¹⁴

É fundamental mostrar como serão os efeitos da aplicação desta lei na destinação das terras públicas do INCRA na Amazônia Legal. A população brasileira precisa saber que o INCRA, desde os governos militares, arrecadou e/ou discriminou, um total de 105.803.350 hectares na Amazônia Legal. Deste total, o INCRA até o ano de 2003, durante a elaboração do II PNRA do governo Lula, tinha destinado um total de 37.979.540 hectares,

⁹ (<http://www.pauloleandroleal.com/site/news.asp?cod=2948>)

¹⁰ (<http://www.pauloleandroleal.com/site/news.asp?cod=6306>)

¹¹ Idem.

¹² Carta Capital, ano XII, n. 468, p. 36.

¹³ (DOU, Caderno 2, 19/10/2007, p. 33).

¹⁴ Ata da 6ª. Reunião da Comissão de Gestão de Florestas Públicas – CGFLOP, Anexo 4 - www.mma.gov.br

possuindo ainda sem destinação 67.823.810 hectares.

O programa Terra Legal do MDA, curiosamente, para justificar socialmente a execução da lei, utiliza apenas os dados relativos ao número de imóveis a serem objeto da ação, e não divulga suas

áreas correspondentes. Isto faz com que, aparentemente, sejam os pequenos os maiores interessados na execução da lei. Veja-se os dados na tabela 01 relativos às posses (minifúndios e pequenos imóveis) e grilos (médios e grandes imóveis) declarados no Cadastro do INCRA.

Tabela 01

POSSES E GRILOS NA AMAZÔNIA LEGAL				
Estratos de Módulo Fiscal	IMÓVEIS	%	ÁREA	%
TOTAL	302.457	100,0	42.205.886	100,0
ATÉ 0,5	102.661		2.224.539	
MAIS DE 0,5 A 1 MF	108.666		6.12 8.344	
TOTAL ATÉ 1 MF	211.327	69,9	8.352.883	19,8
MAIS DE 1 A 4 MF	70.849	23,4	8.794.225	20,8
TOTAL ATÉ 4MF	282.176	93,3	17.147.109	40,6
MAIS DE 4 A 10 MF	11.161		5.109.930	
MAIS DE 10 A 15 MF	2.274		2.186.827	
TOTAL 4 A 15 MF	13.435	4,4	7.296.757	17,3
MAIS DE 15 A 20 MF	1.209		1.708.549	
MAIS DE 20 A 50 MF	4.844		11.279.756	
MAIS DE 50 A 100 MF	636		3.186.380	
MAIS DE 100 MF	157		1.587.336	
TOTAL ACIMA DE 15 MF	6.846	2,3	17.762.020	42,1

Fonte:INCRA/Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR (out/2003)

Portanto, 93% dos imóveis (minifúndios e pequenas propriedades) com área inferior a 4 módulos fiscais ocupam 40% das terras públicas. Os outros 7% restantes, ou seja, 20 mil imóveis – médios e grandes – declaram no Cadastro no INCRA que apropriaram-se ilegalmente de 60% destas terras, o que equivale a uma área de 25 milhões de hectares. Os grandes imóveis, apenas 6,8 mil, apropriaram-se de 42% da área, ou seja, 17,7 milhões de hectares de terras públicas do INCRA e da reforma agrária. É este lado do programa Terra Legal que o MDA, propositalmente, não mostra à sociedade brasileira: a terra pública continua, desde o período colonial, sendo entregue aos grandes latifundiários do país.

Mas, quando se analisam os efeitos na totalidade das terras públicas e devolutas na Amazônia Legal, a área total não se resume apenas às posses e grilos declarados no Cadastro, e muito menos às terras públicas do INCRA, mas, atingem a totalidade das terras devolutas na região. E, elas estão sendo estimadas, na pesquisa “Atlas da Terra Brasil”, por nós realizada, em aproximadamente, mais 115 milhões de hectares. Assim, no total entregar-se-ia aos grileiros uma área de quase 183 milhões de hectares de terras públicas, devolutas ou não. A tabela 02 revela a distribuição destas terras pelos estados que compõem a Amazônia Legal.

Tabela 02
ESTIMATIVA DAS TERRAS DEVOLUTAS, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO.

UF	Área TOTAL (ha)	Terra Pública/Devoluta	Terra Pública Incrá não destinada	Terra Potencialmente Devoluta
		Área (há)	Área (ha)	Área (ha)
AMAZÔNIA LEGAL	508.866.843,00	182.721.417,59	67.823.810,00	114.897.607,59
Rondônia	23.757.616,70	7.599.780,00	4.907.824,00	2.691.956,00
Acre	15.258.138,80	4.426.470,93	6.291.734,00	(1.865.263,07)
Amazonas	157.074.568,00	80.004.203,72	20.962.020,00	59.042.183,72
Roraima	22.429.898,00	9.908.006,28	9.208.315,00	699.691,28
Pará	124.768.951,50	41.353.222,70	17.934.669,00	23.418.553,70
Amapá	14.281.458,50	6.307.072,25		6.307.072,25
Tocantins	27.762.091,40	4.738.802,23	1.031.876,00	3.706.926,23
Maranhão	33.198.329,30	14.787.320,37	1.730.924,00	13.056.396,37
Mato Grosso	90.335.790,80	13.596.539,10	5.756.448,00	7.840.091,10

Fonte: IBGE, Funai, MMA, Incra, Embrapa e MT.

Portanto, estes são os primeiros aspectos principais decorrentes da MP 458 sobre as terras públicas na Amazônia Legal.

Por fim, resta estabelecer seus efeitos sobre a violência naquela região. Desde que a CPT passou a levantar os dados sobre conflitos no campo, a Amazônia Legal tem concentrado grande número deles, e entre os estados que a compõe, o Pará tem sido aquele de maior concentração.

Embora, do ponto de vista geral, o número de conflitos no campo que vinha se reduzindo nos últimos anos, voltou a crescer em 2009, somando 1184. Eles representaram mais de três conflitos por dia, em média, no Brasil.

Como sempre os conflitos no campo tem apresentado sua maior concentração na região Norte. Quando se tomam os dados da Amazônia Legal, ou seja, região Norte mais Mato Grosso e Maranhão, 622

Gráfico 01



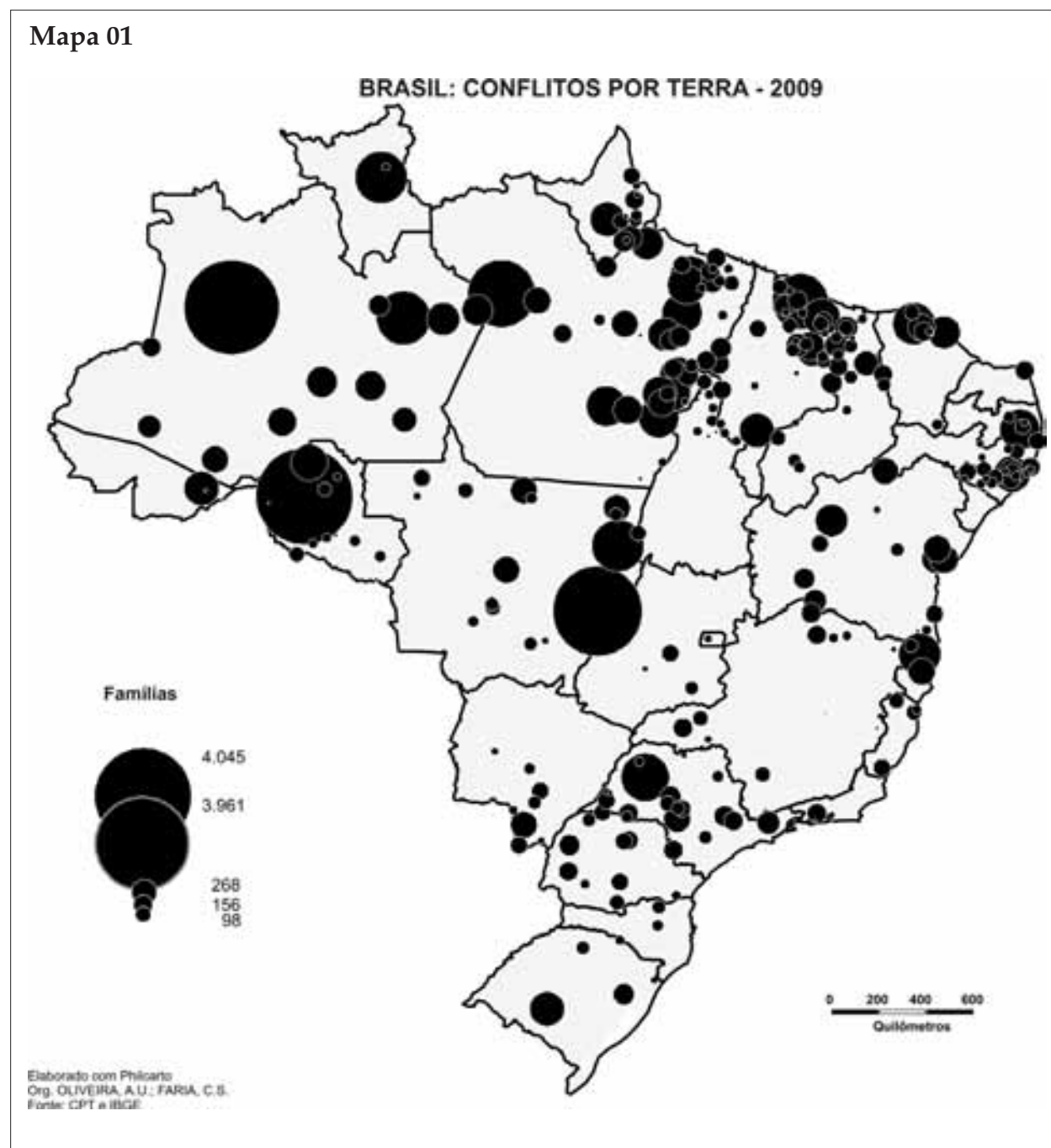
dos 1.184 conflitos ocorreram nesta região. O gráfico 01 mostra a realidade destes dados no período entre 1985 e 2009.

Na Amazônia Legal ocorreram, em 2009, mais da metade dos conflitos no país. A análise da distribuição territorial destes conflitos revela que eles continuam concentrados, sobretudo, na região do Bico

do Papagaio, área de contato entre Pará, Tocantins e Maranhão; e, vale do Itapecuru também no Maranhão. Em segundo plano ficaram o Amapá, Mato Grosso e Rondônia. O mapa 01 mostra esta geografia dos conflitos no campo brasileiro.

Porém, quando se analisam os dados relativos à violência, como por exemplo, os assassinatos no

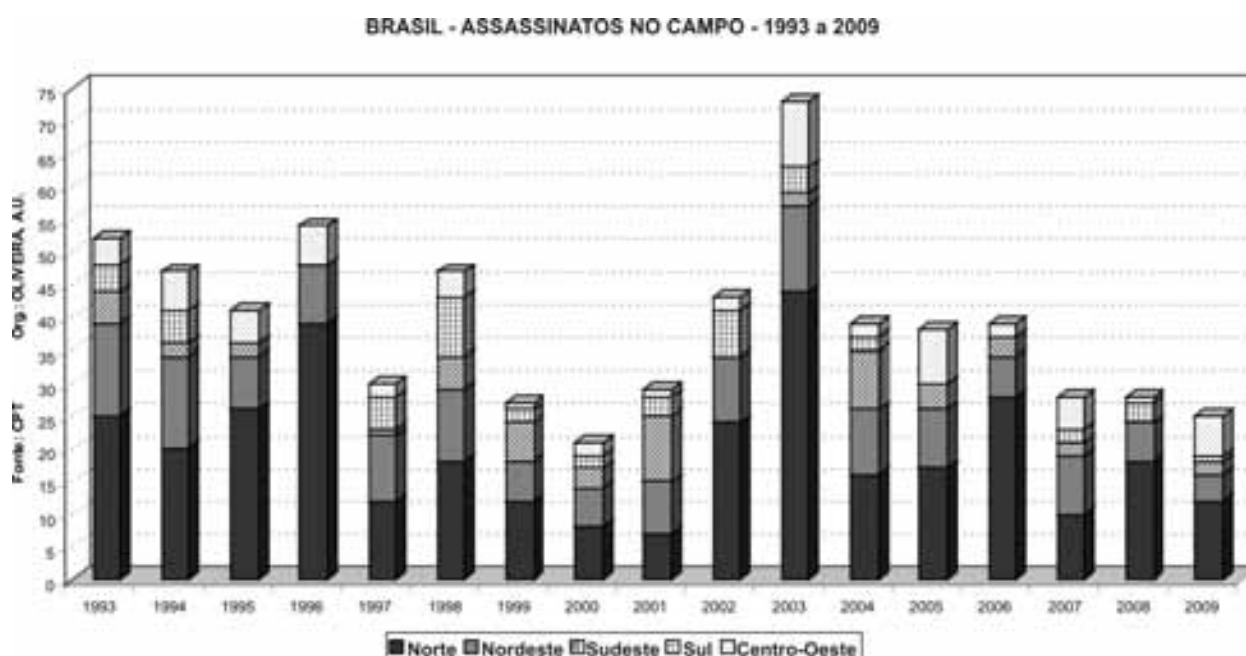
Mapa 01



campo, a região Norte salta para o primeiro lugar com 52% do total, sendo que 22% deles ocorreram no estado do Pará. Já na Amazônia Legal ocorreram cerca de 68% destes assassinatos, 67% das

famílias sofreram tentativas de assassinato e 83% foram ameaçadas de morte. O gráfico 03 mostra os assassinatos no campo entre o período de 1993 e 2009.

Gráfico 03



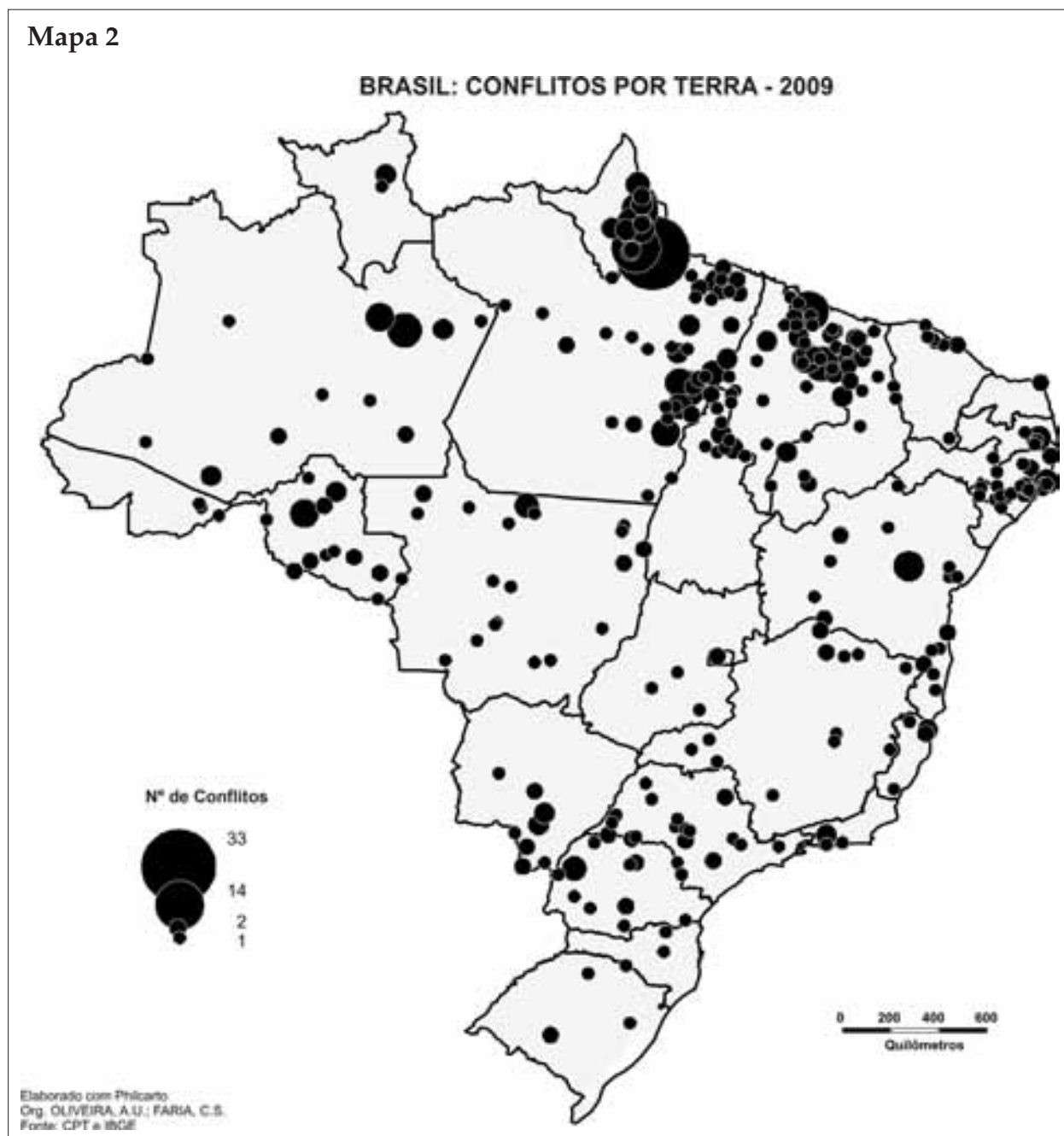
Quando ao envolvimento do número de famílias nestes conflitos de terra, 51% delas (42.373) de 83.058, estavam na Amazônia Legal, enquanto que somente no estado Pará estavam 17.851, 22% delas. Também, nessa região estavam: 96% das terras em disputa (14,5 milhões de hectares); 37% das famílias expulsas de suas terras; 41% daquelas que foram objeto de ação de despejo; 65% que estão ameaçadas de despejos; 69% daquelas que enfrentaram tentativas de expulsão; 53% das famílias que tiveram suas casas destruídas; 85% daquelas cujas roças foram também, destruídas; 68% cujos bens foram destroçados; e, 45% das famílias que sofreram ações da pistolagem.

Com relação à distribuição territorial destas famílias envolvidas em conflitos é possível detectar-se sua concentração no Pará, Mato Grosso e Roraima. O mapa 02 mostra esta distribuição.

Assim, a Amazônia Legal é o locus privilegiado da barbárie no campo brasileiro. E, a razão explicativa e fundante dessa violência sem fim, está na disputa que travam o campesinato, os quilombolas e os povos indígenas pela conquista de suas terras e seus territórios contra o agrobandidismo. Essa disputa mostra que mais de 83 mil famílias ou 628 mil pessoas estiveram diretamente envolvidas em conflitos no campo no ano de 2009.

Este quadro complexo e contraditório de violência e disputa pelas terras públicas na Amazônia brasileira, como tendência, certamente continuará e a aplicação da MP 458 levará à sua ampliação, pois, a ação dos grileiros sempre foi historicamente, mediada por esta violência. E, seguramente, o presidente Luis Inácio da Silva entrará para a história do Brasil como o “presidente companheiro dos grileiros”, e, aos camponeses, quilombolas e povos

Mapa 2



indígenas não restará outro caminho senão aquele da continuidade da luta pela terra e pelo território. Um dia, a história os favorecerá, ou então “se não houver o amanhã / brindaremos o ontem / e sa-

beremos então / onde está o horizonte” porque o sonho sonhado junto de Raul Seixas não virou realidade.

¹⁵ Ademar Bogo - Companheiros de Guevara.

Tabela 2 - Conflitos no Campo

Acre						
TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Bujari/Sena Madureira	Seringal Mercês/Ramal Linha Nova/Copaíba	30/10/2009	500	Posseiros		
Plácido de Castro	Localidade nas Imediações do Igarapé Rapiran	09/01/2009		Posseiros		
Rio Branco	Faz. Belo Horizonte/Colocação Alagado/Ramal Jarinal/Km 18	25/03/2009	5	Seringueiros		
Subtotal:		3	505			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Senador Guimard	Acamp. na BR-317/Km 6/Ao lado da Faz. Nossa Sra. das Graças	06/06/2009	60	STR		
Subtotal:		1	60			
Total Conflitos por Terra - AC		4	565			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Bujari	Fazenda Santa Maria	20/02/2009	5	5		Pecuária
Bujari	Fazenda Gramado	05/04/2009	1	1		Pecuária
Bujari	Fazenda Floresta	15/05/2009	3	3		Pecuária
Rio Branco	Fazenda Bom Futuro	10/08/2009	1	1		Pecuária
Xapuri	Fazenda Jaborandi	30/11/2009	8	4		Aplicação de agrotóxico
Subtotal:		5	18	14		
Total Conflitos Trabalhistas - AC		5	18			
Total dos Conflitos no Campo AC		9	Pessoas: 2843			
Alagoas						
TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Atalaia	Assentamento São Luís	20/11/2009	100	Assentados		
Atalaia	Fazenda Aracati	01/12/2009	50	Sem Terra		
Branquinha	Fazenda Campo Verde	19/03/2009	300	Sem Terra		
Craibas	Fazenda Urussu	17/04/2009	56	Sem Terra		
Inhapi	Acamp. Frei Damião/Faz. Capim	01/12/2009	140	Sem Terra		
Jacaré dos Homens	Faz. Riacho dos Bois/Acamp. Boa Vista	12/04/2009	36	Sem Terra		
Japaratinga	Fazenda Arrepiado	16/09/2009	28	Sem Terra		
Major Izidoro	Fazenda Boa Esperança	07/10/2009	28	Sem Terra		
Maragogi	Fazenda Mato Grosso	26/05/2009	22	Sem Terra		
Maragogi	Fazenda Soledade	28/05/2009	44	Sem Terra		
Maragogi	Faz. Barra de Piabas/ Us. Santa Maria	04/08/2009	48	Sem Terra		
Maragogi	Fazenda Carão	19/08/2009	60	Sem Terra		
Messias	Fazenda Santa Fé	20/04/2009	35	Sem Terra		
Messias/Murici/Rio Largo	Usina Utinga Leão	24/09/2009	600	Sem Terra		
Olho D'Água do Casado	Acampamento Boa Viagem	18/04/2009	30	Sem Terra		
Palmeira dos Índios	T.I. Xucuru-Kariri	30/04/2009	95	Índio		
Porto de Pedras	Fazenda Castelo	14/07/2009		Sem Terra		
Porto de Pedras	Fazenda Castelo	23/09/2009	60	Sem Terra		
Santana do Mundaú	Comunidade Quilombola Filus	02/03/2009	25	Remanescentes de quilombos		
São Miguel dos Milagres	Faz. Mata Redonda/Acamp. Santo Reis	07/01/2009	30	Sem Terra		

Traipu	Faz. Marcação/Assent. Sítio Novo	11/07/2009		Assentados
União dos Palmares	Fazenda Caipe	26/03/2009		Sem Terra
União dos Palmares	Fazenda Salinas	09/05/2009	70	Sem Terra
Subtotal:		23	1857	
Ocupações				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Branquinha	Fazenda Campo Verde	09/03/2009	300	CPT/MLST/MMC/MST
Branquinha	Fazenda Sapucaia	16/03/2009	30	LCP/MTL
Cajueiro	Chácara Flor da Paraíba	14/07/2009	40	MLST
Delmiro Gouveia	Faz. de Aderval Tenório	27/11/2009	70	MST
Igaci	Área da Estação Experimental	24/02/2009	40	Amigreal
Igaci	Fazenda Salgado	31/07/2009	35	Amigreal/CPT
Maragogi	Fazenda Mato Grosso	26/04/2009	22	CPT
Messias	Fazenda Santa Fé	30/01/2009	35	CPT
Messias	Faz. Baixa Funda/Barra Funda	19/06/2009	30	CPT
Messias	Fazenda Jitirana	07/07/2009	30	CPT
Messias	Fazenda Esperança	11/07/2009	10	CPT
Messias	Fazenda Oriente	04/09/2009	20	CPT
Messias/Murici/Rio Largo	Usina Utinga Leão	28/08/2009		MLST
Messias/Murici/Rio Largo	Usina Utinga Leão	03/10/2009	600	MLST
Murici	Fazenda Aruais/Arroais/Us. São Simeão	10/08/2009	30	MST
Murici	Fazenda Siridó/Us. São Simeão	10/08/2009	30	MST
Pariconha	T.I. Katokim	17/02/2009	200	Índios
Rio Largo	Faz. Riachão/ Us. Utinga Leão	01/09/2009		MTL
Rio Largo	Faz. Cariri/ Us. Utinga Leão	01/09/2009		MTL
Rio Largo	Faz. Bom Jardim/ Us. Utinga Leão	01/09/2009		MTL
Rio Largo	Faz. Urucum/ Us. Utinga Leão	01/09/2009		MTL
Rio Largo	Faz. Antas/ Us. Utinga Leão	01/09/2009		MTL
Rio Largo	Faz. Riacho de Pedras/ Us. Utinga Leão	01/09/2009		MTL
Rio Largo	Faz. Môco/ Us. Utinga Leão	01/09/2009		MTL
Rio Largo	Faz. Bom Regalo/ Us. Utinga Leão	01/09/2009		MTL
São Miguel dos Milagres	Faz. Mata Redonda/Acamp. Santo Reis	07/01/2009	30	CPT
São Miguel dos Milagres	Fazenda Itabatinga	21/07/2009		LCP
São Miguel dos Milagres	Fazenda Bom Destino	09/09/2009	40	CPT
Taquarana	Faz. Olho d'Água/Produban	19/11/2009	80	MST
União dos Palmares	Fazenda Salinas	11/03/2009		LCP
União dos Palmares	Fazenda Caipe	14/03/2009		LCP
Subtotal:		31	1672	
Total Conflitos por Terra - AL		54	3529	
Total dos Conflitos no Campo AL		54	Pessoas: 17645	

Amapá

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amapá	Fazenda Itapoã	01/01/2009	8	Posseiros
Amapá	Amcel/Piquiá	14/04/2009	12	Posseiros
Calçoene	Bela Vista	01/01/2009	8	Posseiros
Calçoene	Cunani e 7 Ilhas	01/01/2009	12	Posseiros
Calçoene	Juncal	01/01/2009	30	Posseiros
Calçoene/Oiapoque	Parque Nac. do Cabo Orange/Vila Velha/Taperebá/Cunani	01/01/2009	80	Posseiros
Cutias do Araguari	Amcel/Alta Floresta	05/01/2009	34	Posseiros
Cutias do Araguari	Rebio Lago Novo	02/03/2009	15	Posseiros
Ferreira Gomes	Faz. Teimoso/Grilagem	01/01/2009		
Ferreira Gomes	Retiro dos Pinhais	01/01/2009		Posseiros
Ferreira Gomes	Retiro Pedreira	01/01/2009		
Ferreira Gomes	Retiro Bom Pastor	01/01/2009		
Ferreira Gomes	Chácara do Céu	01/01/2009		
Ferreira Gomes	Chácara Bonito da Pedreira	01/01/2009		

Ferreira Gomes	BR-156/Área no KM-125	01/01/2009	8	Posseiros
Ferreira Gomes	CFA/Grilagem	01/01/2009		
Itaubal do Píririm	Retiro São Francisco/Areia Branca	01/01/2009	1	Posseiros
Itaubal do Píririm	Retiro São João/Areia Branca	01/01/2009	1	Posseiros
Itaubal do Píririm	Áreas em Itaubal /Agronegócio Sinal Verde	01/01/2009	42	Posseiros
Itaubal do Píririm	Amcel/Inajá	01/03/2009	40	Posseiros
Laranjal do Jari	Resex/Cajari	12/10/2009	190	Posseiros
Laranjal do Jari/Macapá/Mazagão/Santana	Linhão Tucuruí	14/12/2009	130	Remanescentes de quilombos
Macapá	Chácara Fabel	01/01/2009		
Macapá	Jardim das Acácias	01/01/2009		
Macapá	Retiro São Cristóvão	01/01/2009		
Macapá	Fazenda Chaparral	01/01/2009		
Macapá	Retiro Nova Esperança	01/01/2009		
Macapá	Retiro São Francisco	01/01/2009		
Macapá	Retiro Boa Vista	01/01/2009		
Macapá	Bonito da Pedreira	01/01/2009		Remanescentes de quilombos
Macapá	Torrão do Matapi/Ramal dos Maranhenses	01/01/2009	35	Remanescentes de quilombos
Macapá	Sítio Petry	01/01/2009		
Macapá	Abacate do Pedreira	20/07/2009	15	Remanescentes de quilombos
Macapá	Amcel/Corre Água	20/07/2009	3	Posseiros
Macapá/Porto Grande	Amcel/Porto Grande	01/01/2009	87	Posseiros
Mazagão	Retiro Barrau e Outros	01/01/2009	3	Posseiros
Mazagão/Porto Grande	Mineração Amapari/Santa Maria	01/01/2009	200	Posseiros
Pedra Branca do Amapari	Igarapé William/MPBA	01/01/2009	31	Posseiros
Pedra Branca do Amapari	Servidão Estrada e Ferrovia/MMX	01/01/2009	500	Posseiros
Pedra Branca do Amapari	Mina da MMX	01/01/2009		
Porto Grande	Assentamento Nova Colina	01/01/2009	70	Assentados
Porto Grande	Assentamento Munguba	01/01/2009	20	Assentados
Porto Grande	P. A. Nova Canaã	01/01/2009	8	Assentados
Pracuúba	Retiro São Jorge	01/01/2009		
Pracuúba	Retiro Santo André	01/01/2009		
Pracuúba	Rio Flexal/Igarapé Henrique	01/01/2009	10	Posseiros
Santana	P. A. Matão do Piaçacá	01/01/2009	14	Assentados
Santana	Maçaranduba	17/04/2009	10	Posseiros
Tartarugalzinho	Faz. Santo Antônio/Grilagem	01/01/2009		
Tartarugalzinho	Ramal do Ariramba/Grilagem	01/01/2009	25	Posseiros
Tartarugalzinho	Duas Bocas/Cassimiro/S. Bento e Manoel/Agrop. Nova Canaã	01/01/2009	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Assentamento Janary Nunes	01/01/2009	30	Assentados
Tartarugalzinho	Três Marias	01/03/2009	52	Posseiros
Tartarugalzinho	Entre Rios	02/04/2009	29	Assentados
Tartarugalzinho	Aporema/Livramento	06/05/2009	12	Posseiros
Tartarugalzinho	Cujubim	06/09/2009	1	Posseiros
Subtotal:		56	1771	

Total Conflitos por Terra - AP**56****1771****ÁGUA****Conflitos pela Água**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Macapá	Lagoa dos Índios	01/01/2009		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Pedra Branca do Amapari	Igarapé William/São Domingos	01/01/2009	20	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Subtotal:		2	20		

Total dos Conflitos no Campo AP

58

Pessoas: 8955

Amazonas

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Apuí	Comunidades ao Longo do Rio Aripuanã	26/09/2009	170	Ribeirinho		
Apuí	Comunidades ao longo do Rio Sucunduri	28/09/2009	120	Ribeirinho		
Atalaia do Norte/Benjamin Constant/Jutai/São Paulo de Olivença	T.I. Vale do Javari	26/01/2009		Índio		
Barreirinha	10 Comunidades Intimidadas por Empresas Estrangeiras	31/12/2009	400	Ribeirinho		
Boca do Acre	Área às Margens do Lago Novo	15/05/2009	46	Ribeirinho		
Boca do Acre	Seringal Macapá	26/05/2009	87	Posseiros		
Boca do Acre	Fazenda Três Marias	10/06/2009	200	Sem Terra		
Careiro/Manaus	Lago do Mamori/Lago do Mira/Com. São José	26/06/2009	85	Ribeirinho		
Careiro/Manaus	Igarapé do Passarinho/AM-254/Km 8/Com. Arcip	12/11/2009	58	Seringueiros		
Envira	T.I. Cacau do Tarauacá/Povo Kulina	31/12/2009	230	Índio		
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	30/10/2009		Posseiros		
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/11/2009		Posseiros		
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	07/12/2009	450	Posseiros		
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/PDS Gedeão	08/09/2009	250	Posseiros		
Lábrea	Gleba Curuquetê/Linha 02/Km 09/Ramal do Jequitibá	08/09/2009	120	Posseiros		
Manaus	Tarumã-Açú/Com. Novo Paraíso	31/08/2009	75	Posseiros		
Manaus	Comunidades Ribeirinhas do Puraquequara	07/10/2009	800	Ribeirinho		
Manaus	Uberê	02/12/2009		Posseiros		
Manaus	Comunidade Pau Rosa	31/12/2009	130	Posseiros		
Manaus	Uberê	31/12/2009	70	Posseiros		
Manicoré	Democracia	31/12/2009	400	Pequenos proprietários		
Novo Airão	Parque Nacional do Jaú/Com. Quilombola Tambor	26/01/2009	65	Posseiros		
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco- Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	13/08/2009		Ribeirinho		
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco- Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	25/08/2009		Ribeirinho		
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco- Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	06/09/2009		Ribeirinho		
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco- Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	10/09/2009	118	Ribeirinho		
Tabatinga	Assentamento Urumutum	01/05/2009	150	Assentados		
Tapauá	Reserva Biológica de Abufari	22/09/2009	389	Posseiros		
Subtotal:		28	4413			
Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Boca do Acre	Fazenda Três Marias	08/06/2009	200	SI		
Subtotal:		1	200			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Boca do Acre	Seringal Macapá	26/05/2009	87	SI		
Subtotal:		1	87			
Total Conflitos por Terra - AM		30	4700			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Careiro	T.I. Boa Vista	31/12/2009		Uso e preservação	Pesca predatória	
Careiro/Manaus	Lago do Mamori/Lago do Mira/Com. São José	26/06/2009	85	Uso e preservação	Pesca predatória	
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco- Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	10/09/2009	120	Uso e preservação	Divergência	
Subtotal:		3	205			
Total dos Conflitos no Campo AM		33	Pessoas: 24525			

Bahia

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Barra	Faz. Boqueirão/13 Comunidades Atingidas	27/04/2009	400	Camponeses de fundo de pasto
Barra	Comunidade Quilombola Torrinha	31/07/2009	52	Remanescentes de quilombos
Buerarema/Ilhéus/Una	Faz. Santa Rosa/T. I. Tupinambá Olivença	02/06/2009	60	Índio
Cachoeira	Com. Quilombola de São Francisco do Paraguaçu	18/03/2009	350	Remanescentes de quilombos
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	29/03/2009		Remanescentes de quilombos
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	30/03/2009	214	Remanescentes de quilombos
Casa Nova	Com. de Areia Grande: Riacho Grande/Salina da Brinca/Jurema/Melancia	04/02/2009	336	Camponeses de fundo de pasto
Eunápolis	Faz. Putumuju/Barrinha/Veracel Celulose	22/07/2009	800	Sem Terra
Feira de Santana	Estação Experimental EBDA/Faz. Cruzeiro do Mocó	18/05/2009	300	Sem Terra
Ilhéus	Fazenda Tijuca	27/01/2009	60	Sem Terra
Itamaraju	Fazenda Nova Esperança	15/12/2009	300	Sem Terra
Muquém de São Francisco	Com. Quilombola Fazenda Grande	01/04/2009	120	Remanescentes de quilombos
Pau Brasil	Faz. Bom Sossego/Reserva Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu	02/06/2009	8	Índio
Ruy Barbosa	Fazenda Casa Nova	23/01/2009		Sem Terra
Ruy Barbosa	Fazenda Casa Nova	06/02/2009		Sem Terra
Ruy Barbosa	Fazenda Casa Nova	10/02/2009		Sem Terra
Ruy Barbosa	Fazenda Casa Nova	23/03/2009		Sem Terra
Ruy Barbosa	Fazenda Casa Nova	30/06/2009		Sem Terra
Ruy Barbosa	Fazenda Casa Nova	23/07/2009	80	Sem Informação
Santa Luzia	Faz. Conjunto São José	30/11/2009	45	Sem Terra
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	23/04/2009	180	Camponeses de fecho de pasto
São Francisco do Conde	Ilha de Cajaíba/Foz do Rio Subaé	29/04/2009	350	Remanescentes de quilombos
Umburanas	Faz. Campo Alto/Acamp. Santo Antônio	25/08/2009	20	Sem Terra
Subtotal:		23	3675	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Barra	Fazenda Morro de Cima	30/04/2009	30	SI
Barra	Comunidade Quilombola Torrinha	28/09/2009	32	Quilombola
Buerarema/Ilhéus/Una	Faz. Santa Rosa/T. I. Tupinambá Olivença	25/05/2009	80	Índios
Camamu	Fazenda Culturosa/Cultrosa	15/04/2009	400	MST
Eunápolis	Faz. Putumuju/Barrinha/Veracel Celulose	08/04/2009	800	MST
Eunápolis	Faz. Queimadinha/Veracel Celulose	02/07/2009	400	MLT
Feira de Santana	Estação Experimental EBDA/Faz. Cruzeiro do Mocó	16/05/2009	300	MST
Itamaraju	Fazenda Nova Esperança	15/12/2009	300	MST
Juazeiro	Fazenda Mariad I	09/02/2009	300	STR
Mucuri	Fazenda Vale da Esperança	01/03/2009	100	MST
Olivença	Fazenda Hafner	16/11/2009	30	Índios
Ribeira do Amparo	Área em Ribeira do Amparo	16/04/2009	80	MST
Ruy Barbosa	Fazenda Casa Nova	26/03/2009	80	Ceta
Subtotal:		13	2932	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Eunápolis	Faz. Putumuju/Barrinha/Veracel Celulose	22/07/2009	800	MST
Itaberaba	Acamp. no Km 14/Estrada que Liga Ruy Barbosa a Itaberaba	17/04/2009	60	MST
Ruy Barbosa	Acamp. às margens de Rodovia/A 45 Km de Ruy Barbosa	19/04/2009	40	MST
Santa Luzia	Faz. Conjunto São José	30/11/2009	45	Ceta

Subtotal:		4	945			
Total Conflitos por Terra - BA		40	7552			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Correntina	Fazenda Santa Angélica	20/03/2009	14	14		Cultivo de milho, soja e algodão
Formosa do Rio Preto	Fazenda Vitória	20/11/2009	5	5		Cultivo de soja
Jaborandi	Carvoaria da Rotavi	30/05/2009	154	174		Carvoaria
Jaborandi	Fazenda Santa Vitória	25/08/2009	8	8		Serviços Gerais
São Desidério	Fazenda São Carlos VI	10/10/2009	14	14		Cultivo de milho e soja
Sebastião Laranjeiras	Fazenda Paus Pretos	04/09/2009	70	70	2	Colheita de algodão
Subtotal:		6	265	285	2	
Total Conflitos Trabalhistas - BA		6	265			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Casa Nova	Mulungu	01/07/2009	30	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água	
Mascote	Rio Inhumas/Rio Caboclo/Faz. Quebrado	25/08/2009	1200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Subtotal:		2	1230			
Total dos Conflitos no Campo BA		48	Pessoas: 44175			

Ceará

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amontada	Com. Caetanos de Cima/Assent. Sabiaguaba	29/10/2009	300	Assentados
Caucaia	Fazenda Caruru	17/09/2009	80	Sem Terra
Caucaia/São Gonçalo do Amarante	T.I. Anacé/ Comp. Ind. e Portuário do Pecém	04/02/2009	381	Índio
Itapipoca	P.A. Maceió	06/02/2009	800	Assentados
Itapipoca/Itarema	T.I. Tremembé/Emp. Espanhola Nova Atlântida	01/04/2009	100	Índio
São Luís do Curu	P.A. Nova Canudos/ Cialne	21/08/2009	32	Assentados
Uruburetama	Área em Uruburetama	05/07/2009	150	Sem Terra
Subtotal:		7	1843	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aurora	Fazenda Gerimum	29/06/2009	20	MST
Caucaia	Fazenda Caruru	17/07/2009	80	MST
Irauçuba	Fazenda São Pedro	14/04/2009	150	MST
Irauçuba	Fazenda Buqueirão	19/05/2009	30	MST
Palhano	Fazenda Marmudiê	19/10/2009	30	MST
Russas	Fazenda Riacho Melancia	19/10/2009	40	MST
Uruburetama	Área em Uruburetama	05/07/2009	150	SI
Subtotal:		7	500	

Total Conflitos por Terra - CE

14

2343

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
São Gonçalo do Amarante	Fazenda Lagoa do Canto	30/10/2009	20	20		Extração de madeira nativa

Subtotal:	1	20	20
Total Conflitos Trabalhistas - CE	1	20	
ÁGUA			
Conflitos pela Água			
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias
Amontada	Com. Caetanos de Cima/Assent. Sabiaguaba	29/10/2009	300
Icapuí	Praia da Redonda/Barrinha e outras	14/11/2009	
Itapipoca	P.A. Maceió	06/02/2009	800
Itapipoca/Itarema	T.I. Tremembé/Emp. Espanhola Nova Atlântida	04/04/2009	100
Limoeiro do Norte/Morada Nova	Projeto de Irrigação Tabuleiro do Russa/Dnocs	29/11/2009	300
Subtotal:	5	1500	
Total dos Conflitos no Campo CE	20	Pessoas: 19235	
Distrito Federal			
TERRA			
Conflitos por Terra			
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias
Brasília	Com. Indígena do Bananal/Setor Noroeste	31/03/2009	Índio
Brasília	Com. Indígena do Bananal/Setor Noroeste	31/05/2009	27
Subtotal:	2	27	
Ocupações			
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias
Planaltina	Faz. Engenho/Sítio Taquara	15/04/2009	300
Planaltina	Fazenda Lagoa Bonita Congado	18/04/2009	350
Sobradinho	Faz. Sávvia/Sálvia	11/12/2009	MTD
Subtotal:	3	650	
Total Conflitos por Terra - DF	5	677	
Total dos Conflitos no Campo DF	5	Pessoas: 3385	
Espírito Santo			
TERRA			
Conflitos por Terra			
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias
Cachoeiro do Itapemirim/Presidente Kennedy	Faz. Sta. Maria/Acamp. José Marcos de Araújo dos Santos	01/07/2009	120
Conceição da Barra	Com. Quilombola S. Domingos/Sapê do Norte	05/05/2009	
Conceição da Barra	Comunidade Quilombola do Linharinho	15/06/2009	41
Conceição da Barra	Com. Quilombola S. Domingos/Sapê do Norte	30/06/2009	
Conceição da Barra/São Mateus	Com. Quilombola São Jorge/Sapê do Norte	04/04/2009	70
Ponto Belo	Assent. Otaviano de Carvalho/Faz. Ipiranga	19/10/2009	98
São Mateus	Com. Quilombola Serraria/São Cristovão/Sapê do Norte	04/04/2009	45
Subtotal:	7	374	
Acampamentos			
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias
São Gabriel da Palha	Faz. Fiorot/Acamp. Adão Preto	03/03/2009	40
São Gabriel da Palha	Faz. Sta. Luzia/Acamp. São Gabriel	15/09/2009	22

Subtotal:		2	62
Total Conflitos por Terra - ES		9	436
TRABALHO			
Trabalho Escravo			
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia Libertos Menores Tipo de Trabalho
Alegre	Fazenda Jerusalém	16/03/2009	6 6
São Mateus	Usina Cridasa/ Infinity Bio Energy	19/05/2009	288 288
São Mateus	Fazenda Nova Fronteira	20/05/2009	75 75
Vila Velha	Empresa Claro	15/10/2009	18 18
Subtotal:		4	387 387
Total Conflitos Trabalhistas - ES		4	387
Total dos Conflitos no Campo ES	13		Pessoas: 2567

Goiás

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Caldas Novas	Fazenda Bom Sucesso	07/03/2009	80	Sem Terra
Inhumas	Acampamento Chico Mendes	07/05/2009	120	Sem Terra
Paraúna	Fazenda Fartura I e II	17/11/2009	14	Sem Terra
Subtotal:		3	214	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Caldas Novas	Fazenda Bom Sucesso	07/03/2009	80	SI
Faina	Fazenda São Félix	21/11/2009	70	Terra Livr
Goiás	Fazenda Guarany	22/03/2009	80	Terra Livr
Goiás	Fazenda São Felipe Vereda Bonita	29/11/2009	80	Terra Livr
Itajá	Faz. Sta. Helena/Bálsamo/Córrego das Almas	22/11/2009	80	Terra Livr
Itarumã	Fazenda Bela Vista	02/09/2009	100	Terra Livr
Subtotal:		6	490	

Total Conflitos por Terra - GO

9 **704**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Ana Terra	20/03/2009	2	2		Cultivo de soja
Catalão	Agropastoril	20/03/2009	10	10		Cultivo de eucalipto
Inhumas	Alambique Ipê Agro-Milho Industrial	20/07/2009	115	115		Cultivo de cana-de-açúcar
Itaguara	Engenho de São João	24/11/2009	1			Serviços Gerais
Itarumã	Construtora Lima e Cerávolo Ltda/UHE Salto do Rio Verdinho	31/08/2009	96	96		Desmatamento para construção de barragem
Joviânia	Fazenda Bandeirantes	20/07/2009	15	15		Cultivo de cana-de-açúcar
Minaçu	Fazenda Barbosa	20/08/2009	38	38	2	Roçagem de juquirá e pecuária
Serranópolis	Fazenda Kargil	15/04/2009	2	2		Carvoaria
Serranópolis	Fazenda Pedra Azul	15/04/2009	3	3		Carvoaria
Vianópolis	Fazenda Santana	13/11/2009	23	23		Colheita de batatas
Vila Propício	Faz. São João/Assent. Dandara	15/11/2009	7	7		Carvoaria
Vila Propício	Fazenda Cachoeirinha	15/11/2009	4	4		Pecuária
Vila Propício	Fazenda HP	15/11/2009	4	4		Pecuária
Vila Propício	Fazenda Recanto	15/11/2009	9	9		Pecuária

Subtotal:		14	329	328	2	
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Goianândia	Fazenda Santana (Empresa Carpaneda)	09/07/2009	25			Desmatamento para construção de barragem
Subtotal:		1	25			
Total Conflitos Trabalhistas - GO		15	354			
Total dos Conflitos no Campo GO		24	Pessoas: 3874			

Maranhão

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açailândia	Assentamento Califórnia	31/12/2009	200	Assentados
Alcântara	Com. Quil. Águas Belas/Centro de Lançamento de Alcântara	31/12/2009	8	Remanescentes de quilombos
Alcântara	Com. Quil. Barbosa/Centro de Lançamento de Alcântara	31/12/2009	2	Remanescentes de quilombos
Alcântara	Com. Quil. Caiuaua/Centro de Lançamento de Alcântara	31/12/2009	2	Remanescentes de quilombos
Alcântara	Com. Quil. Itapera/Centro de Lançamento de Alcântara	31/12/2009	19	Remanescentes de quilombos
Alcântara	Com. Quil. Manuninha/Centro de Lançamento de Alcântara	31/12/2009	12	Remanescentes de quilombos
Alcântara	Com. Quil. Pacoval/Centro de Lançamento de Alcântara	31/12/2009	2	Remanescentes de quilombos
Alcântara	Com. Quil. São Francisco/Centro de Lançamento de Alcântara	31/12/2009	2	Remanescentes de quilombos
Alcântara	Com. Quil. Mamuna/Mamona/Centro de Lançamento de Alcântara	31/12/2009	56	Remanescentes de quilombos
Alcântara	Com. Quil. Baracatatiua/Centro de Lançamento de Alcântara	31/12/2009	26	Remanescentes de quilombos
Alcântara	Com. Quil. Brito/Centro de Lançamento de Alcântara	31/12/2009	22	Remanescentes de quilombos
Aldeias Altas	Povoado Tamanduá	08/07/2009	50	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Comunidade Quilombola Mamorana	31/05/2009	22	Remanescentes de quilombos
Alto Alegre do Maranhão	Com. Quilombola Marmorana/Boa Hora 3	20/06/2009	22	Remanescentes de quilombos
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	08/07/2009	70	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Boa Hora 1	08/07/2009	59	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Faz. Diamantina/Com. Faveira/Água Branca	08/07/2009	65	Posseiros
Arari	Pov. Estirão Grande/Gleba Data Santa Inês/Macaquiçal	08/07/2009	86	Posseiros
Arari	Povoado Pedrinhas	13/11/2009	7	Posseiros
Arari	Povoado Olho d'Água	13/11/2009	10	Pequenos proprietários
Balsas	Gleba Bebedouro/Jd. Iracema/Data Bacaba	31/12/2009	500	Sem Terra
Belágua	Comunidade de Piquizeiro	08/07/2009	560	Posseiros
Bom Jardim	Fazenda Pôr-do-Sol	01/08/2009		Sem Terra
Bom Jardim	Fazenda Pôr-do-Sol	05/08/2009	100	Sem Terra
Bom Jardim/Carutapera/Grajaú/Turiaçu/Zé Doca	Área Indígena Awá - Guajá	10/02/2009	39	Índio
Brejo/Milagres/Santa Quitéria do Maranhão	Comunidade Lagoa Seca	05/01/2009	54	Posseiros
Buriti	Comunidade Cacimba do Boi	08/07/2009	60	Posseiros
Buriticupu	Desmatamento e Extração Ilegal de Madeira	09/10/2009		Agente pastoral
Caxias	Povoado São Martinho/Convap	10/03/2009	50	Posseiros
Caxias	Povoado Buriti do Sangue	08/07/2009	40	Posseiros
Chapadinha	Com. Quilombola Barro Vermelho	08/07/2009	26	Remanescentes de quilombos
Codó	Mata Virgem	14/06/2009	25	Posseiros
Codó	Faz. São João/Com. Todos os Santos	08/07/2009	35	Posseiros

Codó	Comunidade Quilombola Cipoal dos Pretos	23/07/2009	30	Remanescentes de quilombos
Codó	Faz. Salva Terra/Com. Sta. Rita dos Moisés	03/08/2009	70	Posseiros
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	09/10/2009		Posseiros
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	13/10/2009	80	Posseiros
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	26/11/2009	140	Posseiros
Coroatá	Santana	08/07/2009	43	Posseiros
Coroatá	Comunidade Salgado	07/10/2009	30	Posseiros
Davinópolis	Com. Água Viva/Vila São Luís/Mata Grande/Alto do Maurício/Cacauzinho	08/07/2009		Quebradeiras de coco babaçu
Grajaú	Fazenda Lagoinha	28/05/2009	20	Posseiros
Matões do Norte	Ponte e Marajá	13/11/2009		Pequenos proprietários
Mirinzal	Com. Estiva dos Mafras/Sítio Buiuna/Frechal	01/04/2009	22	Remanescentes de quilombos
Palmeirândia	Povoados Cruzeiro e Triângulo	27/05/2009		Posseiros
Palmeirândia	Povoados Cruzeiro e Triângulo	31/07/2009	212	Posseiros
Parnarama	Pov. Guerreiro/Tipiás e Lages/Faz. Canabrava	08/07/2009	72	Posseiros
Parnarama	Data Morro da Velha/Pov. Centro dos Machados/Brejinho	08/07/2009	50	Posseiros
Parnarama	Gleba Bebedouro/Faz. Bebedouro	08/07/2009	70	Posseiros
Pedro do Rosário	Comunidade Zé de Campos	02/04/2009		Posseiros
Presidente Dutra	Povoado Massapé	08/07/2009	17	Posseiros
Ribamar Fiquene	Faz. Arizona/Acamp. Salete Moreno	19/05/2009	150	Sem Terra
Rosário	Povoado Quilombola Salva Terra	10/09/2009	34	Remanescentes de quilombos
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Quilombola Santa Helena	08/07/2009	23	Remanescentes de quilombos
Santa Quitéria do Maranhão	Comunidade Coceira	08/07/2009	105	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Comunidade Lagoa das Caraíbas	08/07/2009	96	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Povoados Marçal, Volta Grande e Boião	31/08/2009		Ocupante
São Benedito do Rio Preto	Povoados Marçal, Volta Grande e Boião	30/09/2009	100	Ocupante
São Luís	Assentamento Cassaco	24/04/2009	1400	Assentados
São Luís Gonzaga do Maranhão	Comunidade Quilombola de Santarém	07/08/2009	72	Remanescentes de quilombos
São Mateus do Maranhão	Pov. Pai Mané/Retiro Velho/Barroco e Simão/Faz. Ouro Azul	27/06/2009		Posseiros
São Mateus do Maranhão	Pov. Pai Mané/Retiro Velho/Barroco e Simão/Faz. Ouro Azul	01/07/2009		Posseiros
São Mateus do Maranhão	Pov. Pai Mané/Retiro Velho/Barroco e Simão/Faz. Ouro Azul	26/09/2009	30	Posseiros
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	09/08/2009	30	Remanescentes de quilombos
Senador La Rocque	Com. Cumaru/Currais/Olho d'Água/Cajá Branca/Jenipapo	08/07/2009		Quebradeiras de coco babaçu
Serrano do Maranhão	Com. Quilombolas Cedro, Sta. Filomena, Ponta/Curral Grande	14/07/2009	100	Remanescentes de quilombos
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	08/07/2009	350	Posseiros
Urbano Santos	Com. Quilombola de Santa Maria	08/07/2009	80	Posseiros
Urbano Santos	Comunidade de Baixão dos Loretos	08/07/2009	45	Posseiros
Subtotal:			69	5702

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Balsas	Gleba Bebedouro/Jd. Iracema/Data Bacaba	30/06/2009	500	SI
Bom Jardim	Fazenda Pôr-do-Sol	26/07/2009		MST
Bom Jardim	Fazenda Pôr-do-Sol	04/08/2009	100	MST
Palmeirândia	Povoados Cruzeiro e Triângulo	01/06/2009	212	SI
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	14/05/2009	117	STR
São Mateus do Maranhão	Pov. Pai Mané/Retiro Velho/Barroco e Simão/Faz. Ouro Azul	25/09/2009	30	STR
Subtotal:			6	959

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Bom Jardim	Fazenda Pôr-do-Sol	05/08/2009	100	MST

Codó	Pov. Burity Corrente/TG Agroindústria	26/11/2009	140	Sintraf		
Subtotal:		2	240			
Total Conflitos por Terra - MA		77	6901			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Açailândia	Fazenda do Zuza Logrado	23/03/2009	8		1	Aplicação de agrotóxicos, cerca de roçagem de juquirá
Açailândia	Fazenda Boa Sorte	28/04/2009	13			Roçagem de juquirá
Açailândia	Fazenda Primavera	15/05/2009	25			Roçagem de juquirá
Açailândia	Fazenda do Gilmar	18/05/2009	5			Roçagem de juquirá
Açailândia	Fazenda Três Corações	25/05/2009	15			Roçagem de juquirá
Açailândia	Fazenda Palmeira	22/06/2009	5			Vaqueiro e cerca
Açailândia	Faz. Bem Vindo/Carvoaria do Manel	01/10/2009	11		3	Carvoaria e roçagem de
Açailândia/Bom Jardim	Fazenda da Concel	18/05/2009	5			Cerca e roçagem de juquirá
Alto Alegre do Pindaré	Fazenda do Senhor Vera	05/06/2009	18		1	Roçagem de juquirá
Alto Alegre do Pindaré	Fazenda Rio do Peixe	05/08/2009	8	8		Pecuária
Bacabal/Bom Jesus das Selvas	Fazenda Lagoinha	12/03/2009	13	13		Roçagem de juquirá
Balsas	Fazenda Santa Luzia	06/08/2009				Cultivo de soja e operador de máquinas
Balsas	Fazenda Piracicaba	24/11/2009	12			Catar raízes (soja)
Bom Jardim	Carvoaria do Clemilson e Manuel	30/09/2009	2	2		Carvoaria
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Santa Helena	18/08/2009	9			Roçagem de juquirá e derrubada
Buriticupu	Faz. Canaã/Água Branca	22/01/2009	16			Roçagem de juquirá e cercas
Capinzal do Norte	Faz. Veneza/Ilha	21/10/2009	29	29		Roçagem de juquirá
Carutapera	Fazenda União	30/09/2009	1	1		Pecuária
Codó	Fazenda Abelha	10/04/2009	37	37	1	Pecuária
Coelho Neto	Fazenda São Domingos	09/02/2009	13	13		Roçagem de juquirá
Governador Archer	Fazenda Pajeú	10/10/2009	7	7	1	Roçagem de juquirá
Grajaú	Fazenda Bacabalzinho	27/01/2009	10			Roçagem de juquirá
Itinga do Maranhão	Seringal Nordeste Borracha/São José/Empresas Senhor	18/06/2009	30			Seringal
Peritoró	Fazenda São Raimundo	10/12/2009	24	24	1	Roçagem de juquirá
Santa Luzia	Fazenda do Pedro	27/01/2009	8			Carvoaria e roçagem
Santa Luzia	Fazenda Planalto II	18/08/2009	27	27		Pecuária
Santa Luzia	Carvoaria do Valter	15/09/2009	30		1	Carvoaria
São Félix de Balsas	Fazenda Campo Belo	21/01/2009	65			Cultivo de eucalipto
São João do Caru	Faz. Serra Grande/Vale das Serras	25/10/2009	25		1	Roçagem de juquirá
Sítio Novo	Fazenda do Márcio	02/10/2009	15		1	Extrair madeira de brocar mato
Subtotal:		30	486	161	11	
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho

Aldeias Altas	TG Agroindustrial/Grupo Empresarial Costa Pinto	21/09/2009	600			Cultivo de cana-de-açúcar
Balsas	Planerte	25/09/2009	1			Cultivo de algodão e serviços gerais
Subtotal:		2	601			

Total Conflitos Trabalhistas - MA	32	1087
--	-----------	-------------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Arari	Povoado Pedrinhas	13/11/2009	7	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Estreito	Usina Hidrelétrica de Estreito	09/10/2009	500	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Serrano do Maranhão	Com. Quilombolas Cedro, Sta. Filomena, Ponta/Curral Grande	14/07/2009	100	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		3	607		

Total dos Conflitos no Campo MA	112	Pessoas: 38627
--	------------	-----------------------

Mato Grosso

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé / Xavante / Faz. Suiá-Missu	02/03/2009	90	Índio
Alto Paraguai	Esplanada	30/11/2009	100	Sem Terra
Aripuanã/Colniza	T. I. Rio Branco Alegria / Arara	02/03/2009	32	Índio
Barra do Bugres/Porto Estrela	Com. Quilombolas Vãozinho e Voltinha	23/07/2009	63	Remanescentes de quilombos
Bom Jesus do Araguaia/Serra Nova Dourada	Faz. Bordon/Bordolândia	31/03/2009		Sem Terra
Bom Jesus do Araguaia/Serra Nova Dourada	Faz. Bordon/Bordolândia	17/06/2009	1200	Sem Terra
Campinápolis/Nova Xavantina	T. I. Parabure/Xavante	28/02/2009		Índio
Colniza	Fazenda Reunidas Capabraba	18/07/2009		Sem Terra
Colniza	Fazenda Reunidas Capabraba	08/08/2009	120	Sem Terra
Confresa/Santa Terezinha	T. I. Urubu Branco/Tapirapé	24/10/2009	300	Índio
Diamantino/Nova Marilândia/Nova Maringá	T. I. Estação Paresi/Ponte de Pedra/Faz. São Jorge	09/01/2009	89	Liderança Indígena
Itanhanga/Tapurah	Assentamento Itanhanga	02/03/2009		Assentados
Jaciara	Gleba Jatobá/Faz. Colorado	31/10/2009	80	Sem Terra
Lucas do Rio Verde	Área às Margens do Rio Verde	07/05/2009	300	Sem Terra
Nova Canaã do Norte	Acampamento Irmã Dorothy	02/03/2009		Sem Terra
Nova Guarita/Peixoto de Azevedo	Gleba do Gama/P. A. Renascer	20/06/2009	50	Sem Terra
Nova Monte Verde	Gleba Matrinchá	23/06/2009	110	Sem Terra
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	02/03/2009		Sem Terra
Novo Mundo	Gleba Nhandu/P.A. Orestes/Balsa Teles Pires	10/07/2009	120	Sem Terra
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança	31/07/2009	50	Sem Terra
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	23/11/2009	170	Sem Terra
Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	19/06/2009	75	Assentados
Porto Espiridião	Portal do Encantado/Vila Nova Barbecho/Com. N. Sra. Aparecida/Chiquitanos	02/03/2009		Índio
Poxoréu	T. I. Jarudori/Bôe-Bororo/Aldeia Nova	02/03/2009	30	Índio
São Félix do Araguaia	Região dos Baianos/Gleba Macuco/Sítios Sta. Maria/Sol Nascente	07/10/2009	18	Posseiros
Subtotal:		25	2997	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
--------------	------------------	------	----------	-----------

Diamantino/Nova Marilândia/Nova Maringá	T.I. Estação Paresi/Ponte de Pedra/Faz. São Jorge	13/01/2009	16	Índios
Nova Guarita/Peixoto de Azevedo	Gleba do Gama/P. A. Renascer	19/06/2009	50	CPT
Novo Mundo	Gleba Nhandu/P.A. Orestes/Balsa Teles Pires	30/06/2009	120	SI
Subtotal:		3	186	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Bom Jesus do Araguaia/Serra Nova Dourada	Faz. Bordon/Bordolândia	31/03/2009	235	SI
Subtotal:		1	235	

Total Conflitos por Terra - MT

29 **3418**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Araputanga	Fazenda Santo Antônio	15/02/2009	6	6		Pecuária
Bom Jesus do Araguaia	Fazenda Unidas Capim Fino	30/10/2009	7	7		Pecuária
Brasnorte	Fazenda Harmonia	10/03/2009	12	12		Pecuária
Brasnorte	Fazenda Passo Fundo	05/09/2009	2	2		Pecuária
Cáceres	Fazenda São Clemente	05/06/2009	5	5		Pecuária
Confresa	Destilaria Gameleira/Araguaia	15/10/2009	55	55		Cultivo de cana-de-açúcar
Lucas do Rio Verde	SIV Construtora Ltda	14/01/2009	6	6		Fabricação de material para construção civil
Nova Canaã do Norte	Fazenda Colorado II	04/08/2009	11	11	1	Catar raízes (cultivo de soja)
Nova Lacerda	Fazenda Nossa Senhora de Fátima	20/11/2009	3	3		Pecuária
Nova Monte Verde	Novo Norte Agropecuária Ltda/São José do Aragon	20/08/2009	4	4		Pecuária
Nova Monte Verde	Fazenda 5S	10/11/2009	17	17		Pecuária
Nova Mutum	Fazenda Eldorado	30/10/2009	2	2		Pecuária
Nova Ubiratã	Fazenda Farias	25/09/2009	4	4		Pecuária
Paranaíta	Fazenda Rio da Mata	18/08/2009	10	10		Pecuária
Pontal do Araguaia	Fazenda Santa Isabel	15/05/2009	23	23		Extração de látex
Porto Espiridião	Fazenda Tangará	15/09/2009	11	11		Pecuária
Rosário do Oeste	Ecomax Agroflorestal e Pecuária Ltda	10/03/2009	11	11		Cultivo de mudas em viveiro florestal
Rosário do Oeste	Fazenda Paraíso	18/08/2009	10	10		Pecuária
Sapezal	Obra do Grupo Juruena	17/10/2009	78	78		Obra para geração de energia elétrica
Sorriso	Construtora Tenfen	15/01/2009	9	9		Fabricação de artigos de serralheria
Tapurah	Imóvel de Zenir Baschera Savi	20/01/2009	18	18		Serviços gerais
Vila Rica	Fazenda Itaguara	20/10/2009	4	4		Pecuária
Subtotal:		22	308	308	1	

Total Conflitos Trabalhistas - MT

22 **308**

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Barra do Bugres/Porto Estrela	Com. Quilombolas Vãozinho e Voltinha	23/07/2009	63	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	19/06/2009	75	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		2	138		

Total dos Conflitos no Campo MT

53

Pessoas: 18088

Mato Grosso do Sul

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	25/11/2009		Índio		
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	16/12/2009	50	Índio		
Dourados	Fazenda Serrana	26/02/2009	15	Índio		
Dourados	Porto Cambira do Tekoha Passo Piradju	01/04/2009	40	Índio		
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Ao lado da Faz. Serrana	18/09/2009	15	Índio		
Iguatemi	Fazenda Cachoeira	08/12/2009	20	Índio		
Miranda	Fazenda Petrópolis	30/10/2009	30	Índio		
Paranhos	T. I. Arroio Corá	28/04/2009	100	Índio		
Paranhos	Fazenda São Luiz/Triunfo	30/10/2009	18	Índio		
Ponta Porã/Sidrolândia	Fazenda Cambará	19/10/2009	33	Índio		
Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranjeira Nhanderu	26/05/2009		Índio		
Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranjeira Nhanderu	11/09/2009		Índio		
Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranjeira Nhanderu	14/09/2009	35	Índio		
Sidrolândia	Fazenda 3R	19/10/2009	33	Índio		
Sidrolândia	Fazenda Querência São José	19/11/2009	33	Índio		
Subtotal:			15	422		
Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Amambaí	Fazenda Piquenique	01/11/2009	80	CUT/FAF		
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	25/11/2009	50	Índios		
Miranda	Fazenda Petrópolis	21/10/2009	30	Índios		
Paranhos	Fazenda São Luiz/Triunfo	29/10/2009	18	Índios		
Ponta Porã/Sidrolândia	Fazenda Cambará	19/10/2009	33	Índios		
Sidrolândia	Fazenda 3R	18/10/2009	33	Índios		
Sidrolândia	Fazenda Querência São José	18/10/2009	33	Índios		
Subtotal:			7	277		
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Ao lado da Faz. Serrana	30/04/2009	15	Índios		
Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranjeira Nhanderu	11/09/2009	35	Índios		
Subtotal:			2	50		
Total Conflitos por Terra - MS			24	749		
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Campo Grande	Alcorra Carvoaria	29/05/2009	8	8		Carvoaria
Chapadão do Sul	Imóvel do Carlos Fernando Moura e Cia Ltda	17/02/2009	14	14		Apoio à produção florestal
Subtotal:		2	22	22		
Total Conflitos Trabalhistas - MS		2	22			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Ao lado da Faz. Serrana	18/09/2009	15	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água	
Subtotal:		1	15			

Total dos Conflitos no Campo MS		27	Pessoas: 3842	
Minas Gerais				
TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Almenara/Bandeira	Faz. Marobá/Singapura/Tabatinga/Acamp. 16 de Abril	31/10/2009	13	Sem Terra
Alvorada de Minas	Com. Quil. Ferrugem/Serra do Sapo	05/05/2009	1	Remanescentes de quilombos
Campo do Meio	Faz. Ariadnópolis/ Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	18/05/2009	98	Sem Terra
Conceição do Mato Dentro	Com. Quil. Água Santa/Mumbuca	05/05/2009	1	Remanescentes de quilombos
Jaíba/Manga	Projeto Jaíba / Faz. Serra Azul	17/02/2009		Remanescentes de quilombos
Jaíba/Manga	Projeto Jaíba / Faz. Serra Azul	12/07/2009	150	Remanescentes de quilombos
Porteirinha	Faz. Mulunguzinho/Acamp. Planeta Verde	20/02/2009	33	Sem Terra
Prata	Fazenda Buracão	13/10/2009	160	Sem Terra
Prata/Uberlândia	Fazenda Rio das Pedras	19/09/2009	110	Sem Terra
Resplendor	Acamp. Roseli Nunes 2/Faz. Pedra Bonita	03/05/2009	10	Assentados
Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	26/04/2009	33	Sem Terra
Salto da Divisa	Faz. Monte Cristo/Acamp. D. Luciano Mendes de Almeida	28/07/2009		Sem Terra
Salto da Divisa	Faz. Monte Cristo/Acamp. D. Luciano Mendes de Almeida	09/09/2009	85	Sem Terra
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	02/06/2009		Remanescentes de quilombos
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	20/08/2009	150	Remanescentes de quilombos
Uberaba	Fazenda Inhumas	08/01/2009	30	Sem Terra
Subtotal:		16	874	
Ocupações				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Belo Horizonte	Área em Belo Horizonte	09/04/2009	93	MST
Campo do Meio	Faz. Ariadnópolis/ Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	31/08/2009	31	MST
Governador Valadares	Área em Governador Valadares	02/01/2009	100	MST
Ituiutaba	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	09/07/2009		SI
Mathias Lobato	Fazenda Bom Jardim	12/10/2009	80	MST
Matias Cardoso	Com. Quil. da Lapinha/Faz. Lagoa da Lapinha	03/10/2009	72	Quilombola
Patrocínio	Fazenda Cachoeira	03/01/2009	48	MST
Pequi	Área em Pequi	28/03/2009	10	MST
Prata/Uberlândia	Fazenda Rio das Pedras	07/09/2009	110	MLST
Riacho dos Machados	Fazenda Lagoa Nova	09/08/2009	7	LCPNM
Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	28/02/2009	40	OI
Rio Pardo de Minas	Com. Geraizeira de Raiz/Passagem Larga/Replasa	03/12/2009	40	Via Campes
Rio Pardo de Minas	Com. Geraizeira de Raiz/Riachinho/Replasa	08/12/2009	120	Via Campes
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	04/07/2009		MST/Quilombola
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	02/09/2009	150	MST/Quilombola
Uberaba	Fazenda Inhumas	06/01/2009	66	MST
Uberlândia	Fazenda Santiago	14/12/2009	110	MLST
Verdelândia	Faz. Caxambu/Com. Quil. Brejo dos Crioulos	30/08/2009	55	Quilombola
Subtotal:		18	1132	
Acampamentos				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Manga	Fazenda Pau d'Arc	30/06/2009	35	SI
Subtotal:		1	35	
Total Conflitos por Terra - MG		35	2041	

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Claúdio	Faz. Santo Antônio e Santa Izabel	15/10/2009	80	80		Cultivo de cana
Curvelo	Fazenda São Sebastião	20/10/2009	11	46		Carvoaria
Limeira do Oeste	Faz. Bela Vista/Us. do Grupo Cabrera	30/04/2009	99	99		Cultivo de cana de açúcar
Paracatu	Destilaria Vale do Paracatu - Agroenergia Ltda.	10/07/2009	170	170		Cultivo de cana
Patrocínio	Fazenda Macaúbas de Baixo	20/08/2009	46	11		Cultivo de café
Pocrane	Faz. Córrego Panorama	08/07/2009	1	1		Pecuária
São Gotardo	Fazenda Carapina	10/07/2009	14	14		Cultivo de café
Subtotal:		7	421	421		
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Lagoa da Prata	Fazendas da Emp. LDC (Louis Dreyfus Commodities)	25/11/2009	530			Cultivo de cana
Subtotal:		1	530			
Desrespeito Trabalhista						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes	Tipo de Trabalho
Santo Antônio do Amparo	Faz. Vargem Grande/Campo Alegre	19/08/2009	32	18	14	Lavoura de café
Subtotal:		1	32	18	14	
Total Conflitos Trabalhistas - MG			9	983		

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Aimorés/Itueta/Resplendor	Usina Hidrelétrica de Aimorés/Vale do Rio Doce	08/03/2009		Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Bonito de Minas/Januária/Montalvânia	Rio Carinhonha/ 32 Comunidades	01/11/2009	600	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição	
Laranjal	Hidrelétrica Barra da Braúna	16/09/2009	1000	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Manga/São João das Missões	Comunidades do Baixo Itacarambi	14/08/2009		Uso e preservação	Divergência	
Pirapora/Três Marias/Vazante	Votorantim-VM/Barrag.Três Marias/CMM/Cemig	02/10/2009	1500	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição	
Subtotal:		5	3100			
Total dos Conflitos no Campo MG			49	Pessoas: 26688		

Pará

TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Abel Figueiredo	Fazenda Brlataf	01/12/2009	1	Sem Terra	
Acará/Tailândia	Fazenda Belo Horizonte I	05/11/2009	48	Trabalhador Rural	
Afuá	Ilha do Cajual**	01/01/2009	35	Ribeirinho	
Afuá	Furo Grande**	01/01/2009	1	Ribeirinho	
Afuá	Rio Tambaqui**	01/01/2009	20	Ribeirinho	
Afuá	Rio Morceguinho/Morcego**	01/01/2009	1	Ribeirinho	
Afuá	Ilha dos Porcos/Igarapé Grande**	01/01/2009	4	Ribeirinho	
Afuá	Ilha dos Porcos/Carás**	01/01/2009	20	Ribeirinho	
Afuá	Ilha do Antonino**	01/01/2009	10	Ribeirinho	
Afuá	Rio Espera**	01/01/2009	12	Ribeirinho	
Afuá	Rio Maniva**	01/01/2009	1	Ribeirinho	
Afuá	Ilha da Luzitana**	01/01/2009	8	Ribeirinho	
Afuá	Igarapé Viana**	01/01/2009	7	Ribeirinho	
Afuá	Igarapé Jovino**	01/01/2009	4	Ribeirinho	

** As ocorrências de conflitos no município de Afuá/PA são acompanhadas pela CPT Amapá.

Afuá	Rio Laranjal**	01/01/2009	32	Ribeirinho
Afuá	Furo da Cidade**	01/01/2009	15	Ribeirinho
Afuá	Rio Ipanema**	01/01/2009	30	Ribeirinho
Afuá	Ilha do Caldeirão**	01/01/2009	18	Ribeirinho
Afuá	Rio Cemitério**	01/01/2009	8	Ribeirinho
Afuá	Ilha dos Porcos/Cajueiro**	01/01/2009	30	Ribeirinho
Afuá	Ilha dos Porcos/Caetano**	01/01/2009	6	Ribeirinho
Afuá	Ilha da Serraria**	01/01/2009	40	Ribeirinho
Afuá	Rio Baiano**	01/01/2009	17	Ribeirinho
Afuá	Rio Gabriel**	01/01/2009	10	Ribeirinho
Afuá	Rio Flexal**	01/01/2009	1	Ribeirinho
Afuá	Rio Salvador Grande/Roflândia**	01/01/2009	48	Ribeirinho
Afuá	Rio Baturité**	01/01/2009	25	Ribeirinho
Afuá	Rio Vieirinha/S. Maria**	01/01/2009	1	Ribeirinho
Afuá	Igarapé Boa Vista/Baiano**	12/03/2009	2	Ribeirinho
Afuá	Rio Boa Vista/Furo Grande**	23/06/2009	1	Ribeirinho
Afuá	Furo Seco/Furo dos Porcos**	23/06/2009	1	Ribeirinho
Afuá	Rio Furtado**	23/06/2009	1	Ribeirinho
Afuá	Serraria Pequena**	23/06/2009	20	Ribeirinho
Afuá	Cajueiro**	23/06/2009	20	Ribeirinho
Afuá	Ilha do Chagas**	22/09/2009	8	Ribeirinho
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	07/05/2009	60	Assentados
Altamira/São Félix do Xingu	T.I. Apyterena/Apyterewa/Paracaná	11/08/2009	700	Pequenos proprietários
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança	09/12/2009	317	Assentados
Barcarena	Fazenda Jesus de Nazaré	05/11/2009	600	Trabalhador Rural
Barcarena	Comunidade Cristo Rei/ Sítio São João	05/11/2009	200	Trabalhador Rural
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Bacuri	31/03/2009	85	Sem Terra
Bom Jesus do Tocantins	Faz. Goiana/Aras Sta. Elias	01/12/2009	1	Sem Terra
Breu Branco	Assentamento Alcobaça	01/02/2009	58	Assentados
Breu Branco	Fazenda Alcoraça	04/03/2009	90	Sem Terra
Breu Branco	Faz. Nazaré de Patos	13/03/2009	61	Sem Terra
Cachoeira do Arari	Com. Quil. de Gurupá	26/08/2009	145	Remanescentes de quilombos
Canaã dos Carajás	P. A. Carajás I, II, III/ Proj. Mineração Sossego/CVRD	15/07/2009	300	Assentados
Canaã dos Carajás/Parauapebas	Fazenda São Luís	11/02/2009	500	Sem Terra
Capanema	Fazenda Camará	30/11/2009	45	Sem Terra
Capanema	Fazenda Sacoré	30/11/2009	1	
Capitão Poço	Fazenda Pau Amarelo	30/11/2009	35	Sem Terra
Capitão Poço	Faz. Agropel/ Acamp. Carlos Lamarca	01/12/2009	57	Sem Terra
Capitão Poço/São Domingos do Capim	Reserva Indígena Tembê/Alto Rio Guamá	16/11/2009	200	Índio
Castanhal	Fazenda Itaqui	01/04/2009	50	Sem Terra
Castanhal	Sítio Hashiguchi	08/04/2009		Sem Terra
Castanhal	Sítio Hashiguchi	29/04/2009	30	Sem Terra
Castanhal/Terra Alta	Fazenda Ouro Verde	02/04/2009	80	Sem Terra
Curionópolis/Marabá	Faz. Baixo da Égua/ Carçoço do Olho/ Agrop. Sta. Bárbara	18/03/2009	100	Sem Terra
Dom Eliseu	Faz. Pau Ferro/Comp. da Faz. Capaz	29/09/2009	115	Sem Terra
Dom Eliseu	Fazenda Viscaya	01/12/2009	50	Sem Terra
Dom Eliseu	Fazenda Betânia	01/12/2009	20	Sem Terra
Eldorado dos Carajás	Fazenda Fortaleza/ Agrop. Sta. Bárbara	10/03/2009	120	Sem Terra
Eldorado dos Carajás	Fazenda Pontal	01/12/2009	1	Sem Terra
Eldorado dos Carajás	Complexo Iraque/Acamp. Jerusalém	04/12/2009	75	Sem Terra
Eldorado dos Carajás/Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/Mª Bonita/Compl. Faz. São Felipe	09/05/2009	324	Sem Terra
Goianésia do Pará	Fazenda Palmeiras	30/09/2009	180	Sem Terra
Itupiranga	Fazenda Água Boa	28/01/2009	20	Sem Terra
Itupiranga	Fazenda Gereba	17/02/2009	50	Sem Terra
Itupiranga	Fazenda Rainha	14/06/2009		Sem Terra
Itupiranga	Fazenda Rainha	13/08/2009		Sem Terra
Itupiranga	Fazenda Rainha	04/12/2009	85	Sem Terra
Juruti	Assent. Agroextrativista Juruti Velho e Socó/Alcoa	28/01/2009	2000	Assentados
Marabá	Faz. Rio Pardo/ Agrop. Sta. Bárbara	28/02/2009	1	Sem Terra
Marabá	P. A. Belo Vale e Grande Vitória	13/03/2009	148	Assentados
Marabá	Faz. Sta. Rosa/Cedro/Plutão/Agrop. Sta. Bárbara	19/03/2009		Sem Terra

Marabá	Faz. Santa Tereza/ Acamp. Santa Ernestina	16/06/2009	1	Sem Terra
Marabá	Faz. Sta. Rosa/Cedro/Plutão/Agrop. Sta. Bárbara	23/08/2009	240	Sem Terra
Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	15/09/2009	1	Assentados
Marabá	Fazenda São João	25/09/2009	80	Sem Terra
Marabá	Fazenda Pioneira	04/12/2009	120	Sem Terra
Marapanim	Loteamento Sol e Mar	01/04/2009	1	
Marapanim	Faz. Camará e Lago	04/04/2009	150	Sem Terra
Moju	Quil. de Jambu-Açu/Vale do Rio Doce	31/01/2009	674	Remanescentes de quilombos
Moju/Tailândia	Fazenda Santa Marta I	05/11/2009	600	Trabalhador Rural
Pacajá	Fazenda Triângulo Mineiro	08/09/2009	8	Sem Terra
Paragominas	Fazenda Bel Minas	07/12/2009	25	Sem Terra
Paragominas	Fazenda Cachoeira	07/12/2009	20	Sem Terra
Piçarra	Faz. Castanhais/ Acamp. Alto Bonito/ Agrop. Sta. Bárbara	11/09/2009		Sem Terra
Piçarra	Faz. Castanhais/ Acamp. Alto Bonito/ Agrop. Sta. Bárbara	12/11/2009	20	Sem Terra
Rondon do Pará	Fazenda Larissa	30/03/2009		Sem Terra
Rondon do Pará	Faz. de João Batista Motta	01/04/2009	1	Sem Terra
Rondon do Pará	Fazenda Água Branca	24/04/2009	1	Sem Terra
Rondon do Pará	Fazenda Larissa	26/08/2009	150	Sem Terra
Santa Maria das Barreiras	Complexo Forkilha/Assent. Agropec	12/06/2009	45	Sem Terra
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino/P.A. Lua Clara	15/09/2009	4	Sem Terra
Santarém	Gleba Nova OLinda	16/11/2009	300	Assentados
São Domingos do Capim	Faz. São Joaquim do Capim	01/04/2009	30	
São Francisco do Pará	Faz. Igarapé-Miri	07/04/2009	33	Sem Terra
São João do Araguaia	Faz. Araguaia/Gl. Fortaleza "A"/Acamp. Ponta de Pedra do Araguaia	01/12/2009	150	Sem Terra
São João do Araguaia	Fazenda Retiro	03/12/2009	35	Sem Terra
São Miguel do Guamá	Faz. São João	06/04/2009	50	
Sapucaia/Xinguara	Faz. Porto Rico/ Agrop. Sta. Bárbara	01/03/2009	300	Sem Terra
Sapucaia/Xinguara	Fazenda Rio Vermelho	14/11/2009	200	Sem Terra
Tailândia	Fazenda Belo Horizonte II	05/11/2009	70	Trabalhador Rural
Tailândia	Fazenda Uirá (Zurita)	05/11/2009	60	Trabalhador Rural
Tucumã	Faz. Nega Madalena/De Beira-Mar	05/10/2009	322	Sem Terra
Tucumã	Fazenda São Judas Tadeu I	30/11/2009	20	Sem Terra
Tucuruí	Faz. Piratininga/Acamp. Salvador Alende	03/11/2009	480	Assentados
Uruará	Fazenda Viemag	12/11/2009	30	Sem Terra
Uruará	Faz. Nova Invernada/Grupo Agronil	12/11/2009	120	Sem Terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	18/04/2009		Sem Terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	23/10/2009		Sem Terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	22/11/2009	200	Sem Terra
Subtotal:			113	11951
Ocupações				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acará/Tomé-Açu	Assent. Benedito Alves Bandeira	28/07/2009	30	SI
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	13/04/2009	380	Fetagri/PA
Breu Branco	Fazenda Alcoraça	19/02/2009	90	Fetagri
Breu Branco	Faz. Nazaré de Patos	09/03/2009	61	SI
Breu Branco	Assentamento Alcobaça	31/12/2009	90	Fetagri
Castanhal	Sítio Hashiguchi	24/04/2009	30	MST
Curionópolis/Marabá	Faz. Baixo da Égua/ Carço do Olho/ Agrop. Sta. Bárbara	01/01/2009		MST
Dom Eliseu	Faz. Pau Ferro/Comp. da Faz. Capaz	15/09/2009	150	Fetra/STR
Eldorado dos Carajás	Fazenda Fortaleza/ Agrop. Sta. Bárbara	31/01/2009	120	Fetra
Goianésia do Pará	Fazenda Palmeiras	30/09/2009	180	Fetagri
Goianésia do Pará/Rondon do Pará	Faz. Paraíso/Acamp. Campos Dourados	31/12/2009	100	Fetagri
Itupiranga	Fazenda Rio Grande	31/12/2009	50	Fetagri
Itupiranga	Faz. Mineira/Gleba Cajazeira	31/12/2009	60	SI
Marabá	Faz. Sta. Rosa/Cedro/Plutão/Agrop. Sta. Bárbara	10/02/2009	100	Fetra
Marabá	Faz. Rio Pardo/ Agrop. Sta. Bárbara	28/02/2009		MST
Marabá	Faz. Sta. Rosa/Cedro/Plutão/Agrop. Sta. Bárbara	01/03/2009	240	MST
Marabá	Faz. Barreira Branca	10/03/2009	150	Fetagri
Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	11/05/2009	80	Fetagri/PA
Marabá	Faz. Sta. Rosa/Cedro/Plutão/Agrop. Sta. Bárbara	15/07/2009		Asparmab

Marabá	Faz. Sta. Rosa/Cedro/Plutão/Agrop. Sta. Bárbara	29/07/2009	40	Asparmab
Marabá	Fazenda Itacaiúnas	31/12/2009	250	Fetagri
Marabá	Faz. Asa/ Acamp. Bandeira Branca	31/12/2009	80	Fetagri
Marabá	Fazenda Boi Branco	31/12/2009	400	Fetagri
Marabá/São Geraldo do Araguaia	Fazenda Cajueiro	31/12/2009	15	Fetra
Ourilândia do Norte	Fazenda Mil e Duzentos	15/04/2009	270	Fetagri/PA
Pacajá	Fazenda Triângulo Mineiro	01/01/2009	8	SI
Palestina do Pará	Fazenda Índia Sul	31/12/2009	50	Fetagri
Piçarra	Faz. Castanhais/ Acamp. Alto Bonito/ Agrop. Sta. Bárbara	22/07/2009	250	Fetagri
Rondon do Pará	Faz. de João Batista Motta	21/03/2009		Fetra
Rondon do Pará	Faz. de João Batista Motta	30/04/2009		Fetra
Rondon do Pará	Fazenda Larissa	31/12/2009	150	Fetra
Rondon do Pará	Fazenda Estrela Dalva/ Maraviha	31/12/2009	200	Fetagri
Santa Maria das Barreiras	Fazenda Jaú	31/12/2009	500	Fetagri
Santa Maria das Barreiras	Faz. Colônia Verde Brasileira	31/12/2009	50	SI
São Félix do Xingu	Faz. Terra Roxa/Faz. São Félix/São Miguel	20/07/2009	72	AST*
Sapucaia/Xinguara	Faz. Porto Rico/ Agrop. Sta. Bárbara	20/02/2009	300	Fetra
Tucumã	Fazenda Panelão	31/01/2009	44	SI
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	20/01/2009	40	SS
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	28/02/2009		Fetra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	28/02/2009	200	MST
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	25/03/2009	40	Fetagri
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	09/05/2009	200	Fetagri/Fetra
Xinguara	Acampamento no Km 70 da PA-150	31/12/2009	90	Fetagri
Subtotal:		43	5160	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Eldorado dos Carajás/Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/Mª Bonita/Compl. Faz. São Felipe	04/11/2009	400	MST
Itupiranga	Fazenda Água Boa	27/01/2009	20	SI
Marabá	Faz. Barreira Branca	28/02/2009	120	SI
Sapucaia/Xinguara	Fazenda Rio Vermelho	04/11/2009	200	MST
Subtotal:		4	740	

Total Conflitos por Terra - PA

160

17851

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Abel Figueiredo	Carvoaria do Márcio e Maurício	13/05/2009	6			Carvoaria
Abel Figueiredo	Carvoaria do Fernando e do "Seu Neo"	20/09/2009	3	3		Carvoaria
Abel Figueiredo	Carvoaria do Márcio e Maurício	30/09/2009	6			Carvoaria
Água Azul do Norte	Fazenda do Zé Português	18/03/2009	5			Roçagem de juquira e uso de agrotóxicos
Água Azul do Norte	Fazenda Guarani	01/06/2009	48			Roçagem de pasto e uso de agrotóxicos
Anapu	Garimpo do João Vicente	25/11/2009	7	7		Extração de minérios, metais preciosos
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Lua Cheia	10/05/2009	10	10		Pecuária
Breu Branco	Fazenda Santa Rosa	15/05/2009	9			Cerca, roçagem de juquira e
Capitão Poço	Fazenda Ouro Verde	18/11/2009	6	6		Serviços gerais
Dom Eliseu	Fazenda do Pedrão	13/07/2009	3			Roçagem de juquira
Eldorado dos Carajás	Carvoaria do Gravata ou do Alrino	04/09/2009	11	11		Carvoaria
Floresta do Araguaia	Fazenda Esquinão ou Pai e Filha	01/04/2009	12			Lavoura: cultivo de abacaxi
Goianésia do Pará	Fazenda RDM	21/07/2009	9	9		Pecuária
Goianésia do Pará	Fazenda do Mazinho/Vista Alegre	21/07/2009	9	9		Pecuária
Goianésia do Pará	Fazenda Santa Maria	10/09/2009	18	18		Pecuária
Goianésia do Pará	Carvoaria da LN	10/09/2009	12	12		Carvoaria

Ipixuna do Pará	Fazenda Lenninha	10/03/2009	6	6		Carvoaria
Itupiranga	Fazenda Bagajá	24/03/2009	19			Roçagem de juquira, cerca, aplicação e agrotóxico
Itupiranga	Fazenda Divino Pai Eterno	19/06/2009	15			roçagem de juquira e cerca
Itupiranga	Palmitos Imperador	15/09/2009	29	29		Extração de palmito
Itupiranga/Marabá	Fazenda Muriçoca	21/01/2009	4			Roçagem de juquira e plantação de capim
Jacundá	Fazenda Divinópolis	21/01/2009	4	6		Roçagem de juquira
Marabá	Carvoaria e Faz. Geladinho/Novo Prazer	14/01/2009	14	11		Carvoaria e roçagem de
Marabá	Fazenda Madeira	21/01/2009	6			Roçagem de juquira
Marabá	Fazenda do Ivo	04/08/2009	13			Roçagem de juquira
Marabá	Fazenda do Hélio da Padaria	24/08/2009	11			Roçagem de juquira
Marabá	Fazenda Chego Lá	02/09/2009	5	5		Pecuária
Marabá	Fazenda Terra Roxa	02/09/2009	18	18		Pecuária
Marabá	Faz. Boa Esperança/Boa Sorte	10/09/2009	3			Vaqueiro
Marabá/Parauapebas	Garimpo Alto Bonito/Faz. dos Miranda	26/01/2009	250			Garimpo
Moju	Sítio Mineiro	15/09/2009	7	7		Pecuária
Novo Repartimento	Fazenda do Nilton	20/01/2009	8	8		Pecuária
Novo Repartimento	Fazendas São José e Retiro	03/02/2009	200			Roçagem de juquira, cerca
Novo Repartimento	Fazenda Cedro	12/02/2009	6	2		Roçagem de juquira, plantação de capim, cerca
Novo Repartimento	Fazenda Águas Claras	03/03/2009	1			Roçagem e serviços gerais
Novo Repartimento	Sítio Bela Vista	17/06/2009	5	5		Roçagem de juquira
Novo Repartimento	Fazenda Nova Esperantina	02/09/2009	30			Roçagem de juquira, cerca
Novo Repartimento	Garimpo do Manelão	16/09/2009	20			Garimpo
Novo Repartimento	Fazenda Bagaceira	24/09/2009	5		1	Roçagem de juquira e pecuária
Novo Repartimento/São Félix do Xingu	Fazenda do Ceará	30/11/2009	8			Roçagem de mato
Ourilândia do Norte	Fazenda Vida Nova	03/06/2009	15	16		Limpeza de pasto e aplicação de agrotóxico
Ourilândia do Norte	Fazenda do Vagner	06/07/2009	19		1	Roçagem e derrubada
Ourilândia do Norte	Garimpo Clandestino na Fazenda do Shimite	14/09/2009	60			Garimpo
Pacajá	Fazenda Amazônia/Assunil	02/05/2009	17			Roçagem de juquira
Pacajá	Faz. Tucunaré (ex-Suvil)/V. L de AS Pecuária	24/06/2009	4	4		Pecuária
Paragominas	Fazenda Cachoeira	15/03/2009	13	13		Pecuária
Paragominas	Faz. do Loivander Bertollo	15/03/2009	5	5		Pecuária
Parauapebas	Fazendas Serra Grande e Santa Andréia	23/04/2009	9	8		Roçagem de juquira
Parauapebas	Carvoaria/Serraria Tadeu	05/10/2009	23			Carvoaria e serraria
Piçarra	Fazenda Santa Terezinha	17/02/2009	7			Roçagem de juquira
Placas	Fazenda Cinco Estrelas	13/08/2009	5	5		Pecuária
Rio Maria	Fazenda Ararurana	18/01/2009	12			Cultivo de milho e plantação de capim
Rondon do Pará	Córrego do Pitinga	30/03/2009	11			Carvoaria
Rondon do Pará	Fazenda Paraíso	11/05/2009	40			Roçagem de juquira

Rondon do Pará	Fazenda Lacy	15/05/2009	11			Roçagem de juquira e carvoaria
Rondon do Pará	Serraria Barroso	15/05/2009	22			Serraria e Carvoaria
Rondon do Pará	Fazenda Piatá	22/05/2009				Carvoaria
Rondon do Pará	Carvoaria do Valdo	05/10/2009	7	7		Carvoaria
Rondon do Pará	R. G. Indústria e Comércio de Carvão Ltda	05/10/2009	7	7		Carvoaria
Rondon do Pará	Cerca Verde no Chapadão	22/10/2009	40			Carvoaria
Rondon do Pará	Fazendinha Represa	27/11/2009	47			Serraria
Santa Maria das Barreiras	Fazenda Tarumã	23/09/2009	50			Roçagem de juquira
São Domingos do Araguaia	Fazenda Água Branca	11/05/2009	47			Roçagem de juquira
São Félix do Xingu	Faz. Inferno Verde ou do Antônio Loro	06/01/2009	43	46		Colheira de folhas de jaborandi
São Félix do Xingu	Fazenda Nossa Senhora da Guia	12/02/2009	12			Quebra juquira, cerca, serraria, vaqueiro
São Félix do Xingu	Fazenda Palmeira	11/05/2009	9			Roçagem de juquira
São Félix do Xingu	Fazenda Santa Maria	18/06/2009	11			Roçagem de juquira e aplicação e agrotóxico
São Félix do Xingu	Fazenda Vale dos Sonhos	26/06/2009	22			Cerca
São Félix do Xingu	Fazenda Irmão Horácio	17/07/2009	7			Roçagem, arrastão para cerca e colheita de
São Félix do Xingu	Fazenda Guataparã	19/07/2009	8	8		Pecuária
São Félix do Xingu	Garimpo Clandestino do Renos Branquinho de Moura	28/08/2009	14			Garimpo de cobre
São Félix do Xingu	Fazenda Capanema	10/10/2009	4	4		Pecuária
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Cachoeira	25/11/2009	1	1		Pecuária
Sapucaia	Fazenda Califórnia	11/02/2009	40			Roçagem, cerca e aplicação de agrotóxico
Tomé-Açu	Fazenda Jatobá	18/11/2009	5	5		Pecuária
Trairão	Fazenda Sobrado	25/10/2009	5	5		Pecuária
Tucumã	Fazenda São Judas Tadeu I	17/07/2009	22	4		Roçagem de juquira, cerca e plantação de capim
Tucuruí	Fazenda do Deja	18/02/2009	7			Cerca e roçagem de juquira
Tucuruí	Faz. Santa Rosa/Carvoaria A dos Santos	22/06/2009	30			Carvoaria
Tucuruí	Carvoaria A dos Santos e VJ	17/08/2009	45			Carvoaria
Xinguara	Fazenda do Tão	04/05/2009	7			Roçagem de pasto
Xinguara	Fazenda Jaburu	10/05/2009	6	6		Pecuária
Xinguara	Fazenda Flor de Goiás	11/05/2009	7		2	Roçagem de juquira
Xinguara	Faz. Manguaguá/Tuitaba	17/08/2009	20			Aplicação de agrotóxico e limpeza de pasto
Subtotal:		84	1657	326	4	
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Palestina	02/09/2009	3			Roçagem de juquira
Itupiranga/Marabá	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	02/04/2009	4			Roçagem de juquira e aplicação de agrotóxico
Marabá	Fazenda do Raimundo Bala	12/08/2009	2			Roçagem de juquira
Marabá	Fazenda São José	21/09/2009	3			Serviços gerais
Marabá	Fazenda do Manoel	22/09/2009	4			Roçagem
Novo Repartimento	Fazenda do Senhor Mirovaldo	29/09/2009	4			Roçagem de juquira

Pacajá	Construtora Araguaia	30/09/2009	12		Construção de casas populares para o Incra
Palestina do Pará	Fazenda Andorinha	19/05/2009	40		Roçagem de pasto
Rio Maria	Fazenda Vice	14/04/2009	5		Roçagem de juquira
Santana do Araguaia	Carvoaria do Dudu	06/04/2009	14		Carbonizador
São Félix do Xingu	Fazenda do Galo	06/01/2009	2		Derrubada e plantação de capim
São Félix do Xingu	Fazenda Maoa	23/03/2009	3		Roçagem de juquira
São Félix do Xingu	Fazenda Quatro Reis	07/04/2009	4		Sem informação
São Félix do Xingu	Fazenda Cajueiro	26/05/2009	1		Cerca, curral e trator
São Félix do Xingu	Fazenda da Ladeira Vermelha	16/11/2009	3		Roçagem de juquira
Subtotal:		15	104		

Desrespeito Trabalhista

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
Breu Branco	Fazenda São Mateus	04/12/2009	2			Lavoura
Ourilândia	Fazenda Rio Branco	03/12/2009	1			Pecuária
Subtotal:		2	3			

Total Conflitos Trabalhistas - PA 101 1764

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Altamira	Hidrelétrica Belo Monte/Rio Xingu	03/11/2009	6000	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Cachoeira do Arari	Com. Quil. de Gurupá	09/01/2009	145	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação
Juruti	Assent. Agroextrativista Juruti Velho e Socó/Alcoa	28/01/2009	2000	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte/T.I. Parakanã	16/04/2009		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte/T.I. Parakanã	26/04/2009		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		5	8145		

Total dos Conflitos no Campo PA 266 Pessoas: 131744

Paraíba

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aroeiras	Barragem Acauã	29/07/2009	680	Atingidos por barragens
Itatuba	Fazenda Mascadi/Barragem Acauã	04/07/2009	100	Atingidos por barragens
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	04/01/2009		Posseiros
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	26/02/2009		Posseiros
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	04/03/2009		Parceleiros
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	04/04/2009	30	Posseiros
Pocinhos	Fazenda Cabeça de Boi	02/05/2009	60	Sem Terra
Subtotal:		7	870	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Itabaiana	Faz. Cajá/Acamp. União	06/06/2009	30	CPT
Itabaiana/Pilar	Faz. Bela Vista/Acamp. Pau Brasil	17/04/2009	200	MST
Itatuba	Fazenda Mascadi/Barragem Acauã	04/05/2009	100	MAB

Subtotal:		3	330		
Acampamentos					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Itatuba	Fazenda Mascadi/Barragem Acauã	04/05/2009	100	MAB	
Pocinhos	Fazenda Cabeça de Boi	01/05/2009	60	MST	
Subtotal:		2	160		
Total Conflitos por Terra - PB		12	1360		
ÁGUA					
Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Aroeiras	Barragem Acauã	10/05/2009	800	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Subtotal:		1	800		
Total dos Conflitos no Campo PB		13	Pessoas: 10800		
Paraná					
TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Alvorada do Sul	Fazenda Palheta/Atalla	22/01/2009		Sem Terra	
Alvorada do Sul	Fazenda Palheta/Atalla	21/04/2009	50	Sem Terra	
Bituruna/General Carneiro	Fazenda Rondon III/Palmital	16/06/2009	105	Sem Terra	
Cascavel/Corbélia	Faz. Bom Sucesso/Acamp. Primeiros Passos	08/05/2009	150	Sem Terra	
Espigão Alto do Iguaçu	Fazenda Solidor	12/03/2009	36	Assentados	
Guairacá	Faz. Videira/Acamp. 8 de Março	21/04/2009	70	Sem Terra	
Guarapuava	Faz. da GVA/Acamp. Nova União	20/01/2009	100	Sem Terra	
Guarapuava	Acamp. 20 de Novembro/Faz. Erva Mate/Curi/Nacional	10/03/2009	30	Sem Terra	
Londrina/Tamarana	T.I. Apucarana/Povo Kaingang	18/07/2009	150	Índio	
Marilândia do Sul	Fazenda Salto Grande	03/02/2009	120	Sem Terra	
Paranapoema	Faz. Santo Antônio/Campo Santo	01/08/2009		Sem Terra	
Paranapoema	Faz. Santo Antônio/Campo Santo	08/12/2009	130	Sem Terra	
Perobal	Fazenda Timburi	02/09/2009		Sem Terra	
Perobal	Fazenda Três Rios	02/09/2009		Sem Terra	
Perobal	Fazenda Três Rios	02/12/2009	150	Sem Terra	
Perobal	Fazenda Timburi	02/12/2009	30	Sem Terra	
Tamarana	Fazenda Borborema	19/01/2009	6	Sem Terra	
Terra Roxa	T. I. Tekoha Araguajy/Guarani	19/01/2009		Índio	
Tijucas do Sul	Pinhal dos Borges/ Abarracamento/ Araçatuba	18/08/2009	36	Sem Terra	
Subtotal:		19	1163		
Ocupações					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Alvorada do Sul	Fazenda Palheta/Atalla	12/01/2009		Contag	
Alvorada do Sul	Fazenda Palheta/Atalla	05/02/2009	50	Contag	
Alvorada do Sul	Faz. Itaverá/Grupo Atalla/Us. Central do Paraná S.A	15/06/2009		Contag	
Alvorada do Sul	Faz. Itaverá/Grupo Atalla/Us. Central do Paraná S.A	21/09/2009	70	Contag/MST	
Cascavel	Fazenda Castelo/Complexo Cajati	01/05/2009	500	MST	
Diamante do Norte	Fazenda Macuco	03/10/2009	25	MAST	
Diamante do Norte	Fazenda Rey	03/10/2009	25	MAST	
Faxinal	Fazenda São João	25/10/2009	13	Contag	
Guarapuava	Faz. da GVA/Acamp. Nova União	17/01/2009	100	MST	
Londrina	Fazenda Guairacá	24/02/2009	90	MST	
Londrina	Fazenda Pininga	24/02/2009	100	MST	
Londrina/Tamarana	T.I. Apucarana/Povo Kaingang	04/07/2009	200	Índios	
Marilândia do Sul	Fazenda Antartica	29/10/2009	150	Contag	
Marmeleiro	Fazenda Araçá	28/01/2009	10	MST	
Paranapoema	Faz. Santo Antônio/Campo Santo	10/08/2009	130	MST	
Perobal	Fazenda Timburi	02/02/2009	30	SI	

Perobal	Fazenda Três Rios	02/03/2009	150	SI
Porecatu	Fazenda Porta do Céu/Atalla	23/02/2009	70	MST
Tamarana	Fazenda Tamarana	19/01/2009	50	MST
Tamarana	Faz. Santa Terezinha	19/01/2009	10	MAST
Tijucas do Sul	Pinhal dos Borges/ Abarracamento/ Araçatuba	20/06/2009	36	OI
Subtotal:			21	1809

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alvorada do Sul	Faz. Itaverá/Grupo Atalla/Us. Central do Paraná S.A	15/03/2009	50	Contag
Barbosa Ferraz	Fazenda São Paulo	25/06/2009	75	MST
Subtotal:			2	125

Total Conflitos por Terra - PR

42 **3097**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Adrianópolis	Faz. Ipanema/J.A.R. Sobral/Compet Agroflorest. S/A	11/02/2009	12	12		Cultivo de Pinus
Bituruna	Madeiraira Miguel Fortes	11/08/2009	36	36		Cultivo de erva-mate
Bituruna	Faz. Planalto II / Rondon	20/09/2009	14	14		Serraria
Bituruna	Fazenda Santa Bárbara	20/09/2009	11	11		Cultivo de erva-mate
Bituruna	Faz. Santo Antônio do Itarim	05/11/2009	11	11		Cultivo de erva-mate
Cerro Azul	Fazenda Pinhal Grande	29/10/2009	40	40		Corte de pinus
Clevelândia	Faz. Erva-Mate Herança Nativa	20/10/2009	24	24		Cultivo de erva-mate
Coronel Domingos Soares	Fazenda Santo Antônio	05/11/2009	9	9		Cultivo de erva-mate
Doutor Ulysses	Faz. de Ari Fogaça da Silva Sengés	02/06/2009	6	6		Corte de pinus
Doutor Ulysses	Fazenda Itapirapuã	02/06/2009	19	19		Corte de Pinus
Doutor Ulysses	Serraria Dutra	02/06/2009	4	4		Corte de Pinus
General Carneiro	Faz. da Ervateira Regina Ltda	20/10/2009	12	12		Cultivo de erva-mate
São João do Triunfo	Serraria São Geraldo	22/04/2009	12	12		Corte de pinus
São João do Triunfo	Faz. de Olegário Germano Ullmann	22/04/2009	9	9		Corte de pinus
São João do Triunfo	Faz. de Joel Lucas Malanski	07/07/2009	4	4		Desmate
São Mateus do Sul	Faz. São Miguel da Roseira	10/03/2009	4	4		Cultivo de tomate
Subtotal:		16	227	227		

Total Conflitos Trabalhistas - PR

16 **227**

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Clevelândia/Honório Serpa	Barragem do Rio Chopim	16/10/2009	2000	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Subtotal:		1	2000		

Total dos Conflitos no Campo PR

59

Pessoas: 25712

Pernambuco

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Águas Belas/Iati	Eng. Barra Nova/Faz. Nova	27/02/2009	100	Sem Terra
Buíque	Fazenda Grande	29/09/2009	20	Sem Terra
São Caitano	Fazenda Papagaio	12/06/2009	40	Sem Terra
São Joaquim do Monte	Faz. Jabuticaba/4 Irmãos	06/02/2009		Sem Terra
São Joaquim do Monte	Faz. Jabuticaba/4 Irmãos	19/02/2009	100	Sem Terra
São Lourenço da Mata	Eng. General/Us. Tiúma/Votorantim	19/05/2009	100	Sem Terra

São Lourenço da Mata	Faz. Cajueiro São João/Assent. Chico Mendes 3	23/10/2009	20	Assentados		
Sertânia	Fazenda Juá	06/09/2009	25	Sem Terra		
Subtotal:		8	405			
Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Água Preta/Gameleira	Engenho Cachoeira Dantas	17/04/2009	150	MST		
Amaraji	Engenho Retalhos	17/04/2009	70	MST		
Barreiros	Engenho São Pedro	17/04/2009	200	MST		
Barreiros/São José da Coroa Grande	Eng. Manguinhos/Us. Central Barreiros	11/03/2009	100	MST		
Buíque	Fazenda Grande	30/03/2009	20	MST		
Inajá	Fazenda Pernambuco	13/04/2009	100	MST		
Ipubi	Fazenda Cedro	17/04/2009	150	MST		
Jataúba	Fazenda Balame	16/04/2009	300	MST		
Passira	Faz. Santo Antônio	18/04/2009	80	MST		
Petrolina	Fazenda dos Altinhos	18/04/2009	220	MST		
São Caitano	Fazenda Papagaio	09/07/2009	40	MST		
São Joaquim do Monte	Faz. Jabuticaba/4 Irmãos	10/07/2009	80	MST		
São Joaquim do Monte	Fazenda Camaragibe	06/10/2009	150	MST		
São Lourenço da Mata	Eng. General/Us. Tiúma/Votorantim	13/04/2009	100	MST		
São Lourenço da Mata	Faz. Cajueiro São João/Assent. Chico Mendes 3	23/10/2009	20	MST		
Sertânia	Faz. Saquinho de Cima/Pantaleão I	08/03/2009	20	CPT		
Sertânia	Fazenda Cachoeira dos Guilhermes	09/05/2009	32	CPT		
Vitória de Santo Antão	Faz. Santa Cristina/Cristina	15/04/2009	100	MST		
Subtotal:		18	1932			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
São Joaquim do Monte	Faz. Jabuticaba/4 Irmãos	06/02/2009	100	MST		
Subtotal:		1	100			
Total Conflitos por Terra - PE		27	2437			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Aliança	Usina Cruangi	04/02/2009	245	245	16	Cultivo de Cana de Açúcar
Amaraji	Eng. Manhoso e Amorinha	13/05/2009	45	45	1	Cultivo de Banana
Escada	Usina Liberdade	10/03/2009	39	39	1	Cultivo de Cana de Açúcar
Escada/Ipojuca	Usina Salgado	15/10/2009	50	50		Cultivo de Cana de açúcar
Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela	16/06/2009	40	40		Cultivo de Cana de açúcar
Subtotal:		5	419	419	18	
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Gameleira	Usina Cucaú	19/03/2009				Cultivo de Cana
Subtotal:		1				
Desrespeito Trabalhista						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
Catende	Us. Catende/Assent. Miguel Arraes	18/03/2009	2700			Cultivo de Cana de Açúcar
Cortês	Usina Pedrosa/Barra de Jangada	22/12/2009	2			Cultivo de Cana de Açúcar
Subtotal:		2	2702			
Total Conflitos Trabalhistas - PE		8	3121			

ÁGUA					
Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Jaboatão dos Guararapes/Recife	Usina Bulhões	05/04/2009		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Sirinhaém	Us. Trapiche/Ilha de Constantino	29/10/2009	53	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		2	53		

Total dos Conflitos no Campo PE 37 Pessoas: 15571

Piauí

TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Assunção do Piauí	Angico Seco	31/12/2009	80	Posseiros	
Baixa Grande do Ribeiro	Área do Condomínio Laranjeira I e II	15/04/2009	84	Pequenos proprietários	
Baixa Grande do Ribeiro	Gleba Bacaba/Data Angelim	09/05/2009	1	Pequenos proprietários	
Baixa Grande do Ribeiro	Comunidade Brejo Seco	09/12/2009	20	Pequenos proprietários	
Baixa Grande do Ribeiro/Santa Filomena	Gleba Bacaba/Data Sete Lagoas	25/08/2009	5	Pequenos proprietários	
Barras	Boa Presença	31/12/2009	54	Posseiros	
Barras	Barra do Taquari	31/12/2009	25	Posseiros	
Beneditinos	Assentamento Barreiros	05/01/2009	82	Assentados	
Bom Jesus	Pov. Garça/Faz. Barracão	31/12/2009	6	Posseiros	
Bom Jesus	Assentamento Taboca das Flores	31/12/2009	58	Assentados	
Bom Jesus/Currais	Aroeira Correntinho/Com. Sucruí	31/12/2009	71	Posseiros	
Buriti dos Lopes	Ilha do Patiaca	31/12/2009	35	Posseiros	
Buriti dos Montes	Assentamento Pitombeiras	22/01/2009	150	Assentados	
Cajazeiras do Piauí	Fazenda Conceição	01/09/2009	45	Posseiros	
Esperantina	Nova Conquista	31/12/2009	12	Sem Terra	
Madeiro	Murici	31/12/2009	62	Posseiros	
Madeiro	Povoado Vassoural	31/12/2009	35	Posseiros	
Miguel Alves	Pov. Mato Seco/Assent. Jenipapeiro da Mata	31/12/2009	50	Assentados	
Miguel Alves	Olho d' Água	31/12/2009	90	Posseiros	
Miguel Alves	Povoado Mato Seco	31/12/2009	80	Posseiros	
Sigefredo Pacheco	Assent. Santo Antônio de Campo Verde	10/11/2009	268	Assentados	
Teresina	Gaspar	31/12/2009	100	Posseiros	
Teresina	Comunidade Serra do Coroatá	31/12/2009	70	Posseiros	
União	Povoado Veneza	31/12/2009	10	Posseiros	
União	Aroeiras/São Felipe	31/12/2009	50	Posseiros	
Uruçuí	Data Morrinhos	31/12/2009	30	Posseiros	
Subtotal:		26	1573		

Total Conflitos por Terra - PI 26 1573

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Corrente	Fazenda Várzea Fechada	25/09/2009	11	11		Pecuária (bovino para leite)
Subtotal:		1	11	11		

Total Conflitos Trabalhistas - PI 1 11

ÁGUA					
Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Barras	Barra do Taquari	01/01/2009	25	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Bocaina	Lagoa do Cajueiro	30/11/2009	78	Uso e preservação	Divergência

Manoel Emídio	Colônia de Pescadores V-3/Rio Gurguéia	08/08/2009	100	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		3	203		

Total dos Conflitos no Campo PI	30	Pessoas: 8891
--	-----------	----------------------

Rio de Janeiro

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Niterói	Colônia de Pescadores Z-7/Praia de Itaipu	10/11/2009		Pescadores
Paracambi	Fazenda Rio Novo	16/08/2009		Sem Terra
Paracambi	Fazenda Rio Novo	18/08/2009		Ocupante
Paracambi	Fazenda Rio Novo	17/09/2009	150	Ocupante
Rio de Janeiro	Quilombo Pedra do Sal	27/08/2009	10	Remanescentes de quilombos
Subtotal:		5	160	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Paracambi	Fazenda Rio Novo	16/08/2009	150	MST
Pirai	Fazenda Pau d' Alho	10/10/2009	150	MST
Subtotal:		2	300	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Paracambi	Fazenda Rio Novo	17/09/2009		MST
Subtotal:		1	0	

Total Conflitos por Terra - RJ	8	460
---------------------------------------	----------	------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Campos dos Goytacazes	Usina Santa Cruz	15/05/2009	150	150		Cultivo de cana de açúcar
Campos dos Goytacazes	Usina Santa Cruz	06/06/2009	324	324	5	Cultivo de cana de açúcar
Campos dos Goytacazes	Usina Paineiras	16/07/2009	81	81		Cultivo de cana de açúcar
Campos dos Goytacazes	Fazenda Guandu/Cupim	28/10/2009	38	38		Cultivo de cana de açúcar
Campos dos Goytacazes	Faz. Lagoa de Cima/Arrendada pela Usina Santa Cruz	11/11/2009	122	122		Cultivo de cana de açúcar
Subtotal:		5	715	715	5	

Desrespeito Trabalhista

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
Campos dos Goytacazes	Usina Sapucaia/Faz. Itaquaraçu/Outeiro	16/07/2009	250			Cultivo de cana de açúcar
Campos dos Goytacazes	Faz. Feliz Terra Agrícola/Comissão de Mão-de-Obra Agrícola/Comagri	29/09/2009			1	Cultivo de cana-de-açúcar
Subtotal:		2	250		1	

Total Conflitos Trabalhistas - RJ	7	965
--	----------	------------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Itaguaí/Mangaratiba/Rio de Janeiro	Baía de Sepetiba/Vale/Thyssen Krupp CSA	05/02/2009	8075	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	22/05/2009	3500	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Pedro da Aldeia	Lagoa de Araruama	24/01/2009	4000	Uso e preservação	Destruição e ou poluição

Subtotal:	3	15575				
Total dos Conflitos no Campo RJ	18	Pessoas: 81140				
Rio Grande do Norte						
TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Touros	Faz. Jafi/GH Empreendimentos	29/07/2009		Sem Terra		
Touros	Faz. Jafi/GH Empreendimentos	08/09/2009	150	Sem Terra		
Subtotal:		2	150			
Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Assu	Faz. Boa Sorte/Empréstimo/Frunorte	21/07/2009	70	CPT		
Touros	Faz. Jafi/GH Empreendimentos	25/07/2009	100	MST		
Subtotal:		2	170			
Total Conflitos por Terra - RN	4	320				
Total dos Conflitos no Campo RN	4	Pessoas: 1600				
Rio Grande do Sul						
TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Barracão	Usina Hidrelétrica Moinho	27/01/2009	40	Atingidos por barragens		
Nova Santa Rita	Acamp. Jair Antônio da Costa/BR-386	23/04/2009	208	Sem Terra		
São Gabriel	Complexo Southal	21/08/2009	150	Sem Terra		
São Gabriel	Complexo Antoniazzi	15/09/2009	350	Sem Terra		
Sarandi	Acamp. às margens da BR-386	02/09/2009	70	Sem Terra		
Subtotal:		5	818			
Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Aceguá	Fazenda Arceira	09/03/2009	125	Via Campes		
Canguçu	Fazenda São João da Armada	15/04/2009		MST		
Canguçu	Fazenda São João da Armada	17/04/2009	200	MST		
Jaguarão	Faz. de Pedro Luiz Duarte da Silva	04/03/2009	19	MST		
São Gabriel	Complexo Southal	12/08/2009	150	MST		
São Gabriel	Complexo Antoniazzi	09/09/2009	350	MST		
São Luis Gonzaga	Faz. próx. da RS-168/Acamp. Ir. Dorothy	15/04/2009	82	MST		
Subtotal:		7	926			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Alegrete	Acamp. Adão Preto/Às margens da RS-377	05/07/2009	49	OI		
Barracão	Usina Hidrelétrica Moinho	01/01/2009		MAB		
Jaguarão	Acamp. Abrindo Fronteiras	04/03/2009	100	MST		
Subtotal:		3	149			
Total Conflitos por Terra - RS	15	1893				
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Mostardas	Faz. de Cleber Vieira da Rosa e Cia Ltda	14/08/2009	3	3		Reflorestamento
Mostardas	Faz. de Valnei José Queiroz	14/08/2009	6	6		Reflorestamento
São José do Norte	Faz. de Bona e Margheti Ltda	14/08/2009	5	5		Reflorestamento
Uruguiana	Estância Santa Adelaide	30/03/2009	4	4		Cultivo de arroz

Subtotal:	4	18	18
Total Conflitos Trabalhistas - RS	4	18	
ÁGUA			
Conflitos pela Água			
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias Tipo Conflito Situação
Barracão	Usina Hidrelétrica Moinho	27/01/2009	40 Barragens e Açudes Não cumprimento de procedimentos legais
Nonoai	UHE de Monjolinho/Engevix	19/06/2009	600 Barragens e Açudes Ameaça de expropriação
Subtotal:	2	640	
Total dos Conflitos no Campo RS	21	Pessoas: 12683	

Rondônia

TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alta Floresta do Oeste	Comunidade Quilombola de Rolim de Moura do Guaporé	31/12/2009	60	Remanescentes de quilombos
Alta Floresta do Oeste	Comunidade Quilombola de Tarumá	31/12/2009	5	Remanescentes de quilombos
Alto Paraíso/Buritis/Porto Velho	Floresta Nacional Bom Futuro	01/10/2009	4000	Ocupante
Ariquemes	Faz. Cauan/Galhardi/Acamp. Raio do Sol/Linha C-19/Trav. 1 da Linha 45	01/08/2009	40	Posseiros
Ariquemes	Fazenda Urupema	15/10/2009	50	Posseiros
Buritis	Acampamento Rio Alto/Linha 36	20/04/2009		Sem Terra
Buritis	Acampamento Rio Alto/Linha 36	27/06/2009		Sem Terra
Buritis	Acampamento Rio Alto/Linha 36	22/11/2009		Sem Terra
Buritis	Acampamento Rio Alto/Linha 36	09/12/2009	45	Sem Terra
Candeias do Jamari	Gleba Jacundá/P.A. Florestal Jequitibá	01/11/2009	597	Assentados
Chupinguaia	Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	27/08/2009	50	Sem Terra
Chupinguaia/Corumbiara/Parecis/Pimenteiras	Terra Indígena Tanaru	14/11/2009		Índio
Costa Marques	Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira	19/08/2009	80	Remanescentes de quilombos
Costa Marques	Comunidade Quilombola de Santa Fé	19/08/2009	12	Remanescentes de quilombos
Cujubim	Burareiro/Linha C - 100/Lote 03/Acamp. João Batista	04/03/2009		Sem Terra
Cujubim	Burareiro/Linha C - 100/Lote 03/Acamp. João Batista	12/03/2009		Sem Terra
Cujubim	Burareiro/Linha C - 100/Lote 03/Acamp. João Batista	12/04/2009	30	Sem Terra
Nova Mamoré	Terra Indígena Karipuna	03/01/2009		Índio
Pimenteiras	Com. Quilombola de Laranjeiras	31/12/2009	8	Remanescentes de quilombos
São Francisco do Guaporé	Comunidade Quilombola de Santo Antônio do Guaporé	31/01/2009	17	Remanescentes de quilombos
São Francisco do Guaporé	Comunidade Quilombola de Pedras Negras/Resex	19/08/2009	20	Remanescentes de quilombos
São Francisco do Guaporé/Seringueiras	Proposta pela Demarcação da TI do Povo Puruborá e Miqueleno	06/04/2009	34	Índio
São Miguel do Guaporé	Comunidade Quilombola do Senhor Jesus	31/01/2009	8	Remanescentes de quilombos
Vilhena	Gleba Corumbiara/Lote 56/Linha 135/Setor 12	26/10/2009	7	Pequenos proprietários
Subtotal:		24	5063	
Ocupações				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cujubim	Burareiro/Linha C - 100/Lote 03/Acamp. João Batista	31/01/2009	30	LCP
Subtotal:		1	30	
Acampamentos				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria

Cujubim	Burareiro/Linha C - 100/Lote 03/Acamp. João Batista	12/03/2009	30	LCP
Subtotal:		1	30	

Total Conflitos por Terra - RO	26	5123
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Jaci Paraná	Construtora BS Ltda.	28/05/2009	53	53		Construção civil
Jaci Paraná	Manoel Marchetti Ind. e Com. Ltda.	04/12/2009	15	15		Obra de engenharia
Porto Velho	Canteiro de Obras da Construtora Primavera Ltda	10/10/2009	5	5		Construção
Vilhena	Fazenda Novo Horizonte	24/06/2009	1	1		Pecuária
Subtotal:		4	74	74		

Total Conflitos Trabalhistas - RO	4	74
--	----------	-----------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Porto Velho	UHE Jirau e Sto. Antônio/Rio Madeira	10/08/2009	5000	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Subtotal:		1	5000		

Total dos Conflitos no Campo RO	31	Pessoas: 50689
--	-----------	-----------------------

Roraima

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Alegre/Caracaraí/Mucajá	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	21/01/2009	1142	Índio
Boa Vista	Assent. Nova Amazônia/Faz. Bamerindus/Gl. Truaru	27/07/2009		Índio
Boa Vista	T.I. Murupú	27/07/2009	16	Índio
Boa Vista	Assent. Nova Amazônia/Faz. Bamerindus/Gl. Truaru	11/08/2009	14	Índio
Subtotal:		4	1172	

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Bonfim	Fazenda Autarraia	10/04/2009	70	MST
Subtotal:		1	70	

Total Conflitos por Terra - RR	5	1242
---------------------------------------	----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Cantá	Fazenda Paraíso	23/11/2009	26	26		Rocagem de juquirá
Subtotal:		1	26	26		

Total Conflitos Trabalhistas - RR	1	26
--	----------	-----------

Total dos Conflitos no Campo RR	6	Pessoas: 6236
--	----------	----------------------

Santa Catarina

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Doutor Pedrinho/Itaiópolis/José Boiteux/Vítor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Duque de Caxias/La Kľaño/B. Norte/Bom Sucesso	09/01/2009	80	Índio

Taió	Fazenda Mato Queimado/Piazera	06/05/2009	50	Sem Terra		
Subtotal:		2	130			
Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Água Doce	Área em Água Doce	30/08/2009	40	MST		
São José do Cerrito	Fazenda Linda Vista	13/07/2009	300	MST		
Taió	Fazenda Mato Queimado/Piazera	31/08/2009	32	MST		
Subtotal:		3	372			
Total Conflitos por Terra - SC		5	502			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Caçador	Faz. de Osvaldo Batista/ Iguape Com. de Legumes	20/01/2009	20	20		Cultivo de tomate rasteiro
Calmon	Fazenda Butiá	10/11/2009	7	7	1	Cultivo de erva mate
Calmon	Fazenda São Roque	10/11/2009	25	25	2	Cultivo de erva mate
Imbuia	Fazenda de Adão Góes	10/12/2009	28	28		Preparo e colheita não especificados
Lebon Régis	Fazenda de Osni Lenz	20/02/2009	2	2		Cultivo de lavouras temporárias não especificadas
Lebon Régis	Supermercado Beira Rio Center Ltda. EPP	20/02/2009	16	16		Comércio Alimentício
Subtotal:		6	98	98	3	
Total Conflitos Trabalhistas - SC		6	98			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Águas de Chapecó/Caxambu do Sul	Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó	07/12/2009	600	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento	
Doutor Pedrinho/Itaiópolis/José Boiteux/Vitor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Duque de Caxias/La Klaiño/B. Norte/Bom Sucesso	02/10/2009	403	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição	
Subtotal:		2	1003			
Total dos Conflitos no Campo SC		13	Pessoas: 7623			

São Paulo

TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Agudos	Faz. Nossa Sra. Aparecida/Geada	07/04/2009	120	Sem Terra
Americana	Faz. Salto Grande/Saltinho/Acamp. Milton Santos	15/12/2009	200	Sem Terra
Araçatuba	Fazenda Santa Cecília	22/09/2009	1000	Sem Terra
Borebi/Iaras	Faz. Capim/Santo Henrique/Núcleo Monções/Cutrale	07/10/2009	250	Sem Terra
Caiuá	Fazenda Campina/Campinas	28/06/2009	20	Sem Terra
Gália	Fazenda Natal	15/07/2009	100	Sem Terra
Guzolândia	Acamp. às margens da Rod. Feliciano Sales da Cunha/SP-310/Km 590	07/05/2009	40	Sem Terra
Iaras	Fazenda Ponte Alta	04/10/2009	80	Sem Terra
Iepê	Fazenda Santa Lúcia/Grupo Atala	17/04/2009	160	Sem Terra
Itapetininga	Faz. Agrícola da Escola Técnica Professor Edson Galvão	06/10/2009	30	Sem Terra
Itapetininga	Fazenda Boa Vista	07/10/2009	42	Sem Terra
Itaporanga	Fazenda dos Monges Cistercienses	19/03/2009	17	Índio
Itararé	Fazenda Ibiti	23/04/2009	150	Sem Terra
Marabá Paulista	Fazenda São José	15/04/2009	120	Sem Terra
Pirajuí	Faz. Santa Rita/Grupo Atala	18/05/2009	200	Sem Terra
Piratinga	Horto Florestal Brasília	11/02/2009	70	Sem Terra

Presidente Venceslau	Faz. São Camilo/ P.A. São Camilo	14/04/2009	12	Sem Terra
Serrana	Fazenda Martinópolis	19/05/2009		Sem Terra
Serrana	Fazenda Martinópolis	06/07/2009	50	Sem Terra
Taubaté	Faz. Guassahy/Guaçaí	03/05/2009	250	Sem Terra
Valinhos	Fazenda Eldorado	17/06/2009	150	Sem Terra
Subtotal:		21	3061	
Ocupações				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Agudos	Faz. Nossa Sra. Aparecida/Geada	06/04/2009	120	MST
Agudos	Fazenda Macaé	05/10/2009	50	MST
Americana	Faz. Salto Grande/Saltinho/Acamp. Milton Santos	12/12/2009	200	MST
Andradina	Fazenda Não Identificada I	28/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR
Andradina	Fazenda Não Identificada II	28/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR
Andradina	Fazenda Timboré	25/09/2009	24	MST
Araçatuba	Fazenda Santa Cecília	17/09/2009	1000	MST
Bauru/Pederneiras	Horto Florestal Aymorés/Acamp. Terra Nossa/ P.A. Aymorés/ Sítio Santa Marina	09/08/2009		CUT
Bauru/Pederneiras	Horto Florestal Aymorés/Acamp. Terra Nossa/ P.A. Aymorés/ Sítio Santa Marina	21/08/2009	25	CUT
Borebi/laras	Faz. Capim/Santo Henrique/Núcleo Monções/Cutrale	28/09/2009	250	MST
Buri/Itapetininga	Fazenda da Empresa Duratex	24/05/2009	30	MST
Caiuá	Fazenda Andorinha	28/02/2009	80	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Caiuá	Fazenda Três Sinos	28/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Caiuá	Fazenda Campina/Campinas	27/06/2009	60	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Dracena	Fazenda Vista Alegre	22/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Dracena	Fazenda das Cobras/Cobra	23/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Dracena	Fazenda Vista Alegre	27/06/2009	80	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Dracena	Fazenda Santo Antônio	27/06/2009	80	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Dracena	Fazenda das Cobras/Cobra	27/06/2009	60	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Dracena	Fazenda Maria Elisa	27/06/2009	85	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Dracena	Fazenda Santo Antônio	03/10/2009		MST***
Emilianópolis	Fazenda Boa Vista	22/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Iaras I	22/02/2009	65	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Iaras II	28/02/2009	65	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Flora Rica	Fazenda Santa Lourdes	22/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Gália	Fazenda Natal	10/07/2009	100	MST
Iacri	Fazenda Santa Rosa	27/12/2009	12	MST***
Iaras	Fazenda Ponte Alta	18/09/2009	60	MST
Iepê	Fazenda Nossa Sra. Aparecida	28/02/2009		MST***
Iepê	Fazenda Santa Lúcia/Grupo Atala	17/04/2009	160	MST

Iepê/Rancharia	Fazenda Esperança	23/02/2009	85	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Itapetininga	Faz. Agrícola da Escola Técnica Professor Edson Galvão	29/09/2009	30	MST
Itapetininga	Fazenda Boa Vista	06/10/2009	42	MST
Itapetininga	Área da Sec. de Agricultura/Peco/Acamp. Paz na Terra/ P.A. Capão Alto	28/10/2009	12	MST
Itaporanga	Fazenda dos Monges Cistercienses	28/02/2009	17	Índios
Itararé	Fazenda Ibiti	16/04/2009	150	MST
Junqueirópolis	Fazenda Nossa Sra. de Fátima	28/02/2009	60	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Junqueirópolis	Fazenda Nossa Senhora de Lurdes	28/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Junqueirópolis	Fazenda Nossa Senhora de Lurdes	27/06/2009	90	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Limeira	Área do Horto Florestal de Limeira	03/08/2009	100	MST
Marabá Paulista	Fazenda São José	11/04/2009	120	MST
Martinópolis	Fazenda Santo André	21/02/2009	70	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Martinópolis	Fazenda Brasilândia	22/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Martinópolis	Fazenda Santa Amélia	22/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Martinópolis	Fazenda Aliança	28/02/2009	90	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Martinópolis	Fazenda Tânia	24/06/2009	60	MST
Martinópolis	Fazenda Tânia	27/06/2009	100	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Martinópolis/Regente Feijó	Fazenda Estrela do Laranja Doce	22/02/2009	120	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Mirante do Paranapanema	Fazenda Dumontina	22/02/2009	50	MST***
Mirante do Paranapanema	Faz. Inhancá Velha/Morumbi	23/02/2009	60	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Isabel II	27/06/2009	150	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Mogi-Guaçu	Área do Governo Estadual	16/12/2009	350	MST
Nantes	Fazenda Santa Terezinha	17/04/2009	300	MST
Panorama	Fazenda Bom Retiro	28/02/2009		MST***/MTST
Paraguaçu Paulista	Fazenda Santa Lúcia	28/02/2009	70	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Paraguaçu Paulista	Fazenda Balneário	01/03/2009	14	MST***
Piquerobi	Área em Piquerobi	22/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Pirajuí	Faz. Santa Rita/Grupo Atala	06/05/2009	200	MST
Pirapozinho/Presidente Bernardes	Fazenda São Luiz	21/02/2009	80	MST
Pirapozinho/Presidente Bernardes	Fazenda São Luiz	27/06/2009	60	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Presidente Alves	Faz. Santa Maria/Grupo Atala	01/05/2009	600	MST
Presidente Bernardes	Fazenda Benfca	22/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guaranizinho	22/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra

Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guaranizinho	27/06/2009	65	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Presidente Eptácio	Fazenda Santo Antônio	21/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Presidente Eptácio	Fazenda Santa Maria	23/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Presidente Eptácio	Fazenda Estância São Pedro	27/06/2009	80	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Presidente Eptácio	Fazenda Santo Antônio	27/06/2009	60	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Presidente Eptácio	Fazenda Alvorada	27/06/2009	30	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Presidente Venceslau	Fazenda Conquista	21/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Presidente Venceslau	Fazenda Coqueiro	23/02/2009	50	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Presidente Venceslau	Fazenda Santo Antônio	28/02/2009		MST***/
Promissão	Fazenda da Família Junqueira	06/06/2009	200	MST
Rancharia	Chácara Águas de Rancharia	22/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Rancharia	Fazenda Banco da Terra	28/02/2009		MST***/
Rancharia	Fazenda Santa Maria	27/06/2009	150	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Santo Anastácio	Sítio Sônia	23/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Santo Anastácio	Fazenda Estância Brasília	28/02/2009	70	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Serrana	Fazenda Martinópolis	01/05/2009		MST
Serrana	Fazenda Martinópolis	10/06/2009	50	MST
Taubaté	Faz. Guassahy/Guaçaí	17/04/2009		MST
Taubaté	Faz. Guassahy/Guaçaí	11/06/2009	250	MST
Taubaté	Área da Prefeitura	16/06/2009	50	MST
Teodoro Sampaio	Fazenda Beira Rio	28/02/2009		CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Teodoro Sampaio	Fazenda Beira Rio	27/06/2009	60	CUT/MAST/MLST/MST***/M TST/SER/Sintraf/STR/Uniter ra
Valinhos	Fazenda Eldorado	14/06/2009	150	MST
Vista Alegre do Alto	Fazenda Santo Antônio	27/06/2009	20	MST***/
Subtotal:			87	6971

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Araçatuba	Acampamento Adão Preto/ Rod. Karan Rezek	29/03/2009	300	MST***/
Arco-Íris	Fazenda Santa Clara	03/10/2009	80	MST***/
Dracena	Fazenda Santo Antônio	03/10/2009	35	MST***/
Iaras	Fazenda Ponte Alta	16/10/2009	200	Feraesp
Junqueirópolis	Fazenda São Manoel	10/10/2009	50	MST***/
Taubaté	Faz. Guassahy/Guaçaí	03/05/2009	250	MST
Subtotal:			6	915

Total Conflitos por Terra - SP

114

10947

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
--------------	------------------	------	----------------------	----------	---------	------------------

Garça	Engenho Velho/ Sítio Santo Euclides	16/06/2009	21	21		Cultivo de café
Mogi-Guaçu	Fazenda Graminha	17/07/2009	20	20	2	Cultivo de tomate
Monte Mor	Canteiro de Obras no Pedágio da Rod. Tietê	04/12/2009	12	12		Construção civil
São Paulo	Canteiro de Obras CDHU	17/02/2009	17	17		Construção Civil
São Paulo	Resimar	16/12/2009	12			Extração de resina
Subtotal:		5	82	70	2	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Garça	Cinco fazendas de café	16/06/2009	100			Cultivo de cana de açúcar
Indaiatuba	Empreiteira Bolder/ Construtora MRV	17/03/2009	25			Construção civil
Indaiatuba	Jafer Alvenaria e Madeira	17/03/2009	2			Construção civil
Subtotal:		3	127			

Desrespeito Trabalhista

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
Igarapé do Tietê	Faz. Pasto Velho/Usina da Barra/Cosan	09/08/2009			1	Cultivo de cana-de-açúcar
Jaú	Usina Bela Vista/Faz. São Pedro	10/07/2009			1	Cultivo de cana-de-açúcar
Penápolis	Usina Campestre	12/08/2009	1			Cultivo de cana de açúcar
Subtotal:		3	1		2	

Total Conflitos Trabalhistas - SP	11	210
Total dos Conflitos no Campo SP	125	Pessoas: 54945

Sergipe

TERRA

Ocupações

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Gararu	Fazenda Algodão	16/04/2009	30	MST
Santo Amaro das Brotas	Fazenda Nossa Senhora das Graças	16/04/2009	35	MST
Subtotal:		2	65	

Total Conflitos por Terra - SE	2	65
Total dos Conflitos no Campo SE	2	Pessoas: 325

Tocantins

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Araguatins	Faz. Santo Hilário/Acamp. Alto da Paz	02/04/2009		Sem Terra
Araguatins	Faz. Santo Hilário/Acamp. Alto da Paz	03/04/2009	100	Sem Terra
Babaçulândia	Fazs. Ipê e Junqueira	28/02/2009		Sem Terra
Babaçulândia	Fazs. Ipê e Junqueira	10/07/2009		Sem Terra
Babaçulândia	Fazs. Ipê e Junqueira	17/08/2009	67	Sem Terra
Barra do Ouro	Fazenda Barrado São José	10/07/2009	10	Sem Terra
Cachoeirinha	Faz. Baixa Funda/ Aldeinha	15/05/2009	40	Sem Terra
Campos Lindos	Fazenda Santos Dumont	13/02/2009	40	Posseiros
Darcinópolis	Faz. Água Boa/Projeto São Vicente	18/02/2009	33	Assentados
Filadélfia	Acamp. Bom Jesus/Faz. Saco da Serra	18/05/2009	40	Sem Terra
Goiatins	Fazenda Brejo Feio	16/01/2009	10	Posseiros
Goiatins	Fazenda Lageado	29/01/2009	1	Posseiros
Goiatins	Fazenda São José	18/08/2009	31	Sem Terra
Nova Olinda/Palmeirante	Faz. Boa Esperança/Chác. Carvoeiro/Chác. Deus Pertence	21/08/2009	33	Sem Terra
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	08/07/2009	9	Sem Terra
Subtotal:		15	414	

Ocupações						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Cachoeirinha	Faz. Baixa Funda/ Aldeinha	28/04/2009	40	MST		
Campos Lindos	Serra do Centro/Faz. Coqueiro	30/10/2009	1	OI		
Filadélfia	Acamp. Bom Jesus/Faz. Saco da Serra	19/04/2009	40	STR		
Goiatins	Fazenda São José	02/05/2009	31	STR		
Nova Olinda/Palmeirante	Faz. Boa Esperança/Chác. Carvoeiro/Chác. Deus Pertence	31/01/2009	33	OI		
Subtotal:		5	145			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Buriti	Faz. Osária/Acamp. Bom Jesus	05/10/2009	210	MST		
Nova Olinda/Palmeirante	Faz. Boa Esperança/Chác. Carvoeiro/Chác. Deus Pertence	21/08/2009	33	OI		
Subtotal:		2	243			
Total Conflitos por Terra - TO			22	802		
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Aragominas	Fazenda Dom Bosco	25/01/2009	13	13		Roçagem de juquira
Araguacema	Faz. São Bento	25/09/2009	18			Carvoaria e pecuária
Araguaçu	Faz. Santa Luzia/Grupo Bertin	30/07/2009	28	28		Roçagem de Juquira
Araguaína	Fazenda Esporãozinho (Cabeceira)	05/02/2009	1	1		Pecuária
Araguaína	Fazenda Morrinhos	10/03/2009	5			Roçagem, cerca e aplicação de agrotóxico
Araguaína	Fazenda Araganajá	11/05/2009	5	5		Roçagem de cerca
Araguaína	Fazenda Peba	14/05/2009	6			Roçagem, cerca e pecuária
Caseara	Faz. Bacaba/Empresa Saudibra Agropec.	10/03/2009	274	274		Cultivo de Pinhão-Manso
Colinas do Tocantins	Fazenda Boa Esperança	14/04/2009	28			Roçagem de juquira
Colinas do Tocantins	Fazenda Pedra Grande	20/05/2009	4	4		Pecuária
Colméia	Fazenda São Sebastião	05/06/2009	8	8		Pecuária
Muricilândia	Fazenda Ilha Branca	13/04/2009	60			Roçagem de juquira
Palmeirante	Fazenda R.I. Lima	22/04/2009				Pecuária
Palmeiras	Minasmar Limpeza e Conservação Ltda.	28/11/2009	20	20		Manutenção de rede de energia
Pau D Arco	Fazenda Corujão	20/07/2009	20			Roçagem de juquira
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Marina	02/12/2009	4			Roçagem de juquira
Tocantinópolis	Fazenda Tobasa	12/02/2009	150		60	Coleta de babaçu
Xambioá	Fazenda Uberama	15/05/2009	4			Roçagem e cerca
Subtotal:		18	648	353	60	
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Resgatados	Menores	Tipo de Trabalho
Aguiarnópolis	Firma Asanorte Alimentos	19/01/2009	400			Abatedor de
Ananás	Fazenda Mundial	02/01/2009	3			Roçagem e cerca
Ananás	Fazenda São Francisco	01/12/2009	1			Tratorista
Araguaína	Fazenda Amapá	17/07/2009	4			Cerca
Augustinópolis	Fazenda do Baixinho da Farmácia	10/02/2009	1			Roçagem e cerca
Campos Lindos	Fazenda Angico	05/01/2009	7			Roçagem e pecuária
Campos Lindos	Fazenda Canaã	20/04/2009	1			Serviços gerais
Carmolândia	Fazenda São Jorge	29/04/2009	11			Roçagem de pasto
Darcinópolis	Firma Sousa e Muraska	06/01/2009	1			Puxar e juntar lenha

Palmeirante	Fazenda Santa Luzia	25/02/2009	5		1	Roçagem de pasto
Tocantinópolis	Fazenda Vovó Tomásia	29/04/2009	3			Roçagem de pasto e granja
Subtotal:		11	437		1	
Desrespeito Trabalhista						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Feridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidentes de Trabalho	Tipo de Trabalho
São Sebastião do Tocantins	Fazenda Olho D'Água	16/02/2009	1			SI
Subtotal:		1	1			
Total Conflitos Trabalhistas - TO		30	1086			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Babaçulândia	Hidrelétrica de Estreito	17/12/2009	45	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural	
Darcinópolis	Assent. Formosa/Valec-Ferrovia Norte Sul	26/10/2009	56	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento	
Subtotal:		2	101			
Total dos Conflitos no Campo TO		54		Pessoas: 5601		

Brasil		
	Conflitos	Pessoas
Terra	854	415290
Trabalho	285	11044
Água	45	201675
Total Brasil	1184	628009

Fonte: Setor de Documentação da CPT.



Foto: João Zinclar

Povos e comunidades tradicionais atingidos por conflitos de terra e atos de violência

Alfredo Wagner Berno de Almeida¹

A CPT registrou, em 2009, 528 ocorrências de conflitos de terra, 45 conflitos em torno de recursos hídricos. Destes, 151 conflitos por terra, 16 conflitos por água e 115 casos de violência envolveram indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores e membros de fundos de pasto. Estes dados contribuem para reforçar o quanto as práticas de uso comum dos recursos naturais acham-se disseminadas na vida social brasileira e tem efeitos pertinentes sobre a sua estrutura agrária. Ao argumentar, com base em ex-

¹ Antropólogo. Coordenador do NSCA/CESTU-UEA, professor do PPCAS-UFAM e pesquisador do CNPq.

tensas realidades empiricamente observáveis, que diferentes comunidades tradicionais têm praticado historicamente modalidades de uso comum dos recursos naturais sem necessariamente esgotá-los, os movimentos sociais (MIQCB, CNS, COIAB, CONAQ, APF) perfilam-se num campo de confrontos caracterizado por intrincados debates, em torno do tema do desenvolvimento sustentável. Um deles reporta-se às opiniões inflamadas e às acaloradas discussões que dividem, hoje, os intérpretes dos conflitos de terra e sócio-ambientais. A própria concessão do Prêmio Nobel de Economia, oficialmente chamado de Prêmio Sveriges Riksbank em Ciências Econômicas em memória de Alfred Nobel, em outubro de 2009, a Elinor Ostrom, reflete a intensidade desta polêmica e o quanto ela está na ordem do dia do pensamento político. Ostrom² defende que as comunidades são capazes de gerir recursos em comum, de forma mais sustentável do que o Estado ou os proprietários privados (Ostrom, 1990). Chama a atenção, sobretudo, para uma racionalidade intrínseca baseada em ações coletivas e numa reciprocidade positiva entre famílias e indivíduos que integram uma comunidade. Sua interpretação contribui para refutar o oficialismo de políticas desenvolvimentistas, que enaltecem as regras de acesso individual aos recursos naturais e propugnam como modelo universal a parcelarização ou assentamentos baseados em lotes. Os fundamentos deste oficialismo tornam-se mais explícitos, no caso brasileiro, através das iniciativas governamentais que entendem a regularização fundiária tão somente como titulação de parcelas ou lotes individuais, imaginando que apenas o processo de privatização de terras públicas intensificará a incorporação de novas tecnologias e dinamizará as transações no

mercado de terras. Para esta imaginação burocrática, as práticas de uso comum seriam vestígios de um passado a ser superado, ou seja, seriam práticas “rudimentares e primitivas”, características de “economias arcaicas”, marcadas por “irracionalidades”, que se contrapõem ao desenvolvimento tecnológico. O escopo desta interpretação consistiria em aplicar mecanicamente os conceitos jurídicos de propriedade, de contrato³ e “pessoa moral”, como diria Meillassoux (1980:10), sobre o estoque de terras para legalizar atos de compra e venda, legitimando, assim, o processo de concentração fundiária. Nesta dinâmica, fundada nos princípios do liberalismo econômico, as razões burocráticas menosprezam inteiramente fatores étnicos, de parentesco e/ou culturais, representando-os como meras “sobrevivências” de “comunidades primitivas”, ou como elementos residuais abrigados sob uma classificação de “tradicional”, isto é, uma determinada situação social que, embora tenha sobrevivido às mudanças, estaria, do ponto de vista evolucionista, em vias de extinção.

Para uma reflexão mais acurada sobre isto, basta registrar que, em outubro de 2009, foram divulgados oficialmente os resultados do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, evidenciando as desigualdades que marcam a estrutura agrária com um nível de concentração de terra cada vez mais grave. Consoante os dados do IBGE, enquanto os estabelecimentos de menos de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área agrícola, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares concentram mais de 43%. O índice de Gini, que é uma medida internacional de desigualdade, chegou no meio rural a 0,872 superando o do ano de 1985 (0,857) e 1995 (0,856).

² Cf. Ostrom, Elinor- *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*. New York. Cambridge University Press.1990.

Consulte-se também um artigo mais recente da autora, a saber: “Institutions and the Environment”. *Economy Affairs* vol.28 n.3 2008 p.28

³ Cf. Meillassoux, Claude- “Economia de autoconsumo” in *Nueva Antropología - Revista de Ciências Sociales* Ano IV, n. 13,14. México, mayo de 1980 pp. 09- 46

Uma leitura crítica e mais atenta das modalidades de uso comum implica em remover os obstáculos a seu entendimento erguidos pelos fundamentos evolucionistas do mencionado oficialismo. É justamente no esforço desta contracorrente que podem ser classificadas as recentes interpretações de diversos estudiosos⁴, que tanto enfatizam a tradição como uma reivindicação das comunidades no tempo presente (Hobsbawm, 2002), quanto ressaltam a partir de pesquisas etnográficas diferentes territorialidades específicas, construídas a partir de formas intrínsecas de uso comum, tais como: Souza (2009), com respeito aos faxinais; Carvalho (2008) e Diamantino (2007), no que tange aos fundos de pasto; Shiraishi (2006), no que se refere às quebradeiras de coco babaçu; Farias Jr. (2008), O'Dwyer (2002), Leite (2006), Leite e Fernandes (2006), Mombelli (2006) e ainda Acevedo Marin (2006), no que diz respeito aos quilombolas, e Almeida (2006), no que concerne às terras tradicionalmente ocupadas.

A principal característica da noção de uso comum que está em jogo é que nenhuma pessoa detém o controle exclusivo do uso e da disposição dos recursos básicos para a comunidade. Há recursos que são mantidos abertos e sob controle coletivo, mesmo que sujeitos a disposições comunitárias, que delimitem o acesso a eles. Tais disposições refletem, consoante circunstâncias específicas, um

determinado grupo, comunidade ou povo para quem são mantidos abertos os recursos. A gestão destes recursos é feita pelas próprias comunidades através de normas explícitas ou através de acordos tácitos e não contratuais, que podem variar segundo as condições materiais de existência dos seus membros. Uma vez que tais condições variam, cabe ponderar que as práticas de uso comum não significam necessariamente "comunidade de iguais" e evidenciam certa heterogeneidade e planos sociais diferenciados. A manifestação favorável dos membros das comunidades em torno das regras de uso comum consiste, a despeito disto, num fator de coesão social e revela a "força das normas", sobretudo face aos conflitos que estas comunidades mantêm com seus antagonistas históricos. Pode-se dizer assim, que os agentes sociais, membros das referidas comunidades, atuam "livremente" face a estes recursos, sem as restrições privatistas exigidas pelos mercados. Os fundamentos teóricos dos economistas liberais, que asseveram que os fatores étnicos e/ou comunitários impedem a livre circulação da terra como mercadoria, aparecem aqui de maneira invertida, como limitando a liberdade de uso e restringindo o alcance das normas comunitárias, mostrando-se restritivas e excludentes. As disposições que regem o direito à propriedade confrontam e freiam as possibilidades de uso comum, tornando-se um fator de agravamento dos conflitos sociais no campo.

⁴ Cf. SOUZA, Roberto Martins de - "Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná" in ALMEIDA, A.W.; SOUZA, R.M. (orgs)- Terra de Faxinais. Manaus. Ed.UEA. 2009 pp.29-88. DIAMANTINO, Pedro T.- "Desde o raio da aurora o sertão tonteia"-Caminhos e descaminhos da trajetória sócio-jurídica das comunidades de fundos de pasto pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. Brasília, Dissertação de Mestrado-PPGD-UNB.2007. CARVALHO, Franklin Plessmann de Fundos de Pasto: organização política e território. Salvador. Dissertação de Mestrado-PPGCS-UFBA.2008 FARIAS Jr., Emmanuel de A.- Tambor urbano: identidade quilombola e deslocamento compulsório. Manaus. UFAM.2008. Shiraishi, Joaquim - Leis do Babaçu Livre - práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas. Manaus. PPGSCA-UFAM. 2006. Leite, Ilka B.; Fernandes, Ricardo C. "Fronteiras territoriais e questões teóricas: a antropologia como marco" in Quilombos no Sul do Brasil Perícias Antropológicas. Boletim Informativo do Nuer Vol.3 N.3. Florianópolis, UFSC. 2006 pp.7-16; Mombelli, Raquel -"Invernada dos Negros" in ibid. Boletim Informativo do Nuer Vol. 3 N.3. Florianópolis, UFSC,2006 pp.19-30; O'Dwyer, Eliane C. (org.) - Quilombos - identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro. ABA/FGV.2002. Acevedo Marin, Rosa- Terra Urbana e Territórios na Pan-Amazônia. Manaus.PPGAS-UFAM.2009. ALMEIDA, A.W.B. de- Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus, PPGAS-UFAM.2006.

⁵ Cf. Hobsbawm, E., Ranger, T. (orgs) - A invenção das tradições. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 2002

Ocorrências de Conflitos por Terra								
Quilombolas	Indigenas	Faxinais	Ribeirinhos	Quebradeiras de coco babaçu	Seringueiros	Fundo de Pasto	Pescador	TOTAIS
55	44	1	43	2	2	3	1	151
Violência 2009								
Quilombolas	Indigenas	Faxinais	Ribeirinhos	Quebradeiras de coco babaçu	Seringueiros	Fundo de Pasto	Pescador	
25	82						8	115
Conflitos pela Água								
Quilombolas	Indigenas	Faxinais	Ribeirinhos	Quebradeiras de coco babaçu	Seringueiros	Fundo de Pasto	Pescador	
2	7		3			2	2	16

Estes conflitos chamam a atenção para uma forma de resistência em que a noção de liberdade aparece conjugada com uma dimensão coletiva manifesta pelas normas comunitárias de uso comum, e não exatamente conjugada com uma ação individual. As verificações empíricas desta situação social podem ser exemplificadas com os faxinais, no Paraná, os fundos de pasto, na Bahia, os babaçuais livres, no Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, os “castanhais do povo” no Pará e as terras indígenas e as terras de quilombo na maior parte das unidades da federação, destacando-se dentre elas o Maranhão, com as denominadas “terras de preto”, e a Bahia.

Uso comum significa, portanto, liberdade ou espaços sociais livres das restrições e exigências impostas pelos atos de compra e venda, que concretizam a transformação da terra em mercadoria. Uso comum pressupõe, em suma, “recursos abertos”. Sua vigência, entretanto, não quer dizer um retorno a uma situação histórica anterior aos enclosures ou aos casos clássicos de cercamento das terras comunais na Inglaterra do século XVIII. Os enclosures consistiram no principal instrumento através do qual uma aristocracia agrária, “quase onipotente” como diria Barrington Moore Jr., destruía um campesinato inde-

pendente⁶, autônomo, com suas regras intrínsecas de uso dos recursos naturais. O significado econômico de “recursos abertos”, em consonância com esta conceituação, não significa disponibilidade ilimitada ou ausência de regras de uso. Não quer dizer que cada membro da comunidade vá usar os recursos como bem lhe aprouver, alheio aos interesses comunitários e a uma consciência ambiental profunda. A ação puramente livre é uma ilusão ou no mais das vezes uma figura de retórica repetida seguidas vezes desde a Revolução Francesa de 1789. Como já foi dito está-se diante de um espaço social com acesso público definido pelo próprio grupo, comunidade ou povo. Em decorrência torna-se possível a assertiva de que “aberto” significa também dizer que as comunidades podem utilizar recursos cuja apropriação e uso são definidos e vividos comunalmente, isto é, de maneira distinta daquela imposta pelo direito de propriedade, individualizante e excludente. Tem-se, portanto, um quadro de profundas contradições, apontando para antagonismos sociais flagrantes. Isto porque atos ilegítimos de apossamento, grilagens e pretensas aplicações do direito de propriedade, confrontam direitos territoriais ou direitos étnicos, uma vez que suas restrições são econômicas e de sentido regulatório, disciplinando tão somente a

⁶ Cf. Barrington Moore Jr.- As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa. Ed. Cosmos/Livraria Martins Fontes. 1975 pp.40-49

ação dos indivíduos e colocando limites à ação das comunidades e dos povos.

Neste sentido pode-se dizer que, num plano ideal, as práticas de uso comum aumentam a liberdade de uso dos recursos naturais, ao mesmo tempo que, mais os protegem em termos ambientais, porque asseguram um acesso mais amplo a eles e ao mesmo tempo mais monitorado pelas próprias comunidades. A manifestação favorável dos membros das comunidades às regras de uso comum faz com que eles se mobilizem coletivamente para garantir a sua reprodução. O resultado consiste numa forma de manejo em tudo sustentável, porquanto articulada com um processo de produção permanente. Ao contrário, o direito de propriedade individualiza e restringe as condições de possibilidade de uso, levando à devastação dos recursos. Em razão disto é que as práticas de uso comum aparecem cada vez mais difundidas e ganhando maior visibilidade em diferentes ecossistemas e biomas, seja no cerrado, nas florestas amazônica e atlântica, e no planalto meridional. De igual modo são registradas, também, em baldios urbanos, em imóveis rurais com terras ociosas, em faixas de segurança de rodovias, nos cordões arenosos do litoral, em regiões de lagos na Amazônia, em terrenos livres de instalações industriais ou de campus universitários. Estas distintas áreas tornam-se espaços sociais de uso comum. A ideia de poder se mover livremente de um destes lugares para o outro, caracteriza a interpenetração destas diferentes expressões do uso comum e as articulações dos movimentos sociais que as representam em suas pautas reivindicatórias. O significado de comum, como integrando o significado de tradicional, pode ser também lido, sob esta ótica, como público e como instrumento que assegura um desenvolvimento sustentável.

De maneira contrária tem-se que a propriedade privada, mesmo limitada, condicionada pela função social da propriedade, não tem conseguido inibir os desmatamentos e as devastações indiscriminadas. Até mesmo a área de reserva legal dos grandes imóveis rurais tem sido inteiramente devastada, comprometendo qualquer iniciativa de sustentabilidade. Os dispositivos jurídicos como a função

social da propriedade e o código florestal não estão conseguindo impedir que os interesses vinculados ao agronegócio devastem o cerrado e a floresta amazônica, como já o fizeram com outros biomas. Não obstante isto, tem-se que interesses conservadores, vinculados à concentração fundiária e à devastação ambiental, pressionam o legislativo para rever os percentuais de reserva legal, preconizados pelo código florestal, sob a alegação de que se está subtraindo à produção agroindustrial vastas extensões de terras agriculturáveis.

Importa reiterar, nesta direção, que o direito de propriedade, implementado desde a sociedade colonial para justificar as grandes plantações, apareceu historicamente associado ao sistema repressor da força de trabalho e se converteu num individualismo exacerbado, mesclado com medidas autoritárias baseadas na seguinte máxima: “é minha propriedade e aqui eu faço o que bem entendo”. Neste sentido a propriedade do imóvel rural, pré-condição para o funcionamento legal das transações de compra e venda próprias do mercado de terras, teria na prática mais elementos do despotismo de formações capitalistas tardias e autoritárias do que da liberdade, igualdade e fraternidade, da vertente liberal do desenvolvimento capitalista, que caracteriza Estados Unidos, França e Inglaterra. A reforma jurídica nas sociedades capitalistas autoritárias, onde pode ser classificado o Brasil, tem de um lado o liberalismo como mera figura do discurso oficial, voltado para os circuitos de mercado, e de outro o autoritarismo ou formas de imobilização da força de trabalho e a devastação dos recursos naturais como práticas de expansão das novas plantations industriais.

Não é mais razoável a formulação de que as liberdades públicas dos códigos jurídicos franceses, reproduzidas para todas as constituições ocidentais sob o princípio de que “todos são iguais perante a lei”, e a reforma da vida comunal, que libertaria o indivíduo do controle da etnia, da comunidade e da família, assinalam uma sociedade moderna igualitária. Tal interpretação mostra-se destituída de rigor científico mediante a relativização da igualdade em jogo. Bensaid ao discutir o “direito costumei-

ro dos pobres”, começa se referindo ao artigo de Marx sobre os debates concernentes à lei relativa ao roubo de madeiras, na Renania, em 1842, quando a sociedade civil alemã já tinha herdado da Revolução Francesa uma reforma jurídica centrada na livre disposição da propriedade privada e na igualdade, liberdade abstrata dos chamados sujeitos de direito, provocando uma ruptura profunda com os “fundamentos feudais do direito germânico” (Bensaid, 2007 p.7). O estudioso afirma que uma sociedade civil moderna começou a emergir em conflito com o Estado prussiano.

Registrar o uso comum nos dias de hoje nada tem a ver, entretanto, com esta passagem do feudalismo para o capitalismo e não significa retornar à ordem jurídica pré-revolução francesa. Vê-lo definido e defendido, reivindicado, pelos povos e comunidades tradicionais e contemplado em leis municipais (leis do babaçu livre, lei do ouricuri livre, leis que estabelecem os castanhais do povo), em “acordos de pesca” definidos por decretos ministeriais, em convenções internacionais, em constituição (terras tradicionalmente ocupadas), em decretos e respectivas instruções normativas, não significa um retorno ao passado como o afirmam as interpretações evolucionistas. Está-se diante de um fato do presente. Assim, quando nos detemos nas reivindicações atuais dos povos e comunidades tradicionais, talvez seja mais preciso falar em “força das normas” como um potencial, um instrumento que está se consolidando, um ritual de instituição, evitando usar, como propõe Macherey, a expressão “poder das normas”. Assim, antes de ser uma questão formal, da ciência jurídica, trata-se de uma mobilização política em torno de um direito. Em decorrência, não é propriamente um problema restrito ao direito, mas de uma mobilização política na conquista de um direito. Neste sentido, o reconhecimento da eficácia social e econômica das regras de uso comum, passa pelo reconhecimento do significado de tradicional, como uma questão do presente.

Aliás, comum, enquanto um conceito, não tem a eternidade como atributo fundamental. O seu uso e maior visibilidade e difusão invalida todos os

procedimentos no sentido da prefiguração, ou se supor antecipadamente seu significado e sua forma de uso (Macherey, 2009:53). Aparece marcado por uma situacionalidade. Em decorrência não se pode imaginar normas cristalizadas e estáticas, elas são dinâmicas e mudam consoante os processos de transformação social. Os conceitos de norma, de comum e de tradicional encontram-se, portanto, sob o efeito destas transformações.

As características mais marcantes das transformações sociais atualmente em curso concernem a pelo menos três fatores, que refletem concomitantemente os aspectos jurídicos, políticos e sociológicos da questão, senão vejamos:

De um lado verifica-se a consolidação das formas organizativas em torno de categorias de autodefinição, como no caso dos faxinais e dos fundos de pasto, dos babaçuais sob controle das quebradeiras de coco, das terras de quilombos, dos castanhais, dos lagos etc. As categorias de identidade são coletivas, fortalecendo as estruturas comunitárias e notadamente as práticas de uso comum dos recursos naturais, que se tornam um fator coextensivo à sua consolidação.

Verifica-se também um intenso processo de mobilização dos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, peconeiros, piaçabeiros, pescadores artesanais, seringueiros e das comunidades de fundos de pasto e de faxinalenses, gravitando em torno de direitos territoriais ou de livre acesso a recursos florestais, hídricos e do solo para fins de moradia e cultivo.

Um terceiro fator concerne às tentativas de autonomia organizativa, militantemente construídas. Aparecem através da instituição de relações associativas, atualizando as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. Neste caso a relação afetiva não é sinônimo de relação tradicional, como poderia sugerir uma leitura estrita das interpretações weberianas. O sentido de uso comum mostra-se político, denotando uma autoconsciência cultural e um certo “jeito de viver” tradicionalmen-

te, que implica numa ação política coletiva, seja no sertão ou no litoral, no cerrado ou na floresta, nos rios ou nos lagos da região amazônica.

As regras de uso comum, em suas diferentes modalidades, estão sendo interpretadas aqui como territórios ou como territórios aquáticos, sob a proteção jurídica do conceito de terras tradicionalmente ocupadas. Num momento de pressão sobre as terras públicas, anunciando-se a titulação imediata e confundindo regularização fundiária com parcelarização de terras, é paradoxal perceber como os domínios de uso comum parecem estar se consolidando a partir de mobilizações políticas próprias de processos diferenciados de territorialização, descrevendo um quadro em tudo diferente daquelas situações do período colonial.

Neste quadro, os movimentos sociais estão ampliando sua capacidade associativa e reivindicativa, justamente em torno de uma pauta que, enfatizando os direitos territoriais, preconiza o reconhecimento das formas de uso comum dos recursos naturais imprescindíveis à sua reprodução física e social. Os processos eleitorais, realizados concomitantemente entre junho e agosto de 2009, pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), pela Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB), pela Articulação Puxirão dos Faxinalenses (APF) e pelas cooperativas centrais de comunidades de fundos de pasto, bem ilustram esta assertiva. Nestes distintos processos o tradicional nada tem a ver com o passado, com um tempo linear, com a força do hábito e com a repetição e o costume centenário ou com a transmissão de bens, disciplinada por normas historicamente ultrapassadas. Em outros termos, vale reiterar que a noção de tradicional emerge nas pautas reivindicatórias e aponta para o futuro vislumbrado pela comunidade ou povo, e não necessariamente para o passado.

Afigura-se muito provável que estas modalidades de uso comum, que tiveram e têm aprovação tácita (não contratual ou escrita) pelos membros das chamadas comunidades tradicionais, e que agora começam a

ser oficialmente reconhecidas, venham a alargar-se, de modo progressivo, às várias regiões do país. Insistimos no “progressivo” porquanto vivemos uma situação histórica em que se constata a emergência de identidades coletivas, combinadas com consciência ambiental profunda. Estas identidades objetivadas em movimentos sociais levam à defesa e à preservação dos recursos naturais, convergindo para formas organizativas e para relações associativas e contratuais, que procuram transcender os laços de solidariedade comunitária. Tem-se, portanto, uma situação histórica específica em que os movimentos sociais, num estratagema singular, articulam relações comunitárias com relações associativas. Uma interpretação inspirada em Weber ou mesmo em Tonnies, poderia interpretar tal processo como uma passagem ideal do acordo tácito (“comunitário”) para o contratual (associativo). Uma outra formulação apoiada em Durkheim poderia ressaltar uma passagem de relações baseadas em solidariedade orgânica para uma outra ancorada na solidariedade mecânica. Nos termos de Bourdieu, privilegiando a percepção política, se poderia falar da transformação de uma existência atomizada para uma existência coletiva, com representações organizadas em movimentos sociais. Para efeitos jurídicos, consoante a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pode-se recorrer à autodefinição, ou seja, à consciência de sua identidade indígena, que deve ser tida como critério fundamental para determinar os grupos, as comunidades aos quais deve ser aplicada a referida Convenção. Alguns estudiosos, inspirados em Marx, afirmariam tratar-se de uma consciência para si em que as próprias comunidades definem suas necessidades específicas e as transformam em pautas de reivindicação. Tais reivindicações objetivam assegurar a terra, referindo-se a diferentes processos de territorialização que resultariam em distintas territorialidades específicas.

O campo de confronto destas interpretações nos permite afirmar que a emergência das modalidades de uso comum, embora tenha suas distinções e particularidades, se além ao fenômeno geral da luta pela consolidação ou reconquista das terras tradicionalmente ocupadas. Em virtude disto é

que se pode assegurar que as modalidades de uso comum não convergem para um modelo universal de gestão comunitária aplicável a toda e qualquer situação social ou a toda e qualquer comunidade e povos considerados “tradicionais”. Os processos de territorialização são diferenciados histórica e economicamente e não há regras invariáveis, universais, passíveis de serem aplicadas a todas as identidades coletivas indistintamente. Os que se autodenominam e são denominados de comunidades de faxinais, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, comunidades de fundos de pasto, castanheiros, ribeirinhos e piaçabeiros ou de povos indígenas e quilombolas, não podem ser classificados sob um critério homogeneizador e uniformizante. Mesmo considerando-se cada um de per si verifica-se que uma mesma identidade coletiva se encontra referida a diferentes processos de territorialização, como no caso dos povos indígenas e dos quilombolas (fuga, abandono, ocupação). O significado de tradicional nesta ordem mostra-se polissêmico, abrangendo situações socialmente distintas.

Não é outro o propósito deste artigo senão o de sublinhar que as terras de uso comum, sob controle das comunidades tradicionais, não obstante assegurarem um desenvolvimento sustentável, acham-se sob pressão constante. Isto pode ser verificado a partir das medidas de privatização das terras públicas e das medidas de manter as florestas públicas sob controle privado, da tolerância com atos de apossamento ilegítimos e de grilagem de terras,

como no caso da Medida Provisória 458 transformada na Lei 11.952/2009. Também exemplificam isto a morosidade em titular territórios quilombolas, com tentativas continuadas de cessar os efeitos do Decreto 4887/2003 através, sobretudo, de ADIN proposta pelo ex-PFL (hoje Democratas), que deverá ser julgada no STF no primeiro semestre de 2010. No mesmo sentido constata-se as dificuldades de homologar a demarcação de terras indígenas ou mesmo em reconhecer a relevância econômica de povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, comunidades de faxinais e de fundos de pasto. Em suma, ao mesmo tempo em que as regras de uso comum, praticadas pelas comunidades tradicionais, tornam-se difundidas, anunciando uma tendência à espacialização de diferentes categorias de identidade, tem-se uma poderosa coalizão de interesses visando destruí-las.

Por último, para fins de complementação e de reforço dos dados levantados criteriosamente pela equipe da CPT, vale reiterar que as descrições destas práticas de uso comum afastam as concepções utópicas do “comunitarismo idílico” e as generalidades que envolvem os “comuns globais”, convidando-nos a repensar a relação entre estas práticas características de comunidades tradicionais e os propósitos de assegurar um desenvolvimento sustentável. Elas evidenciam, ademais, que os povos e comunidades tradicionais estão se constituindo numa importante força política de resistência às investidas devastadoras dos grandes interesses econômicos responsáveis pelo agronegócio.

Tabela 3 - Violência contra a ocupação e a posse

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem
Centro-Oeste											
DF	5	677	11700					1		1	
GO	9	704	3400	80	120						
MS	24	749	10334	51	35	113	65	50		50	223
MT	29	3418	747873	164	1320	725	138	60	1	170	481
Subtotal:	67	5548	773307	295	1475	838	203	111	1	221	704
Nordeste											
AL	54	3529	6155	600	700	190	144	606		600	717
BA	40	7552	206152		1085	688	1136		80		1094
CE	14	2343	52168		800	262	100	811			1200
MA	77	6901	240426	30	814	2204	1857	260	796	230	427
PB	12	1360	300	60	106		114	162	90	160	280
PE	27	2437	25597		360		125				245
PI	26	1573	27174	82		370	466		97	94	80
RN	4	320	0		150	100		30			
SE	2	65	0								
Subtotal:	256	26080	557972	772	4015	3814	3942	1869	1063	1084	4043
Norte											
AC	4	565	0	5		500		5			
AM	30	4700	111554	253	170	75	1626	183	87	103	451
AP	56	1771	200337			226	557		202	4	
PA	160	17851	159473	194	2454	2324	2775	2027	1837	2629	2367
RO	26	5123	582199		87	98	45	6	50	51	125
RR	5	1242	21000	14			14	3		30	30
TO	22	802	10339	43	240	156	209	164			210
Subtotal:	303	320541	3564100	509	2951	3379	5226	2388	2176	2817	3183
Sudeste											
ES	9	436	29165				120				
MG	35	2041	46550	43	398	76	442	131	98	248	636
RJ	8	460	700		150	160	150			150	
SP	114	10947	50132	220	2112	779		80			
Subtotal:	166	13884	126547	263	2660	1015	712	211	98	398	636
Sul											
PR	42	3097	37349	45	787	316	220	510	150	195	415
RS	15	1893	17938		500	278	40	5			
SC	5	502	39393				80				50
Subtotal:	62	5492	94680	45	1287	594	340	515	150	195	465
Total:	854	83058	15116606	1884	12388	9640	10423	5094	3488	4715	9031

Fonte: Setor de Documentação da CPT.



Foto: João Ripper

Impactos da cadeia produtiva da cana

Por Verena Glass*

Depois da grande crise econômica que se abateu sobre o mundo em 2008, e que resultou numa visível desaceleração dos investimentos financeiros e políticos do governo federal e do setor sucroalcooleiro na cadeia produtiva do etanol, durante o ano de 2009 a tendência se reverteu, principalmente no tocante à ofensiva brasileira para tornar o álcool de cana-de-açúcar do país palatável nos mercados internacionais.

Diante da sensação de que o pior (da crise) parece ter passado, ambos os setores voltaram a acalantar o sonho de ver o etanol chancelado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como commodity; e mais, uma commodity “verde”, ambientalmente

* Jornalista e pesquisadora do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da Repórter Brasil. Colaboraram Manoel Gomes e Thais Brianezi

te renovável e sustentável. Diante disso, governo e empresários intensificaram dois movimentos concomitantes: o primeiro visa o reforço do lobby pró-etanol no exterior, através de processos de propaganda e negociações nos EUA e Europa e da cooperação técnica com países do Sul. Por parte do setor empresarial, destacam-se iniciativas bancadas pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), através do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), com escritório de lobby em Washington e financiado pelo setor sucroalcooleiro; e por parte do governo, a Divisão de Energias Novas e Renováveis do Ministério das Relações Exteriores (MRE) coordena o programa Pró-Renova, através do qual já foram assinados 60 memorandos de entendimento para cooperação técnica bilateral na área de produção de cana-de-açúcar, envolvendo principalmente países da África e da América Central (o investimento justifica-se pelo fato de que, para aumentar as chances de comoditificação do etanol, é preciso que aumente o número de países produtores).

O outro movimento que uniu governo e empresário em 2009 foi a tentativa de minimizar críticas aos impactos sociais e ambientais gerados pela cadeia produtiva da cana. Nesse sentido, em junho do ano passado, a Unica, o governo federal e o setor sindical (Feraesp e Contag) firmaram um acordo que prevê uma série de adequações do setor canavieiro à legislação trabalhista – o “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”, firmado por 331 usinas brasileiras (cerca de 80% das empresas do setor) -, e em setembro, após inúmeras postergações, finalmente foi lançado o Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar (ZAE), instrumento técnico que avalia as condições edafoclimáticas e ambientais do cultivo da cultura.

Compromisso descompromissado

Resultante da “Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”, instalada em julho de 2008 a pedido do presidente Lula, o Compromisso Nacional prevê que as usi-

nas signatárias assumam práticas mais adequadas à garantia dos direitos laborais dos trabalhadores, como a proibição da intermediação de mão-de-obra para produção de cana ou etanol - uma tentativa de eliminar a figura do “gato”, que faz o aliciamento para empreitadas no meio rural-, o fortalecimento da negociação coletiva, a instalação de alojamentos adequados, a intermediação do Sistema Público de Emprego para a contratação de trabalhadores migrantes, e o respeito à saúde e segurança laborais, através do fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de transporte seguro, entre outros itens (é importante observar que as medidas não extrapolam o que já é previsto na legislação trabalhista).

Não obstante, o acordo não prevê condicionantes para a adesão, instrumentos de monitoramento das usinas signatárias ou sanções e exclusão em caso de descumprimento de um ou mais itens do Compromisso. Tanto assim que, no ano em que foi lançado, o setor sucroalcooleiro novamente ocupou o topo do ranking do trabalho escravo em número de trabalhadores libertados pelos grupos de fiscalização: segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 1.911 trabalhadores foram libertados em 16 casos denunciados, 45% do total de 4.234 flagrados em condições análogas à escravidão.

De acordo com levantamentos da Agência de Notícias e do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da Repórter Brasil, empresas signatárias do Compromisso, como a usina Santa Cruz (do Grupo José Pessoa, multi-reincidente no crime de trabalho escravo), no Rio de Janeiro, usina Cruangi, de Pernambuco, usina Salgado, também de Pernambuco, e Destilaria Araguaia (ex-Gameleira), do grupo Eduardo Queiróz Monteiro, foram flagradas com trabalho escravo em 2009. Já as usinas Agrisul Agrícola Ltda. (conhecida como Debrasa, uma das unidades do reincidente Grupo José Pessoa), em Brasilândia (MS), Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda. (Dcoil), em Iguatemi (MS), e a Energética do Cerrado Açúcar e Alcool Ltda, em Itarumã (GO), já compunham a Lista Suja do Trabalho Escravo quando foram aceitas como signatárias do Compromisso.

São Paulo, maior estado produtor de cana do país e sede da Unica, não registrou casos de trabalho escravo em 2009, mas foi marcado por outras irregularidades trabalhistas. Nas 46 ações realizadas pelo Grupo Estadual Rural de fiscalização no ano passado, em usinas na região de Bauru, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, foram emitidos 72 autos de infração referentes a violações da legislação trabalhista, e 166 referentes a violações das normas de segurança do trabalhador. Entre as signatárias do Compromisso autuadas por irregularidades estão a Destilaria Cafealcoool (falta de repouso após seis horas consecutivas de trabalho; excesso de jornada; prorrogação de jornada sem autorização), de Cafelândia; Usina da Barra, pertencente ao Grupo Cosan, maior empreendimento sucroalcooleiro do mundo e flagrado com trabalho escravo em 2007 (falta de registro de entrada e saída dos funcionários, trabalho aos domingos sem autorização, irregularidades em EPIs e banheiro sem higiene), em Dois Córregos; Usina Diamante, também do Grupo Cosan (falta de registro de seis trabalhadores, falta de controle de jornada, desrespeito ao descanso semanal nos domingos e feriados, corte de sete ruas em vez de cinco, banheiro sem higiene, Atestado de Saúde Ocupacional irregular, falta de plano para atender acidentado, alojamento com irregularidades, empresas terceirizadas para o transporte sem sanitários e locais para refeição), em Jaú; e a usina Guariroba, pertencente à multinacional Bunge (alojamento irregular, jornada aos domingos, banheiro sem higiene, EPI irregular, falta de avaliação de risco e ações de segurança), em Pontes Gestal.

Quando do seu lançamento, o Compromisso foi efusivamente elogiado pela Secretaria Geral da Presidência, responsável pela costura do acordo. À época, o titular da pasta, ministro Luis Dulci, afirmou que “o Compromisso Nacional nos dá a certeza de que as melhores práticas trabalhistas já existentes serão de fato universalizadas e novos direitos serão criados, modernizando em definitivo o setor e humanizando plenamente o trabalho canavieiro”. Questionada pela Repórter Brasil sobre como se dará a “auditoria independente para exercício das atividades de monitoramento do

cumprimento das práticas empresariais” prevista no acordo, no entanto, a resposta da Secretaria Geral foi evasiva: “o cumprimento será fiscalizado por uma comissão tripartite, e as empresas que eventualmente descumprirem as medidas nele previstas serão excluídas”. Já segundo o executivo da organização setorial Fórum Nacional Sucroalcooleiro e membro da coordenação do Compromisso, Pedro Luciano Pena R. Oliveira, o monitoramento e as formas de execução ainda estão sendo estudados.

Zoneamento Agroecológico da cana pode pressionar alimentos

O Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar (ZAE), instrumento técnico que analisa a adequação das condições de solo, geografia, topografia e clima para o cultivo de cana no país, foi publicado sob forma do Decreto Presidencial 6.961/2009 em setembro de 2009. Capitaneado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Agroenergia, o estudo contou com a participação de vários Ministérios e entidades representativas do setor agroindustrial, e passou por consultas prévias aos governos de todos os Estados.

A costura do ZAE da cana, cuja publicação foi postergada repetidas vezes, foi uma prova de fogo para o governo porque, diferentemente dos zoneamentos das demais culturas, inclui um fator controverso: por motivos políticos – e não técnicos –, foram criadas algumas zonas de exceção da cana onde seu plantio, de início, está excluído das políticas de financiamento federal. Para imprimir um caráter de sustentabilidade ao documento, o ZAE exclui a Amazônia, o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, e as terras indígenas das áreas permitidas para o plantio de cana (excetuando cultivos pré-existentes), o que já foi incorporado pelas resoluções 3.813 e 3.814 do Conselho Monetário Nacional. De acordo com estas normativas, bancos públicos e privados ficam impedidos de financiar novos canaviais e usinas nas áreas de exceção citadas, em áreas com declividade superior a 12% ou naquelas ocupadas com vegetação nativa e reflorestamento. Mais além, para garantir que as zonas de exceção

sejam regulamentadas legalmente, impedindo-se de forma definitiva que a cana avance sobre essas áreas, o governo transformou o ZAE em Projeto de Lei (PL), a ser avaliado pelo Congresso Nacional.

Passada uma onda inicial de reações violentas da bancada ruralista e de representantes do agronegócio à inclusão de zonas de exceção no ZAE – com garantias de que este aspecto será subtraído do possível marco legal da cana -, nenhuma menção à votação do PL foi feita no Congresso desde a publicação do Decreto Presidencial. Assim, uma avaliação mais concreta dos possíveis desdobramentos legais do Zoneamento fica prejudicada. Mas, com base nos dados apontados no marco técnico, tomando-se como referência os mapas indicativos da viabilidade da cultura por estado, elaborados pelo ZAE, é possível arriscar um prognóstico do comportamento da cana no futuro, e de sua relação com outras atividades agropecuárias.

De maneira geral, projetos de pesquisa de monitoramento da expansão da cana por parte de órgãos do governo e de universidades confirmaram o avanço do setor sucroalcooleiro sobre áreas anteriormente ocupadas por atividades agropecuárias. O que ainda se discute, todavia, é se a substituição de culturas trouxe ou poderá trazer prejuízos à produção de alimentos, e conseqüentemente ameaçar a segurança alimentar do país.

Nos últimos quatro anos, de acordo com dados da Companhia Brasileira de Abastecimento (Conab), a área plantada de cana aumentou em 4 milhões de hectares, ocupando hoje cerca de 9,5 milhões de ha. Esta área equivale a cerca de 21% do que é ocupado pelas culturas de grãos no país (46 milhões de ha), mas é preciso atentar para o detalhe de que há uma concentração da cana principalmente nos estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro e Noroeste do Paraná, que estão entre os maiores produtores de grãos do país.

Tanto o governo quanto o setor sucroalcooleiro defendem a tese de que expansão da cana se dará prioritariamente sobre pastagens degradadas (é importante salientar que não existe nenhum levantamento, tanto em nível dos estados quanto em nível nacional, sobre o volume destas áreas no país), o que até pode ser uma tendência para o futuro. Mas de acordo com o Canasat, sistema de monitoramento da cana do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPA), nos estados de Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, foram principalmente as culturas alimentares que perderam área para a cana nos últimos anos, como mostram as tabelas abaixo (Mato Grosso também se destaca pelo desmatamento de floresta nativa para plantio de cana. O estado de São Paulo, que perdeu parte da área de citricultura para a cana, é avaliado à parte).

2008 – Área de agricultura, pecuária e florestas substituída por cana, em ha

Atividade	MG	GO	PR	MS	MT
Agricultura	91.959	108.072	55.159	38.908	17.761
Pecuária	48.284	34.514	42.336	48.465	10.555
Florestas	876	0	0	0	2.385
Total	141.190	143.255	97.719	87.434	30.735

2007 - Área de agricultura, pecuária e florestas substituída por cana em ha

Atividade	MG	GO	PR	MS	MT
Agricultura	93.883	59.442	71.883	26.823	15.134
Pecuária	25.656	25.703	35.039	18.395	8.440
Florestas	739	0	0	1.119	1.892
Total	120.306	85.559	107.350	46.446	25.524

Expansão da cana sobre agricultura, pecuária e citricultura em São Paulo em ha

Ano	Agricultura	Pecuária	Citricultura	Total
2008	268.633	371.262	19.919	661.969
2007	304.625	321.119	8.997	636.814

Fonte: Canasat/INPE.

Tomando-se como referência as indicações técnicas do ZAE referentes a áreas com boa viabilidade para o cultivo da cana, uma sobreposição dos mapas estaduais do Zoneamento com dados do mapeamento das atividades agropecuárias do Sistema de Recuperação Automática (Sidra) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que, coincidentemente ou não, são exatamente as áreas com maior produção agrícola e maior concentração de cabeças de gado as apontadas como mais adequadas para o plantio de cana nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Paraná, além da parcela do Mato Grosso que não compõe a Amazônia Legal.

Tomando-se o exemplo do estado de Goiás - que possui 32 usinas já em funcionamento e 48 projetos em elaboração -, na faixa indicada pelo zoneamento como área de pastagem apta para o plantio de cana nas regiões sul e sudoeste do Estado (de Limeira do Oeste e Quirinópolis a Doverlândia, Caiapônia e Piranhas), os dados do Sidra de 2007 apontam a predominância de municípios com alta concentração de gado (85 mil a 715 mil cabeças). Da região central (Goiânia) ao noroeste (Nova Crixás), a concentração oscila de média (38 mil a 75 mil cabeças) a alta.

Em relação às áreas de culturas alimentares, uma comparação entre os mapas do Zoneamento a os dados do Sidra para a produção agrícola aponta que, onde constam áreas de pastagem, muitos municípios têm produção elevada de culturas alimentares (entre mil e 50 mil hectares). Tomando-se novamente o estado de Goiás como exemplo, onde o mapa do Zoneamento aponta áreas de pastagem aptas para cana nas regiões sudeste, norte, central e nordeste, destacam-se municípios com produção de mil a 50 mil hectares de arroz, de acordo com

o Sidra. Municípios com mil a 50 mil ha de feijão também ocupam a maior parte da região apontada pelo Zoneamento como de ocupação agrícola passível ao plantio de cana, nos municípios de Jussara e Santa Fé de Goiás, Rio Verde, Santa Helena, Jataí, Chapadão do Céu, Santa Rita do Araguaia e Niquelândia. Municípios com mil a 50 mil ha de milho perfazem praticamente toda a área indicada pelo zoneamento como viável para a cana. Serranópolis, Itaruma, Quirinópolis e Gouvelândia, assim como Caiapônia e a região do entorno de Goiás, apontados como sendo de pastagem (boa para cana), são grandes produtores de milho. Já os municípios com a mesma produtividade de soja ocupam praticamente toda a área de agricultura apontada como apta para a cana. Cenários similares foram detectados nos demais estados apontados como prioritários pelo ZAE.

Outro fator preocupante na arquitetura do ZAE é a possível “terceirização” de impactos. Ou seja, proibida em certos biomas e incentivada a ocupar áreas já utilizadas em atividades agropecuárias intensivas, como se dará a relação da cana, mesmo que indireta, com processos de desmatamento e degradação ambiental? Ainda é difícil avaliar se a expansão da cana no Sudeste e Centro-Oeste tem empurrado atividades agropecuárias – em especial a soja e o gado – para a Amazônia, o Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai. Fato é que a região Norte teve um aumento de 7,9% de área plantada de soja na safra 2009/2010 em comparação com a safra 2008/2009, de acordo com o último levantamento da produção de grãos da Conab, de janeiro de 2010 (no Nordeste o aumento foi de 8,9%, no Centro-oeste de 5%, no Sudeste de 8,2% e no Sul de 6,4%).

De acordo com o Sidra, do IBGE, o rebanho bovino também teve um aumento significativo na região

Norte entre os anos de 2007 e 2008, passando de cerca de 37,8 milhões de cabeças para cerca de 39,1 milhões de cabeças de gado. No mesmo período, o crescimento da pecuária na região Centro-Oeste foi menor, passando de 68,08 milhões de cabeças para 68,9 milhões; e no Sudeste houve uma diminuição de 38,5 milhões de cabeças em 2007 para 37,8 milhões de cabeças em 2008.

No recente estudo "Indirect land-use changes can overcome carbon savings from biofuels in Brazil" (Mudanças no uso indireto da terra podem anular efeitos do sequestro de carbono por agrocombustíveis no Brasil, publicado em janeiro de 2010), um grupo de pesquisadores coordenado por David Lapola, do Centro para Pesquisa de Sistemas Ambientais da Universidade de Kassel, na Alemanha, afirma que, numa projeção do volume de agrocombustíveis necessário para atender a demanda nacional em 2020, a cana necessitará de uma área adicional de 57,2 mil km² e a soja, 108 mil km². "Cerca de 88% dessa expansão (145,7 mil km²) ocorrerá em áreas previamente utilizadas como pastagem. Áreas de agricultura substituídas por cana atingirão cerca de 14 mil km²", constata o estudo.

Ainda segundo a pesquisa de Lapola, cerca de 200 mil km² de pasto passarão a ocupar áreas prévias

de floresta (principalmente na Amazônia e no Cerrado), e 46 mil km substituirão outros tipos de vegetação nativa. "Etanol de cana e biodiesel de soja seriam responsáveis, respectivamente, por 41% e 59% deste desmatamento indireto", afirmam os pesquisadores.

Apesar da inexistência de dados conclusivos sobre os impactos da expansão da cana em áreas de agricultura, a Conab reconhece que o rearranjo produtivo do território agrícola nacional poderá trazer alterações aos preços dos alimentos, principalmente em localidades onde a cana vier a ocupar lavouras de culturas alimentares e que passarão a se abastecer de produtos vindos de mais longe.

De qualquer forma, tanto o Zoneamento Agroecológico quanto o Compromisso Nacional, dois marcos da ofensiva pró-cana do "pool" governo/setor sucroalcooleiro em 2009, apesar de sua larga utilização nas atividades de divulgação do etanol no exterior não provocaram, ao menos por enquanto, qualquer mudança no cenário interno da cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Assim que a aventada sustentabilidade ambiental e social do etanol brasileiro continua sendo uma peça de propaganda para inglês ver.

Referências Bibliográficas

1. O Brasil dos Agrocombustíveis: Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade - Cana 2009 - Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, Repórter Brasil. Fevereiro de 2010

2. Acordo costurado pelo Planalto abriga usinas da "lista suja" – Mauricio Hashizume, Agencia Repórter Brasil, 13/08/2009

<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1628>

3. Indirect land-use changes can overcome carbon savings from biofuels in Brazil - David M. Lapola et alii, Center for Environmental Systems Research, University of Kassel, Germany

<http://www.pnas.org/content/early/2010/02/02/0907318107.full.pdf+html>

Tabela 4 - Conflitos por Terra

	Conflitos por Terra*		Ocupações		Acampamentos		Total UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste								
DF	2	27	3	650			5	677
GO	3	214	6	490			9	704
MS	15	422	7	277	2	50	24	749
MT	25	2997	3	186	1	235	29	3418
Subtotal:	45	3660	19	1603	3	285	67	5548
Nordeste								
AL	23	1857	31	1672			54	3529
BA	23	3675	13	2932	4	945	40	7552
CE	7	1843	7	500			14	2343
MA	69	5702	6	959	2	240	77	6901
PB	7	870	3	330	2	160	12	1360
PE	8	405	18	1932	1	100	27	2437
PI	26	1573					26	1573
RN	2	150	2	170			4	320
SE			2	65			2	65
Subtotal:	165	16075	82	8560	9	1445	256	26080
Norte								
AC	3	505			1	60	4	565
AM	28	4413	1	200	1	87	30	4700
AP	56	1771					56	1771
PA	113	11951	43	5160	4	740	160	17851
RO	24	5063	1	30	1	30	26	5123
RR	4	1172	1	70			5	1242
TO	15	414	5	145	2	243	22	802
Subtotal:	243	25289	51	5605	9	1160	303	32054
Sudeste								
ES	7	374			2	62	9	436
MG	16	874	18	1132	1	35	35	2041
RJ	5	160	2	300	1		8	460
SP	21	3061	87	6971	6	915	114	10947
Subtotal:	49	4469	107	8403	10	1012	166	13884
Sul								
PR	19	1163	21	1809	2	125	42	3097
RS	5	818	7	926	3	149	15	1893
SC	2	130	3	372			5	502
Subtotal:	26	2111	31	3107	5	274	62	5492
Brasil:	528	51604	290	27278	36	4176	854	83058

Setor de Documentação da CPT.

* Conflitos por Terra referem-se às ocorrências de despejos, expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem.





Foto: João Zinclar

ÁGUA

Soberania empresarial versus soberania social

Conflitos pela água no Brasil – 2009

Luis Fernando Nova Garzon*

A incidência e a distribuição dos conflitos pela água no Brasil revelam a quantas anda o voraz processo de acumulação capitalista no país. Como insumo, infraestrutura e produto, a água é crucial para qualquer economia capitalista, que dirá para uma emergente ou disposta a “emergir” a qualquer custo. O que pode significar para potentados, auxiliados por séquitos de alpinistas sociais, o sacrifício de territorialidades integrais– irredutíveis, portanto, à decomposição e instrumentalização -, se o que está em jogo são graus de investimento ratings acima, posições vantajosas nas cadeias transnacionais de valor ou maiores cotas de fornecimento cativo de matérias-primas para o cinturão asiático e países da OCDE?

A abundância e riqueza de recursos hídricos do país tem lastreado um modelo de desenvolvimento especializado em processamento de recursos naturais que foi se consolidando, após a crise do real em 1999. A denominação “neodesenvolvimentista”, acoplada a posteriori, passa a ser uma ambígua estampa em disputa, quanto à “devida” indução do Estado a favor da concentração dos capitais. Isso porque o reposicionamento vantajoso dos oligopólios erguidos no país depende antes de tudo do avanço regular da mercantilização de bens sociais, como água e florestas, e do aprofundamento da liberalização/privatização dos setores de infraestrutura sob a forma de concessões e Parcerias Público-Privadas -PPPs. A reorganização do processo produtivo no final dos anos 90, impulsionada pelos setores primário-ex-

portadores e por transnacionais, e sob regência do capital financeiro, buscou sintetizar povos e paisagens vividas na forma de habilidades, custos e riscos. No caso especificamente tratado aqui, o controle privado da infraestrutura hídrica tem servido para modelar as especializações cabíveis a cada micro e meso-região do país, nos marcos da divisão internacional/mundial do trabalho. Água privatizada, com mediação pública, confere notável destreza à “mão invisível” dos mercados.

Basta observar quais as especialidades dos maiores grupos/conglomerados econômicos cujos raios de expansão se originam ou se centralizam no Brasil. Por somatória e volume, logo deduzimos qual seria a “especialidade” predominante e tendencial do país. Entre as vinte empresas mais lucrativas do país em 2009¹, excluindo-se empresas de serviços e uma automobilística, todas as quinze demais dedicam-se prioritariamente a atividades primárias, extrativas ou de produção de semi-elaborados, ou ainda, à própria infra-estrutura viabilizadora dessas mesmas atividades. Elementos-comuns, transversais para a valorização programável: o uso intensivo de recursos naturais e o fluxo exportador de larga escala. Na lista das vinte mais lucrativas, a composição que segue é auto-explicativa: Petrobrás, Vale, CSN, Usiminas, ArcelorMittal, CHESF, Gerdau, AES Eletropaulo, COSIPA, CBMM, Souza Cruz, Samarco, Suez-Tractebel.

O perfil não é casual: cerca de 45% das quinhentas maiores empresas no Brasil são nominalmente con-

* Prof. da Universidade Federal de Rondônia-UNIR; Doutorando no IPPUR-UFRJ; Membro da Rede Brasil sobre IFMs e da REBRIP. l.novoa@uol.com.br

¹ Maiores e melhores maiores-2009, 36ª Edição. Revista Exame. Disponível em <http://portalexame.abril.com.br/revista/mm/2009/melhores-e-piores.shtml>

troladas por capital estrangeiro. Em termos absolutos, segundo a SOBEET (2008), mais de um terço de nossa base produtiva teria sido desnacionalizada ao longo das duas últimas décadas. Compreende-se perfeitamente a insistência das “maiores e melhores” empresas em eliminar qualquer obstáculo que impeça a conversão acelerada da (concebível) nação em mera incubadora de plataformas de exportação. A privatização da água sempre foi lema textual ou prático desse seletivo grupo de empresas sedentas de novas fronteiras, setoriais e espaciais, de super-exploração.

Nossas águas - que carregam múltiplas possibilidades de uso e compartilhamento - têm servido de base exponenciadora para um modelo de fornecimento subordinado às cadeias transnacionais, que aprofunda a concentração de renda interna e que degrada e expropria preciosas territorialidades socioambientais de povos camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Soberania empresarial versus soberania social sobre os recursos naturais, esse é o embate de fundo, do qual não nos furtaremos. A partir dos conflitos pela água, diretos e/ou transversais, desencadeados em sua maioria pelo agronegócio e pelos setores energético e minero-metalúrgico, o que precisa vir à tona é o confronto entre projetos de desconstrução e de reconstrução nacional. Situação-limite que vem sendo diluída por meio de projetos governamentais concebidos para “todos os brasileiros”.

A destinação preferencial de recursos públicos para a expansão de setores que vampirizam nossas margens de futuro alternativo se materializa exemplarmente no PAC e programas sucedâneos, assim como na política de financiamento público. O anunciado “compromisso com o desenvolvimento sustentável” do país exigiria ao menos, da parte do BNDES, o reconhecimento de seu papel no desenho futuro desse desenvolvimento e a disposição de abrir um debate público sobre os critérios de seletividade reversa e perversa que vem adotando

em seus empréstimos. Os mecanismos previstos pelo Banco, para efetivar ou adicionar mitigações dos megaprojetos que viabiliza, não só não alteram a trajetória desestruturante dos mesmos, como servem para torná-la irreversível. É à revelia das populações locais, e das vocações disponíveis ou potenciais em cada região, que se estabelece um planejamento territorial de caráter unilateral segundo critérios de viabilidade econômica e financeira, ou seja, visando unicamente o retorno financeiro.

Emblemático que o setor público replique o mesmo foco instrumentalizador do setor privado em relação a bens coletivos, de uso múltiplo, compartilhado, sustentáculos de biomas, pilares de biodiversidade e sociodiversidade, que são nossos rios e mananciais. Sob a recomendação expressa do Banco Mundial e dos lobbies privatistas (AESBE, ABCOM, ABIAPE, dentre outros), e contando com a interveniência interessada da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o conjunto de leis e normas que regulam o uso e aproveitamento dos recursos hídricos sofreu novas investidas flexibilizadoras no último período. A tônica foi, e continua sendo, a remoção de “entraves” aos investimentos. Simplificação e agilização dos processos de licenciamento ambiental e dos procedimentos de outorga não significam outra coisa senão subsidiar e favorecer a disseminação de empreendimentos voltados para o retorno de curto prazo -, por isso ambiental e socialmente desarticuladores. Quem ganha com a depredação de nossos biomas e de nossas águas em troca de grandes negócios, intocáveis de fora para dentro, incondicionados de dentro para fora?

Os processos de mercadorização da água podem ser subdivididos em diretos e indiretos². Diretamente através da privatização das empresas de saneamento e abastecimento e da criação de mercados cativos de uso preponderante da água em grande escala (para fins de irrigação, de aproveitamento energético, para hidrovias industriais, para

² Reclaiming Public Water-Relatório do Seminário de Estratégia Global, Bruxelas, 1 a 3 de fevereiro de 2010

a piscicultura e a carcinicultura). Indiretamente, através da contaminação, degradação e/ou da criação da escassez da água como negócio à parte. Os conflitos pela água derivam dessas formas brutais ou sutis de apropriação privada de um recurso antes compartilhado, formal ou informalmente. No ano de 2009, por conta do aprofundamento e da aceleração do modelo de desenvolvimento, potencializado pelo hidronegócio e potencializador do mesmo, os conflitos deflagrados abarcaram mais de 10 mil famílias em situação de litígio com grandes proprietários, barrageiros, usineiros, mineradoras e complexos turísticos, em relação ao ano anterior. Apesar de terem sido catalogados 45 conflitos por água em todo o país em 2009, um a menos que em 2008, houve um incremento no número absoluto de famílias afetadas de 48,4%. Foram 40.335 famílias envolvidas no último ano contra 27.156 famílias envolvidas em 2008. Esse considerável aumento do número de famílias em situação de pendência decorre da implementação simultânea, no ano de 2009, de grandes projetos sob iniciativa dos setores hegemônicos, antes referidos.

A distribuição geográfica dos conflitos contribui para identificarmos a direção das novas frentes de acumulação do capital sobre nosso território. Como a fronteira agrícola, mineral e elétrica tem se entrecruzado na região amazônica, é nela que se concentrou mais da metade das famílias arroladas em conflito em 2009, número que tende a aumentar. Observa-se também a intensificação pontual de conflitos na região Sudeste, especificamente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, em grande parte pela ação orquestrada de empresas minero-metalúrgicas com intuito de expandir suas plantas industriais devido à manutenção dos altos preços relativos no mercado internacional do minério de ferro e de seus derivados básicos. No Nordeste há um espraiamento dos conflitos para áreas antes consideradas não valorizadas, seja no semi-árido, por conta do prosseguimento do projeto de transposição do rio São Francisco, seja nas baixadas litorâneas, vistas como áreas de escoamento portuário ou como novas zonas “vacionadas” ao turismo internacional. No Centro-Oeste, sojicultores, usi-

neiros e pecuaristas em disputa pelas últimas fontes de água “desguarnecidas” tratam de aterrorizar e expulsar os verdadeiros titulares desse patrimônio comum, que são as comunidades tradicionais. No Sul, a indústria barrageira trata de aplicar ao pé da letra, e a ferro e fogo, o aproveitamento total da bacia do rio Uruguai e demais bacias secundárias, além de persistirem os conflitos em torno dos passivos sociais e ambientais de uma série de outras barragens iniciadas nos anos 80 e 90.

A categorização dos conflitos ajuda a dimensionar como se dá o desapossamento e a desterritorialização das comunidades tradicionais e camponesas, através do controle privado/privatista sobre a água. Os conflitos pela água têm sido causados por: 1) apropriação particular; 2) (mau) uso e preservação; e 3) barragens e açudes.

1) Apropriação particular (25% do total de conflitos por água)

Refere-se ao controle direto do acesso às fontes de água ou ao controle do corpo hídrico em si mesmo. A expansão do agronegócio (notadamente soja e etanol) e da pecuária não se dá às cegas, e sim incorporando crescentemente novas áreas de captação para fins de irrigação, de dessedentação dos rebanhos e para formação de estoques hídricos nas estiagens. Essa homogeneização a fórceps da paisagem está eliminando ou restringindo usos anteriores e plurais dessas águas, estabelecendo barreiras físicas para a captação e o abastecimento comunitários. É o que tem acontecido com a comunidade de Mulungu (Casa Nova-BA), com a de Caetanos de Cima (Amontada-CE), nas comunidades quilombolas de Serrano do Maranhão (MA), de Vãozinho e Voltinha, em Porto Estrela (MT) e Gurupá, em Cachoeira do Arari (PA). O latifúndio tem procurado sabotar projetos de assentamento em formação ou consolidados como o de Fatura, em Porto Alegre do Norte (MT). O povo indígena guarani-kaiowá montou acampamento batizado de Apyka’y às margens da BR 463, perto de Dourados (MS), contra o cerco dos córregos e olhos d’água da região.

O Frigorífico Bertin, em conluio com os pecuaristas locais, contratou uma empresa especializada em “esvaziamento” de terrenos, a Gaspen, para fustigá-los e ameaçá-los sistematicamente.

Especificamente no Ceará, cujo litoral vai se transformando em uma sucessão de enclaves turísticos (parques aquáticos e resorts internacionais), o território indígena Tremembé e o Projeto de Assentamento Maceió estão sendo alvo das investidas de empresários europeus no intuito de lhes vedar o acesso à praia e, conseqüentemente, à pesca.

No caso do Amapá, estado conhecido pelos seus lagos e várzeas piscosas que sustentam milhares de famílias ribeirinhas, o uso indiscriminado de agrotóxicos por sojicultores e rizicultores tem produzido drástica diminuição da pesca artesanal no entorno da Lagoa dos Índios, no entorno de Macapá. No baixo rio Branco, em Pedra Branca do Amapari, é a Anglo-American que despeja toneladas de lama tóxica com metais pesados no baixo curso do rio, antes um viveiro e criadouro natural de peixes.

2) Uso e preservação (36,3% do total de conflitos por água)

Considera-se aqui o padrão de uso e preservação da água como fonte de conflitos. Mesmo não sendo proprietária dos terrenos que margeiam um corpo hídrico, mineradoras, siderúrgicas e plantações podem deteriorá-lo irremediavelmente pela comunicabilidade própria ao ciclo d’água, que inclui interflúvios superficiais e lençóis freáticos, além de canais e cavidades subterrâneas. Dependendo de quanto e de como se usa a água, e de como se processam as riquezas que lhes são imediatamente adstritas, socializam-se a miséria e a degradação ambiental.

E a água se torna vetor de injustiça ambiental. Um caso exemplar seria a de grandes usuários de água agindo com absoluta indiferença frente aos demais, em termos quantitativos e qualitativos. Na falta de planejamento de uso comum, instala-se a divergência entre produtores rurais de Manga e São João das

Missões (MG), que administram a vazão e, portanto, o fluxo de irrigação, em prejuízo das comunidades do Baixo Itacarambi. No Amazonas, perduram conflitos entre pescadores artesanais ribeirinhos e empresas de pesca comercial nos lagos Mamori e Mira, na região de Careiro/Manaus. A pesca predatória promovida por grandes empresas se estendeu inclusive ao território indígena Boa Vista (Careiro). Na RESEX do baixo rio Branco e nas comunidades de Gaspar e Itaquera (Novo Airão) dá-se uma situação de divergência sem perspectiva de acordo de pesca equitativo, o que está redundando no esgotamento dos recursos pesqueiros da região.

Empreendimentos de infraestrutura em geral ignoram como se distribuem as teias hídricas e as de vida em torno delas, isso porque sua concepção é quase sempre exógena; há um plano prévio de atravessar e cortar aquele lugar, no meio do caminho. O caminho do gasoduto encomendado pela Petrobrás não poderia ter outro itinerário senão as nascentes dos rios Inhumas e Caboclo, na região de Mascote (BA). Para os amigos, literalmente, licença?

A ALCOA e sua alumina eletrointensiva, por exemplo, é beneficiária primeira da energia oriunda dos barramentos dos rios amazônicos, desde Tucuruí, energia esta que chega como subsídio indireto e reverso: bônus para indústria com baixa transferência de tecnologia e baixa geração de valor agregado e de empregos, e suja, suja de fato. A cosmética ambiental irá repetir “Juruti sustentável” muitas vezes enquanto abre-se uma nova cloaca da transnacional no “corredor” do Amazonas. A construção de seu mais novo terminal portuário inicia uma contagem regressiva dos assentamentos agroextrativistas de Juruti Velho e Socó, que, por definição, dependem da manutenção da vitalidade que resta nos baixios paraenses do rio Amazonas, seus igarapés, furos e lagos.

A Usina Bulhões não deixa curso d’água incólume em Jaboatão dos Guararapes. Em Pernambuco ainda, a Usina Trapiche tornou-se, por decisão própria, gerenciadora da vazão do estuário do rio Sirinhaém, construindo pequenas barragens, diques e

desvios, sem autorização legal ou de quaisquer dos proprietários a jusante. As comunidades rio abaixo estão sendo intimidadas a aceitar metade do direito à vida que tinham. No Piauí, as carvoarias que se concentram em Manoel Emídio seguem com a erradicação da mata ciliar do rio Gurguéia, bem como da população ribeirinha adjacente.

Em Magé, na grande Rio, gerações de pescadores sobreviveram à paulatina contaminação da Bahia de Guanabara, mas a comunidade de Praia de Mauá de repente viu sua existência colocada em questão pelo Projeto GLP, tocado pela GDK/Petrobras. No dia 22 de maio de 2009, Paulo Cesar Santos, da Associação dos Homens do Mar (Ahomar), foi assassinado por um esquadrão mercenário, que o retirou de sua casa em Magé, horas depois de um conflito entre pescadores da associação e o empreendimento que paralisou momentaneamente as obras. Uma baía mais ao Sul, a de Sepetiba, é também palco de abusos reiterados da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), comandada pelos gigantes Vale e Thyssen Krupp, contra os direitos pescadores artesanais da área. As principais lideranças dos pescadores estão sendo ameaçadas de morte.

3. Barragens e açudes (38,4% do total de conflitos por água)

O barramento e/ou o estancamento de um rio altera drasticamente a qualidade de todos os elementos físicos e bióticos, em especial as comunidades humanas, que se configuraram em consonância com o fluxo natural do rio. Ainda assim, a indústria barrageira e seus operadores na máquina do Estado insistem em considerar os empreendimentos hidroelétricos equivalentes aos demais setores de infraestrutura, ou pior, a qualquer atividade econômica, como se não estivessem em questão complexos ciclos biológicos, econômicos e culturais singularmente vinculados. Enquanto o planejamento da expansão da geração hidroelétrica no país não conceber a água como bem público integrado, como um esteio sociocultural, barragem continuará sendo sinônimo de conflito permanente e em larga escala. Mas no setor elé-

trico, só se vêem medidas que procuram tornar as concessões de aproveitamento hidrelétrico ainda mais atraentes para as empresas privadas, incluindo flexibilizações dos requisitos territoriais adicionais, atinentes a grandes intervenções na região amazônica. Estima-se em 180 mil MW o potencial hidrelétrico brasileiro não utilizado, sendo que 70% desse montante estariam “imobilizados” na Amazônia. Por isso foi dada a largada em busca do ouro azul com o início das obras das UHEs de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira (RO) e com o licenciamento da UHE de Belo Monte no rio Xingu (PA). Nesses dois conjuntos de conflitos são estimadas 11 mil famílias afetadas diretamente, além de prejuízos cumulativos para todo o bioma amazônico e sua população. Nos dois casos verifica-se desprezo pelos procedimentos legais e, no caso das usinas do Madeira, ausência de discussão sobre o processo de reassentamento. Na barragem de Tucuruí (PA), 20 anos depois tem-se a dimensão de um passivo social que não parou de crescer pela desorganização das atividades econômicas tradicionais, pela grilagem, pistolagem e pelo caos urbano. Como consequência da luta para superar esta sinistra herança da UHE de Tucuruí estão marcados de morte os dirigentes locais do MAB, Roquevan Alves e Dilma Ferreira. Também não houve reparação proporcional ao alagamento de grande parte do território indígena pakaranã pelo reservatório de Tucuruí. Na faixa de transição da Amazônia para o Cerrado, encrava-se a UHE de Estreito (MA/TO), sem que sejam consolidados instrumentos de fiscalização e regulação pública dos efeitos desencadeados pela obra.

Em Minas, as barragens elencadas em 2009 como motivadoras de conflitos estão vinculadas às minero-siderúrgicas ou ao agronegócio. A Votorantim Metais, logo abaixo do reservatório de Três Marias, descarrega, sem peso algum, seus resíduos tóxicos na foz do córrego Consciência. No rio Carinhanha, na região de Montalvânia (MG), estão sendo construídas 40 PCHs, para desespero das dezenas de comunidades que ali se estabeleceram há décadas. A UHE de Aimorés, no vale do rio Doce, impacta a todos de uma vez só, incluindo a população urbana

da cidade, os pescadores e até a comunidade indígena krenak.

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, as grandes empresas tratam de explorar os últimos desníveis de leito de rio ainda não barrados. A Engevix leva de roldão as UHEs de Moinho e Monjolinho (RS), ao arrepio da lei e, no último caso, com ameaça de expulsão do povo kaingang. Na UHE de Foz do Chapecó (SC), até agora não houve termo de ajustamento que obrigasse a concessionária a garantir o reassentamento das famílias atingidas em condições equivalentes.

Conclusão

O intento das empresas e transnacionais do hidronegócio de retirar a água das esferas não mercantis soerguidas pelas comunidades tradicionais e nos espaços dos movimentos sociais é um ato de guerra. Guerra contra todas as formas de poder social e comunitário, criminalizadas assim que irrompem. “Estrangeiros” todos os que insistam em sua natividade. A segurança que os investimentos pleiteiam é mais que jurídica. Nesses termos, negociação é simples rendição. Ou continuamos permitindo ilimitada assimilação e anexação, ou passamos a defender nosso vir a ser, como um povo-nação em construção.

Tabela 5 - Conflitos pela Água

UF	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste		
DF		
GO		
MS	1	15
MT	2	138
Subtotal:	3	153
Nordeste		
AL		
BA	2	1230
CE	5	1500
MA	3	607
PB	1	800
PE	2	53
PI	3	203
RN		
SE		
Subtotal:	16	4393
Norte		
AC		
AM	3	205
AP	2	20
PA	5	8145
RO	1	5000
RR		
TO	2	101
Subtotal:	13	13471
Sudeste		
ES		
MG	5	3100
RJ	3	15575
SP		
Subtotal:	8	18675
Sul		
PR	1	2000
RS	2	640
SC	2	1003
Subtotal:	5	3643
Brasil:	45	40335

Fonte: Setor de Documentação da CPT



Foto: João Zinclar

Trabalho

Trabalho escravo: 25 anos de denúncia e fiscalização

Xavier Plassat¹

Se as primeiras denúncias de trabalho escravo reveladas pela CPT datam do início dos anos setenta – como a própria CPT, a computação sistemática das informações sobre este crime foram se consolidando gradualmente a partir de 1985 e mais ainda a partir de 1995, quando a realidade do trabalho escravo, até então praticamente negada pelas autoridades do país, passou a ser reconhecida e combatida. As primeiras fiscalizações realizadas pelo Grupo Móvel são de 1995, com elas começa a se construir uma nova informação: da denúncia de casos de provável trabalho escravo passa-se à comprovação legal da sua existência, por meio de autos de fiscalização e da coleta de provas que qualificam a “situação análoga à de escravo” prevista no Código Penal. O resultado imediato é a libertação (ou resgate) de trabalhadores escravos, inicialmente em números modestos se comparados ao período mais recente: 731 - média de libertados por ano entre 1995 e 2002 - 4.340, média por ano entre 2003 e 2009. Tendo em vista o marco legal e a realidade da fiscalização, os critérios que conduzem a denunciar determinada situação como sendo de trabalho escravo foram sendo aperfeiçoados e aprimorados. A Campanha Nacional que a CPT inicia formalmente em 1997 (“De Olho Aberto para não Virar Escravo!”) traz essa preocupação de qualificar as denúncias e garantir a credibilidade dos fatos revelados, especialmente perante as instâncias nacionais (Ministério Público, CDDPH) ou internacionais (OIT, OEA, ONU) acionadas, com sucesso, para reverter o negacionismo e a omissão do poder público, da classe política e do mundo ruralista. A CPT, pela seriedade de suas denúncias, conseguiu derrotar os que então denunciavam seu “denuncismo”.

Com a divulgação do tema, objeto de campanhas públicas, de ações de prevenção e, a partir de 2003, alvo de um Plano Nacional de Erradicação, a denúncia do trabalho escravo ganha novos patamares. Muitos trabalhadores agora sabem que a situação que lhe é imposta, de degradação e até de aprisionamento, não é nada “normal” ou “cultural”, como alguns ainda teimam em afirmar: é crime e deve ser denunciada. Outros dois fatores vão concorrer para tornar visível a mazela do trabalho escravo em territórios e atividades até então aparentemente imunes: a expansão desenfreada do agronegócio e a melhor caracterização do conceito legal.

Associado à constante evolução das fronteiras agrícolas do país, o trabalho escravo segue o rastro do agronegócio, o qual se tornou a menina dos olhos das políticas públicas para o campo na última década: na fumaça das carvoarias que sacrifica homens e matas para produzir aço; nas pegadas do gado que avança sobre a Amazônia Legal com desmatamento em grande escala; na onda da lavoura de soja que conquista os cerrados centrais; no boom do etanol que explode de norte a sul e ressuscita o velho canavial.

Afunilando o entendimento ético-legal do problema a partir das evidências trazidas pela fiscalização, o legislador brasileiro torna mais explícitas, por lei aprovada em dezembro de 2003, as figuras concretas do crime de trabalho (análogo ao de escravo: negação da liberdade do trabalhador (o trabalho forçado) e violação da sua dignidade (o trabalho degradante) passam então a tipificar com clareza o crime descrito no artigo 149 do Código Penal Brasileiro - CPB.

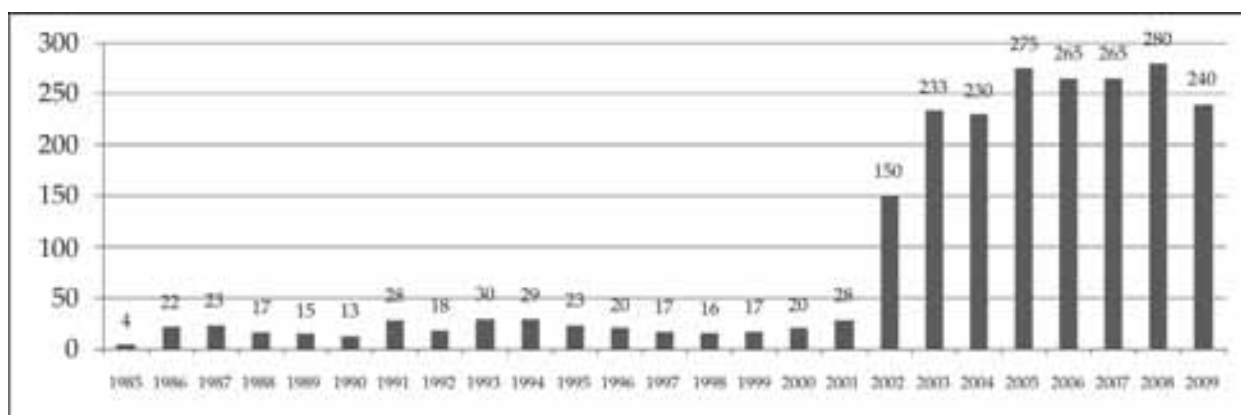
¹ Coordenador da Campanha Nacional da CPT contra o Trabalho Escravo

Conjuntamente, esses elementos ajudam a entender a evolução dos números, marcada pela persistência de situações antigas e o surgimento (ou a revelação?) de novas. Ajudam também a interpretar o significado das mudanças na geografia e na economia do trabalho escravo, sem incorrer em equívocos do tipo: “o trabalho escravo mudou de região” ou “o trabalho escravo surgiu agora nos canaviais” ou “o trabalho escravo cresce em toda parte”. A seguir algumas notas caracterizando as tendências no longo período e identificando evoluções mais recentes.

1. O registro anual de casos de trabalho escravo muda claramente de patamar em 2002 (cf tab. A):

após 17 anos de oscilação em torno de 20 casos anuais, a estatística sobe para 150 e, a partir de 2003, passa a oscilar na casa de 230-280. O ano 2002 foi o ano crítico em termos de explosão dos registros e de pressão sobre o Governo brasileiro para assumir postura mais à altura do problema. Neste ano, o Brasil, questionado pelo Comitê dos Expertos da OIT, ameaçado de condenação pela Comissão interamericana da OEA (caso José Pereira) e cobrado pela Comissão Especial da CDDPH (constituída às pressas pelo presidente FHC), se propõe a adotar um plano de combate ao trabalho escravo. Este plano será lançado pelo novo presidente, Lula, em março de 2003.

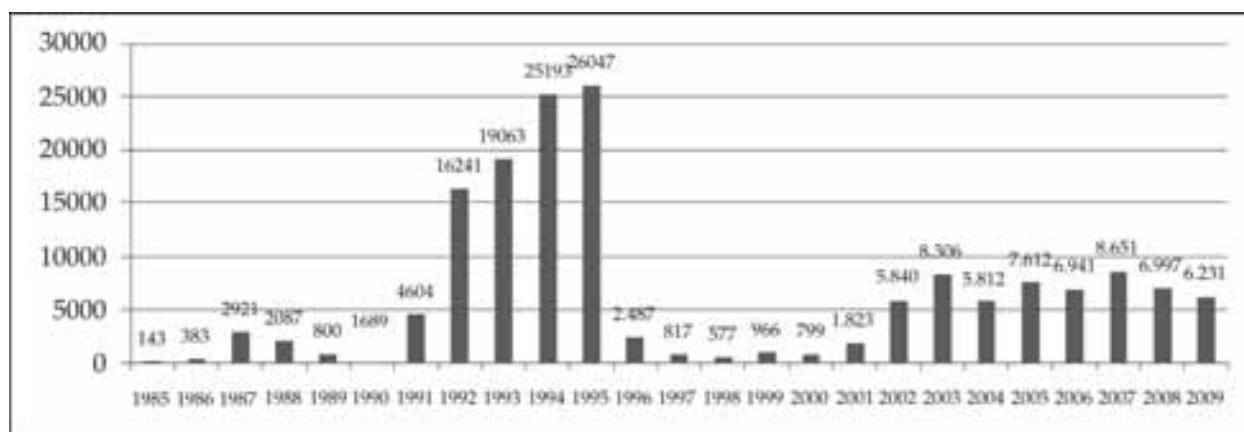
TAB. A - TRABALHO ESCRAVO (Nº DE DENÚNCIAS) – FONTE: CPT/CAMPANHA CONTRA O TRABALHO ESCRAVO



2. O registro dos trabalhadores envolvidos (Tab. B) apresenta entre 1991 e 1995 uma média anual de 18.230 envolvidos, valor exorbitante se comparado à tendência dos anos anteriores (média de 1.337 entre 1985 e 1990) e posteriores (média de 2.004 entre 1996 e 2002, e de 7.221 entre 2003 e 2009). Diferentemente dos outros anos, a explicação não vem do Norte ou da Amazônia, mas essencialmente de dois estados que têm em comum a produção de carvão em grande escala para siderúrgicas para a produção de ferrogusa, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Nesses anos de intensa mobilização e pressão da sociedade sobre um estado que continuava omissivo, os números incorporaram nesses estados dados estimativos,

baseados em critérios objetivos (número de fornos instalados, área plantada), mas nem sempre documentados em declarações de vítimas ou em relatórios de fiscalização, como ocorreria sistematicamente nos anos subsequentes. Neste mesmo período (1991-1995), outros 9 estados apresentam números elevados (de envolvidos), acima da média anual por estado: PA, MT, BA, GO, SP, AC, ES, RS e MA, nessa ordem. De 1996 a 2000, destacam-se nessa situação somente 3 estados: PA, MG e MT. De 2001 a 2002, também 3 estados: PA, MT, MA. De 2003 a 2009, 6 estados acima da média (então de 301 pessoas envolvidas): PA, MT, TO, MA, BA, GO (seguidos por MS, RJ e MG, abaixo mas perto dessa média)

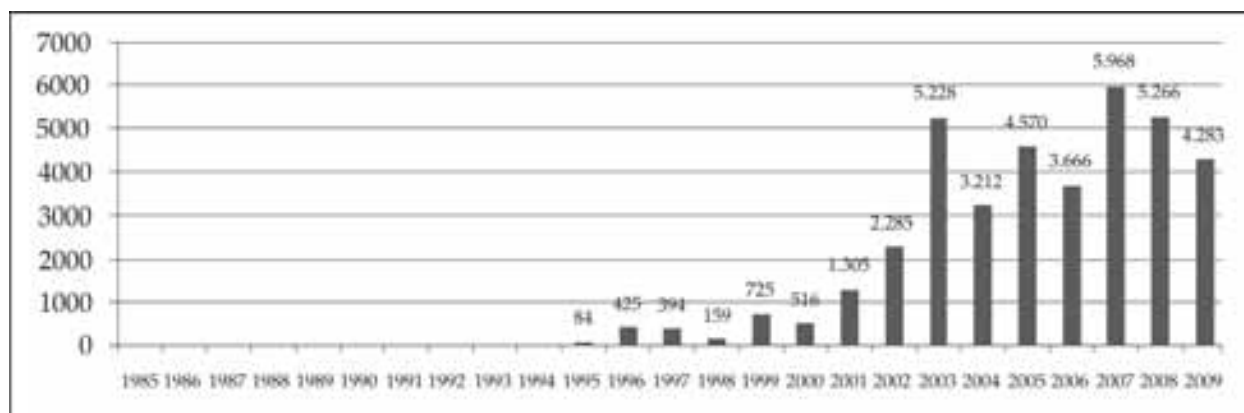
**TAB. B - TRABALHO ESCRAVO (Nº DE TRABALHADORES ENVOLVIDOS) -
FONTE: CPT/CAMPANHA CONTRA O TRABALHO ESCRAVO**



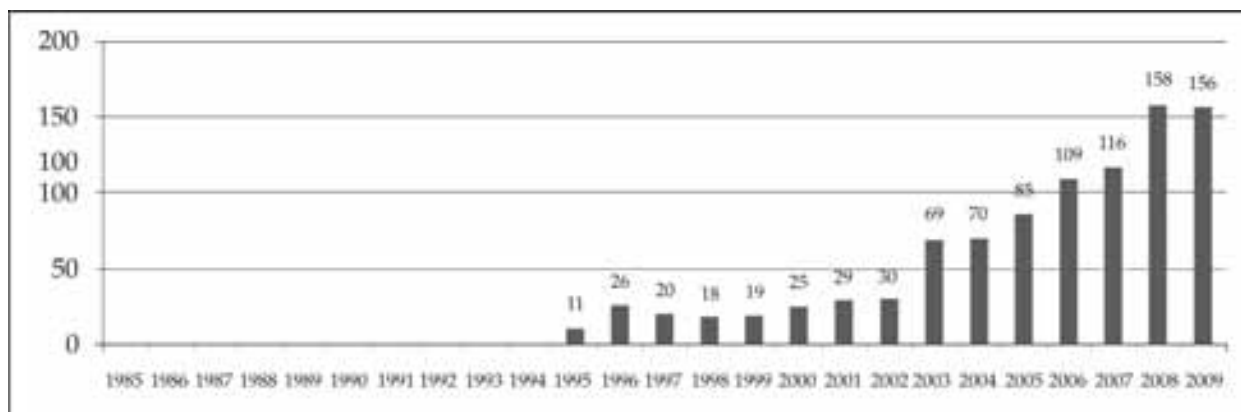
3. Somente a partir de 1995 podemos considerar de forma diferenciada os números do trabalho escravo presumido (as denúncias) e os números tecnicamente (ou legalmente) validados pela fiscalização por meio de efetiva libertação (Tab. C). Permanece até hoje um preocupante déficit de atendimento em relação à quantidade de casos denunciados, começa então outra sistemática. A atuação do Grupo Móvel deslança a partir de 2003, quando a erradicação do trabalho escravo adquire status de política pública federal, interinstitucional, com plano, recursos, metas e instância de monitoramento. Cresce significativamente o desempenho das equipes do

Grupo Móvel (diretamente coordenado pela SIT, em Brasília) e dos Grupos Regionais de fiscalização aos poucos constituídos no mesmo modelo dentro de várias Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego mais motivadas (MG, MT, ES, TO, MS, GO, SP, SC, PR). O maior número de operações de fiscalização é alcançado no ano 2008, seguido por 2009, pesando para isso, a refiscalização de 50 estabelecimentos, especialmente monitorados em função de sua inclusão anterior na lista-suja (cf Tab. D). Nestes 2 anos também se alcança o maior número de estabelecimentos fiscalizados, com ou sem libertação (cf Tab. E).

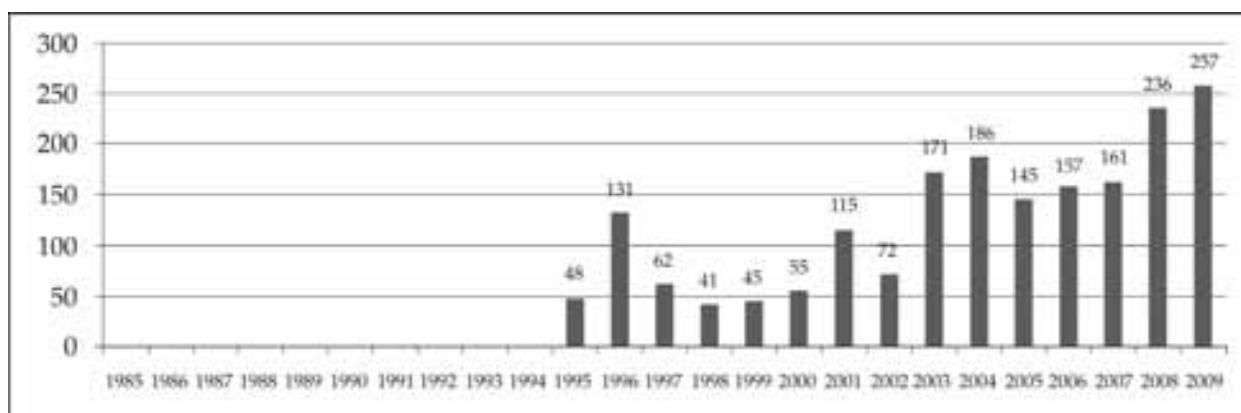
**TAB. C - TRABALHO ESCRAVO (Nº DE TRABALHADORES LIBERTADOS) -
FONTE: CPT/CAMPANHA CONTRA O TRABALHO ESCRAVO**



TAB. D - FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO (Nº DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO) – FONTE: SIT/CPT/MPT



TAB. E - FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO (Nº DE ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS) – FONTE: SIT/CPT/MPT



4. Mudou também a geografia e a economia do trabalho escravo (Tab. F): essa mudança reflete a intensificação da presença da fiscalização, especialmente em regiões onde não costumava chegar e, mais ainda, em setores de atividades até então reservados à fiscalização comum. Reflete também as condições próprias de expansão e transformação do agronegócio, bem como a incorporação do novo marco legal do trabalho escravo. Entre os dois períodos analisados (1995-2002 e 2003-2009), o número médio de estabelecimentos fiscalizados foi multi-

plicado por 2,4. O coeficiente multiplicador foi de 3,8 no Norte; 2,7 no Centro-Oeste e no Sul, e 2,8 no conjunto da Amazônia legal, contra somente 1,8 no Nordeste e 1,2 no Sudeste. O número total médio de libertações foi multiplicado por 5,9, mas, desta vez, o maior crescimento foi no Nordeste (valor multiplicado por 9,3), no Sudeste (18,7) e no Sul, que passou de zero libertação a 153. Nas demais regiões, o coeficiente multiplicador ficou abaixo da média: 4,2 no Norte, e 5,5 no Centro-Oeste, sendo 3,5 para os estados da Amazônia legal.

Tab. F – FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO fonte: MTE	Nº DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO		ESTABELECIDAMENTOS FISCALIZADOS		TRABALHADORES LIBERTADOS		LIBERTADOS POR ESTABELECIDIMENTO	
	MÉDIA 1995-02	MÉDIA 2003-09	MÉDIA 1995-02	MÉDIA 2003-09	MÉDIA 1995-02	MÉDIA 2003-09	MÉDIA 1995-02	MÉDIA 2003-09
N	7 (33%)	46 (36%)	26 (25%)	98 (40%)	384 (53%)	1.595 (37%)	14,8	16,3
CO	6 (28%)	29 (22%)	21 (21%)	57 (23%)	223 (31%)	1.222 (28%)	10,6	21,4
NE	5 (23%)	27 (21%)	21 (20%)	38 (16%)	101 (14%)	940 (22%)	4,8	24,7
SE	3 (13%)	15 (11%)	27 (27%)	33 (13%)	23 (3%)	430 (10%)	0,9	13,0
S	1 (3%)	12 (10%)	7 (7%)	19 (8%)	0 (0%)	153 (4%)	0,0	8,1
TOTAL BRASIL	22 (100%)	130 (100%)	102 (100%)	245 (100%)	731 (100%)	4.340 (100%)	7,2	17,7
AMAZÔNIA LEGAL	15 (67%)	70 (54%)	53 (52%)	148 (61%)	682 (93%)	2.390 (55%)	12,9	16,1

5. Entre os 15 estados que estão na frente pelo número de libertados no período 2003-2009 (Tab. G), 5 são da Amazônia legal (PA, MT, TO, MA, RO). Entre os estados que apresentam o maior crescimento em relação ao período anterior, 6 são estados que passaram a registrar suas primeiras libertações (GO: 374,1 libertados; MS: 285,6; RJ: 158,0; PE: 104,0; PR: 90,4; ES: 64,9) e outros 5 cujo crescimento superou a média nacional: TO (valor multiplicado por 41,8); RO (x 17,6), AL (x 14,7), PI (x 7,1), RJ (x 14,4) e MG (x 13,0). Ficam abaixo do coeficiente médio: PA (x 3,1), MA (x 2,9) e MT (2,6). Mesmo assim, o ranking de libertados permanece liderado por PA e MT. Na sequência, as alterações são profundas: GO, BA, TO e MS, avançam significativamente e ingressam no

grupo dos primeiros 6 colocados, ganhando entre 3 e 12 posições em relação à sua posição no ranking anterior. Também avançam RJ (+13 posições), PE (+10), PR (+8) e ES (+2). A causa principal destes avanços são as libertações ocorridas nos canais de GO, MS, RJ, PE e ES (com a característica de apresentar maior número de libertados por fiscalização). Contribuiu também para este resultado a sub-fiscalização das denúncias registradas na Amazônia legal e no Norte onde, respectivamente, 55% e 52% dos casos denunciados no período 1995-2009 deixaram de ser fiscalizados. Por comparação, a porcentagem de não-fiscalização ficou em 37% no Nordeste, 22% no Centro-Oeste, 8% no Sudeste, 0% no Sul e 44% no conjunto.

TAB. G – LIBERTADOS POR ESTADO: OS PRIMEIROS 15 ESTADOS NO RANKING NACIONAL

Ranking	1995 2002	2003 09	Avanço/recuo (*)
1	PA	PA	0
2	MT	MT	0
3	MA	GO	+3
4	MG	BA	+10
5	PI	TO	+3
6	GO	MS	+12
7	SP	MA	-4
8	TO	MG	4
9	AL	RJ	+13
10	RO	PE	+10
11	AC	AL	-2
12	AM	RO	-2
13	AP	PR	+8
14	BA	PI	-9
15	CE	ES	+2

(*) Medido pela diferença de posição no ranking

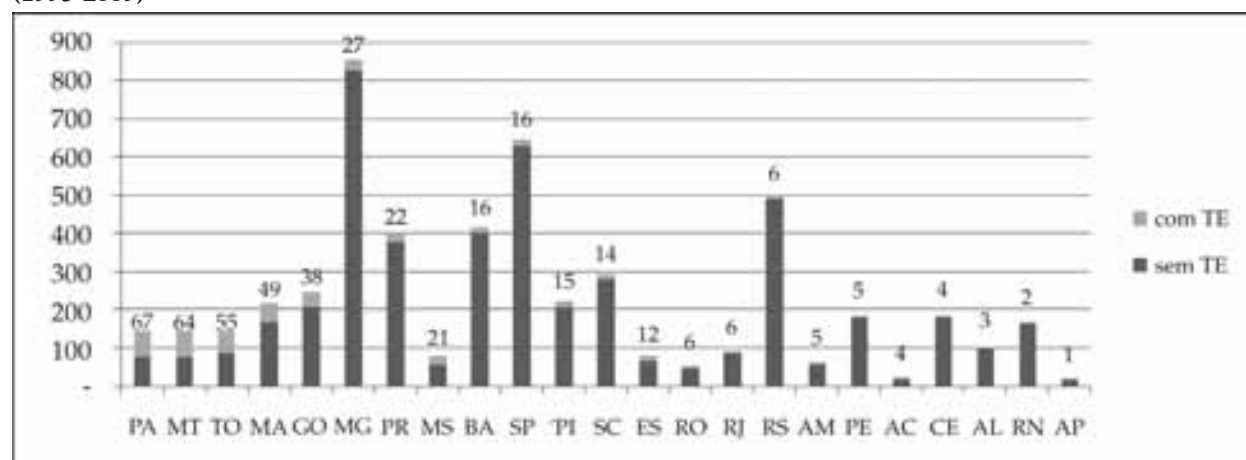
6. No período 1995-2002, somente 10 estados tiveram ocorrência de libertação; 6 destes eram da Amazônia legal. No período 2003-2009, todos os estados do Brasil, menos AP, PB e DF, tiveram tal ocorrência. De um período para o outro, a parte visível do iceberg do trabalho escravo (aquela que vem a ser evidenciada por fiscalização) mudou, portanto, profundamente. Se quase todos os estados passaram a registrar essa prática, a abrangência territorial do problema em cada região permaneceu bastante diferenciada (Tab. H & I). Em duas regiões (Norte e Centro-Oeste), respectivamente 26 e 32% dos municípios já foram atingidos, enquanto nas demais regiões, 94% ou 96% dos municípios não têm registro de trabalho escravo durante o período em exame (1995-2009). Além da Amazônia legal (com 75,3), duas regiões apresentam, por município atingido, uma média de trabalhadores libertados acima da média nacional (73,8):

o Norte (com 93,9) e o Nordeste (com 74,2). Entre os 8 estados que superaram a média nacional, 6 pertencem a essas duas regiões: AL (218,7), BA (169,1), PA (148,3), PE (145,6), RO (104,3) e CE (79,8). Os outros 2 estados são RJ (245,8) e MS (92,5). No PA, onde 47% dos municípios são atingidos, são marcantes a disseminação e a intensidade do fenômeno; na BA, há concentração no oeste do estado (4% dos municípios baianos têm registro de trabalho escravo); nos estados de AL, PE e RJ (como também em GO e ES, com média vizinha de 70), predomina o “efeito canavial” (com suas grandes extensões concentradas em número reduzido de municípios). Pelo número médio de pessoas envolvidas em cada município atingido, o PA (com 407,4) fica longe na frente dos demais 4 estados a ultrapassar a média (131,2): RJ (245,8), AL (218,7), BA (197,2) e PE (145,6), refletindo a sub-fiscalização dos casos denunciados no Norte.

TAB. H - DISSEMINAÇÃO TERRITORIAL DOS REGISTROS DE TRABALHO ESCRAVO, 1995-2009

1995-2009	Municípios atingidos			Total do período				Média por município			
	nº total Mun	Mun com TE	%	Casos registrados *	Casos fiscalizados *	Pessoas envolvidas *	Pessoas libertadas *	Casos registrados *	Casos fiscalizados *	Pessoas envolvidas *	Pessoas libertadas *
NORTE	434	138	32 %	1.304	586	32.779	12.965	9,4	4,2	237,5	93,9
CENTROESTE	465	123	26 %	275	213	11.139	8.472	2,2	1,7	90,6	68,9
NORDESTE	1.495	94	6%	308	194	10.110	6.971	3,3	2,1	107,6	74,2
SUL	1.188	42	4%	68	68	1.332	1.331	1,6	1,6	31,7	31,7
SUDESTE	1.668	61	4%	87	80	4.714	4.050	1,4	1,3	77,3	66,4
TOTAL	5.250	458	9%	2.042	1.141	60.074	33.789	4,5	2,5	131,2	73,8
AMAZ. LEGAL	792	251	32%	1.693	806	43.813	18.894	6,7	3,2	174,6	75,3
OUTRAS UF	4.458	207	5%	349	335	16.261	14.895	1,7	1,6	78,6	72,0

TAB. I - NÚMERO E PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM REGISTRO DE TRABALHO ESCRAVO (1995-2009)



7. Em relação ao total de casos identificados, a proporção de casos no setor canavieiro fica bem inferior à encontrada na pecuária e nas atividades a ela vinculadas, como o desmatamento: esta ficou em 53% dos casos em 2009, 51% em 2008, 64% em 2007, contra 7% em 2009 e 2008, e 3% em 2007, na cana (cf Tab. J & K). Como também fica atrás do número de casos encontrados em “outras lavouras” (13% dos casos de 2008 e 2009) ou em carvoarias (11% dos casos denunciados em 2009, 17% em 2008, 9% em 2007). A partir de 2007, a proporção de libertados no setor canavieiro passou a alcançar e permaneceu à altura da metade do total de trabalhadores libertados no Brasil: 51% em 2007, 49% em 2008 e 45% em 2009.

O primeiro registro confirmado de trabalho escravo em canavial é de 2003, na destilaria Gameleira, MT, quando 272 cortadores foram libertados. Na mesma destilaria foram libertados 1003 escravos

em 2005. Em 2007, na Usina Pagrisa, PA, o Grupo Móvel libertou 1064 trabalhadores, uma operação que gerou pesada polêmica. Os anos seguintes mostram que não eram casos isolados. Pelo tipo de empreendimento, o canavial concentra números consideravelmente maiores de trabalhadores no mesmo espaço produtivo; em sua maioria são recrutados em localidades distantes. A imposição de condições degradantes de trabalho no canavial afeta contingentes expressivos de mão de obra, enquanto nos demais setores, onde o trabalho escravo é geralmente encontrado em serviços ocasionais empreitados a terceiros, tais como desmatamento, roço de pasto, aplicação de veneno, “catação” de raízes, colheita, os números são menores. Somente na cana, a média de trabalhadores por caso flagrado está em 137 trabalhadores em 2009 (142 em 2008, 437 em 2007) contra 30 nas demais atividades (14 em 2008, 20 em 2007).

TAB. J - REGISTROS DE TRABALHO ESCRAVO E LIBERTAÇÕES POR ATIVIDADE ECONÔMICA – EM %, 1995-2009

TRABALHO ESCRAVO POR ATIVIDADE, EM %	CASOS REGISTRADOS						TRABALHADORES LIBERTADOS					
	1995 2002	2003 2009	2003 2006	2007	2008	2009	1995 2002	2003 2009	2003 2006	2007	2008	2009
Pecuária/desmatamento	92	65	72	66	37	32	75	35	49	23	22	18
Reflorestamento	0	2	1	2	7	5	0	2	1	3	5	2
Carvão	2	10	9	9	17	11	3	7	8	4	8	7
Outras lavouras	4	11	11	7	12	13	20	17	21	8	14	19
Cana de açúcar	0	3	1	3	7	7	0	30	10	51	48	45
Extrativismo	0	1	1	1	2	5	0	1	2	0	1	2
Outros e não informado	1	8	7	14	5	7	2	8	9	9	3	7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

TAB. K - TRABALHO ESCRAVO, FISCALIZAÇÕES E LIBERTAÇÕES POR ATIVIDADE ECONÔMICA - 1995-2009

POR ATIVIDADE 2003-2009	CASOS REGISTRADOS	%	CASOS FISCALIZADOS	%	TRABALHADORES ENVOLVIDOS	%	TRABALHADORES LIBERTADOS	%
PECUÁRIA/DESMAT.	1147	63%	619	56%	23.218	47%	11.326	35%
REFLORESTAMENTO	40	2%	39	4%	807	2%	681	2%
EXTRATIVISMO	20	1%	10	1%	988	2%	424	1%
CANA	58	3%	54	5%	10.249	30%	9.475	30%
OUTRAS LAVOURAS	191	11%	144	13%	7.526	15%	5.333	17%
CARVÃO	178	10%	110	10%	4.222	8%	2.137	7%
OUTRO & n.d.	139	8%	120	11%	3.000	6%	2.566	8%
TOTAL	1.773	100%	1096	100%	50.010	100%	31.942	100%

8. Se as áreas geográficas de concentração já antiga ou de expansão recente da cana-de-açúcar confirmam sua crescente participação no total de libertados, evolução visível desde 2007, o Norte continua dominando pela frequência da prática do trabalho escravo. O crescimento do setor sucroalcooleiro e do agronegócio de grãos nos cerrados centrais, em regiões de nova fronteira agrícola, explica boa parte do crescimento numérico observado: metade dos libertados de 2009 como de 2008 e 2007 foram encontrados em número reduzido de fazendas de cana-de-açúcar: 15 em 2009, 19 em 2008, 7 em 2007. A região Norte, que sempre liderou o ranking em todas as categorias, ainda guarda a liderança pelo número de casos e de pessoas envolvidas, mas é superada pelo Sudeste e pelo Nordeste quanto ao número de libertados. O Norte está, em 2009 como em 2008, no terceiro lugar pelo número de libertados (18,5%), após o Nordeste (20,9%) e o Sudeste (37,2%), deixando em quarto lugar o Centro-Oeste (que havia assumido essa liderança em 2007 e 2008). Nove estados aparecem com números de libertados situados entre 245 e 419, logo atrás do Rio de Janeiro que este ano lidera o ranking. Fato significativo, esses 9 estados são de todas as regiões do país: Sudeste, Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul: PE, TO, ES, MG, PA, GO, MT, BA, PR, nessa ordem. A Amazônia legal concentrou, em 2009, 68,3% dos registros de trabalho escravo (como em 2008), 51,6% dos trabalhadores nele envolvidos (48,3% em 2008), 56,2% das fiscalizações (menos que em 2008: 58,8%), e 29,5% dos resgatados (também menos que em 2008: 31,9%).

9. O surgimento de novos estados nos registros nacionais de trabalho escravo deve ser interpretado dentro do contexto de “descobrimto” que ainda está sendo feito quanto à realidade atual do trabalho escravo no Brasil – com modalidades legais que vão desde as condições degradantes até o aprisionamento puro e simples. Também em função da intensificação de ações específicas de fiscalização orientadas para setores e regiões antes isentas ou protegidas desse tipo de inspeção, pelo Grupo Móvel de Fiscalização e por algumas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego. 2009 marca novo recorde em termos de operações de fiscalização (178). A decisão de refiscalização das fazendas incluídas na Lista Suja “consumiu” 8 operações. Em 2008, mais da metade das fiscalizações com libertação efetiva haviam sido assumidas por SRTE (Superintendências Regionais do Trabalho). Das 351 fiscalizações realizadas em 2009, 53 foram re-fiscalizações realizadas pelo GM (Grupo Móvel) para monitorar a Lista Suja, sendo 3 com resgate e 50 sem (estas ficam fora de nosso registro); 149 fiscalizações foram realizadas por SRTES, sendo 92 com resgate (2.407 libertados) e 57 sem resgate. As demais 148 fiscalizações foram realizadas pelo GM, sendo 60 com resgate (1.335 libertados) e 88 sem resgate. Das 90 denúncias apresentadas pela Campanha da CPT neste período, somente 20 foram fiscalizadas, 11 delas com resultado (225 libertados). Não constam em nosso registro as demais fiscalizações, das quais não temos denúncias documentadas e que não geraram resgate.

TAB. L1 - TRABALHO ESCRAVO – NÚMEROS POR REGIÃO (pela ordem decrescente dos casos registrados em 2009)

REGIÃO	Casos registrados			Pessoas envolvidas			Casos fiscalizados			Pessoas resgatadas		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
N	156	131	112	3.899	1.885	2.423	75	88	61	2.036	1.002	793
NE	44	50	43	1.171	2.310	1.201	24	31	25	743	1.498	896
CO	43	53	38	2.648	1.720	659	33	51	37	2.409	1.684	658
S	8	22	26	228	527	343	8	22	26	228	527	343
SE	14	24	21	705	555	1.605	12	24	20	557	555	1.593
TOTAL	265	280	240	8.651	6.997	6.231	152	216	169	5.973	5.266	4.283
<i>AMAZÔNIA LEGAL</i>	208	191	164	4.923	3.378	3.217	98	127	95	2.531	1.682	1.262

TAB. L.2 - TRABALHO ESCRAVO – PERCENTAGENS POR REGIÃO
(pela ordem decrescente dos resgatados de 2009)

REGIÃO	Casos registrados			Pessoas envolvidas			Casos fiscalizados			Pessoas resgatadas		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
SE	5,3%	8,6%	8,8%	8,1%	7,9%	25,8%	7,9%	11,1%	11,8%	9,3%	10,5%	37,2%
NE	16,6%	17,9%	17,9%	13,5%	33,0%	19,3%	15,8%	14,4%	14,8%	12,4%	28,4%	20,9%
N	58,9%	46,8%	46,7%	45,1%	26,9%	38,9%	49,3%	40,7%	36,1%	34,1%	19,0%	18,5%
CO	16,2%	18,9%	15,8%	30,6%	24,6%	10,6%	21,7%	23,6%	21,9%	40,3%	32,0%	15,4%
S	3,0%	7,9%	10,8%	2,6%	7,5%	5,5%	5,3%	10,2%	15,4%	3,8%	10,0%	8,0%
TOTAL	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %
AMAZÔNIA LEGAL	78,5%	68,2%	68,3%	56,9%	48,3%	51,6%	64,5%	58,8%	56,2%	42,4%	31,9%	29,3%

10. O número de pessoas libertadas em 2009 (4.283) ficou abaixo da média do período 2003-2009 (4.600) e inferior ao valor dos 2 anos anteriores. O ritmo de denúncias colhidas pela CPT (cf Tab. M), em redução desde a metade de 2007 em quase todas as equipes da Campanha, estabilizou-se ou aumentou em 2009 na maioria das equipes. O número de casos de trabalho escravo fiscalizados pelo Ministério do Trabalho ficou em 2009 em 170, abaixo do nível recorde de 2008 (216), se não forem consideradas as 50 re-fiscalizações de proprietários que passaram pela Lista Suja. A CPT continua sendo o maior provedor de denúncias, mesmo se uma proporção maior de denúncias transita por autoridades públicas, como consequência da interiorização e do reconhecido empenho do Ministério do Trabalho, da Polícia Federal, da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, e da decorrente credibilidade que ganharam entre os trabalhadores.

É possível que os empregadores tenham começado a entender o recado em relação aos riscos em que incorrem com a imposição aberta do aliciamento e do trabalho escravo, e a implementar alternativas, inclusive de mecanização de tarefas outrora exclusivamente manuais. Essa transformação pode ser também creditada, de um lado, ao impacto dissuasivo da Lista Suja e às pressões financeiras e comerciais mais efetivas exercidas pelo mercado sobre a cadeia produtiva dos escravistas e, do outro lado, à multiplicação das iniciativas de prevenção, fóruns,

mobilizações, entre elas as do programa “Escravo Nem Pensar”, que realizou em outubro o I Encontro Nacional em Açailândia (MA), (uma parceria da CPT e CDVDH com a ONG Repórter Brasil, em municípios do Maranhão, Pará, Tocantins, Piauí, Mato Grosso e Bahia, alcançando mais de 2.000 professores e 500 lideranças nos municípios campeões de aliciamento de trabalho escravo). Os resultados em termos de alastramento da informação e de iniciativas locais são altamente positivos. Entre eles vale frisar a realização de várias mobilizações, concursos e projetos escolares em municípios do Pará, Mato Grosso, Tocantins, Piauí, Bahia e Maranhão (tais como vários concursos interescolares contra o trabalho escravo).

11. A Lista Suja: na sua penúltima atualização (31/07/2009), a lista suja incluía 179 proprietários e os mesmos 17 estados anteriores, em ordem pouco diferente, sendo que 89% dos incluídos eram dos mesmos 7 estados já campeões, responsáveis por 89% do total de resgatados levados em consideração para estabelecer a lista. Pela ordem de libertados, o MS antecedia o PA; na sequência vinha BA, MA, MT, TO e GO. Na última atualização (31/12/2009), são 165 incluídos e 17 estados representados, começando pelo PA (28% dos incluídos), seguido por: MA, MS, TO, GO, MT e BA, responsáveis juntos por 91% dos libertados levados em consideração. Em função dos critérios que presidem à inclusão e à permanência na lista, esta é um retrato da situação

TAB. M - TRABALHO ESCRAVO – DENÚNCIAS ANUAIS E FISCALIZAÇÕES, 2003-2009

DENÚNCIAS DE TRABALHO ESCRAVO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Denúncias registradas TOT	233	230	275	265	265	280	240	1788
Denúncias fiscalizadas TOT	150	126	161	136	150	216	169	1108
Denúncias registradas via Campanha CPT	167	145	159	151	132	94	90	938
Denúncias CPT fiscalizadas	95	48	48	47	33	34	20	325
Trabalhadores envolvidos TOT	8.306	5.812	7.612	6.933	8.674	6.997	6.231	50.565
Trabalhadores libertados TOT	5.228	3.212	4.570	3.666	5.968	5.266	4.283	32.193
Taxa de atendim. denúncias TOT	64%	55%	59%	51%	57%	77%	70%	62%
Taxa de atendim. denúncias CPT	57%	33%	30%	31%	25%	36%	22%	35%
Denúncias CPT/ denúncias TOT	72%	63%	58%	57%	50%	34%	38%	52%
Denúncias CPT não fiscalizadas	72	97	111	104	99	60	70	613
Trabalh. Envolv. em denúncias CPT sem fiscaliz.	2.776	2.335	2.876	2.206	1.858	1.520	1.952	15.523

flagrada pela fiscalização nos dois a três anos anteriores: a inclusão só é possível depois de esgotados todos os recursos contra a própria fiscalização; o prazo de permanência na lista é de no mínimo dois anos; a saída após este prazo só acontece se todas as obrigações estiverem cumpridas e se não for constatada reincidência. Portanto, a lista suja não é fotografia da situação atual. Quatro estados amazônicos estão entre os seis que lideram a lista (PA, MA, TO, MT), mas já começa a aparecer o peso da situação mais recente fiscalizada no Centro-Oeste (GO, MT, MS).

Armadilhas da interpretação

Uma leitura superficial da transformação das estatísticas do trabalho escravo poderia alimentar análises equivocadas como a de apresentar a região Sudeste como a nova campeã do aviltamento das condições de vida do trabalhador ou a cultura da cana como o novo e principal vilão da escravidão no Brasil. Em regiões como Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, a fiscalização foi intensificada ou sistematizada e estados já conhecidos por péssimas condições de trabalho nos canaviais (AL, GO, MS, PE e MG), passaram a frequentar o ranking do trabalho escravo, passando à frente do Norte, tradi-

cional e incontestado “campeão” desde a criação da fiscalização móvel, por representar a principal área de expansão da fronteira agrícola sobre a floresta (PA, TO), ao lado do MA (Nordeste) e do MT (Centro-Oeste), partes integrantes da Amazônia legal. Outro equívoco seria a “descoberta” de que o trabalho escravo afeta doravante Sul e Sudeste em surpreendentes proporções: na realidade, poderia se dizer que aonde chega o holofote da fiscalização, aí se descobre a prática do trabalho degradante que caracteriza boa parte das lavouras brasileiras, de norte a sul. A contrário, o Norte continuou liderando pelo número de casos de trabalho escravo identificados (mas fiscalizados somente pela metade) e voltou a encabeçar o ranking do número de pessoas envolvidas nesses casos. Porém está em terceiro lugar pelo número de resgates, atrás do Sudeste e do Nordeste: se parte da explicação está na diferença de característica das empreitadas, a outra é o efeito da sub-fiscalização observada nos estados da região Norte em relação às denúncias apresentadas. O número absoluto de fiscalizações bem como a taxa de fiscalização das denúncias da Campanha em 2009 são os menores dos últimos 7 anos. Uma situação crítica e lastimável.

Tabela 6 - Conflitos Trabalhistas

	Trabalho Escravo				Superexploração				Desrespeito Trabalhista		Total UF		Ações de Resistência	
	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgatados	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Ocorrências	Trab. na Denúncia
Centro-Oeste														
DF											0	0		
GO	14	329	328	2	1	25					15	354		
MS	2	22	22								2	22		
MT	22	308	308	1							22	308		
Subtotal:	38	659	658	3	1	25	0	0	0	0	39	684	0	0
Nordeste														
AL											0	0	15	2560
BA	6	265	285	2							6	265	1	300
CE	1	20	20								1	20		
MA	30	486	161	11	2	601					32	1087	2	
PB											0	0		
PE	5	419	419	18	1				2	2702	8	3121		
PI	1	11	11								1	11		
RN											0	0		
SE											0	0		
Subtotal:	43	1201	896	31	3	601	0	0	2	2702	48	4504	18	2860
Norte														
AC	5	18	14								5	18		
AM											0	0		
AP											0	0		
PA	84	1657	326	4	15	104			2	3	101	1764		
RO	4	74	74								4	74	1	
RR	1	26	26								1	26		
TO	18	648	353	60	11	437		1	1	1	30	1086		
Subtotal:	112	2423	793	64	26	541	0	1	3	4	141	2968	1	0
Sudeste														
ES	4	387	387								4	387		
MG	7	421	421		1	530			1	32	9	983		
RJ	5	715	715	5					2	250	7	965		
SP	5	82	70	2	3	127			3	1	11	210	3	1400
Subtotal:	21	1605	1593	7	4	657	0	0	6	283	31	2545	3	1400
Sul														
PR	16	227	227								16	227		
RS	4	18	18								4	18		
SC	6	98	98	3							6	98		
Subtotal:	26	343	343	3	0	0	0	0	0	0	26	343	0	0
Brasil:	240	6231	4283	108	34	1824	0	1	11	2989	285	11044	22	4260

Fonte: Setor de Documentação da CPT e Campanha Nacional da CPT contra o Trabalho Escravo.



Foto: João Zinclar

Crime, Castigo e Salvação

Por Maurício Hashizume*

O boletim matinal de 8 de janeiro de 2010 não deixava dúvidas: Cosan desaba após entrar em “lista suja”. A informação de que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) incluía uma das maiores empresas do setor de açúcar e álcool do mundo no cadastro de empregadores envolvidos em flagrantes de trabalho análogo à escravidão, estava sendo distribuída por uma consultoria especializada em ações e bolsas de valores para uma rede que agrega mais de 1 milhão de usuários.

A Cosan S/A possui, ao todo, 23 usinas - 21 no Estado de São Paulo e duas em construção: uma em Goiás e outra no Mato Grosso do Sul -, quatro refinarias e dois terminais portuários. É dona dos postos Esso de combustível e detentora das conhecidas marcas de açúcar União e Da Barra. Com todos os seus negócios, o grupo lucrou R\$ 167,1 milhões apenas no quarto semestre de 2009. No período da safra da cana-de-açúcar, chega a empregar 43 mil pessoas.

* Editor de Jornalismo da Repórter Brasil

O nome da companhia foi inserido na atualização semestral da “lista suja” do trabalho escravo em 31 de dezembro de 2009 por conta de uma fiscalização que libertou 42 trabalhadores da Usina Junqueira, em Igarapava (SP). Ainda em junho de 2007, o grupo móvel de fiscalização encontrou migrantes cortadores de cana, aliciados em Pernambuco, submetidos a um sistema de dívidas por aluguel, passagem e itens de necessidade básica (também conhecido como truck system), vivendo em alojamentos precários e trabalhando em condições degradantes.

Antes da queda do valor das ações em São Paulo e em Nova Iorque, nos Estados Unidos, a Cosan já vinha sofrendo duros golpes no mercado interno - que contribuíram sobremaneira para a queda dos ativos da companhia. Primeiro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) bloqueou, em “caráter preventivo”, empréstimos em fase de desembolso da ordem de R\$ 790 milhões que mantinha com o tradicional grupo sucroalcooleiro.

“A celebração de novos contratos com o BNDES fica condicionada à exclusão da companhia do referido cadastro”, divulgou o banco. Na data do anúncio, 7 de janeiro, as ações da Cosan caíram 5,32% no Brasil e 3,46% nos Estados Unidos.

No dia seguinte, veio o comunicado da rede varejista Walmart. Uma das signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo - que reúne mais de 200 empresas e associações comprometidas em restringir relações comerciais com empregadores envolvidos em casos de escravidão -, a empresa anunciou a suspensão temporária de compras dos produtos da Cosan por causa da inclusão no “clube” de empregadores ligados ao trabalho escravo.

Pressionada pelos desdobramentos, a Cosan correu à Justiça e conseguiu liminar para a retirada de seu nome da “lista suja” ainda no mesmo dia 8 de janeiro. A decisão foi expedida com presteza pelo juiz substituto Raul Gualberto Fernandes Kasper de Amorim, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), em Brasília (DF). Na segunda-feira (11) seguinte, BNDES e Walmart comunicaram

a reativação dos negócios com a Cosan. O imbróglio, contudo, ainda não se encerrou. A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu da liminar e a questão pode ser revertida para o retorno da companhia sucroalcooleira à “lista suja”.

Caracterização

As declarações do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, resumem bem os dois argumentos centrais apresentados pela Cosan contra a inclusão no cadastro de empregadores, instituído pela Portaria nº 540/04 do MTE. De acordo com ele, teria sido um “exagero”, pois a situação não era tão grave a ponto de ser caracterizada como trabalho escravo, e um “erro”, já que as irregularidades eram de responsabilidade de um empregador terceirizado.

Essas foram, aliás, as justificativas apresentadas pelo juiz Raul Gualberto na liminar favorável à Cosan. Para ele, os autos de infração (entre eles: limitar, por qualquer forma, a liberdade do empregado de dispor de seu salário; admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente; e manter empregado com idade inferior a 18 anos em atividade nos locais e serviços insalubres ou perigosos) são insuficientes para a “tipificação da redução à condição análoga à de escravo”.

A avaliação dos integrantes do grupo móvel que inspecionou as condições em que viviam os cortadores da Usina Junqueira é bem diferente. Relatos colhidos pela fiscalização respaldam a ocorrência do crime inicial de aliciamento. Um preposto da suposta empresa terceirizada José Luiz Bispo Colheita - ME arregimentou mão-de-obra em Araripina (PE). De lá, mobilizou transporte irregular - sem a Certidão Declaratória exigida pelo MTE - até Delta (MG), na divisa entre SP e MG, próximo a Igarapava (SP). A promessa de emprego em usina da Cosan motivou o deslocamento das pessoas. A viagem foi cobrada antecipadamente (R\$ 210) de cada um. As vítimas contaram que, no momento da abordagem inicial, não foram informadas que teriam de arcar com aluguel, comida e ferramentas de trabalho. Quando chegaram ao precário “Alojamento do

Guri”, em Delta (MG), as vítimas se viram obrigadas a pagar pela estadia. Alimentos e itens essenciais (chapéu de proteção contra o sol, marmitta para refeições e garrafa térmica para levar água) adquiridos nos supermercados do Carlinhos e do Juarez, indicados por intermediários, eram contabilizados como dívidas e acabavam sendo descontados dos salários. A maior parte do grupo começou a trabalhar em maio de 2007 e a fiscalização recolheu “vales” correspondentes aos produtos contabilizados no sistema de dívidas.

No comunicado sobre o caso, a Cosan manifesta “repúdio veemente” contra “qualquer prática que não respeite os direitos trabalhistas de colaboradores do seu quadro de empregados e dos quadros de seus fornecedores e parceiros”. Entre os libertados da Usina Junqueira, entretanto, havia um jovem de 17 anos trabalhando no corte de cana, atividade proibida para quem não tem 18 anos completos.

Durante a inspeção do “Alojamento do Guri”, foram constatadas outras irregularidades como excesso de pessoas (algumas com suas famílias), alimentos dispostos no chão (próximos a equipamentos de proteção individual e ferramentas sujas), pedaços de carne penduradas em varais pelos cômodos, instalações sanitárias sem condições de uso e fiação elétrica totalmente inadequada.

Havia ainda problemas graves nas frentes de trabalho, como a ausência de água potável e o transporte irregular. A água que os trabalhadores levavam para beber era retirada de torneiras do “Alojamento do Guri”, sem qualquer filtragem ou purificação. Sem documentação regular e em péssimo estado de conservação, o ônibus que levava o grupo estava sem freio e foi apreendido pela fiscalização.

A procuradora do trabalho Carina Rodrigues Bicalho, que fez parte da comitiva de inspeção, relata que representantes da Cosan concordaram em providenciar o retorno dos trabalhadores para Pernambuco e em pagar dois tipos de indenizações: por danos materiais (passagem e alimentação da viagem de chegada, todos os “vales” etc.) e “pela situação

verificada” (de R\$ 800 para cada trabalhador). “Na prática, essa última indenização foi paga a título de danos morais individuais”, explica a procuradora. Para ela, a empresa não teria por que aceitar esse desembolso extra se o quadro fosse apenas de meras irregularidades trabalhistas.

Terceirização

A liminar que livrou a Cosan também referenda a tese de que “as irregularidades que apontariam a configuração do trabalho escravo indicam sua prática por outra pessoa jurídica [José Bispo Colheita - ME], não pela impetrante [Cosan]”. Tal posição é reforçada pela própria Cosan. “A empresa José Luiz Bispo Colheita - ME prestava serviços de corte de cana-de-açúcar para diversos produtores do interior do Estado de São Paulo que faziam parte da cadeia produtiva da Cosan”, sustenta.

“O evento que envolveu a empresa José Luiz Bispo Colheita - ME não contou com a cooperação ou concordância da Cosan”, emenda o grupo, reafirmando que se viu “envolvida como responsável solidária por tais irregularidades” e providenciou o “descredenciamento” da prestadora de serviços terceirizada.

A Cosan não chega nem a citar, porém, que já tinha assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (PRT-15) - sob o nº 2803/2006, em março de 2007 (três meses antes da fiscalização). O TAC trata da contratação de terceirizados na Usina Junqueira e em outras 16 usinas mantidas pelo grupo no interior paulista à época do acordo. O acordo define limites (20% na safra de 2007; 15% na safra de 2008; 10% na safra de 2009; e redução a zero na safra de 2010) e estabelece condições para a contratação de prestadoras para o corte manual da cana.

No referido TAC, a Cosan se compromete a contratar somente empresas terceirizadas “regularmente constituídas e financeiramente idôneas, assegurando ao trabalhador [da pessoa jurídica contratada] condições análogas às dispensadas aos empregados próprios”. À fiscalização, o próprio José Luiz Bispo,

dono da José Bispo Colheita - ME, confirmou que sua empresa não era dotada de capacidade financeira.

Algumas evidências saltaram aos olhos da inspeção. A remuneração dos trabalhadores (R\$ 2,44 por cada tonelada derrubada no eito da cana-de-açúcar) era paga com o dinheiro que a própria Cosan depositava para o intermediário, que recebia valor equivalente a 135% da produção dos cortadores. Funcionários da Usina Junqueira acompanhavam as empreitadas. Além disso, José Bispo declarou que possuía apenas uma casa popular e um Ford Pampa 1986 sem seguro que, após acidente que resultou na perda total do veículo, virou sucata.

“Não era um problema de terceirizado, de fornecedor”, sustenta, categoricamente, a procuradora Carina. Para ela, José Luiz atuava na prática como “gato” (aliciador) da Cosan e a empresa intermediária (José Bispo Colheita - ME) não era “financeiramente idônea” para ser aceita como terceirizada. Segundo a procuradora, portanto, a relação dos cortadores de cana com a empresa maior era bem mais direta.

Em artigo sobre o caso Cosan, o juiz da 3ª Vara do Trabalho de Jundiaí (SP) e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), critica a atribuição de toda culpa à empresa terceirizada. Segundo o magistrado, “de tudo o que restou foi a certeza de que todo o mal foi promovido, unicamente, pela ‘empresa’ terceirizada, denominada, no caso, ‘fornecedora’”. Ele completa: “E, ampliando-se a lógica da perversão da realidade é até provável que se venha a dizer que os verdadeiros culpados pela situação foram os próprios trabalhadores que aceitaram trabalhar nas condições que lhe foram oferecidas. Se não tivessem aceitado, nenhum problema teria ocorrido...”.

Salvação

A Usina Junqueira, da Cosan, faz parte da lista de mais de 330 empreendimentos sucroalcooleiros que

aderiram ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, iniciativa lançada em junho de 2009. Articulada pela Secretaria-Geral da Presidência da República junto a representantes de patrões - União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) e Fórum Nacional Sucroenergético - e de empregados - Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) -, o acordo consiste na principal medida oficial no sentido de “salvar” a imagem desgastada da exploração desmedida de boias-frias, a maioria deles formada por migrantes nordestinos em busca de sustento no Centro-Sul.

Entre 1999 e 2006, segundo dados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) pinçados pela professora Maria Aparecida de Moraes Silva, da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp)¹, foram 72 mortes e mais de 400 casos de incapacidade permanente de trabalhadores da cana apenas em território paulista.

Como tentativa de resposta a esses trágicos registros, o Compromisso Nacional prevê medidas como a contratação direta de mão-de-obra sem a intermediação dos chamados “gatos” (aliciadores) e outras medidas pontuais mais rigorosas que as normas legais, conforme costuma enfatizar a Secretaria Geral. Na prática, porém, uma das principais cláusulas (quarta) do documento, que prevê a criação de uma “Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação” para “propor e definir mecanismos para eventuais ajustes na adesão e permanência de empresas aos termos deste Compromisso Nacional”, permanece no papel.

Três das usinas que assinam o Compromisso Nacional estão na “lista suja” do trabalho escravo. São elas: Agrisul Agrícola Ltda. (conhecida como Debrasa, do reincidente Grupo J. Pessoa), em Brasilândia (MS); a Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda. (Dcoil), pertencente ao médico do trabalho Nelson

¹ Mortes e acidentes nas profundezas do mar de cana e dos laranjais paulistas
Maria Aparecida de Moraes Silva
http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/146_pdf.pdf

Donadel, em Iguatemi (MS); e a Energética do Cerrado Açúcar e Álcool Ltda., em Itarumã (GO).

Desde quando o acordo tripartite foi assinado, não faltaram libertações de usinas “comprometidas” com o “aperfeiçoamento” das condições de trabalho nos canaviais. Em outubro de 2009, 55 pessoas foram encontradas em condições análogas à escravidão na Destilaria Araguaia (ex-Gameleira), do Grupo EQM (Eduardo Queiroz Monteiro). Foi a quarta vez em oito anos que os auditores fiscais se depararam com situação semelhante no empreendimento localizado em Confresa (MT). Outra unidade da Agrisul, do Grupo J. Pessoa, foi responsabilizada por um flagrante de escravidão envolvendo 122 pessoas, em Campos dos Goytacazes (RJ), em novembro de 2009. Este foi o quarto caso de trabalho escravo envolvendo o Grupo J. Pessoa, que acabou sendo excluído do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, em dois anos.

Distante do desfrute do “Éden” para as usinas, que não veio com o Compromisso Nacional, a Cosan apostou em seara mais confortável em busca de sua “salvação”. Menos de um mês depois dos abalos mais fortes que já enfrentou, a companhia brasileira e a anglo-holandesa Shell, gigante da área do petróleo, anunciaram nova parceria na produção, na distribuição e na pesquisa na área de agrocombustíveis. O negócio está avaliado em US\$ 12 bilhões. O faturamento anual estimado das empresas que surgirão deste “casamento” está estimado em R\$ 40 bilhões, que seria suficiente para bancar três vezes o orçamento do Programa Bolsa Família para 2010 (R\$ 13,7 bilhões). Na esteira da chamada joint venture, a tendência é que a Cosan tenha maior controle da produção (mais de 2 bilhões de litros de etanol por ano) e a Shell, com seus mais de 45 mil postos de combustível em cerca de 100 países e seu histórico de problemas socioambientais, com a distribuição. Com o anúncio, as ações da Cosan chegaram a sal-

tar 12% de valorização ao longo do dia e fecharam o pregão da Bovespa de 1º de fevereiro de 2010 em alta de 10,5%. Nas conversas com a imprensa sobre o negócio, representantes da empresa se regozijavam com a possibilidade de conversão do etanol em commodity global (produto primário produzido em escala mundial, com preço que varia de acordo com o mercado), com a possibilidade de adquirir mais usinas e de multiplicar ganhos em escala. No mundo corporativo-financeiro, as cifras astronômicas são como “sabão”: a “mão” enlameada pelo petróleo (e seus trágicos impactos) da Shell é capaz de lavar a outra “mão” suja pela exploração de trabalho escravo nos canaviais da Cosan. Quem se acaba na base do processo que gera tanta riqueza não é abençoado com essa “salvação”.

Há quem diga ainda que o problema deles será “resolvido” pela mecanização. É fato que as máquinas estão cada vez mais presentes no setor, mas os trabalhadores (apenas aqueles com carteira assinada) dedicados à cana em São Paulo também cresceram. Segundo o MTE: de 76 mil para 97 mil de 2001 a 2007 (alta de 27%). Pelo menos por enquanto, a cana continua empregando muita gente. E muito mal. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram que a porcentagem de pessoas libertadas no setor sucroalcooleiro chegou a 45% (1.911) em 2009. A participação da cana permaneceu bem alta como em 2008 – 48% (2.553 libertações) - e em 2007 – 51% (3.060 libertações). De 2003 a 2009, a quantidade de trabalhadores libertados da escravidão contemporânea em canaviais (9.129, que equivale a 29%) encostou no número de pessoas resgatadas da mesma condição de áreas de pecuária (9.572, 30% do total de 31.771 de libertações do período).

Em 2009, o grupo rural da Superintendência de Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE-SP) fiscalizou 46 empresas do setor de cana no interior.

² O Brasil dos Agrocombustíveis - Cana 2010

Centro de Monitoramento dos Agrocombustíveis (CMA) - Repórter Brasil

http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf

³ Acordo costurado pelo Planalto abriga usinas da “lista suja”

<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1628>

Pouca gente soube que duas usinas da própria Cosan foram autuadas com graves irregularidades. Na Usina da Barra, em Dois Córregos (SP), houve autuações de falta de registro de entrada e saída de funcionários, de trabalho aos domingos sem autorização, de problemas de equipamentos de proteção

individual (EPIs) e de banheiro sem higiene. Na Usina Diamante, em Jaú (SP), seis trabalhadores não tinham registro, faltava controle de jornada, o descanso semanal nos domingos e feriados não era respeitado, não havia sanitários, e o alojamento e o transporte eram irregulares.

O trabalho escravo e a crise das usinas no Norte Fluminense

Paulo Alentejano*

O ano de 2009 no Brasil foi marcado por uma nova onda de expansão da cultura da cana-de-açúcar no Brasil, porém uma das mais tradicionais regiões açucareiras do país, o Norte Fluminense, onde se situa o segundo município do país em área plantada, Campos dos Goytacazes, viveu realidade oposta: duas usinas faliram e uma outra foi desativada, verificando-se retração na área plantada e na produção de cana.

O que explica este paradoxo? Talvez uma das explicações esteja num outro dado: pela primeira vez desde 1985, quando a CPT começou a registrar os casos de trabalho escravo no país, o estado do Rio de Janeiro apresentou o maior número de pessoas encontradas em regime de escravidão, estatística tradicionalmente liderada por estados com população rural muito maior, como Pará, Mato Grosso, etc. Detalhe: todos os 715 libertados que fizeram o Rio de Janeiro somar 16% de todos os resgatados de trabalho escravo no Brasil em 2009, foram encontrados na usina Santa Cruz, localizada em Campos dos Goytacazes e pertencente à Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool, do Grupo J. Pessoa, de propriedade do maior usineiro do país, o notório José Pessoa de Queiroz Bisneto. Ora, a usina Santa Cruz, que fora arrendada pelo Grupo J. Pessoa há cinco anos, foi exatamente a unidade desativada e com ela toda a operação do Grupo no Norte Fluminense. A chave para entender o paradoxo talvez resida exatamente aí: incapaz de concorrer com a produção de cana em outras regiões do país onde a produtividade média da cana é significativamente superior à verificada em Campos, as usinas da re-

gião se valiam do trabalho escravo para assegurar competitividade e isto se fazia com a complacência da Superintendência Regional do Trabalho, apesar das inúmeras denúncias do Comitê pela Erradicação do Trabalho Escravo. Porém, em 2009 aportou em Campos uma equipe do Ministério Público do Trabalho que passou a fiscalizar de forma mais efetiva as práticas trabalhistas das usinas campistas e o resultado foi o que se viu: as denúncias eram verdadeiras, só que a fiscalização era débil; agora com a efetivação da fiscalização a realidade veio à tona.

Mas isto justifica um ato tão drástico quanto desativar uma usina e abandonar os investimentos numa região? Aparentemente sim, por uma razão muito simples: para um Grupo como o J. Pessoa, com grandes interesses na exportação de álcool combustível para a Europa e os Estados Unidos, nada pior do que a marca estar associada a práticas ambiental e socialmente condenáveis, como é o caso do trabalho escravo.

Aliás, Campos foi palco ainda de uma outra brutal tragédia envolvendo o setor sucroalcooleiro: uma cortadora de cana morreu queimada por não conseguir escapar a tempo do fogo atizado a um canavial no preparo do corte, prática, aliás, que já deveria ter sido erradicada segundo lei estadual, mas que continua sendo usada indiscriminadamente, provocando poluição, devastação ambiental e também mortes. E ainda há quem chame os usineiros de heróis...

* Professor da FFP/UERJ, Pesquisador Visitante da EPSJV/FIOCRUZ e Coordenador do GeoAgrária/FFP/UERJ.



Foto: João Zinclar

Violência contra a pessoa

Tabela 7 - Violência contra a pessoa

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
Centro-Oeste									
DF	5	3385							1
GO	24	3874				2		2	
MS	27	3842	2	1					67
MT	53	18088	4	13	17	21			9
Subtotal:	109	29189	6	14	17	23	0	2	77
Nordeste									
AL	54	17645	1			1		3	2
BA	48	44175	1	1	1	10	5	23	
CE	20	19235		1					1
MA	112	38627	1	1		17		7	48
PB	13	10800	1	7		3		2	
PE	37	15571			2			15	41
PI	30	8891				3			
RN	4	1600							
SE	2	325							
Subtotal:	320	156869	4	10	3	34	5	50	92
Norte									
AC	9	2843	1						
AM	33	24525			1	18		3	4
AP	58	8955							
PA	266	131744	8	24		50	1	51	52
RO	31	50689	2	2		3	1	11	4
RR	6	6236	1	1		8		1	2
TO	54	5601		1		2		6	1
Subtotal:	457	230593	12	28	1	81	2	72	63
Sudeste									
ES	13	2567						36	1
MG	49	26688	1	5		1			2
RJ	18	81140	1	1	1	3		11	1
SP	125	54945		1	3				30
Subtotal:	205	165340	2	7	4	4	0	47	34
Sul									
PR	59	25712		3	2				
RS	21	12683	1				64	33	11
SC	13	7623				1			
Subtotal:	93	46018	1	3	2	1	64	33	11
Total:	1184	628009	25	62	27	143	71	204	277

Fonte: Setor de Documentação da CPT.

A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos

Carlos Walter Porto-Gonçalves
Paulo Roberto Raposo Alentejano

2.709 famílias, em média, anualmente expulsas de suas terras!

63 pessoas, em média, anualmente assassinadas no campo brasileiro na luta por um pedaço de terra!

13.815 famílias, em média, anualmente despejadas pelo Poder Judiciário e cumpridas pelo poder Executivo por meio de suas polícias!

422 pessoas, em média, anualmente presas por lutar pela terra!

765 conflitos, em média, anualmente diretamente relacionados à luta pela terra!

92.290 famílias, em média, anualmente envolvidas em conflitos por terra!

Uma síntese dramática que revela o caráter extremamente conflituoso e violento do modelo agrário-agrícola em desenvolvimento no Brasil nesses últimos 25 anos (1985-2009) e que revela a face oculta do tão decantado agronegócio. Trata-se de um modo de (re) produção histórico que tem na concentração fundiária e na violência, dois pilares que estruturam as relações sociais e de poder na sociedade brasileira, com implicações para além do mundo rural.

Os números são suficientemente agudos e mostram a gravidade da problemática agrária brasileira, que persiste, apesar do esforço de muitos ideólogos em negá-la, em função do êxito econômico-financeiro do modelo agrário-agrícola em curso.

Assim como é verdadeira a violência institucional, não menos verdadeiras são as resistências e as diferentes estratégias de libertação conformando uma geografia de liberdade no território brasileiro, seja por meio de quilombos, da ocupação de terras e de outras formas. Assim, se desde o início de nossa formação territorial, tivemos uma geografia do latifúndio, da monocultura e da escravidão, tivemos, também, uma geografia da liberdade e da diversificação produtiva, conformada por camponeses étnica e culturalmente diferenciados, que não só se auto-abastecia como garantia o suprimento de nossas vilas e cidades.

Os anos 1970-1980, ao mesmo tempo em que viu a violência da ditadura civil-militar afirmar o latifúndio, viu também ganhar legitimidade a luta pela ocupação de terras, principal instrumento para a conquista de terras, e nos deu movimentos sociais de base como o MAB, a CPT, o MST entre tantos outros movimentos

1. A violência do Poder Privado e do Poder Público em Defesa da (Grande) Propriedade e a luta pela Reforma Agrária entre 1985 e 2009

Quando observamos a evolução nesses 25 anos do número de conflitos, o de ocupações de terra; da violência do Poder Privado - assassinatos e expulsão de famílias - da violência do Poder Público - pessoas presas e famílias despejadas - podemos verificar claramente cinco períodos distintos que nos mostram as vicissitudes das lutas de classes no campo brasileiro.

¹ Doutor pela UFRJ é Professor do Deptº de Geografia da UFF e de seu Programa de Pós-graduação. É coordenador do LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

² Doutor pelo CPDA-UFRRJ é Professor do Deptº de Geografia da UERJ-FFP e Pesquisador da Fiocruz. É coordenador do GeoAgrária UERJ.

1º Período: entre 1985 e 1990 - Predomínio da violência do Poder Privado. O destaque é para o número de pessoas assassinadas. A média anual deste período não será igualada.

2º Período: entre 1991 e 1995 - Retomada paulatina da ação dos movimentos sociais com o aumento de 38% na média anual de ocupações de terra em relação ao período anterior.

3º Período: entre 1996 e 2000 - Intensificação da mobilização em torno da luta pela terra: é o período de maior média anual de ocupações e de famílias envolvidas nessas ações. Há um significativo aumento da média anual de conflitos por terra (90%) e também da média anual de famílias envolvidas nesses conflitos (142%).

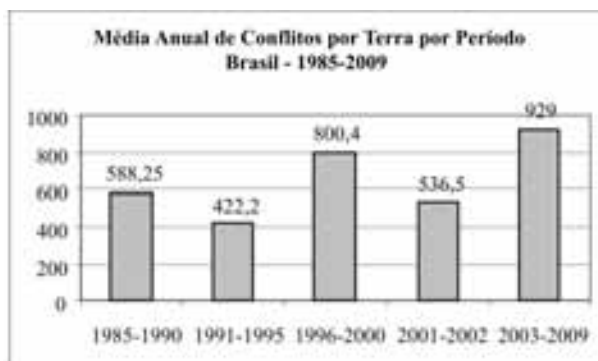
4º Período: entre 2001 e 2002 - Refluxo em todos os indicadores de conflitos e das diferentes formas de violência em relação ao período anterior, no rastro das medidas criminalizadoras dos movimentos sociais do governo FHC. Todavia, esse período é o terceiro, na média anual de Conflitos, assim como na média anual de famílias envolvidas tanto em ocupações como nos conflitos por terra. É de se destacar a queda no número de famílias expulsas pelo poder privado em 46% na média anual. E também queda de 34,8% no número de pessoas presas e 38,7% no de famílias despejadas pelo poder público.

5º Período: entre 2003 e 2009 – É o período de maior conflitividade em toda a série histórica de 25 anos. É o período recordista na média anual de conflitos e o segundo na média anual de famílias envolvidas nesses conflitos, com níveis praticamente iguais aos do 1º período. É o segundo em relação à média anual de ocupações e de famílias envolvidas nas mesmas. Só perde para o período 1996-2000. Do lado do poder privado, o número de famílias expulsas atinge a maior média anual, e houve retomada dos assassinatos. Em 2003 o número de pessoas assassinadas retomou os níveis do período de maior violência (1985-1990), muito embora nos anos subseqüentes retornasse a uma

média anual de 39 assassinatos. Também nesse o período se deu a maior média anual de famílias despejadas – 22.000 famílias por ano – e de 380 pessoas presas anualmente.

Enfim, os números apontam para a concentração da violência do poder privado no primeiro (1985-1990) e no último período (2003-2009), e para o predomínio da mobilização social e da repressão estatal no terceiro (1996-2000) e no último período (2003-2009). Assim, o último período (2003-2009) é não só o de maior conflitividade como também o de maior violência.





A distribuição espaço-temporal dos conflitos por regiões geoeconômicas³

1. Conflitos e famílias em conflitos. Com base nos dados do número de conflitos e do número de famílias envolvidas em conflitos no período de 1987-2009, é que se pode afirmar que a conflitividade relacionada à terra é um fenômeno generalizado. A distribuição dos conflitos por região geoeconômica aponta um equilíbrio, pois a Amazônia teve 35%, o Centro-Sul 34% e o Nordeste 31% dos conflitos pela terra. Já em relação ao número de famílias envolvidas, o Centro-Sul tem 39% do total, contra 33% da Amazônia e 28% no Nordeste.

2. Ocupações de Terra. Quando consideramos os números absolutos de ocupações de terra por região geoeconômica, a predominância dessa demanda está na região Centro-Sul com 47% do total de ocupações, contra 38% no Nordeste e somente 15% na Amazônia.

3. Violência do Poder Privado. A Amazônia registra 63% do total dos assassinatos no período analisado (1985-2009). O Centro-Sul e o Nordeste praticamente ficam empatados com 19% e 18%, respectivamente. Quanto ao número de famílias expulsas, a Amazônia também se destaca com 39% do total do país, o Nordeste ocupa o segundo lugar com 33% e o Centro-Sul com 28% do total.

4. Violência do Poder Público. Em relação à violência do poder público, na Amazônia é onde o poder público mais determina prisões em conflitos agrários (52% do total do país, contra 34% no Centro-Sul e somente 14% no Nordeste).

Quanto às famílias despejadas, a região Centro-Sul assume a dianteira com 47% do total de famílias despejadas, contra 29% no Nordeste, ocupando a Amazônia o lugar de menor destaque, com 24% do total de famílias despejadas.

Índices de Violência

No quadro síntese que apresentamos abaixo foram elaborados Índices de Violência no Campo. Para se ter um maior rigor científico, estes índices foram elaborados relacionando o número de Conflitos, com a população rural do estado. Em números absolutos, a violência aparece maior em outros estados, mas como sua população rural é maior, o índice fica me-

³ Para darmos conta dessa análise utilizaremos os dados relativos ao número de conflitos por terra e ao número de famílias envolvidas nesses conflitos por regiões e pelas unidades da federação na série histórica de 1985 a 2009. No caso da divisão regional optamos por uma regionalização em três grandes complexos geoeconômicos que a nosso ver expressam melhor a dinâmica do desenvolvimento recente do capitalismo brasileiro, a saber: Amazônia (AC, AM, AP, MA, MT, PA, RO, RR e TO); Nordeste (PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA); Centro-Sul (GO, DF, MS, SP, MG, ES, RJ, PR, SC e RS).

⁴ É interessante observar que na Amazônia a proporção de Ocupações é pequena em relação ao total do país, entretanto, é grande a participação da região com relação ao número de conflitos. Essa aparente contradição se deve o fato de que a maior parte dos conflitos na região está relacionada à expulsão de famílias de terras já ocupadas, realizada por grileiros e seus jagunços.

nos expressivo. Esses índices são obtidos mediante a divisão da % que cada Unidade da Federação tem no total do número de conflitos no Brasil em todo o período, pela % de população rural de cada uma das Unidades da Federação. Assim, se uma determinada UF tem 10% do total dos conflitos no país na série histórica de 1985-2009 e têm 10% da população rural do país, seu índice será 1.0 (10 dividido por 10). Assim, sempre que uma UF tem índice menor que 1.0, ela está contribuindo menos que a sua

proporção de população rural para a conflitividade geral do país. E, conseqüentemente, sempre que seu índice for maior que 1.0, significa que aquela UF está contribuindo mais do que sua proporção de população rural para o fenômeno sob análise. Para efeito de cálculo de população rural para todo o período de 1985-2009 utilizamos a média ponderada da população rural dos Censos 1991 e 2000 e das contagens da FIBGE de 1996 e 2006. A mesma metodologia de cálculo foi utilizada para cada uma das variáveis.

Quadro-Síntese da Violência no Campo Brasileiro 1985-2009

		Índice Violência Poder Privado 1 Assassinatos	Índice Violência Poder Privado 2 Famílias Expulsas	Índice Violência Poder Público 1 Prisões	Índice Violência Poder Público 2 Famílias Despejadas	Ranking Geral de Violência
AMZ	MT	5,65	2,47	10,40	3,89	22,40
C-SUL	MS	2,85	3,49	3,98	6,37	16,68
AMZ	RR	13,36	0,48	0,74	0,06	14,65
AMZ	PA	4,50	2,99	3,49	1,29	12,26
AMZ	RO	3,33	1,85	1,49	1,70	8,37
AMZ	TO	3,37	1,18	0,40	2,03	6,99
C-SUL	GO	0,77	1,14	1,70	3,15	6,76
C-SUL	DF	0,00	1,45	2,41	2,25	6,11
AMZ	AC	2,13	1,41	1,64	0,52	5,70
AMZ	AP	2,47	0,95	1,08	0,18	4,68
NE	PE	0,85	1,40	0,34	1,42	4,00
C-SUL	PR	0,55	1,85	0,41	1,06	3,87
AMZ	AM	1,67	1,08	0,99	0,12	3,86
NE	AL	0,47	0,97	0,70	1,42	3,56
AMZ	MA	1,10	0,95	0,86	0,52	3,43
C-SUL	SP	0,15	0,50	0,07	2,20	2,92
NE	BA	0,51	1,10	0,57	0,67	2,86
C-SUL	ES	0,53	0,02	1,69	0,51	2,75
C-SUL	RJ	0,94	0,28	1,01	0,37	2,61
NE	PB	0,45	0,81	0,05	1,06	2,37
C-SUL	MG	0,51	0,31	1,30	0,23	2,36
C-SUL	RS	0,16	0,36	0,62	1,13	2,27
NE	SE	0,17	0,77	0,11	1,06	2,12

O ranking da Violência no Campo é a soma das quatro variáveis – assassinatos, famílias expulsas, prisões e famílias despejadas. Nesse ranking, em primeiro lugar aparece o Mato Grosso, com 22,40 pontos, seguido do Mato Grosso do Sul com 16,68 pontos, de Roraima com 14,65 e Pará com 12,26. Em Roraima, os massacres de indígenas são responsáveis por esse macabro destaque. Esse ranking deixa patente o dinamismo violento protagonizado pelo agronegócio. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que encabeçam este ranking, são os estados que utilizam as mais modernas tecnologias na produção deixando patente que a mais alta modernidade se constrói reproduzindo o mesmo recurso à violência de sempre. Mais do que de uma fronteira agrícola, estamos diante de um verdadeiro front, pois é uma verdadeira guerra contra os posseiros, os povos originários e quilombolas, que está sendo travada e que, como vimos, vem se agravando nos últimos anos.

Algumas Considerações Gerais

O conjunto dos dados analisados acima nos permite afirmar que há uma mudança no padrão da violência no campo brasileiro entre o final da década de 1980 e meados dos anos 1990, e o período que vai da segunda metade da década de 1990 até os dias atuais.

No primeiro momento (1985-1995) prevalece a violência privada, sobretudo por meio de assassinatos de trabalhadores rurais, agentes pastorais e políticos ligados aos movimentos sociais rurais, sendo que o maior número de assassinatos ocorre em 1987, em meio à conjuntura de radicalização política dos setores conservadores que marca os embates contra a execução do I Plano Nacional de Reforma Agrária e os debates em torno à nova Constituição. Ao mesmo tempo, verifica-se um processo paulatino de fortalecimento dos movimentos sociais rurais e da luta pela reforma agrária.

No segundo momento (1996-2009), ganha relevância a repressão do poder público, sobretudo através dos despejos judiciais, no rastro da crescente mobilização dos movimentos sociais. Isto significa dizer que o Estado brasileiro, através da conjugação de forças dos poderes judiciário e executivo, toma cada vez mais para si a tarefa de proteger a propriedade privada da terra, colocando-se a serviço dos interesses do latifúndio, ideologicamente conhecido como agronegócio. O crescimento das ocupações de terra, que atinge seu recorde em 1998, bem como o de despejos, cujo patamar mais elevado ocorre em 2004, revelam esse novo padrão dos conflitos no campo brasileiro. Entretanto, nos últimos anos, temos visto também recrudescer a violência do poder privado, sobretudo através da expulsão de famílias da terra, em especial nas áreas de expansão do agronegócio.

Enfim, os números revelam que há uma correlação direta entre o avanço da mobilização democrática da sociedade brasileira e o avanço da violência do poder privado, conforme podemos verificar por esses dois momentos de afirmação democrática de nossa sociedade: primeiro, o período pós-ditadura civil-militar (1985-1990) e, segundo, o da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva⁵. Nesses períodos aumentou a violência do poder privado, ou seja, o poder de facto agiu, seja através do aumento do número de pessoas assassinadas, seja através do aumento do número de famílias expulsas de suas terras. A correlação entre esses dois fenômenos é direta, conforme os dados comprovam. A diferença entre o período pós-ditadura civil-militar (1985-1990) e o que corresponde ao do governo Lula da Silva (2003-2009) é que, embora tenha aumentado a violência do poder privado em ambos, a violência do poder público também aumentou no período 2003-2009, sobretudo com o aumento do número de famílias despejadas, num evidente processo de criminalização dos cidadãos que lutam pelo direito à posse da terra de trabalho.

⁵ Consideramos a eleição de Lula da Silva como um avanço no processo de democratização da sociedade brasileira, obviamente não pela eleição de um presidente, mas sim pelo significado de este ser um cidadão de origem popular, cuja carreira política esteve vinculada aos movimentos sociais e, deste modo, sua posse estaria indicando uma ampliação do espectro da democracia formal brasileira ao admitir que um cidadão com essa origem tomasse posse como presidente da república.

O caráter não-republicano do Estado brasileiro salta à vista, pois o Estado se mostra agindo claramente como instrumento de reprodução da grande propriedade fundiária. É importante considerar que desde o 2º período (1991-1995), o poder público foi pouco a pouco retomando sua capacidade de agir por meio do uso das prerrogativas formais de monopólio da violência, ainda que sem conseguir realizar de facto esse monopólio, como se vê pela persistência do uso da violência do poder privado em todos os períodos considerados, ainda que com o ligeiro declínio em 2001-2002. No período compreendido entre 1985 e 1990, a crise por que passavam as oligarquias impediu o uso da violência pelo poder público, afinal o regime ditatorial civil-militar acabava de ser derrubado (1984). Mas o caráter autoritário derivado da grande propriedade fundiária se manifestou com toda a força, como se vê pelo número elevadíssimo de assassinatos. O fim da tutela militar do regime ditatorial recém-findo fez com que a tirania da grande propriedade fundiária, em grande parte responsável pelo autoritarismo do regime que se deslegitimava, passasse a se organizar a partir da sociedade civil, através de entidades que publicamente defendiam o uso da violência armada na defesa da (grande) propriedade, como abertamente faziam a UDR - União Democrática Ruralista - e a tradicionalíssima TFP - Tradição, Família e Propriedade.

Da mesma forma, se configura outro padrão espaço-temporal da violência no campo brasileiro. Nas áreas onde os movimentos sociais rurais são mais organizados, a ação violenta direta dos proprietários de terra se inibe, como no Centro-Sul do país. Aí o Estado passa a desempenhar um papel cada vez mais ativo na repressão às lutas pela terra. Onde é mais débil a organização dos movimentos sociais, como na Amazônia, a violência direta do poder privado se mantém, reforçada pelas ações mais arbitrárias do poder público em defesa da grande propriedade, como indica o número de pessoas presas na região (52% do total do país) e a concentração nesta região dos dois maiores massacres que envolveram a atuação de forças policiais (Corumbiara e Eldorado dos Carajás).

Todavia, o que poderia ser evocado como avanço democrático - a resolução dos conflitos pelo poder público - nos parece, ao contrário, evidenciar a persistência do caráter patrimonialista do Estado brasileiro, onde os interesses da propriedade privada permanecem intocados, ao arrepio da própria ordem constitucional que prevê a função social da propriedade. Sendo assim, a judicialização dos conflitos agrários leva a chancela da garantia do direito de propriedade que, no Brasil, significa chancelar o direito do grande proprietário, derivando daí a intensidade dos conflitos que marca a vida no campo e a evidência persistente da questão agrária e, com ela, da atualidade da Reforma Agrária. A permanência dos elevadíssimos índices de concentração fundiária (Índice de Gini) registrados nos dois últimos censos agropecuários (1996 e 2006), é mais uma forte evidência que corrobora a análise dos conflitos e da violência que constatamos nesses últimos 25 anos que, por sua vez, atualiza o processo histórico de cinco séculos de violência do latifúndio moderno-colonial.

A edição da Medida Provisória N 2318/2001 que criminaliza as ocupações de terra, assim como a aprovação pela CPMI da Terra no Congresso Nacional em 2005 de um relatório final que classifica as ocupações como crime hediondo, evidenciam tal processo.

No rastro da mudança do padrão de violência, verificamos também o desenho de uma nova geografia dos conflitos, pois se a Amazônia é o palco por excelência da violência do poder privado, liderando as estatísticas de assassinatos em todos os períodos e atingindo o total de 63% dos assassinatos cometidos no Brasil entre 1985 e 2009, a ação repressiva do poder público concentra-se no Centro-Sul, onde as ações de despejo foram mais numerosas (47% do total). Vale dizer que a Amazônia é onde co-existem a maior violência do poder privado e o maior número de assentamentos efetuados pelos distintos governos do período analisado (67% das famílias assentadas entre 2003 e 2006), o que demonstra claramente que a ação do poder público de substituir a reforma agrária pela colonização, só reproduz ampliadamente a estrutura agrária marcada pelo latifúndio e a resistência à sua reprodução. A enorme

violência registrada na região é o resultado dessa equação trágica!

A riqueza de uma leitura que articula as dimensões espaço-tempo dos conflitos aparece aqui com toda a sua força, revelando as transformações em curso no campo brasileiro. É no rastro das crescentes mobilizações dos trabalhadores rurais brasileiros, que o Estado assume a sua face mais violenta. Não é à toa que o Centro-Sul concentra as ações de despejo. Na medida em que os movimentos sociais rurais concentram ocupações e acampamentos nas regiões de ocupação mais antiga, onde a grande propriedade fundiária se encontra mais estabelecida, assistimos uma dupla resposta do Estado brasileiro; de um lado, repressão sobre essas ocupações, através dos despejos judiciais, de outro, a multiplicação dos assentamentos na Amazônia, na fronteira agrícola, contribuindo para abrir ainda mais a fronteira para a expansão do agronegócio, uma vez que garante mão de obra e novas terras “limpas”. Este deslocamento espacial entre ocupações de terra e assentamentos (Alentejano, 2004) vem sendo desenhado pela política de assentamentos do governo federal desde os anos 1990, ainda que a lógica da colonização contra a reforma agrária remonte ao governo Vargas (quem não se lembra da Marcha para o Oeste?) e tenha ganho maior consistência na ditadura civil-militar entre 1964 e 1985, com sua política de colonização da Amazônia tão claramente explicitada na frase do general Médici que propunha levar “os homens sem terra do Nordeste para a terra sem homens da Amazônia”⁶.

Esta geografia desigual em que a mobilização dos trabalhadores se dá, sobretudo no Centro-Sul do país, enquanto a política de assentamentos se dá, sobretudo na Amazônia, indica a inflexão na política agrária promovida pelo governo FHC, em sua tentativa de, ao mesmo tempo, responder à pressão da sociedade civil brasileira e de organismos inter-

nacionais em defesa da reforma agrária, e combater os movimentos sociais rurais, em especial o MST. Vale dizer que recentemente, com base nas Medidas Provisórias 422 e 458 – esta última conhecida como MP da Grilagem de Terras na Amazônia – mais de 67 milhões de hectares de terras públicas foram disponibilizadas já não mais simplesmente para assentamentos, mas diretamente para os grileiros.

José Vicente Tavares dos Santos em seu artigo *Conflitos Agrários e Violência no Brasil: Agentes Sociais, Lutas Pela Terra e Reforma Agrária*, analisando o Brasil em finais dos anos 1990, já descrevia o que chamou de “um padrão estrutural da forma de resolução de conflitos agrários no Brasil, no que se refere aos conflitos pela posse e propriedade da terra”. Segundo ele “este padrão é estruturado segundo a interseção de dois eixos: os conflitos pela terra e os programas de assentamento de agricultores. O quadro comparativo entre conflitos e assentamentos revela que em todos os Estados onde há maior número de famílias em ocupações de terra, verifica-se um menor número de famílias assentadas, sendo a associação inversa também verdadeira”.

E, continua, “existe, no Brasil Contemporâneo, um processo de resolução de conflitos pela terra que utiliza a instalação de famílias de agricultores em novas terras - nos estados do Maranhão, Pará, Roraima, Rondônia e Mato Grosso - para resolver a demanda pela terra que cresce no Sul, Sudeste e Nordeste, motivada não apenas pela consolidação de médias e grandes propriedades fundiárias, tradicionais e modernas, como também pelo crescimento do desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras, em todas as regiões”.

Não é a primeira vez que entre analistas de nossa formação social se chama a atenção para a “continuidade estrutural, a coexistência da modernização com a permanência dos conflitos agrários no

⁶ Recupera-se com essa idéia um dos principais mitos coloniais, o do vazio demográfico. Afinal, se as terras são vazias está justificada a sua ocupação. Assim, para territorializar o latifúndio moderno-colonial, desterritorializa-se por todo lado populações indígenas, quilombolas e camponesas. Ver PORTO-GONÇALVES (2001).

Brasil, marcados pelas “mortes anunciadas”, pelos assassinatos e pelas “chacinas” onde “a expansão da inovação agropecuária e dos complexos agroindustriais coexiste com a manifestação de ‘trabalho escravo’ e o recurso ao suplício do corpo”, conforme tão bem destacaram José Vicente Tavares dos Santos e José de Sousa Martins (1994). O Brasil, desde sempre, viu a convivência do que podemos chamar de mais moderno ao lado de práticas de violência. Nossos engenhos, no século XVI, eram o que havia de mais moderno no mundo em termos de manufatura. A Europa era uma área marginal nos circuitos comerciais até 1453-1492. Seu caráter marginal era tal que seguir o bom caminho era se orientar, isto é, era ir para o Oriente e não para o Ocidente. A centralidade da Europa só foi possível com a colonização da América. Assim, foi essa modernidade que nos colonizou, tanto que hoje quando falamos de modernizar o cerrado ou modernizar a Amazônia, o que estamos sugerindo é colonizar as duas áreas, aliás, como os dados da CPT confirmam amplamente com a enorme expropriação de posseiros/camponeses/comunidades indígenas e quilombolas. Enfim, modernizar e colonizar são termos indissociáveis.

Talvez nenhum outro cientista social tenha sido tão feliz na caracterização desse contraditório desenvolvimento desigual e combinado de nossa formação territorial do que Leonilde Sérvolo de Medeiros, quando nos oferece essa brilhante síntese do que vem ocorrendo num debate atual, como o que se dá sobre a atualização dos índices de produtividade que, na verdade, atualiza nossa contraditória formação territorial. É ela quem nos diz: “A dinâmica da expansão da agropecuária brasileira, cerne do agronegócio, se faz num movimento complexo que tem, de um lado, as terras em produção com, ao que tudo indica, altos índices de produtividade. De outro, terras que estão sendo adquiridas, quer de produtores em crise que vendem sua propriedade para comprar terras mais baratas adiante, quer terras de pecuária, já deflorestadas, ‘limpas’ e prontas para a reconversão

produtiva. Trata-se de um movimento constante, que envolve tanto a recorrente fracasso de alguns, quanto a prosperidade de outros. Esse movimento tem como um elemento de sua dinâmica a busca de novas áreas para serem incorporadas, mas que não necessariamente são colocadas de imediato em produção. Daí deriva a pressão sobre áreas de florestas, a luta por um afrouxamento nas regras de desmatamento, a crítica à delimitação de reservas indígenas e a oposição à atualização dos índices”. (MEDEIROS, 2010: 3)

E, continua, “atentando para essa dinâmica e não para esta ou aquela propriedade, observando os movimentos do mercado de terras em todo o país (que vêm atraindo investimentos de capitais nacionais e estrangeiros), talvez se possa entender melhor por que uma atualização de índices de produtividade, que parece tão simples, é capaz de despertar tanta celeuma. Terras improdutivas ou produzindo pouco fazem parte das necessidades criadas pela expansão das atividades empresariais. Transformá-las em áreas passíveis de desapropriação, com a possibilidade de se transformarem em assentamentos, significa subtraí-las do mercado e excluí-las do cerne desse circuito de reprodução” (MEDEIROS, 2010: 4)

Assim, o que se evidencia é que para sua continuada expansão, o agronegócio necessita permanentemente incorporar novas terras e para isso lança mão de todos os mecanismos de que dispõe: os de mercado, os políticos e a violência. Foi essa indissociabilidade entre violência e agronegócio que evidenciamos a partir da análise espaço-temporal dos conflitos, da mobilização da sociedade em luta pela terra de trabalho e de vida, e da violência do poder público e do poder privado no período de 25 anos, compreendidos entre 1985 e 2009. A questão (da reforma) agrária permanece um tema pendente da sociedade brasileira, sendo um tema cuja resolução depende muito mais de nossa democracia do que de nossa economia. Enfim, se queremos (agro)negócio ou (agri)cultura!

BIBLIOGRAFIA

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos. In *Conflitos no Campo – Brasil – 2003*. Goiânia: CPT-Nacional, 2004.
- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto/Unesp, 1996.
- DELGADO, Guilherme. *O que significa agronegócio no Brasil*. Brasília: mimeo, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Da “clonagem” à “autofagia”: o dilema da reforma agrária no Brasil. Presidente Prudente: mimeo, 2005.
- FERREIRA, Brancolina. *A reforma agrária no governo Lula – Balanço: 2003 a 2005. Reforma Agrária*. Vol. 32. Nº 1. Ago/Dez – 2005. São Paulo: ABRA, 2005.
- MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso (ensaios de Sociologia da História lenta)*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MARTINS, José de Souza - *Expropriação e Violência*. São Paulo, HUCITEC, 1980.
- MARTINS, José de Souza - *Não Há Terra Para Plantar Neste Verão*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- MARTINS, José de Souza - *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde S. de. *A polêmica sobre a atuação dos índices de produtividade da agropecuária*. 2010 (Consultado em <http://www.mst.org.br/node/9041>).
- MOURA, M. *Os deserdados da terra: A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra no sertão de Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 1988.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula*. Porto Alegre, mimeo, 2006.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1981. (Publicado originalmente em *Estudos Cebrap* (2), 1972).
- SILVA, M. M . M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Edunesp, 1999.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazonas*, São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária*. Pontifícia Universidade Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000
Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>

Tabela 8 - Assassinatos

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Acre						
Plácido de Castro	Imediações do Igarapé Rapiran	09/01/2009	Francisco, "Mineiro"		A	Posseiro
Subtotal:				1		
Alagoas						
Traipu	Faz. Marcação/Assent. Sítio Novo	11/07/2009	Iraci Otila da Silva		76	Assentada
Subtotal:				1		
Bahia						
Casa Nova	Comunidade Areia Grande	04/02/2009	José Campos Braga		56	Liderança
Subtotal:				1		
Maranhão						
São Luís Gonzaga do Maranhão	Comunidade Quilombola de Santarém	07/08/2009	Agenor de Sousa Pereira		A	Quilombola
Subtotal:				1		
Mato Grosso						
Bom Jesus do Araguaia/ Serra Nova Dourada	Faz. Bordon/Bordolândia	17/06/2009	Edelton Rodrigues do Nascimento		48	Sem - terra
Bom Jesus do Araguaia/ Serra Nova Dourada	Faz. Bordon/Bordolândia	17/06/2009	Abiner José da Costa		49	Sem - terra
Colniza	Fazenda Reunidas Capabraba	08/08/2009	Ademar Oliveira e Silva		A	Liderança
Diamantino/ Nova Marilyndia/ Nova Maringá	T.I. Estação Paresi/Ponte de Pedra/Faz. São Jorge	09/01/2009	Valmireide Zoromará		42	Liderança Indígena
Subtotal:				4		
Mato Grosso do Sul						
Amambai/ Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/ Acamp. às margens da MS-289	16/12/2009	Adolescente Guarani Kaiowá/Com. Kurussu Ambá		15	Índio
Paranhos	Fazenda São Luiz/Triunfo	30/10/2009	Genivaldo Verá		22	Índio
Subtotal:				2		
Minas Gerais						
Verdelândia/ São João da Ponte/ Varzelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever	02/06/2009	Lídio Ferreira da Rocha		A	Quilombola
Subtotal:				1		
Pará						
Breu Branco	Assentamento Alcobaça	01/02/2009	Manoel Francisco Silva Souza		A	Liderança
Breu Branco	Assentamento Alcobaça	18/10/2009	Joel Silva do Nascimento		19	Assentado
Dom Eliseu	Comp. Faz. Capaz/Faz. Pau Ferro	29/09/2009	Saturnino Pereira Silva		51	Aliados
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	23/08/2009	Wagner Nascimento da Silva		20	Sem - terra
Rondon do Pará	Fazenda Água Branca	24/04/2009	Edvan de Amarantes		43	Sem - terra
Santa Maria das Barreiras	Comp. Forkilha/Assent. Agropec	12/06/2009	Luiz Lopes Barros		A	Liderança
Tailândia	Assassinato de Adair da Silva Almeida	20/10/2009	Adair da Silva Almeida		38	Liderança
Tucumã	Faz. Nega Madalena/De Beira-Mar	05/10/2009	Altiro		A	Sem - terra
Subtotal:				8		
Paraíba						
Aroeiras	Barragem Acauã	29/07/2009	Odilon Bernardo da Silva Filho		A	Liderança
Subtotal:				1		
Rio de Janeiro						
Rio de Janeiro/ Magé/ Niterói/ São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	22/05/2009	Paulo César Santos Souza		44	Liderança
Subtotal:				1		
Rio Grande do Sul						
São Gabriel	Complexo Southal	21/08/2009	Elton Brum da Silva		44	Sem - terra
Subtotal:				1		
Rondônia						
Buritis	Acampamento Rio Alto/Linha 36	09/12/2009	Élcio Machado, "Sabiá"		A	Liderança
Buritis	Acampamento Rio Alto/Linha 36	09/12/2009	Gilson Gonçalves		A	Liderança
Subtotal:				2		
Roraima						
Mucajai/ Alto Alegre/ Caracarai	T. I. Yanomami/Apiaiui/Papiu/Yawaripé	21/01/2009	Yekuana Luiz Vicente Carton		A	Índio
Subtotal:				1		
Total:				25		

Fonte: Setor de Documentação da CPT.



Foto: MAB

A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça?

Antonio Sergio Escrivão Filho*

Darci Frigo**

Terra de Direitos***

Se a violência no campo é uma face bem conhecida do que é capaz o agronegócio para defender seus interesses, não há como negar que há também evidências de um processo persistente de criminalização, em curso no Brasil, contra movimentos sociais, ainda que com variações de intensidade, de atores, de instituições envolvidas e mecanismos utilizados. Enganaram-se os que acreditavam que para frear a criminalização bastavam mudanças na postura do executivo federal, como ocorreu neste último período, onde se estabeleceram alguns canais de diálogo com movimentos sociais. Temos que avaliar cuidadosamente a entrada de outros atores nesta arena.

* Advogado, Assessor Jurídico da Terra de Direitos, Mestre em Direito Agrário pela Universidade Estadual Paulista/UNESP.

** Advogado, Coordenador Executivo da Terra de Direitos.

*** Nossos Agradecimentos pelas valiosas contribuições a este artigo feitas por Luciana Furquim Pivato e Laura Bregenski Schuhli.

O que dizer do comportamento engajado de setores do poder judiciário, ao posicionarem-se publicamente atacando os movimentos sociais na mídia?

O processo de criminalização dos movimentos sociais combina-se com outras estratégias adotadas pelas classes dominantes como, por exemplo, a cooptação e a violência, com vistas a bloquear as lutas sociais por direitos. Prova de que a violência não foi abandonada como método recorrente do agronegócio para combater movimentos sociais rurais, pode ser verificada nos dados coletados pela CPT ano a ano e, também, em 2009, ao registrar no campo brasileiro a ocorrência de 25 assassinatos, 277 agressões e 71 casos de tortura de trabalhadores rurais. Violência que tem na impunidade seletiva, especialmente dos crimes de mando, um dos seus mecanismos de retro-alimentação.

O domínio de forças conservadoras sobre espaços do aparelho de Estado permite que mecanismos variados sejam usados contra os movimentos sociais, como prisões, inquéritos policiais, ações criminais, ameaças, Comissões Parlamentares de Inquérito, fiscalizações “dirigidas” por órgãos de fiscalização e controle, como o Tribunal de Contas da União-TCU e a Controladoria Geral da União-CGU. E isto se dá em articulação com um processo de desmoralização e satanização dos movimentos sociais, orquestrado por meios de comunicação, que priorizam as falas criminalizatórias e manipulam informações e fatos referentes às manifestações sociais, sem garantir-lhes um espaço, ou mesmo reconhecer-lhes como interlocutores da questão reportada. Salta aos olhos a contradição entre as promessas inscritas na Constituição e o que os atores identificados com a criminalização em curso defendem. De um lado desigualdade social no campo e na sociedade brasileira, tendo como um dos seus pilares a concentração da terra e da renda, com 46% das terras nas mãos de 1% dos proprietários. Do outro lado, que esses atores se organizam em torno de um modelo de desenvolvimento de cunho neoliberal, socialmente excludente, concentrador de renda e ambientalmente predatório, e que tem bloqueado as mudanças gestadas nas lutas contra as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, am-

paradas pela Constituição de 1988 e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

As prisões como um indicador de criminalização frente a este quadro, o que se pode extrair dos dados sobre prisões de trabalhadores rurais em 2009? Qual tem sido o papel do sistema de justiça – Poder Judiciário, Ministério Público e Polícia Judiciária?

As prisões, em regra geral, estão relacionadas a conflitos coletivos, envolvendo trabalhadores rurais sem terra, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens, pescadores, trabalhadores rurais, entre outros. Relacionando o número de prisões com o número de conflitos nos últimos três anos, vamos verificar que para 1538 conflitos registraram-se 438 prisões em 2007, o que representou uma prisão para cada 3,5 conflitos. Em 2008, em 1170 conflitos houve 168 prisões, uma prisão para cada 7 conflitos. Em 2009, 204 prisões em 1184 conflitos uma prisão para cada 5,2 conflitos.

Analisando como as prisões se distribuem nas diferentes categorias envolvidas nos conflitos, vê-se que o processo de criminalização tem atingido, além dos trabalhadores sem terra, outras categorias, como os povos tradicionais. Do total de 204 prisões, em 2009, 26 delas foram de indígenas, 36 de quilombolas, 11 de pescadores, 29 de atingidos por barragens, 11 de trabalhadores rurais, 2 de religiosos e 86 foram de sem terra, ainda a categoria individualmente considerada que mais sofre repressão. Por outro lado, há outras ações de cunho criminalizador em curso como as do Ministério Público do Rio Grande do Sul e do então presidente do Supremo Tribunal Federal que, através dos seus posicionamentos contrários aos movimentos sociais, passou a orientar e motivar agentes públicos e privados a combater os processos de luta por direitos, empreendidos por organizações e movimentos sociais do campo, permitindo ler que há uma aliança entre setores do Judiciário, do Ministério Público e do agronegócio sendo gestada em novos moldes. Ou seja, tudo indica que o agronegócio está disputando o Judiciário ferrenhamente, com medo de que ventos democratizantes dêem novos ares a este poder.

Mas, em que consiste esta criminalização?

Criminalizar pode ser o ato de atribuir um crime a alguém, a alguma atitude, a uma manifestação. A criminalização se dá através de um processo estruturado de violência física¹ e simbólica, que adquire ares de violência institucional (pública e privada) na medida em que seus agentes se utilizam de suas prerrogativas e funções para atribuir uma natureza essencialmente criminoso às manifestações sociais organizadas, e, a partir daí, sob o argumento de manter a democracia e a ordem, reprimir tais manifestações.

Esta apropriação da função pública pelos interesses privados fica evidente quando se sabe que estas manifestações criminalizadas se orientam pela erradicação da pobreza, marginalização e desigualdades sociais, objetivos fundamentais do Estado Democrático de Direito, conforme o artigo 3º da Constituição de 1988. A criminalização é empreendida em nome do Estado de Direito, como pôde ser constatado no processo de perseguição realizado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul contra o MST, no ano de 2008². Também demonstram isto as reiteradas prisões de lideranças do MST de Pernambuco, como Jaime Amorim, sempre com in-

tuito de atacar a luta pela reforma agrária e proteger os interesses dos proprietários de terras.

A resposta da OEA à criminalização no Paraná

Outros casos em que fica evidenciado este processo estruturado de criminalização são os casos das violações de direitos humanos ocorridas no estado do Paraná³, recentemente reconhecidas e condenadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Estes casos nos permitem verificar como a criminalização se dá orientada pela lógica e ideologia do agronegócio, em sua esfera mais orgânica e institucional.

No ano de 2009, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos – OEA,⁴ reconheceu que o estado do Paraná, entre os anos de 1995 e 2002, empreendeu uma série de violações dos direitos humanos dos trabalhadores rurais sem terra. O SIDH reconheceu, evidenciou e condenou o processo de violência e criminalização realizado contra o MST.

O período de 1995 a 2002 ficou marcado, no Paraná, pela extrema violência contra trabalhadores rurais. Diante do avanço da organização popular, foram or-

¹ Violência física aqui compreendida pelas prisões arbitrárias, como formas de repressão que se articulam com a criminalização, que consiste, como dito, em atribuir uma natureza criminoso à manifestação social. Sobre a relação entre a prisão e a criminalização afirma o professor Juarez Cirino: “Somente a lógica contraditória da relação social fundamental capital/trabalho assalariado pode explicar a proteção seletiva de bens jurídicos pelo legislador, a criminalização seletiva de sujeitos com indicadores sociais negativos e, finalmente, a prisão como instituição central de controle social formal da sociedade capitalista”. Teoria da Pena: fundamentos políticos e aplicação judicial. Curitiba: ICPC, Lumen Juris, 2005, p.42.

² Cf. Relatório do Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, de maio de 2007.

³ Durante o Governo Jaime Lerner (1995-2002) o estado do Paraná viveu um grave processo de violência e criminalização contra organizações e movimentos sociais rurais. Neste período foram registrados 16 assassinatos de trabalhadores rurais, 470 prisões de trabalhadores rurais, 130 despejos: SANSON, César. O governo Lerner: a modernização conservadora, o autoritarismo e a corrupção endêmica. In: Anais do Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio. Curitiba, maio de 2001, p. 24.

⁴ Alguns casos emblemáticos de criminalização e violência foram denunciados à Comissão e à Corte Interamericana de Direitos Humanos tendo como petionários MST, CPT, Renap, Justiça Global e Terra de Direitos. 4 casos tiveram desdobramento naquela esfera internacional, no ano de 2009: Caso do assassinato de Sebastião Camargo Filho por milícia – recomendações da Comissão IDH em 19 de março de 2009; caso das interceptações telefônicas ilegais realizadas pela polícia militar e o judiciário, com divulgação pela mídia – condenação da Corte IDH em 06 de agosto de 2009; caso do assassinato de Sétimo Garibaldi, por milícia – condenação da Corte IDH em 23 de setembro de 2009; caso do assassinato de Antônio Tavares Pereira em ação da polícia militar, no bloqueio da BR-277 no ano 2000 – admissão da Comissão IDH em 29 de outubro de 2009.

ganizadas milícias ruralistas armadas para a realização de despejos ilegais, que resultaram na morte de dois agricultores sem terra. Outras duas lideranças foram executadas em emboscadas. À época, as organizações e movimentos sociais já denunciavam a íntima ligação que existia entre estas milícias, membros da polícia militar e ruralistas dirigentes de entidades de classe, o que foi comprovado em 2009, pela sentença da Justiça Federal⁵ que condenou um Tenente-Coronel da Polícia Militar a mais de 18 anos de prisão por formação de quadrilha, tráfico internacional de armas de fogo e porte ilegal de drogas. Financiado por entidades e sindicatos ruralistas, ele forneceu armamento e garantiu a impunidade na atuação das milícias. Até hoje não existe, no estado do Paraná, qualquer condenação destes crimes.

Reconhecendo este ambiente de violência institucional e criminalização, a Corte IDH condenou, em agosto de 2009, o Estado brasileiro por ter realizado escutas ilegais de militantes de movimentos sociais de luta pela terra e ter fornecido o conteúdo das gravações para a imprensa televisiva⁶. Ao analisar o caso, a Corte verificou que a polícia militar requereu a escuta telefônica sem investigação prévia, pedido que foi aceito pela juíza da localidade sem qualquer fundamentação. Na lógica da polícia e da juíza a própria existência da organização dos trabalhadores constitui crime. Os agentes ainda forneceram as gravações ilegais à imprensa, que difundiu notícias desmoralizantes das pessoas envolvidas e do movimento social. Como afirmou Raúl Zaffaroni, em defesa dos agricultores sem terra, em 2001,

no Tribunal Internacional Contra os Crimes do Latifúndio⁷, é no conjunto dos fatos que se percebe a responsabilidade dolosa do governo do estado do Paraná na época, tanto pela ação criminalizatória e violenta, quanto pela omissão ao combate à violência, garantindo impunidade às milícias ruralistas, em oposição às prisões de sem terras.

A criminalização tem como objetivo central atacar a legitimidade das lutas transformadoras dos movimentos sociais e um alvo importante deste processo são os apoiadores destas lutas, visando enfraquecê-los. Neste contexto se inserem as prisões e difamações contra advogados ocorridas no Paraná em 1999, as condenações criminais em primeiro grau⁸, na Justiça Federal, contra o advogado José Batista Afonso, da CPT em Marabá e então Coordenador Nacional da CPT, e do sindicalista da Fetagri - Pará, Raimundo Nonato⁹, mediadores de uma negociação ocorrida no INCRA, em 1999, quando 10 mil trabalhadores se mobilizavam para demandar terra no Sudoeste do Pará.

Participação do Poder Judiciário

Se nos casos do Paraná ficou comprovado o envolvimento de setores e dirigentes de entidades ruralistas na atuação das milícias, aliada a quadros da polícia militar, hoje se percebe um movimento da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária - CNA, para se aproximar do Poder Judiciário, através, inclusive, de financiamentos de eventos de Associações da Magistratura e Ministério Público¹⁰. Ou seja, a partir de seu poder econômico e

⁵ Justiça Federal, Vara Federal Criminal de Ponta Grossa, na Ação Penal nº. 2005.70.09.001379-7 (PR). Atualmente encontra-se em grau de recurso no TRF 4ª região.

⁶ Corte IDH/OEA: Caso Escher e outros Vs. Brasil - sentença disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_200_por.pdf.

⁷ Anais do Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio, op. cit., p. 72.

⁸ O processo encontra-se em grau de recurso junto ao TRF de Brasília.

⁹ Cf. CPT. Conflitos no campo Brasil 2008, p. 149 e 150.

¹⁰ Cf. XX Congresso de Magistrados, da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, realizado em Outubro de 2009, disponível em: <http://www.amb.com.br/congresso>. Ressalte-se que a Presidente da CNA proferiu uma conferência para cerca de 2000 magistrados neste evento, elegendo indígenas, comunidades tradicionais, ambientalistas e agricultores sem terra como os representantes da insegurança jurídica no campo; e XVIII Congresso Nacional do Ministério Público, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, realizado em Novembro de 2009, disponível em: <http://conamp2009.com.br>.

consequente prestígio social, como dizia Florestan Fernandes, ir galgando espaço privilegiado junto a estes agentes públicos que ocupam lugar central na prestação da justiça.

Por não interferirem integralmente na política do Poder Executivo Federal e na determinação das políticas públicas no Brasil, os setores ruralistas, além da sua apropriação quase hegemônica do Congresso Nacional onde realizam verdadeiro esvaziamento das conquistas sociais alcançadas pela Constituição de 1988, ocuparam-se, no ano de 2009, de uma “lenta, gradual e segura” aliança com a cúpula do Judiciário, até atingir a sua anuência institucional, com a assinatura de convênio com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, órgão responsável pela elaboração e aplicação da política pública de justiça.

Com isso, o então Presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, ministro Gilmar Mendes, parece ter assumido um lado na conjuntura agrária brasileira, atrelando a política institucional da justiça agrária ao modelo de desenvolvimento capitaneado pelo agronegócio. Se antes a criminalização advinha, sobretudo, de uma política institucional executada pela polícia militar, a tendência agora é ela se assumir enquanto política do Ministério Público e Poder Judiciário, como ocorreu no Ministério Público do estado do Rio Grande do Sul, e na gestão passada da presidência do Poder Judiciário nacional se materializou em decisões judiciais¹¹ e se consolidou em políticas institucionais via CNJ.

É certo que o CNJ está trazendo a política judiciária para a esfera republicana, no sentido de submeter o

Poder Judiciário aos princípios constitucionais que regem a atuação da administração pública. No entanto, verifica-se que esta tendência é ainda aparente, pois não se propõe a solucionar problemas estruturais do Judiciário¹², e incipiente, uma vez que não enfrenta, por exemplo, o tema da participação e controle social da política pública de justiça.

Esta questão é tema novo. Na disputa pela pauta política e jurídica do judiciário, observa-se uma quase hegemonia das forças conservadoras que, historicamente, foram formadas para ocupar os cargos do Judiciário. Ocorre que a sociedade avançou na disputa política, conquistando importantes espaços junto aos Poderes Executivo e Legislativo, mas optou por não se aproximar do Poder Judiciário, sob a análise de que não haveria ali sequer espaço para a disputa.

A função social da propriedade¹³, por exemplo, princípio constitucional que rege todo e qualquer direito de propriedade de bens imóveis e dá causa à desapropriação para fins de reforma agrária, não encontrou na prática, a eficácia das suas dimensões do trabalho e bem estar¹⁴.

De outro lado, encontra-se no STF uma ação direta de inconstitucionalidade patrocinada pela CNA, que visa à dissociação entre função social e produtividade econômica, pedindo que o Supremo declare que a propriedade economicamente produtiva não tenha a obrigação de cumprir a sua função social, ainda que para atingir os índices de produtividade ela tenha se valido de degradação ambiental, trabalho escravo e violência contra a pessoa. Se houvesse

¹¹ De fato, observou-se em recente sentença penal no interior do Estado de São Paulo que a juíza fundamenta a condenação de militantes e advogados dos sem terra em falas e orientações ideológicas de criminalização dos movimentos sociais, do Presidente do STF junto aos jornais de grande circulação.

¹² “Para uma revolução democrática da Justiça” brasileira, o professor Boaventura de Souza Santos elenca sete medidas estruturais: 1) profundas reformas estruturais; 2) novos mecanismos e novos protagonismos no acesso ao direito e à justiça; 3) nova organização e gestão judiciárias; 4) revolução na formação de magistrados desde as Faculdades de Direito até à formação permanente; 5) novas concepções de independência judicial; 6) uma relação do poder judicial mais transparente com o poder político e a mídia, e mais densa com os movimentos e organizações sociais; 7) uma cultura jurídica democrática e não corporativa: Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez, 2007, p. 33.

¹³ Constituição Federal, art. 5º, inciso XXIII.

¹⁴ Constituição Federal, art. 186, incisos III e IV.

a possibilidade jurídica, o pedido seria, certamente, pela própria inconstitucionalidade da função social da propriedade!

O tema ganha relevância à medida que aumentam os conflitos fundiários de natureza sócio-ambiental-cultural, além dos caracterizados pelo trabalho escravo, como mostraram os dados da CPT desde 2007, em oposição à defasagem dos índices de produtividade, cujo esforço pela não atualização pode ser creditado à mesma CNA que litiga em mais de uma centena de ações no Supremo.

É na temática da função social da propriedade, ao lado de temas como a transgênia, territorialidade e meio ambiente, que a bancada ruralista do Congresso Nacional vem investindo. Estão em curso diversos projetos de lei no Congresso, entre eles o que transfere para o legislativo a competência de decidir sobre a desapropriação e a atualização dos índices de produtividade. Note-se a estratégia coordenada entre a ocupação das pautas do Judiciário e Legislativo simultaneamente.

Neste sentido, no Judiciário não se cogita a análise do cumprimento da função social da propriedade para se deferir o mandado de reintegração de posse, como se posse e propriedade fossem coisas absolutamente independentes. É certo que a análise da função social da propriedade não consta no rol de requisitos para o deferimento da liminar, conforme o Código de Processo Civil, CPC. O CPC, porém, da década de 1970 está defasado, em relação à Constituição. Sem a apreciação da função social da propriedade na decisão da reintegração de posse, o Judiciário acaba por proteger uma inconstitucionalidade, ao passo que persegue e criminaliza uma manifestação social que se orienta pelo cumprimento da Constituição. Mais que paradoxal, isto representa que o sistema de justiça ainda não se adequou à ideologia constitucional¹⁵, orientando-se

pela manutenção das estruturas sociais que a própria Constituição tem por objetivo fundamental erradicar.

Mas há no Poder Judiciário um espaço em disputa, quer na sua pauta jurídica, no sentido da sua modernização rumo à ideologia constitucional de transformação social, quer na sua pauta política, ou seja, na esfera da elaboração, controle e aplicação da política pública de justiça.

Na esfera jurídica, está o Programa Nacional dos Direitos Humanos 3¹⁶, o instrumento programático mais legítimo desde a própria Constituição de 1988, dada a sua elaboração realizada com fundamento na participação social. O PNDH 3 vem significar verdadeira atualização constitucional, trazendo materialidade e ainda maior aplicabilidade aos seus princípios. Ao indicar a necessidade da realização de uma audiência entre órgãos públicos e as partes antes do deferimento da reintegração de posse, o PNDH 3 indica que a questão agrária merece a mesma atenção jurídica que questões individuais, onde a mediação é uma tendência instituída via política judiciária, mediante as “semanas da conciliação”, difundidas pelo CNJ. A realização de uma audiência anterior à decisão de reintegração é prevista no CPC, mas é absolutamente ignorada pela magistratura por diversos motivos, dentre os quais a forte (o)pressão que setores locais realizam sobre o juiz.

Existe a necessidade de uma pressão pela ampliação da cultura democrática no Judiciário. E alguns passos estão sendo dados. O CNJ tem avocado para si, por exemplo, a competência para realizar mutirões carcerários e instituiu programas de reinserção social de egressos do sistema penitenciário. Editou uma recomendação para o monitoramento e controle dos Tribunais sobre as ações que versem sobre conflitos agrários; instituiu um

¹⁵ Cf. GRAU, Eros. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 10. ed., rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 332.

¹⁶ O conteúdo do PNDH 3 está disponível pelo site da Secretaria Especial de Direitos Humanos: www.sedh.gov.br

Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos; realizou um I Encontro deste Fórum; e um mutirão agrário (PA); assinou convênios com instituições públicas com o objeto referente à matéria agrária¹⁷. Estes poderiam ser indícios de que alguns são dados em relação a uma espécie de política pública de justiça agrária.

Parece certo que tanto o Fórum Nacional de Conflitos e seu Encontro Nacional, quanto o Mutirão de Julgamento de Crimes Decorrentes de Conflitos no Campo¹⁸, surgiram a partir de uma perspectiva de criminalização dos movimentos sociais, materializando as falas de Gilmar Mendes em seu discurso de posse¹⁹. No entanto, com a participação social no I Encontro do Fórum, a pauta foi alterada, direcionando a solução dos conflitos para a implementação de uma efetiva atuação do Judiciário, a fim de concretizar a reforma agrária. Ocorre que, depois desta aproximação e participação social, o espaço do Fórum foi esvaziado pelo judiciário e as recomendações²⁰ do Encontro foram ignoradas pela cúpula do CNJ que tomou medidas como a assinatura do convênio com a CNA, cujos representantes foram voto-vencido em relação a praticamente todas as propostas aprovadas²¹.

Tal atitude do CNJ reflete uma postura clássica do Poder Judiciário que, na aparência, se posiciona com ares democráticos, mas, no cotidiano, se mantém à

distância dos princípios constitucionais. É certo que a sua atividade central é a prestação jurisdicional, revestida pelos princípios da independência e autonomia. Mais certo, de outro lado, é que o Poder Judiciário, enquanto instituição pública, também está inserido no processo democrático, o que pressupõe a participação social na elaboração e aplicação da política judiciária, o que informa, mas não significa interferência na independência do juiz.

A pergunta que fica: qual o interesse da sociedade em ocupar esta pauta e em não permitir que a política pública de justiça seja hegemônica pelos setores conservadores?

Em relação ao convênio com a CNA²², surgem dúvidas: poderia o CNJ, assinar um convênio que vai em sentido contrário às recomendações aprovadas pelo encontro do Fórum de Monitoramento dos Conflitos Fundiários? Em que medida o CNJ pode assinar um convênio para instituir consultoria com uma entidade que é a maior litigante na Suprema Corte, sobre o tema em relação ao qual será chamada a ofertar parecer e até mesmo a elaborar normas? Na medida em que o CNJ elege a CNA como a interlocutora e consultora do Poder Judiciário, eleva-a à condição de porta-voz e fonte da concepção de justiça agrária, ajustando o foco da criminalização sobre todos os agentes sociais que propugnam uma ordem diferente, de acordo com o inscrito na Constituição de 1988.

¹⁷ Todas estas informações e respectivos documentos estão disponíveis em: http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7612&Itemid=907.

¹⁸ Portaria Conjunta n 1/2010 - CNJ e TJ-PA, disponível no link acima.

¹⁹ "(...) Ainda que alguns movimentos sociais de caráter fortemente reivindicatório atuem, às vezes, na fronteira da legalidade. Nesses casos, é preciso que haja firmeza por parte das autoridades constituídas. (...) O Judiciário tem grande responsabilidade no contexto dessas violações e deve atuar com o rigor que o regime democrático impõe": Discurso de posse do Ministro Gilmar Mendes na Presidência do STF, em 24.05.2008.

²⁰ Cf. as propostas aprovadas nos Workshops do I Encontro do Fórum Nacional de Conflitos Fundiários do CNJ. Workshops: Agrário, Urbano, Trabalho Escravo, Regularização Fundiária, disponíveis em: http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7612&Itemid=907.

²¹ Cf. neste sentido as propostas de n° 7 e 10 do Workshop Agrário, que determinam a utilização de todas as dimensões da função social da propriedade tanto nos processos de desapropriação, quanto para o deferimento das reintegrações de posse; e a proposta n° 16, que determina a atualização dos índices de produtividade.

²² Termo de Acordo de Cooperação Técnica n° 026/2010, disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/Cerimonial/act%20026-2010%20cnj%20e%20cna.pdf>.

Estas análises partem do cotidiano da assessoria jurídica popular, em sua lida com o sistema de justiça, em especial o Poder Judiciário. Há uma grande dificuldade em se proteger, garantir e efetivar os direitos humanos econômicos, sociais e culturais pela via judicial, vez que os agentes das carreiras públicas, na sua maior parte, se esquivam em enfrentar e assumir a sua função, poder-dever constitucional de concretizar a Constituição de 1988 e os Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos. Em caso de confronto, preferem a tutela aos direitos e interesses patrimoniais individuais, aderindo aos códigos e afastando-se da Constituição em sua ideologia de transformação social.

BIBLIOGRAFIA

Anais do tribunal Internacional dos Crimes Contra o Latifúndio e da Política Governamental de Violação dos Direitos Humanos no Paraná. Curitiba, 1º e 2º de Maio de 2001.

BERCOVICI, Gilberto. *A Constituição Econômica e o desenvolvimento*. São Paulo: Malheiros, 2005.

GRAU, Eros. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 10. ed., rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2005.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da constituição:*

O dilema que se apresenta no horizonte é o de encarar um programa social de ações a médio-longo prazo, que visem aproximar a sociedade do sistema de justiça, de modo a efetivamente aproximar este sistema da realidade social, chamando o Judiciário para o seu poder e dever de realizar o objetivo fundamental da erradicação da pobreza, marginalização e desigualdades sociais. Objetivo que representa verdadeira cláusula de transformação social²³. Para isso, o que precisa ser transformada é a própria cultura dos agentes do sistema judicial, o que só pode ser alcançado na medida da organização rumo à participação e controle social do sistema de justiça.

contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1997. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Acumulação e expropriação: geografia da violência no campo brasileiro em 2008*. In: *Conflitos no Campo Brasil 2008*. Goiânia: Ed. CPT Nacional, Brasil, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Teoria da Pena: fundamentos políticos e aplicação judicial*. Curitiba: ICPC, Lumen Juris, 2005.

²³ “A ‘cláusula transformadora’ explicita o contraste entre a realidade social injusta e a necessidade de eliminá-la. Deste modo, ela impede que a Constituição considere realizado o que ainda está por se realizar, implicando a obrigação do Estado em promover a transformação da estrutura econômico-social”: Cf. BERCOVICI, Gilberto. *A Constituição Econômica e o desenvolvimento*. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 36.

Tabela 9 - Tentativas de Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Bahia						
Santa Luzia	Faz. Conjunto São José	30/11/2009	Jorge Alves Souza		A	Sem - terra
Subtotal:				1		
Ceará						
Icapuí	Praia da Redonda/Barrinha e outras	14/11/2009	Dinardo dos Santos		A	Pescador
Subtotal:				1		
Maranhão						
São Mateus do Maranhão	Pov. Pai Mané/Retiro Velho/Barroco e Simão/Faz. Ouro Azul	26/09/2009	José Antônio Gonçalves Bastos, "Caetano"		A	Posseiro
Subtotal:				1		
Mato Grosso						
Diamantino/ Nova Marilândia/ Nova Maringá	T.I. Estação Paresi/Ponte de Pedra/Faz. São Jorge	09/01/2009	Índios Paresi	10	A	Índio
Diamantino/ Nova Marilândia/ Nova Maringá	T.I. Estação Paresi/Ponte de Pedra/Faz. São Jorge	09/01/2009	Kelly Cristina Zoromará		A	Índio
Diamantino/ Nova Marilândia/ Nova Maringá	T.I. Estação Paresi/Ponte de Pedra/Faz. São Jorge	09/01/2009	Kleberson Zoromará		A	Índio
Diamantino/ Nova Marilândia/ Nova Maringá	T.I. Estação Paresi/Ponte de Pedra/Faz. São Jorge	09/01/2009	Valdenir Xavier de Amorim		A	Índio
Subtotal:				13		
Mato Grosso do Sul						
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Ao lado da Faz. Serrana	18/09/2009	Eugênio Gonçalves		A	Índio
Subtotal:				1		
Minas Gerais						
Manga/ Jaíba	Projeto Jaíba / Faz. Serra Azul	12/07/2009	Maria		A	Quilombola
Prata	Fazenda Buracão	13/10/2009	Acampado na Faz. Buracão		A	Sem - terra
Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	26/04/2009	Clarindo Pinheiro		67	Sem - terra
Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	26/04/2009	Delí de Oliveira		55	Sem - terra
Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	26/04/2009	Darci Limas		51	Sem - terra
Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	26/04/2009	Nair Bastos de Sá		74	Sem - terra
Subtotal:				6		
Pará						
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança	26/11/2009	Roniery Bezerra Lopes		A	Trab. Rural
Breu Branco	Fazenda São Mateus	04/12/2009	Josiel, "Jó"		19	Trab. Rural
Breu Branco	Fazenda São Mateus	19/12/2009	Jane Macedo da Silva		18	Sem Informação
Breu Branco	Fazenda São Mateus	19/12/2009	Antônia		56	Sem Informação
Breu Branco	Fazenda São Mateus	19/12/2009	Zudinei Macedo		23	Trab. Rural
Eldorado dos Carajás/ Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/Mª Bonita/Compl. Faz. São Felipe	09/05/2009	José Raimundo Sabino da Silva		53	Sem - terra
Eldorado dos Carajás/ Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/Mª Bonita/Compl. Faz. São Felipe	09/05/2009	Domingos Alves de Sousa		37	Sem - terra
Eldorado dos Carajás/ Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/Mª Bonita/Compl. Faz. São Felipe	09/05/2009	Adriano da Silva Cajado		19	Sem - terra
Eldorado dos Carajás/ Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/Mª Bonita/Compl. Faz. São Felipe	18/09/2009	Francisco dos Santos		49	Sem - terra
Itupiranga	Faz. Grota da Lage/Acamp. São Raimundo	30/11/2009	Antônio Francelino de Sousa		A	Sem - terra
Marabá	Faz. Sta. Rosa/Cedro/Plutão/Agrop. Sta. Bárbara	23/08/2009	Carlos Raniel Ferreira Gomes		A	Sem - terra
Piçarra	Faz. Castanhais/ Acamp. Alto Bonito/ Agrop. Sta. Bárbara	11/09/2009	"Dé"		A	Sem - terra
Piçarra	Faz. Castanhais/ Acamp. Alto Bonito/ Agrop. Sta. Bárbara	11/09/2009	"Luizinho"		A	Sem - terra
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino/P.A. Lua Clara	15/09/2009	"Bodão"		A	Sem - terra

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	18/04/2009	Leandro Pereira Pinto		A	Sem - terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	18/04/2009	Adbiel Aires Vilarindo		A	Sem - terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	18/04/2009	Marinaldo Costa Pereira		A	Sem - terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	18/04/2009	Antonio Rodrigues Saboia		A	Sem - terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	18/04/2009	Elias Honorato da Silva		A	Sem - terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	18/04/2009	Valdivino Caldas de Souza		A	Sem - terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	18/04/2009	Ivo Sousa Costa		A	Sem - terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	18/04/2009	Jeronimo Ribeiro		A	Sem - terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	18/04/2009	José Leal da Luz		A	Sem - terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	18/04/2009	Valdecir Nunes Castro		29	Sem - terra
Subtotal:				24		
Paraíba						
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	04/04/2009	Cícero		A	Posseiro
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	04/04/2009	José Hélio		A	Posseiro
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	04/04/2009	Iranildo		A	Posseiro
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	04/04/2009	Josinaldo Dias da Silva		A	Posseiro
Pocinhos	Fazenda Cabeça de Boi	02/05/2009	Nilton Tavares de Araújo		A	Sem - terra
Pocinhos	Fazenda Cabeça de Boi	02/05/2009	Osvaldo Soares Meira		A	Sem - terra
Rio Tinto/ Marcação	T. I. Jacaré de São Domingos/Monte-Mor/Potyguara	22/03/2009	Cacique Anibal		43	Índio
Subtotal:				7		
Paraná						
Cascavel/ Corbélia	Faz. Bom Sucesso/Acamp. Primeiros Passos	07/05/2009	Criança acampada na Faz. Bom Sucesso		1	Sem - terra
Cascavel/ Corbélia	Faz. Bom Sucesso/Acamp. Primeiros Passos	07/05/2009	Acampados da Faz. Bom Sucesso		2	A Sem - terra
Subtotal:				3		
Rio de Janeiro						
Rio de Janeiro/ Magé/ Niterói/ São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	01/05/2009	Alexandre Anderson		A	Liderança
Subtotal:				1		
Rondônia						
Chupinguaia/ Corumbiara/ Parecis/ Pimenteiras	Terra Indígena Tanaru	14/11/2009	Índio do Buraco/T. I Tanaru		50	Índio
Cujubim	Burareiro/Linha C - 100/Lote 03/Acamp. João Batista	12/03/2009	"Pelé"		A	Liderança
Subtotal:				2		
Roraima						
Mucajá/ Alto Alegre/ Caracará	T. I. Yanomami/Apiáu/Papiu/Yawaripé	21/01/2009	Ronildo Luiz Carton		A	Índio
Subtotal:				1		
São Paulo						
Ribeirão Bonito	Tentativa de Assassinato	23/08/2009	Elio Neves		A	Liderança
Subtotal:				1		
Tocantins						
Araguatins	Faz. Santo Hilário/Acamp. Alto da Paz	02/04/2009	Raimundo Nonato		33	Sem - terra
Subtotal:				1		
Total:				63		

A violência e a paciência combativa

Conversa e desconversa da violência

Egon Heck*

Falar da violência sofrida pelos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, e em especial os Kaiowá Guaraní, parece uma redundância e um exercício de paciência indignada. Praticamente não houve um dia durante o ano de 2009 em que não se ouvisse falar, pela mídia regional, impressa e eletrônica, sobre alguma violência ou desgraça acontecida com ou contra os povos indígenas do estado. Com maior destaque repercutiram os assassinatos, suicídios, homicídios, fome, desnutrição, prisões – pelos mais diversos motivos, desde a luta da terra, passando pelo trabalho escravo no corte da cana, até os motivos mais fúteis, como pequenos furtos e violência que explode dentro da casa. Agravados esses processos pelo alcoolismo, droga, prostituição e outros “benefícios” trazidos ou estimulados pela sociedade envolvente.

Vamos nos ater e destacar a violência ampliada no segundo semestre de 2009, decorrente da luta pela terra, no processo das retomadas ou retorno a terras tradicionais dos povos Kaiowá Guaraní e dos Terena. É importante destacar que essa violência não é uma irrupção momentânea, mas é resultado de todo um processo histórico que, infelizmente, veio se agravando nos últimos anos, em decorrência da não demarcação das terras indígenas e do avanço acelerado de um processo de produção do agronegócio, baseado na monocultura extensiva, especialmente da soja e da cana-de-açúcar.

É importante destacar a forma grotesca e absurda com que se procurou descaracterizar e criminalizar a luta dos povos indígenas por suas terras. Como exemplo mais paradigmático temos a realidade do Mato Grosso do Sul. Ali o governo do Estado

e os setores raivosos do agronegócio comandados pelas suas instituições representativas como os Sindicatos Rurais, Famasul, Acrissul, Assomasul, dentre outros, tentaram a todo tempo transformar deslavadas mentiras em verdades absolutas. Por exemplo, temos campanha anti-indígena baseada na afirmativa de que os povos indígenas estão querendo a demarcação de 12 milhões de hectares e, com isso, estariam inviabilizando o próprio estado. Nada mais falcioso e grotesco. Ao contrário do que afirmam tais senhores, quem sabe reconhecendo aos indígenas parte de seus territórios tradicionais, estaremos propiciando uma melhor sobrevivência não apenas do meio ambiente, mas principalmente melhores condições de vida para todas as formas de vida sobreviventes.

A violência no governo Lula

É importante compreender as manobras dos setores anti-indígenas no governo Lula e suas consequências em termos de aumento da violência. Desde os primórdios deste governo, com as previsões e expectativas do avanço do reconhecimento das terras indígenas prometidos por Lula em seu programa de governo, a violência dos radicalmente contra o reconhecimento desse direito, colocou em prática sua tática de partir para a ofensiva. Ou seja, evitar que se desencadeasse um processo de luta dos povos indígenas por suas terras. Por isso, logo nos primeiros meses foram registrados assassinatos de lideranças indígenas de norte a sul do país, de Makuxi, em Roraima, a Kaingang, no Rio Grande do Sul.

Mato Grosso do Sul – caso de polícia ou genocídio.

A negação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul, gerou um processo absurdo de violência, con-

* Mestre em Ciências Sociais, coordenador da Regional Mato Grosso do Sul do CIMI.

siderado por antropólogos e outros estudiosos e militantes dos direitos humanos, como um “silencioso genocídio”. Que, aliás, não é tão silencioso, pois está recheado de tiros e mentiras barulhentas.

Diante de toda essa violência institucionalizada no Mato Grosso do Sul, o CIMI – Conselho Indigenista Missionário - vislumbrou como única maneira de enfrentar essa situação, uma intervenção no estado. No dia 26 de novembro, toda a direção da entidade assim expressou a indignação diante da onda de violência contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul:

“O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifesta seu repúdio e sua indignação diante das ações do governo de Mato Grosso do Sul em impedir que os grupos de trabalho criados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) procedam os estudos antropológicos na região, agredindo com isso os direitos constitucionais dos povos indígenas, especialmente dos Guarani-Kaiowá e do povo Terena.

Indignamo-nos também com o descaso do Governo Federal que nada faz diante dos ataques praticados por ‘agentes de segurança’ dos fazendeiros contra comunidades indígenas; com a falta de segurança aos grupos de trabalho que desenvolvem os estudos de identificação das áreas; e com a morosidade na execução dos procedimentos de demarcação das terras naquele estado, conforme determinam as portarias do órgão indigenista.

Diante de tais fatos, exigimos que o Ministério da Justiça investigue, através da Polícia Federal, os atos de violência e promova o desarmamento das milícias particulares envolvidas em ações contra os povos indígenas, bem como determine que se proceda a uma séria e ampla

investigação quanto às ações ilegais de fazendeiros e os denuncie judicialmente. Enfatizamos que a garantia da integridade física dos povos indígenas é responsabilidade do Governo Federal.

O Cimi, que defende o estado democrático de direito, aponta para a necessidade de uma intervenção federal em Mato Grosso do Sul, como única forma de conter o processo de genocídio contra os povos indígenas iniciado naquela unidade da federação e garantir os direitos constitucionais de todos.

Uma vez mais afirmamos que a demarcação das terras indígenas é fundamental para que os povos possam viver dignamente. O Cimi conclama a sociedade brasileira a se unir à luta dos Guarani-Kaiowá, Terena e demais povos ameaçados em sua sobrevivência física e cultural.

“Somamo-nos aos Guarani-Kaiowá que afirmam não entender um país em que ‘um boi vale mais que uma criança’”. Luziânia-GO, 26 de novembro de 2009.

Além disso, temos assistido a um crescente alinhamento do Judiciário com os interesses anti-indígenas. São cada vez mais frequentes as ações que favorecem os latifundiários e o agronegócio em detrimento do reconhecimento dos direitos indígenas às suas terras. Causou estranheza e repulsa a recente decisão do ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, ao suspender, liminarmente, a ação de homologação da Terra Indígena Arroio Korá, assinada pelo presidente Lula no dia 21 de dezembro. É importante observar a presteza da decisão que se deu em pleno recesso, no dia 24 de dezembro, véspera do Natal.

Tabela 1

VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO MATO GROSSO DO SUL 2009				
	MATO GROSSO DO SUL		EM TODO O BRASIL	
	Casos	Vítimas	Casos	Vítimas
Assassinato	31	31	59	59
Tentativa de assassinato	9	9	16	14
Suicídio	19	19	19	19
Tentativa de suicídio	1	1	1	1

O quadro abaixo nos mostra o grau de violência a que estão submetidos os povos indígenas no Mato Grosso do Sul. São 53% dos assassinatos ocorridos entre os povos indígenas no Brasil e 100% dos suicídios, de que se tem registro.

As diversas violências

Apesar de algumas formas de violência sobressaírem, existem outras formas mais invisibilizadas, porém não menos cruéis, como são os casos de racismo, preconceito e discriminação. No dia a dia das relações dos povos indígenas com a sociedade regional do entorno é possível verificar o enorme grau de racismo e preconceito que, infelizmente, ainda persistem neste século 21. Os mesmos estigmas repetidos secularmente pelo projeto colonizador e invasor contra os povos indígenas perduram. Por exemplo, são frequentes as afirmações de que os índios são preguiçosos, violentos, vingativos, sujeitos, desalmados, bêbados, e assim poderíamos elencar um triste rosário de expressões racistas com que se procura estereotipar os povos indígenas.

Gostaríamos de fazer uma breve tipificação das diversas formas de violências que hoje marcam profundamente as comunidades indígenas, especialmente as Kaiowá Guarani.

Violência na luta pela terra – dos confinamentos às retomadas.

Infelizmente, após décadas de infrutífera espera, o

único caminho do reconhecimento e demarcação de suas terras tem sido as retomadas, o retorno corajoso aos territórios tradicionais. Nesse processo, as comunidades que fazem esse movimento de pressão são violentamente agredidas, e os índios presos, torturados e assassinados. Podemos perceber essa triste estatística quando vemos os registros de dezenas de lideranças indígenas assassinadas e feridas quando retornaram a seus tekohá (terras tradicionais). De Marçal Tupã'y (1983) aos professores Genivaldo e Rolindo Vera (novembro de 2009), são indígenas abatidos como animais, sob o único crime alegado de exigirem seus direitos voltando às suas terras.

A CPT registrou, em 2009, conforme tabela abaixo, 126 ocorrências de Violência contra os índios, somente em conflitos diretos por terra no Brasil, 46 deles no Mato Grosso do Sul. Dos três assassinatos de indígenas nestes conflitos dois são do Mato Grosso do Sul. A totalidade dos agredidos o foram neste estado, como também são deste estado 24 dos 25 feridos, e um dos dois desaparecidos. Os demais casos de Violência da Tabela 1, indiretamente também podem ser atribuídos a conflitos pela terra, pois são consequência da situação degradante à qual foram submetidos, espremidos em pequenos espaços que não lhes garante possibilidades de sobrevivência digna. Além disso, a CPT registrou 31 ameaças de prisão contra os índios Xucuru no Pernambuco e 500 índios Kaingang que sofreram intimidação em Nonai, Rio Grande do Sul.

Tabela 2

	Assassinatos	Tentativas de Assassinato	Ameaçados de morte	Torturados	Presos	Feridos	Agredidos	Desaparecido	Mortos em Consequência	Total
Brasil	3	17	10	5	26	25	18	2	20	126
Mato Grosso do Sul	2	1				24	18	1		46

Violência contra a mãe terra – devastação e destruição dos recursos naturais

Num recente mapa Guarani Retã, que situa mais de 500 comunidades/aldeias indígenas Guarani desde a província de Misiones, na Argentina, Paraguai e Brasil (MS), uma das questões que sobressai é a devastação da Mata Atlântica no sul do Mato Grosso do Sul, território tradicional Guarani. E isso é um processo relativamente recente. A maior parte da floresta foi destruída nos últimos 40 anos. Quando viajava com lideranças indígenas nesta região, frequentemente comentavam – “cinco anos atrás aqui ainda era mato fechado”. Hoje são áreas cobertas de capim, ou já transformadas em lavoura de monocultura da soja ou milho, e possivelmente em breve muitas se transformarão em canaviais.

Esse processo foi e continua sendo tão violento, que em alguns municípios a mata nativa não chega a 2%, quando a lei exige que se preserve pelo menos 20%. Nada escapa, nada se respeita. Sequer as matas ciliares dos rios e riachos agonizantes foram respeitadas. Quando da visita a uma comunidade Guarani da fronteira com o Paraguai, no início de março, alguém apontando para o leito de riachos totalmente assoreados, disse: “esse rio aqui está quase morto, vai desaparecer totalmente muito em breve”. E apontando para o lado do Paraguai – “olha, isso ali, há cinco anos quando passei por aqui ainda era tudo mata. Hoje só se vê capim e boi.”

Violência simbólica – são todas as formas de negação dos direitos desses povos de viver de forma diferenciada, conforme seus valores, organização social e cultural. Infelizmente o racismo e os preconceitos continuam sendo repetidos, seja nos ambientes familiares e até mesmo nas escolas. Mesmo na mídia regional e pronunciamentos de políticos transparece esse ranço preconceituoso e racista contra os povos indígenas. Recentemente uma liderança Guarani escreveu um texto “O preconceito cruel do Doutor”, mostrando como o colonialismo continua presente em textos de um jornalista advogado, ver site www.campanhaguarani.org.br. O CIMI-MS

recentemente entrou com um processo contra o jornal O Progresso por ofensa à entidade e aos povos indígenas em matérias eivadas de afirmações im procedentes e ofensivas.

Violência da fome, desnutrição e trabalho escravo

- Hoje a maior parte dos povos indígenas do MS, confinados em pequenas áreas ou acampados nas beiras das estradas, são reféns de uma quase total dependência do assistencialismo do governo e outras instituições. Isso gera uma situação de extrema vulnerabilidade e humilhação. Se fossem suspensas, de uma hora para outra, as 15 mil cestas básicas distribuídas nas aldeias, teríamos em pouco tempo, um quadro de calamidade, fome, desnutrição e mortes. Isso é humilhante tanto para povos indígenas que são exímios agricultores, como os Terena, e os que viveram em fartura, como os Kaiowá Guarani. Não tendo terra onde produzir seus alimentos e viver em paz, os trabalhadores indígenas só encontram trabalho em condições similares à escravidão, nas usinas, no plantio e colheita de cana. São hoje, conforme o Ministério Público do Trabalho, em torno de 13 mil indígenas trabalhando nessas condições, nas usinas. E mesmo esses trabalhos temporários estão diminuindo com a mecanização nos canaviais, prevendo-se, para muito em breve, um quadro ainda mais grave para as aldeias indígenas da região.

Violência interna – As comunidades Kaiowá Guarani, conforme afirmações de lideranças, se assemelham a “campos de concentração”, pequenas porções de terra “que nem chiqueirinhos”, em que se dá uma violência maior do que nas regiões de guerra, como no Iraque, onde, conforme a ONU, existe um índice de 70 homicídios para cada 100 mil habitantes. Na aldeia de Dourados esse índice chega a uma proporção de 100 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Antonio Brand, um dos maiores conhecedores da realidade e lutas das comunidades Kaiowá Guarani, afirmou, recentemente, estar abismado com o altíssimo índice de violência interna nas comunidades

Avanços e vitórias – apesar das violências

Depois de alguns anos no Mato Grosso do Sul, acompanhando os povos indígenas em sua luta pela vida e direitos, a gente tem a triste sensação de ser uma espécie de “repórter de guerra”. Semanalmente, quando não diariamente, acaba-se tendo que descrever para dar visibilidade a alguma violência contra os povos indígenas.

Porém, também houve significativas vitórias e avanços do movimento indígena nacional, continental e regional, nesses últimos anos.

Em nível de Brasil destacamos a Homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Depois de mais de três décadas de luta, com dezenas de lideranças assassinadas, inúmeras prisões, destruição de malocas, lideranças feridas e criminalizadas, aconteceu o histórico julgamento favorável aos indígenas, pelo Supremo Tribunal Federal, em 2009. Vitória sim, mas que deixou um gosto amargo, para os demais povos indígenas, especialmente do Mato Grosso do Sul, concretizadas nas malfadadas “19 condicionantes”, que têm se transformado no cadafalso com o qual tentam impedir a vida e a terra de povos indígenas, especialmente neste estado.

Também é importante destacar a consolidação da Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI, que trouxe um novo espaço e possibilidade de debater e pensar as políticas indigenistas com a participação protagonista dos povos indígenas. Apesar de o governo Lula continuar em dívida com os povos indígenas do Brasil, pois, além da demarcação de todas as terras indígenas, havia se comprometido em criar uma nova política indigenista a partir da Consolidação da CNPI, houve alguns avanços. Até mesmo a moribunda FUNAI está sendo reavivada, meio na contramão da história, pois, mais se preocupou com o aumento do quadro de funcionários e o aprimoramento da máquina burocrática, do que propriamente com uma nova forma de diálogo e relação política, de respeito e autonomia, com os povos indígenas.

No contexto regional houve pequenos avanços nos processos de mobilização e organização da resistência e afirmação dos direitos e identidade dos povos indígenas. Os Kaiowá Guarani, marcados pelo triste título de campeões de violência nos últimos anos, têm por outro lado iniciado um dos mais promissores movimentos de união e afirmação de direitos de um povo indígena na América do Sul. Já realizaram dois encontros continentais, estando previsto o terceiro para o final deste ano, no Paraguai. Estão participando ativamente da “Campanha Povo Guarani Grande Povo – terra, vida e futuro”, assumindo cada vez mais sua coordenação, especialmente na organização de grandes momentos, como os encontros continentais. Além disso, estão num importante processo de discutir e exigir dos governos dos quatro países em que estão presentes (Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia), políticas públicas comuns, que lhes possibilitem não apenas livre trânsito, mas especialmente atendimento a questões vitais de educação, saúde e sustentabilidade. Este processo é uma iniciativa do Ministério Público do Brasil, juntamente com universidades. Mas essa discussão também está sendo assumida pelo movimento e articulação dos Guarani. Recentemente instituíram, no Encontro dos Povos Guarani da América do Sul, em Añetete, uma comissão de coordenação Guarani para ter uma participação mais direta e efetiva nos espaços do Mercosul. Além disso, aconteceram vários momentos de debate político e definição das estratégias seja através das Aty Guasu (Grandes Assembléias) Guarani, seja através de encontros e mobilizações do povo Terena.

Outro fato promissor tem sido a crescente articulação entre as lutas dos povos indígenas e dos sem-terra e os movimentos sociais. Expressão dessa crescente aliança foi o debate da questão indígena no encontro regional dos sem-terra, onde não apenas se aprovou um documento - denúncia da violência sofrida pelos povos indígenas, mas o nome do próprio encontro foi Ronildo e Genivaldo Vera, em memória e homenagem aos dois professores Guarani assassinados.

Em nível mais amplo, continental e mundial, aconteceu uma expressiva participação dos povos indígenas no Fórum Social Mundial, realizado em Belém (janeiro/fevereiro 2009). Foi a primeira vez que conseguiram se articular de forma ampla para participar desse importante espaço de debate e animação da esperança para transformações e construção de um outro mundo possível.

O ano de 2010 é decisivo para a questão das terras dos povos indígenas, em geral, e em especial

no Mato Grosso do Sul. Por ser um ano eleitoral, pouco tempo resta para que os Grupos de Trabalho concluam e publiquem os relatórios de identificação de todas as terras Kaiowá Guarani. Também os Terena aguardam avanços no reconhecimento de suas terras, seja através das portarias declaratórias ou das demarcações físicas e desintrusão das mesmas.

Dourados, março 2010

Tabela 10 - Ameaçados de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Alagoas						
Igaci	Área da Estação Experimental	21/05/2009	Adriano Ferreira da Silva		22	Liderança
Subtotal:				1		
Amazonas						
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	30/10/2009	Francisco Colares da Silva		A	Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	30/10/2009	Manoel Gregório		A	Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/11/2009	Rubens de Castro		A	Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/11/2009	Luziete Colares da Silva		A	Posseira
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/11/2009	Manoel Colares da Silva		A	Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	07/12/2009	Jorge Amazonas Barros		A	Liderança
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	07/12/2009	Edilson Costa Teixeira		A	Posseiro
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/PDS Gedeão	08/09/2009	Saloni dos Santos de Barros, "Rosa"		A	Liderança
Manaus/ Careiro	Igarapé do Passarinho/AM-254/Km 8/Com. Arcip	12/11/2009	Nilcinha de Jesus Amaral Ferreira		A	Liderança
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	10/09/2009	Francisco Parede de Lima		44	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	10/09/2009	Marinez Laranjeira de Lima		38	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	10/09/2009	Ademárcia de Nazaré Brandão		A	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	10/09/2009	Valdemar da Silva Brazão		56	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	10/09/2009	Alexandro Santana de Lima		28	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	10/09/2009	Maria do Perpétuo Socorro da Silva Nazaré		47	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	10/09/2009	Marcelino Machado Ferreira		28	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	10/09/2009	Alenilza de Nazaré Brazão		26	Ribeirinha
Santo Antônio do Içá	Com. Vila Presidente Vargas/Índios Kaixana	28/06/2009	Eledilson Côrrea Dias		A	Liderança
Subtotal:				18		
Bahia						
Cachoeira	Com. Quilombola de São Francisco do Paraguaçu	18/03/2009	José Lopes de Jesus, "Bhrama"		A	Liderança
Cachoeira	Com. Quilombola de São Francisco do Paraguaçu	18/03/2009	Crispim dos Santos, "Rabicó"	**	A	Liderança
Cachoeira	Com. Quilombola de São Francisco do Paraguaçu	18/03/2009	Demervaldo dos Santos, "Sumido"		A	Liderança
Cachoeira	Com. Quilombola de São Francisco do Paraguaçu	18/03/2009	Anselmo Ferreira de Jesus		A	Liderança
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	29/03/2009	Liberato Pereira da Silva		74	Quilombola
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	29/03/2009	Elson Ribeiro Borges		A	Liderança
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	29/03/2009	Almir Pereira		A	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	30/03/2009	Adolescente do Quilombo Barra do Parateca		15	Quilombola
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Faz. Santa Rosa/T. I. Tupinambá Olivença	02/06/2009	José Otávio de Freitas Filho		30	Índio
Ruy Barbosa	Fazenda Casa Nova	10/02/2009	Raimundo Machado da Silva Filho		A	Sem - terra
Subtotal:				10		
Goiás						
Paraúna	Fazenda Fartura I e II	17/11/2009	Adilson Pereira Cardoso		A	Liderança
Paraúna	Fazenda Fartura I e II	17/11/2009	Francisco de Jesus		A	Liderança
Subtotal:				2		
Maranhão						
Açailândia	Fazenda Boa Sorte	28/04/2009	Trabalhador da Fazenda Boa Sorte		22	Trab. Rural
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	08/07/2009	Antônio Gaspar Ribeiro		A	Posseiro
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	08/07/2009	Nena Rodrigues do Nascimento		A	Posseiro
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	08/07/2009	José Santana		A	Posseiro
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	08/07/2009	João Rosa de Sousa Filho		A	Posseiro
Buritcupu	Desmatamento e Extração Ilegal de Madeira	09/10/2009	Naiza Gomes de Sousa Abreu		A	Liderança
Buritcupu	Desmatamento e Extração Ilegal de Madeira	09/10/2009	Flávio Pereira		A	Liderança
Codó	Mata Virgem	14/06/2009	Mário Sérgio Moreira de Queiroz		39	Aliados
Coroatá	Comunidade Salgado	07/10/2009	Raimundo Azevedo da Silva		A	Posseiro
Coroatá	Comunidade Salgado	07/10/2009	José da Cruz Conceição Monteiro		A	Posseiro
Grajaú	Fazenda Bacabalzinho	27/01/2009	Trabalhador da Fazenda Bacabalzinho		24	Trab. Rural
Matões do Norte	Ponte e Marajá	13/11/2009	Francisco Xavier Casanova		A	Pequeno proprietário
São Benedito do Rio Preto	Povoados Marçal, Volta Grande e Boião	30/09/2009	Maria Lúcia Vieira dos Santos		A	Presidente de STR
São Benedito do Rio Preto	Povoados Marçal, Volta Grande e Boião	30/09/2009	Daniel Mesquita		A	Funcionário Público
São Luís	Assentamento Cassaco	24/04/2009	Antônio de Jesus Sousa Amorim		A	Presidente de STR
São Mateus do Maranhão	Pov. Pai Mané/Retiro Velho/Barroco e Simão/Faz. Ouro Azul	27/06/2009	Francisco Gonçalves Dutra		46	Liderança
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	09/08/2009	Manoel Santana Costa		A	Liderança
Subtotal:				17		
Mato Grosso						
Bom Jesus do Araguaia/ Serra Nova Dourada	Faz. Bordon/Bordolândia	31/03/2009	Edmilson		A	Liderança
Colniza	Fazenda Reunidas Capabraba	18/07/2009	Ezequias Alves de Almeida		A	Liderança
Nova Canaã do Norte	Acampamento Irmã Dorothy	02/03/2009	Valdir Seze		A	Liderança
Novo Mundo	Gleba Nhandu/P.A. Orestes/Balsa Teles Pires	10/07/2009	Cícero Severino Oliveira		A	Liderança
Novo Mundo	Gleba Nhandu/P.A. Orestes/Balsa Teles Pires	10/07/2009	Teobaldo F. de Almeida		A	Liderança
Novo Mundo	Gleba Nhandu/P.A. Orestes/Balsa Teles Pires	10/07/2009	Ir. Leonora Bruneto		A	Religiosa
Novo Mundo	Gleba Nhandu/P.A. Orestes/Balsa Teles Pires	10/07/2009	Dorvalino Savi Veronésio		A	Ag. pastoral
Novo Mundo	Gleba Nhandu/P.A. Orestes/Balsa Teles Pires	10/07/2009	Nevair José Rodrigues de Almeida		A	Ag. pastoral
Novo Mundo	Gleba Nhandu/P.A. Orestes/Balsa Teles Pires	10/07/2009	Antônio Rogério, "Tonhão"		A	Liderança
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	02/03/2009	Antônio R. da Silva		A	Sem - terra
Peixoto de Azevedo/ Nova Guarita	Gleba do Gama/P. A. Renascer	20/06/2009	Santa de Jesus F. Rodrigues		A	Ag. pastoral

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	19/06/2009	João de Souza Lima, "João da Angélica"		A	Liderança
Porto Espiridião	Portal do Encantado/Vila Nova Barbecho/Com. N. Sra. Aparecida/Chiquitanos	02/03/2009	Aurélio Chiquitano		A	Liderança
Poxoréu	T.I. Jarudori/Bóe-Bororo/Aldeia Nova	02/03/2009	Edimilson Bataro Bororo		A	Índio
Poxoréu	T.I. Jarudori/Bóe-Bororo/Aldeia Nova	02/03/2009	Maria Aparecida Toro Ekureudo		A	Liderança
São Félix do Araguaia	Região dos Baianos/Gleba Macuco/Sítios Sta. Maria/Sol Nascente	07/10/2009	Jovino Freitas Silveira		43	Posseiro
São Félix do Araguaia	Região dos Baianos/Gleba Macuco/Sítios Sta. Maria/Sol Nascente	07/10/2009	Neta de Laudice e Maurício		3	Criança
São Félix do Araguaia	Região dos Baianos/Gleba Macuco/Sítios Sta. Maria/Sol Nascente	07/10/2009	Laudice		A	Posseira
São Félix do Araguaia	Região dos Baianos/Gleba Macuco/Sítios Sta. Maria/Sol Nascente	07/10/2009	Maurício Inácio da Costa		A	Posseiro
São Félix do Araguaia/ Alto da Boa Vista	T.I. Maráiwatsedé / Xavante / Faz. Suiá-Missu	02/03/2009	Damião Xavante		A	Índio
Tapurah/ Itanhanga	Assentamento Itanhanga	02/03/2009	João Lima		A	Liderança
Subtotal:				21		
Minas Gerais						
Salto da Divisa	Faz. Monte Cristo/Acamp. D. Luciano Mendes de Almeida	09/09/2009	Irmã Geralda Magela da Fonseca, "Geraldina" ***		47	Religiosa
Subtotal:				1		
Pará						
Afuá	Ilha do Chagas**	22/09/2009	Manoel de Almeida		43	Ribeirinho
Afuá	Ilha do Chagas**	22/09/2009	Maria Ramos Lacerda		61	Ribeirinha
Afuá	Igarapé Boa Vista/Baiano**	12/03/2009	Francisco Barbosa de Castro		A	Ribeirinho
Afuá	Igarapé Boa Vista/Baiano**	12/03/2009	Familiares de Francisco Barbosa de Castro	14	A	Ribeirinho
Altamira	Hidrelétrica Belo Monte/Rio Xingu	10/02/2009	Dom Erwin Krautler		69	Religioso
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	15/10/2009	Antonio Monteiro do Nascimento		A	Liderança
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	15/10/2009	Sebastião Alves de Souza		A	Liderança
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	15/10/2009	Zildete de Souza Ferreira		A	Sindicalista
Breu Branco	Assentamento Alcobaça	01/02/2009	Domingos A. da Silva**		54	Liderança
Eldorado dos Carajás/ Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/Mª Bonita/Compl. Faz. São Felipe	18/09/2009	Francisco dos Santos		49	Sem - terra
Eldorado dos Carajás/ Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/Mª Bonita/Compl. Faz. São Felipe	12/11/2009	Moisés Jorge da Costa Silva		A	Liderança
Eldorado dos Carajás/ Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/Mª Bonita/Compl. Faz. São Felipe	12/11/2009	Alberto da Silva Lima		A	Liderança
Itupiranga	Faz. Grota da Lage/Acamp. São Raimundo	30/11/2009	Antônio Francelino de Sousa		A	Sem - terra
Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	15/09/2009	Antonio das Neves de Sousa		A	Assentado
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/Mamona	31/12/2009	José Cláudio Ribeiro da Silva		A	Liderança
Novo Repartimento	Fazenda Águas Claras	03/03/2009	Pedro Gomes de Sousa		A	Trab. Rural
Parauapebas/ Marabá/ Rondon do Pará/ Castanhal	Ameaçados de Morte	31/12/2009	Ismael Gomes Bezerra		A	Sem - terra
Rondon do Pará	Ameaçados de Morte	31/12/2009	Cordiolino José de Andrade		A	Trab. Rural
Rondon do Pará	Ameaçados de Morte	31/12/2009	Maria Joel Dias Costa		A	Liderança
Rondon do Pará	Ameaçados de Morte	31/12/2009	José Soares de Brito		A	Liderança
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino/P.A. Lua Clara	30/06/2009	Divino Batista da Silva		A	Liderança
São Félix do Xingu	Fazenda Cajueiro	26/05/2009	Francisco A. do Nascimento		A	Trab. Rural
São Félix do Xingu/ Altamira	T.I. Apyterena/Apyterewa/Paracanã	11/08/2009	Giovandre Antonio de Melo		A	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
São Félix do Xingu/ Altamira	T.I. Apyterena/Apyterewa/Paracaná	11/08/2009	Jânio Ferreira da Silva		A	Liderança
São Félix do Xingu/ Altamira	T.I. Apyterena/Apyterewa/Paracaná	11/08/2009	José Rodrigues de Sousa		A	Liderança
São Félix do Xingu/ Altamira	T.I. Apyterena/Apyterewa/Paracaná	11/08/2009	José Gonçalves de Moura Neto		A	Liderança
São Félix do Xingu/ Altamira	T.I. Apyterena/Apyterewa/Paracaná	11/09/2009	Otair José Julião Ovides		A	Liderança
Tucumã	Faz. Nega Madalena/De Beira-Mar	30/11/2009	Divino		A	Sem - terra
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte/T.I. Parakanã	31/07/2009	Dilma Ferreira Silva		A	Liderança
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte/T.I. Parakanã	31/07/2009	Roquevan Alves Silva		43	Liderança
Xinguara	Ameaçados de Morte	02/08/2009	Frei Henri Burin Des Roziers		79	Religioso
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	18/04/2009	Valdecir Nunes Castro		29	Sem - terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	24/04/2009	Charles Trocate**		A	Liderança
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	23/10/2009	José Antônio		A	Sem - terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	23/10/2009	Anilson Oliveira Pereira		A	Sem - terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	23/10/2009	Gilmar Pereira de Sousa		A	Sem - terra
Xinguara	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	23/10/2009	Marcelino Pereira de Sousa		A	Sem - terra
Subtotal:				50		
Paraíba						
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	04/01/2009	Posseiro da Faz. Salgadinho		A	Posseiro
Rio Tinto/ Marcação	T. I. Jacaré de São Domingos/Monte-Mor/Potyguara	22/03/2009	Cacique Bel		A	Índio
Rio Tinto/ Marcação	T. I. Jacaré de São Domingos/Monte-Mor/Potyguara	22/03/2009	Cacica Cau		A	Índia
Subtotal:				3		
Piauí						
Baixa Grande do Ribeiro	Gleba Bacaba/Data Angelim	09/05/2009	Cristóvão Dias Soares		A	Político
Baixa Grande do Ribeiro	Gleba Bacaba/Data Angelim	09/05/2009	Joel Vieira Lopes		31	Pequeno proprietário
Baixa Grande do Ribeiro	Área do Condomínio Laranjeira I e II	15/04/2009	Domício Barbosa da Silva		A	Pequeno proprietário
Subtotal:				3		
Rio de Janeiro						
Niterói	Colônia de Pescadores Z-7/Praia de Itaipu	10/11/2009	Jorge Nunes de Souza, "Seu Chico"		54	Pescador
Rio de Janeiro	Quilombo Pedra do Sal	27/08/2009	Damião Braga Soares			Quilombola
Rio de Janeiro/ Mangaratiba/ Itaguaí	Baía de Sepetiba/Vale/Thyssen Krupp CSA	05/02/2009	Liderança de Pescadores da Baía de Sepetiba		A	Liderança
Subtotal:				3		
Rondônia						
Buritis/ Porto Velho/ Alto Paraíso	Floresta Nacional Bom Futuro	01/10/2009	Paulo Volnei Garcia		A	Ambientalista
Seringueiras/ São Francisco do Guaporé	Proposta pela Demarcação da TI do Povo Puruborá e Miqueleno	06/04/2009	Tanadi Miqueleno		A	Liderança Indígena
Seringueiras/ São Francisco do Guaporé	Proposta pela Demarcação da TI do Povo Puruborá e Miqueleno	06/04/2009	Pe. José Iborra Plans, "Zezinho"		A	Religioso
Subtotal:				3		
Roraima						
Boa Vista	Assent. Nova Amazônia/Faz. Bamerindus/Gl. Truaru	27/07/2009	Idinei de Oliveira		A	Índio
Boa Vista	Assent. Nova Amazônia/Faz. Bamerindus/Gl. Truaru	27/07/2009	Adenildo Matos		A	Professor
Boa Vista	Assent. Nova Amazônia/Faz. Bamerindus/Gl. Truaru	27/07/2009	Luzia da Silva Nagelo		A	Funcionária Pública
Boa Vista	Assent. Nova Amazônia/Faz. Bamerindus/Gl. Truaru	27/07/2009	Francisco de Assis Severino		A	Aliados

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Boa Vista	Assent. Nova Amazônia/Faz. Bamerindus/Gl. Truaru	27/07/2009	Dirlei		A	Índio
Boa Vista	Assent. Nova Amazônia/Faz. Bamerindus/Gl. Truaru	27/07/2009	Juliano Pereira da Silva		A	Índio
Boa Vista	Assent. Nova Amazônia/Faz. Bamerindus/Gl. Truaru	27/07/2009	Batoré		A	Índio
Boa Vista	Assent. Nova Amazônia/Faz. Bamerindus/Gl. Truaru	27/07/2009	Jabson		A	Índio
Subtotal:				8		
Santa Catarina						
Taió	Fazenda Mato Queimado/Piazera	19/11/2009	Pe. Valdecir Toretti		A	Religioso
Subtotal:				1		
Tocantins						
Araguaína	Fazenda Pebá	14/05/2009	Luis Jacinto de Araujo Neto		A	Trab. Rural
Augustinópolis	Fazenda do Baixinho da Farmácia	10/02/2009	Domingos Almeida Barbosa		23	Trab. Rural
Subtotal:				2		
Total:				143		

Fonte: Setor de Documentação da CPT





Foto: João Zinclar

Manifestações

Os movimentos sociais em ação no campo

Antônio Canuto*

2009 para os movimentos sociais agrários foi um ano bem complicado. Cresceram de forma impressionante as tentativas de criminalização. Uma aliança estratégica muito bem montada entre a bancada ruralista no Congresso Nacional, o poder judiciário, representado pela sua figura máxima, o presidente do Supremo Tribunal Federal e os grandes meios de comunicação, buscou de todas as formas encurralar os movimentos do campo, minando o apoio da sociedade tão duramente conquistado durante anos de luta.

Mas, apesar de tudo, os movimentos sociais resistem e atuam em vários espaços de luta, por meio de manifestações, ações de resistência, formação de acampamentos e ocupações de terra.¹

Manifestações são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais, ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

Ações de Resistência são ações de luta dos trabalhadores por conquista de direitos trabalhistas e referem-se às greves, ou outras formas de protesto.

Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra, organizadas, reivindicam assentamentos.

Ocupações de terra são ações coletivas das famílias que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social.

Pode-se dizer, ainda, que a ocupação de terras é uma ferramenta de luta política utilizada pelos movimentos sociais, para colocar a Reforma Agrária na pauta nacional.

As ações dos movimentos sociais rurais procuram chamar a atenção para a realidade em que vivem os homens e as mulheres do campo e mostrar a urgência de medidas efetivas de acesso e permanência na terra. É a luta pela terra e pela Reforma Agrária.

O governo FHC, para conter a pressão crescente dos movimentos por Reforma Agrária, editou Medidas Provisórias que criminalizavam as ocupações. Com isso, no seu segundo mandato, conseguiu que estas ações sofressem refluxo. De 593 em 1999, caíram para 390, em 2000, 194, em 2001, chegando a 184 no último ano de seu governo.

A chegada de Lula à presidência do país indicava que medidas seriam tomadas para uma efetiva Reforma Agrária. Então os movimentos tomaram novo impulso. Assim, em 2003, o número de ocupações subiu para 391, e no ano seguinte, 2004, chegou a 496. A partir daí, constatando-se que estas medidas estavam longe de serem concretizadas, deu-se um refluxo impressionante no número de ocupações. Em 2005 foram 437. Caíram para 384 em 2006, para 364 em 2007, e para 252 em 2008. Chama a atenção o fato desta tendência de queda ter sido interrompida em 2009, sem ter havido algum fato novo que justifique a retomada. Registraram-se 290 ocorrências de ocupação. 15% maior que em 2008. Com exceção do Nordeste que manteve a tendência de queda (119 ocupações, em 2008, 82 em 2009, -31%). Nas regiões Norte e Sudeste houve aumento significativo, conforme se pode ver no quadro abai-

* Secretário da Coordenação Nacional da CPT

¹ Encontramos a atuação dos movimentos sociais do campo espalhada em diferentes tabelas. Na Tabela 4: Conflitos por Terra onde estão registradas as ocupações e os acampamentos, na tabela 6: Conflitos Trabalhistas, onde aparecem as Ações de Resistência e na Tabela 11: Manifestações..

xo - mais de 121% no número de ocupações na região Norte e de 69,8% na região Sudeste e de 11,7% na região Centro-Oeste. Já a região Sul registrou 31

ocupações 2009, uma a mais que em 2008, um aumento de 3,33%.

Ocupações por região

Região	2008	Famílias	2009	Famílias
Centro-Oeste	17	1.055	19	1.603
Nordeste	119	13.250	82	8.560
Norte	23	3.147	51	5.605
Sudeste	63	3.921	107	8.403
Sul	30	4.186	31	3.107
Total	252	25.559	290	27.278

Em relação aos acampamentos, o número caiu de 40, em 2008 para 36, em 2009. Mas o número de famílias por acampamento praticamente dobrou.

Passou de 2.755 famílias em 2008 (68 famílias por acampamento), para 4.176, em 2009 (116 famílias por acampamento).

Acampamentos por região

Região	2008	Famílias	2009	Famílias
Centro-Oeste	14	725	3	285
Nordeste	10	779	9	1.445
Norte	7	495	9	1.160
Sudeste	2	310	10	1.012
Sul	7	446	5	274
Total	40	2755	36	4.176

Uma outra informação disponibilizada pelos números de 2009 diz respeito aos movimentos sociais envolvidos nas ocupações de terra. Das 290 ocupações registradas, 102 foram feitas pelo MST (35,1%), que participou de outras 4 junto com outros movimentos. O movimento sindical - aí incluindo CUT, Fetagris, Contag, Fetraf - fez 41 ocupações e participou de outras 46 junto com outros movimentos, totalizando 87. Em São Paulo, a dissidência do MST, coordenada por Zé Rainha, realizou 8 ocupações e outras 46 junto com outros movimentos. O MLST realizou 5 ocupações e participou de outras 47 com outros movimentos. As demais foram feitas por outros movimentos. Um conjunto de organizações - CUT, MAST, MLST, MST (dissidente), MTST/SER, SINTRAF/STR E UNITERRA - realizaram em conjunto 46 das 87 ocupações no estado de São Paulo. No que diz respeito aos acampamentos, 14 dos 36

registrados foram organizados pelo MST, 5 pelas entidades sindicais e 4 pelo MST dissidente.

Uma leitura dos dados nos induz às seguintes reflexões:

1. O MST, a quem se atribuem todas as ações dos sem-terra, ainda é individualmente o movimento com o maior número de ações. Mas hoje atuam no campo dezenas de organizações de sem terras e o MST realiza pouco mais de uma terceira parte das ações. Anos atrás o movimento era responsável por mais da metade das ações. Em 2005, por exemplo, organizou 254 das 437 ocupações do ano, 58 % envolvendo 37.060 famílias das 54.427.

2. O MST tem pouca atuação na região Norte e Centro-Oeste. Na região Norte realizou 7 das 51 ocupa-

ções e no Centro-Oeste, 2 das 19 registradas. Onde o MST lidera em número de ações é na região Sul, onde realizou 17 das 31 registradas (54,8%). No Sudeste sua participação foi de 33,6%. Realizou 36 das 107 ocupações. No Nordeste, sua participação foi de 45,1%. Realizou 37 das 82 ocupações.

Ações de Resistência

Conforme assinalado, ações de resistência dizem respeito à luta dos trabalhadores por conquista de direitos trabalhistas. Referem-se às greves, ou outras formas de protesto. São ações de trabalhadores assalariados e consistem em ocupações de usinas, bloqueios de rodovias, greves que reivindicam principalmente o pagamento de salários, cumprimento de acordos, ou denunciam as péssimas condições de trabalho.

Em 2009 contabilizaram-se 22 mobilizações de assalariados. 15 delas em Alagoas, 1 na Bahia, 2 no Maranhão, 1 em Rondônia e 3 em São Paulo, envolvendo 4.060 trabalhadores. Todas elas, menos duas, aconteceram no setor sucroalcooleiro, em Usinas ou fazendas de cana-de-açúcar. A ação, em Rondônia, se deu diante do canteiro de obras da construtora da Barragem da Hidrelétrica Santo Antonio; a de Juazeiro, na Bahia, ocorreu em uma área de fruticultura, por melhores salários.

Em 2008 registraram-se 23 casos de ações de resistência com 9.200 trabalhadores envolvidos.

Manifestações

A forma mais comum que os trabalhadores utilizam para apresentar a sua pauta de reivindicações são as Manifestações de Luta: atos públicos, jornadas, marchas, protestos diante de órgãos públicos, ocupações de canteiros de obras, de órgãos públicos, bloqueio de rodovias, acampamentos em frente ou dentro de órgãos públicos, em praças etc. São computadas, também, como manifestações, as Romarias da Terra, ou vigílias, que a CPT e/ou outras pastorais organizam em todo o Brasil.

As manifestações, em 2009, foram 589, envolvendo 222.836 pessoas. No Nordeste aconteceu o maior número delas, 180, com a participação de 88.256

pessoas, a seguir vem o Sul com 126 manifestações e 39.678 pessoas. O Norte teve 99 manifestações, envolvendo 34.186 pessoas e o Sudeste 96 manifestações das quais participaram 34.440 pessoas; o Centro-Oeste, 88 manifestações com a participação de 25.700 pessoas.

Em relação a 2008 houve um decréscimo tanto no número de manifestações, 676 em 2008, 589 em 2009, quanto no número de pessoas, 275.577 em 2008, 222.836 em 2009. As regiões Norte e Sudeste é que ampliaram o número de manifestações. Na região Norte 86, em 2008 – 99 em 2009; e no Sudeste 88, em 2008, 96, em 2009. O único Estado em que não se registrou qualquer manifestação foi o Amapá.

As manifestações ocorreram em torno a problemas de terra (307), à política agrícola (74), à água (58), aos Direitos Humanos (31), a questões indígenas (70), a questões trabalhistas (12), a questões ambientais (28) e aos quilombolas (6).

As manifestações concernentes aos problemas da terra, em geral reivindicam Reforma Agrária, desapropriação de áreas, assentamento de famílias, criação de infraestrutura nos assentamentos; liberação de crédito, regularização fundiária, cumprimento de acordos, assistência técnica etc.

As manifestações ligadas à política agrícola demandam por crédito, incentivos à pequena produção, assistência técnica, renegociação de dívidas, ou são protestos contra os monocultivos etc.

As manifestações relacionadas aos conflitos pela água são modos de reivindicar indenizações para os atingidos por barragens, protestar em defesa da água e do meio ambiente, contra a construção de barragens e a privatização da água.

Tem-se ainda as manifestações que envolvem as lutas indígenas pela demarcação de áreas, ou políticas públicas como atendimento à saúde e acesso à educação.

As mobilizações relacionadas aos direitos humanos são atos contra a injustiça, a violência e a impuni-

dade; as relacionadas com as questões ambientais são contra o desmatamento e os transgênicos. Além disso, estão pautadas em defesa da água e do meio ambiente. As trabalhistas exigem reajuste de salários, ou melhores condições de trabalho.

As manifestações mostram, de certa forma, os problemas mais graves que atingem os camponeses brasileiros.

Chama a atenção, por exemplo, que as manifestações em torno às questões indígenas (70) venham logo após as relativas aos problemas da terra (307) e às políticas agrícolas (74). Mostram a gravidade do problema e

sua extensão. Aconteceram em todo o país, em 20 das 27 unidades da federação, mais que as manifestações relativas à política agrícola, que ocorreram em 17 unidades da federação. No Mato Grosso do Sul, onde a questão indígena é mais grave, 12 das 19 manifestações foram relacionadas à questão indígena.

Das 56 manifestações em torno ao problema da água, 11 ocorreram no Pará, 7 delas contra a construção da hidrelétrica Belo Monte.

Começam a ganhar corpo as manifestações em torno a questões ambientais (28), 9 delas realizadas no Distrito Federal.

Manifestações por categoria

	Terra	Política Agrícola.	Água	Direitos Humanos	Questão Indígena	Questão Trabalhista	Questão Ambiental	Quilo bola
Centro-								
DF	17	2	4		3		9	
Goiás	8	5				3		
MS	7				12			
MT	13	1	1		3			
Sub-	45	8	5		18	3	9	
Nordeste								
AL	38		1	2	2	4		
BA	16	4	7		4		2	
CE	12	1	1	1	1			
MA	5		5		2			
PB	15	2	3		2	1		
PE	12	8	1	6	2		2	1
PI	5	1				1		
RN	4	1					1	
SE	2							
SUB-	109	17	18	9	13	6	5	
Norte								
AC	5			1	2			
AM	7		1	1	5			
AP								
PA	24	1	11	2	6		5	1
RO	7	3	3		4	1	1	
RR	2				4			
TO	1		1					
SUB	46	4	16	4	21	1	6	
Sudeste								
ES	7	2			1	1		
MG	11	5	4	1			4	1
RJ	4		6		1		1	1
SP	34	6	1		1	1	2	
SUB	56	13	11	1	3	2	7	
Sul								
PR	19	5	3	1	7			1
SC	8	5	3		4		1	1
RS	24	22	2	16	4			
SUB	51	32	8	17	15		1	
Brasil	307	74	58	31	70	12	28	6

Ações sob o impacto da criminalização

Conforme assinalado, o ano de 2009 caracterizou-se como um período de crescimento da criminalização dos movimentos sociais agrários, em decorrência de uma aliança muito bem orquestrada entre o poder judiciário, o poder legislativo e a grande mídia. Alguns fatos ilustram esta afirmativa.

Famílias despejadas

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
2008	783	1.556	2.584	1.552	2.502	9.077
2009	1.475	4.015	2.951	2.660	1.287	12.388
%	88,3%	158%	14,2%	71,3%	-48,5%	36,5%

É importante frisar que, enquanto o número de ocupações cresceu 15% em 2009, o de famílias despejadas teve um aumento de 36,5%. Se esta análise fosse aprofundada por regiões, veríamos um descompasso ainda maior. No Nordeste, por exemplo, onde as ocupações tiveram um decréscimo de 31%, o número de famílias despejadas cresceu 158%.

Também o número de prisões foi maior em 2009, 205, enquanto que em 2008, o número de pessoas presas foi de 168.

Este crescimento significativo parece ser uma repercussão clara da interferência do Presidente do Supremo, Gilmar Mendes. No dia 25 de fevereiro, em razão da morte de quatro seguranças armados de fazendas no Pernambuco e de ocupações de terras no Pontal do Paranapanema, São Paulo, ele saiu a público acusando os movimentos de praticarem ações ilegais e criticando o poder executivo de cometer ato ilícito por repassar recursos públicos para quem, segundo ele, pratica tais atos.

Alguns casos concretos desta criminalização ultrapassam os limites do bom senso.

Uma manifestação no canteiro de obras das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí, PA, foi reprimida pela polícia militar do estado e 18 trabalhadores foram detidos e, antes de serem conduzidos a Belém, foram obrigados a um “desfile” por toda a cidade de

Em 2009, o poder judiciário emitiu ordens de despejo contra 12.388 famílias, 36,5% a mais que em 2008, quando houve o despejo de 9.077 famílias. Este aumento aconteceu praticamente em todas as regiões do Brasil, exceto no Sul, como se pode observar pelo quadro abaixo:

Tucuruí, exibidos como uma espécie de “troféu” da polícia militar. Contra eles se levantaram dez acusações. Nenhuma autoridade, nem o Presidente do Supremo, que no ano anterior se insurgira contra o uso de algemas na prisão que envolveu grandes figuras, entre as quais o banqueiro Daniel Dantas e o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta, se levantou para criticar o excesso da Polícia.

Um acampamento de sem terra às margens da BR 230, município de Pocinhos, na Paraíba, foi atacado por um grupo de homens encapuzados, que dispararam contra as famílias e detiveram e torturaram sete trabalhadores, sobre eles jogando gasolina com a ameaça de serem incendiados vivos. Com a chegada da polícia os encapuzados se retiraram e os trabalhadores foram presos acusados da violência que sofreram.

Nos dois casos os trabalhadores ficaram presos mais de um mês antes de se lhes conceder habeas corpus.

O acampamento, organizado pela Via Campesina, em Brasília, em agosto de 2009, conseguiu arrancar do governo federal o anúncio de que, dentro de 15 dias, seria feita a atualização dos Índices da Produtividade da Terra. Este anúncio desencadeou uma furiosa campanha da bancada ruralista no Congresso Nacional contra a medida, apoiada pela quase totalidade da grande mídia. A crítica à anunciada

medida veio acompanhada de ataques generalizados aos movimentos de trabalhadores no campo. A senadora Kátia Abreu e o deputado Ronaldo Caiaido, do Democratas, alicerçados nestas críticas, coletaram assinaturas para a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar a destinação de recursos públicos para movimentos que atuam “contra a lei”, como afirmara o presidente do Supremo. Mas o pedido de instalação não foi aprovado por falta de assinaturas.

Diante desta iniciativa frustrada, uma ocupação da fazenda da CUTRALE, em São Paulo, no dia 28/09, foi utilizada para criar o ambiente favorável para uma nova investida para se propor novamente a CPMI. Uma semana depois da ocupação da fazenda, a partir de 5 de outubro, a ação se tornou matéria obrigatória de todos os noticiários da televisão

e dos grandes jornais, tratada como vandalismo. E assim acabou sendo aprovada a criação da CPMI.

No início de 2010, a aliança entre os ruralistas e o Judiciário, representado pela figura do presidente Gilmar Mendes, ficou selada, quando em 09 de fevereiro de 2010, a presidente da Confederação Nacional da Agricultura, senadora Kátia Abreu, lançou o Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo para levantar dados sobre ações que representem, principalmente, ameaças ao “Direito de Propriedade” e fazer o mapeamento “das invasões de propriedades rurais efetivas ou iminentes”. Neste ato de lançamento a figura mais proeminente era a do Presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes.

Os ventos sopram contra os trabalhadores do campo e seus movimentos.

Tabela 11 - Manifestações

UF	Ocorrências	Pessoas
Centro-Oeste		
DF	35	13380
GO	16	6380
MS	19	2270
MT	18	3670
Subtotal:	88	25700
Nordeste		
AL	48	16506
BA	33	21400
CE	16	11750
MA	12	2873
PB	23	9667
PE	33	13630
PI	7	8300
RN	6	1706
SE	2	3000
Subtotal:	180	88832
Norte		
AC	8	711
AM	14	2285
AP		
PA	50	20636
RO	19	9380
RR	6	1130
TO	2	44
Subtotal:	99	34186
Sudeste		
ES	11	5100
MG	27	14155
RJ	13	2155
SP	45	13030
Subtotal:	96	34440
Sul		
PR	37	16926
RS	68	13953
SC	22	8999
Subtotal:	127	39878
Brasil:	590	223036

Fonte: Setor de Documentação da CPT

O Parlamento e a criminalização dos movimentos sociais agrários

Sérgio Sauer*

São recorrentes atitudes autoritárias do Estado e da sociedade brasileiros no trato de demandas populares e na solução de conflitos, especialmente quando envolvem interesses e direitos resultantes de mobilizações sociais e de ações de movimentos organizados. Consequentemente, os movimentos sociais agrários sempre conviveram com formas diferenciadas de repressão e perseguição, sendo que a defesa de interesses patrimonialistas – especialmente a propriedade da terra como um instrumento e lugar de exercício do poder –, tem sido a principal motivação de atitudes autoritárias de setores do Estado no trato de questões sociais.

O autoritarismo estatal e a repressão governamental assumiram, em diferentes momentos históricos, formas e intensidade diferenciadas de violência física ou simbólica contra demandas populares. Nos anos mais recentes, no entanto, esta lógica de perseguição ganhou contornos um pouco diferentes, tanto pelo simbolismo dos anos que passaram como por uma mudança ou aprimoramento na prática da violência.

Primeiro, 2008 foi um ano simbólico porque foram celebrados os 20 anos de promulgação da Constituição brasileira. Apesar de muitos embates e disputas no processo de elaboração, especialmente os embates sobre a reforma agrária (Silva, 1989), como fruto dos ventos democráticos daquele período, a Constituição acabou sendo apelidada de “cidadã” por reconhecer e garantir um amplo rol de direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Segundo, o ano de 2009 foi emblemático por ter sido o ano de celebração dos 25 anos de existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse fato é importante não só pelo MST em si, mas também porque sua organização foi reflexo de um crescimento nas demandas sociais por terra naquele período, especialmente em consequência das lutas e mobilizações em torno das ocupações. Assim como a Constituição, o MST é fruto do processo de redemocratização do Brasil nos anos 1980 e, como um movimento social legítimo, assim como muitos outros, não é só resultado mas também constitutivo da própria democracia brasileira.

O ano de 2009, porém, foi marcado também por um aprimoramento da prática da violência no campo, através de um mecanismo já comumente denominado de criminalização dos movimentos populares. Essa prática, que não se inicia em 2009, vem atingindo não só, mas especialmente, o MST, como uma marca da perseguição a todos os movimentos sociais. Diferentemente da violência pura e simples, ações recentes de diversos órgãos de Estado buscam transformar estes atores sociais e suas práticas em violações da lei, atos ilegais e, consequentemente, em crimes.

Direitos positivados na Constituição como, por exemplo, os de livre associação e de expressão de convicções filosóficas vêm sendo transformados em argumentos para fechar escolas e caçar títulos de eleitores, como fez o Ministério Público no Rio Grande do Sul, ou para acusações de formação de quadrilha, ações do Judiciário em vários Estados contra movimentos sociais, em geral, mas especialmente contra o MST. O rigor na fiscalização de

* Professor da Faculdade da UnB de Planaltina (FUP/UnB)
Relator do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação da Plataforma Dhesca Brasil.

todos os convênios celebrados entre Ministérios e entidades agrárias, por parte do Tribunal de Contas da União (TCU), ou mesmo da Controladoria Geral da União (CGU), é parte deste processo de criminalização.

Esta criminalização pode ser classificada como uma violência, mas é também um aprimoramento ou sofisticação dessa mesma violência, possuindo características particulares. A força bruta (policial ou miliciana) e a violência direta e explícita (assassinatos, ameaças de morte, despejos violentos etc.) vêm sendo complementadas por mecanismos mais sofisticados de repressão das demandas sociais. De um lado, estes mecanismos não têm o mesmo grau de rejeição da sociedade como acontece com a violência aberta e, de outro, retira a legitimidade e a eficácia das ações populares.

A acusação de crime retira a legitimidade das demandas e de seus atores, pois transforma estes últimos em “criminosos” e “agitadores”, e suas reivindicações são carimbadas como à margem da lei e da ordem. Antes de tudo, é uma violência simbólica contra demandas populares e tem como um de seus principais objetivos tirar a legitimidade (deslegitimar) das ações, diminuindo a sua força política (capacidade de mobilização, credibilidade, junto à base social ou, nos termos de Chauí, diminuir a eficácia do contrapoder, retirando a solidariedade de outros setores da população).

A atuação de parlamentares, especialmente da assim denominada Bancada Ruralista, contra a reforma agrária e os movimentos sociais é histórica. Basta lembrar a atuação da Frente Ampla da Agricultura – a qual contava com membros da União Democrática Ruralista, da Confederação Nacional da Agricultura, entre outras entidades patronais –, durante o processo Constituinte (Souza e Sauer, 2008b). Nos anos recentes, no entanto, ocorreu uma mudança nas ações de parlamentares, tanto do Senado como da Câmara dos Deputados. A partir de 2003, o Congresso Nacional passou a assumir um papel preponderante na criminalização de reivindicações sociais e bandeiras de luta (Souza e Sauer, 2008a).

Diferente de uma atuação “intramuros” – ou seja, discursos contra a reforma agrária, ações para impedir votações ou votações contra projetos nas comissões e plenários das duas Casas que penalizam a grande propriedade como é o caso da PEC do Trabalho Escravo – as ações parlamentares passam a ser mais pró-ativas. Estas passaram a utilizar ostensivamente mecanismos como, por exemplo, a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), a apresentação e aprovação de Propostas de Fiscalização e Controle (PCF), de requerimentos de fiscalização ao TCU e de Decretos Legislativos (PDCs). Estes últimos com o intuito de cancelar decisões do Executivo que atendem reivindicações de grupos sociais como comunidades quilombolas e povos indígenas (Souza e Sauer, 2008a).

Um exemplo importante desta mudança na estratégia parlamentar foi a criação, instalação e trabalhos da CPMI da Terra (2003-2005). Os trabalhos foram permeados por várias ações (diligências, convocação de lideranças, quebras de sigilo bancário de entidades agrárias etc.) de investigação dos movimentos sociais, em geral, mas com o nítido objetivo de criminalizar o MST (Sauer, Souza e Tubino, 2006). O relatório final vencedor (substitutivo apresentado pelo Deputado Abelardo Lupion – DEM/PR e apoiado pela maioria dos membros da CPMI da Terra) é a expressão maior de criminalização, pois classifica as ocupações de terras como “crime hediondo” e “ato terrorista”.

Não contentes com os resultados da CPMI da Terra, outro exemplo das tentativas de criminalização dos movimentos sociais foi a criação, em 2007, da CPI das ONGs (Souza e Sauer, 2007). A partir do Requerimento 217/2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes (DEM/PI), a instalação desta Comissão de Inquérito – ainda em funcionamento no Senado – tem como objeto a apuração da utilização de recursos públicos federais e de outros oriundos do exterior por Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) (Souza e Sauer, 2007).

Três elementos são importantes na instalação e trabalhos da CPI das ONGs. Em primeiro lugar, apesar do objeto de trabalho ser a investigação de entidades não governamentais, havia um claro direcionamento das investigações para os movimentos agrários em geral, e o MST em particular. Exemplos desse direcionamento são os inúmeros requerimentos apresentados, solicitando informações de convênios como, por exemplo, um de autoria do Senador Heráclito Fortes (DEM/PI), solicitando todos os convênios celebrados pelo INCRA, desde 2003, com entidades agrárias.

O segundo aspecto é a explicitação de uma disputa em torno da aplicação de recursos públicos, como um componente fundamental dos interesses em torno da criminalização. O argumento da necessidade de investigação rigorosa da utilização dos recursos vem sempre acompanhado por uma “suspeita” de malversação dos mesmos, justificando o objeto de atuação da CPI das ONGs, bem como das ações do TCU e da CGU. O que este argumento não explicita é que historicamente sempre houve uma apropriação dos bens públicos por setores da elite brasileira e, mais do que cumprir seus mandatos constitucionais, estas investigações visam impedir que os mesmos sejam acessados por setores das classes populares, por movimentos sociais. Há, portanto, uma disputa por tais recursos, sendo que as investigações têm o intuito de impedir, ou ao menos dificultar, que entidades populares acessem fundos públicos.

Um terceiro elemento, característico desta CPI bem como das outras duas CPMIs e dos vários projetos de lei, é que as iniciativas parlamentares materializam uma disputa pelo território no Brasil. Intimamente associadas à criminalização e à disputa em torno de recursos públicos, as ações parlamentares visam impedir qualquer avanço nas conquistas de comunidades quilombolas e povos indígenas, mas também em questões relacionadas à conservação ambiental. As propostas de revisão, e os embates daí decorrentes, do Código Florestal são emblemáticos da tentativa de ganhar território a qualquer custo. Há vários projetos em debate na Câmara, sendo que a maioria quer revisar a atual legislação

para, entre outros aspectos, diminuir a Reserva Legal e conceder anistia a grandes proprietários que não observaram a conservação da reserva e das Áreas de Preservação Permanentes.

Com a CPI das ONGs ainda em andamento no Senado, a Bancada Ruralista apresentou mais um requerimento, em 2009, e forçou a instalação de uma nova Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), com participação de Deputados e Senadores, para “investigar o MST”. O requerimento, encabeçado pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), recebeu apoio suficiente nas duas Casas para instalar a CPMI com a finalidade de “apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária”.

Como é possível observar na ementa do requerimento que deu origem a mais esta ação parlamentar, o objeto de investigação é amplo, incluindo novamente a “preocupação” com a aplicação de recursos públicos. Apesar do objeto amplo, esta Comissão Parlamentar já foi apelidada de “CPMI do MST”, e assim está sendo divulgada pela grande imprensa.

É fundamental que o Parlamento cumpra um de seus papéis constitucionais e republicanos que é fiscalizar e acompanhar as ações dos demais poderes, em especial do Executivo. No entanto, estas ações de controle e fiscalização não podem ficar restritas às iniciativas populares, muito menos ser um entrave ao cumprimento constitucional, como vem acontecendo com deputados e senadores que fazem, por exemplo, pressão procurando impedir o Executivo de emitir decreto de atualização dos índices de produtividade.

As ações de deputados e senadores, no entanto, não ficam restritas às investigações e fiscalização da

aplicação de recursos públicos. De acordo com levantamento realizado por Nilton Tubino – assessor da Senadora Serys (PT/MT) – foram apresentados mais de vinte (20) projetos de leis e propostas de fiscalização em 2009 que, direta ou indiretamente, criminalizam os movimentos agrários ou visam impedir avanços na política agrária.

Neste contexto, merecem destaque alguns projetos, cujos objetivos são, explicitamente, impedir avanços nos programas de reforma agrária. O primeiro deles é a PEC 361, de 2009, de autoria do Dep. Raul Jungmann (PPS/PE) que estende as competências constitucionais relacionadas à política fundiária para Estados, Distrito Federal e Municípios. Mesmo que a justificativa seja aprimorar os instrumentos de reforma agrária, esta “descentralização” acaba por diluir as competências e, o que é pior, submeter ações fundiárias à autoridade das oligarquias locais.

Merecem atenção projetos que procuram transferir as competências do Executivo Federal para o âmbito do Congresso Nacional como, por exemplo, o PL 5.887, de 2009, do Dep. Colatto (PMDB/SC), que “submete ao Congresso Nacional as desapropriações por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóveis rurais”. Igual teor possui o PL 6.450, de 2009, apresentado pelo Dep. Heinze (PP/RS), pois visa transferir as competências “para aprovar os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade agrícola” para o Congresso Nacional. Em outros termos, seguindo vários projetos com a mesma lógica, ao trazer esta prerrogativa para o âmbito legislativo, o PL 6450 e outros criam os instrumentos necessários para postergar ad eternum a atualização dos índices de produtividade.

É bom lembrar aqui que a inclusão do conceito de terra produtiva na Constituição Federal foi uma agenda da Bancada Ruralista para impedir a reforma agrária. Agora a atualização dos índices, antes de mais nada, é simplesmente o cumprimento de um dispositivo legal imposto por esta Bancada. Mesmo assim, há vários projetos procurando impedir a atualização ou, o que é ainda pior, fragilizar a

legislação que regulamenta este artigo constitucional. Este é o caso do PL 5.288, de 2009, de autoria do Dep. Carlos Bezerra (PMDB/MT) que declara inconstitucional a exigência legal de utilizar simultaneamente os dois índices, ou seja, pretende eliminar o uso do Grau de Utilização da Terra (GUT) e do Grau de Eficiência Econômica (GEE) para medir a produtividade da terra.

Não só ano passado, mas vários projetos com este conteúdo ou intuito vêm sendo apresentados por membros da Bancada Ruralista, procurando evitar o cumprimento do que estabelece a Lei 8.629, de 1993. Nessa linha, o PL 6.237, de 2009, apresentado pelo Dep. Haully (PSDB/PR), “revoga a definição de propriedade produtiva pelo grau de utilização e eficiência na exploração da terra e estabelece que as terras desapropriadas para reforma agrária deverão cumprir a função social da propriedade”.

Apesar de já ter sido apresentado em 2007, o PL 346 do Dep. Sciarra (DEM/PR) que propõe a “criação do Sistema Nacional de Cadastro para o Programa de Reforma Agrária – SINPRA”, é uma tentativa de transformar em lei o programa de “reforma agrária pelos Correios”, do Governo FHC. O mais grave, no entanto, é o conteúdo do Art. 10 do projeto em tela, o qual não passa de uma tentativa de “legalizar as milícias privadas” no Brasil. De acordo com a redação do referido artigo, “O controle e monitoramento de esbulho possessório poderão ser realizados por quaisquer das entidades participantes do GESINPRA, bem como pelas polícias militares municipais ou estaduais”.

A lista de projetos que visam impedir avanços nas políticas agrárias e, direta ou indiretamente, criminalizar os movimentos sociais, é bastante longa. É importante, portanto, fazer menção às Propostas de Fiscalização e Controle (PFC), as quais explicitam esta lógica de criminalização. Entre as diversas PFCs apresentadas e em andamento, merecem destaque a de número 98, de 2009, do Dep. Colatto, solicitando “fiscalização e controle dos procedimentos administrativos e eventuais excessos e omissões por parte da Fundação Nacional do Índio – Funai,

no que diz respeito às demarcações das terras indígenas no Estado de Santa Catarina”.

Vale destacar ainda a PFC 73, de 2009, de autoria do Dep. Waldir Neves (PSDB/MS), a qual solicita que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara, “realize ato de fiscalização e controle para as ações do INCRA, no tocante a aplicação de recursos federais e desenvolvimento dos trabalhos de implantação e assentamento dos agricultores da Fazenda Eldorado/Gleba Lambari em Sidrolândia/MS”.

Na mesma linha de investigação, única e exclusivamente de entidades populares, o Dep. Valdir Colatto, apresentou a PFC 104, de 2009, solicitando que a Comissão de Agricultura, da Câmara, fiscalize “procedimentos administrativos e eventuais excessos e omissões por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, nas relações contratuais com o Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural – Inocar”. Novamente, esta PFC é resultado de informações sobre a celebração de convênio entre o Inocar e o INCRA para realização de atividades em assentamentos rurais (demarcação de lotes via georreferenciamento), explicitando a constante tentativa de impedir qualquer acesso a recursos públicos por parte de entidades agrárias.

A existência de movimentos sociais agrários como o

MST, e de tantas outras entidades populares e suas lutas, reforçam a compreensão de que estes movimentos são indispensáveis à realização da reforma agrária e à consolidação da democracia em nosso país. A democracia não se resume à institucionalização de princípios e normas (leis), mas é um processo constante de mudanças e aprimoramentos, resultantes de demandas sociais e políticas.

Em uma perspectiva republicana, o Parlamento deve cumprir sua tarefa de fiscalizar a aplicação de recursos públicos. No entanto, diante da injusta estrutura fundiária, deve ser também espaço de diálogo e apoio aos movimentos sociais nas lutas por um pedaço de chão ou pelo reconhecimento dos territórios e não, utilizando instrumentos legais e constitucionais, ser um espaço de criminalização destes movimentos e das lutas por direitos.

Uma sociedade democrática, portanto, pressupõe a aceitação da existência de conflitos, de diferenças de interesses e aspirações, configurando grupos sociais ou mesmo movimentos organizados em prol de certas demandas e direitos. Essa configuração é expressão da pluralidade social, a qual deve resultar em possibilidades reais de manifestação das diferenças (democracia) e em cidadania (capacidade de articular e expressar tais diferenças), materializadas politicamente na soberania popular ou na legitimidade da expressão dos grupos organizados.

Referências

CHAUI, Marilena. A sociedade democrática. In: MOLINA, Mônica Castagna; SOUSA Jr., José Geraldo; TOURINHO NETO, Fernando da Costa. Introdução crítica ao direito agrário: Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

SAUER, Sérgio, SOUZA, Marcos Rogério de, e TUBINO, Nilton. O Parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, São Paulo, ABRA, vol. 33, n.º. 2, ago/dez, 2006, pp. 41ss.

SILVA, José Gomes da. Buraco negro: a reforma agrária na constituinte de 1987-88. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOUZA, Marcos Rogério e SAUER, Sérgio. Congresso

nacional, direitos humanos e a criminalização dos movimentos sociais (texto apresentado para o Seminário Internacional sobre o Parlamento), Brasília, Senado Federal, 2008a (mimeo).

_____. A reforma agrária e a Constituinte. In: Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular. Câmara dos Deputados, Comissão de Participação Legislativa, 2008b, p. 85ss (mimeo).

_____. O que esperar da CPI das ONGs. Pagina 13, São Paulo, outubro de 2007.

TUBINO, Nilton. Levantamento de ações parlamentares da Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados contra os movimentos sociais. Brasília, Gabinete do Deputado Adão Pretto, julho de 2008 (mimeo).





Foto: João Zinclar

Notas emitidas pela CPT e outros documentos

OEA julgará Governo Brasileiro pela morte do advogado Gabriel Pimenta*

Em 17 de outubro de 2008, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) admitiu o caso Gabriel Sales Pimenta contra o Estado Brasileiro. O relatório de admissibilidade n.º. 73/08 foi o resultado de uma denúncia apresentada pelo Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) da diocese de Marabá em 8 de novembro de 2006.

Os fatos do caso em tela remontam ao ano de 1982, quando o advogado e defensor de direitos humanos Gabriel Sales Pimenta foi vítima de homicídio na cidade de Marabá, localizada na região sudeste do Estado do Pará. O assassinato ocorreu num contexto de violência relacionado com os conflitos decorrentes da luta pelo acesso à terra no Brasil.

Representante legal do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Marabá e sócio fundador da Associação Nacional dos Advogados dos Trabalhadores da Agricultura, Gabriel Sales Pimenta foi o primeiro advogado da história de Marabá a conseguir cassar, no Tribunal de Justiça do Pará, uma liminar “ilegal e abusiva” da Comarca de Marabá que havia permitido a expulsão das 158 famílias das terras de “Pau Seco” e, conseqüentemente, a reintegração de todas elas ao lote.

Após várias ameaças de morte por parte do fazendeiro que se afirmava proprietário de Pau Seco, Gabriel foi assassinado em 18 de julho de 1982. Baseando-se em evidências apuradas, o inquérito policial concluiu que o fazendeiro Manoel Cardoso Neto (Nelito) foi o mandante do crime, tendo como intermediário José Pereira da Nóbrega (Marinho) e executor Crescêncio Oliveira de Sousa. O

processo criminal começou sua tramitação em 1983, se arrastou por longos 23 anos na comarca de Marabá, nenhum dos acusados foi a júri popular. Em 2006, após a prisão de Nelito que estava foragido, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará decretou a extinção do processo em razão de prescrição. O processo se encerrou com o triunfo da impunidade!

No seu relatório de admissibilidade, a Comissão Interamericana referiu-se à “falta de diligência” do Estado Brasileiro “em investigar de modo eficaz” os fatos do caso do assassinato de Gabriel Sales Pimenta e “punir os responsáveis por esse crime”. Da mesma forma foi relevada a “suposta falta de prevenção da privação da vida da vítima”, tendo esta sido “motivada por suas atividades como líder sindical”.

O CEJIL e a CPT consideram de extrema importância a admissibilidade do caso Gabriel Sales Pimenta tendo em vista que é um caso emblemático por evidenciar problemas que infelizmente continuam fazendo parte da realidade brasileira, como a gravidade da violência no campo e a criminalização de movimentos sociais, colocando em risco a vida e a integridade física de defensores de direitos humanos no Brasil.

Devido à prescrição do processo, a CPT de Marabá, protocolou também uma representação perante o Conselho Nacional de Justiça – CNJ – contra o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e os Juízes que atuaram no caso. A CPT espera que essa representação não tenha o mesmo caminho que o do processo criminal, o da impunidade!

Marabá/Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2009.

* Nota da CPT de Marabá após a OEA ter admitido julgar o governo brasileiro no caso do assassinato do advogado Gabriel Pimenta

25 anos do MST*

A Coordenação Nacional da CPT vem a público para externar sua alegria pela comemoração dos 25 anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, neste mês de janeiro.

São passados 25 anos que marcaram a História dos Movimentos Camponeses no Brasil. A organização e combatividade do MST, a clareza de suas estratégias de luta, as conquistas de novos espaços para o assentamento de famílias, e seu envolvimento com os grandes temas nacionais e internacionais lhe renderam o reconhecimento tanto nacional, quanto internacional. No Brasil não há quem não conheça o movimento. Pesquisa do IBOPE, em meados de 2008, sob encomenda da Vale, mostrou que 97% da população brasileira conhece o MST, o que levou o instituto a concluir, em suas considerações finais, que “o MST é um movimento já incorporado pela sociedade como uma das “instituições” brasileiras”.

Sua bandeira vermelha tremula de Norte a Sul do País. Seus bonés vermelhos circulam tanto nas grandes capitais, bem como nos mais distantes rincões do território nacional. E cobrem ou já cobriram a cabeça de milhares de pessoas simples, mas também de autoridades e de pessoas influentes em nossa Nação. Quando usado pelo Presidente da República provocou uma reação hipócrita daqueles que se consideram os portavozes da nacionalidade restrita a um pequeno grupo de privilegiados.

Seus acampamentos povoam as margens das rodovias, escancarando aos olhos de todos os que querem ver, a escandalosa realidade agrária brasileira calcada sobre a histórica concentração de terras, deixando centenas de milhares de famílias sem a possibilidade de acesso à terra para viver e cultivar. Se por um lado o movimento goza de imensa simpatia de diversos setores da sociedade brasileira, por

outro é execrado e combatido com todas as armas possíveis - desde Decretos do poder Executivo que impedem a vistoria de áreas ocupadas, e criminalizam lideranças, passando pelos inúmeros processos movidos contra elas no âmbito do poder judiciário, por CPIs no Legislativo nas quais se queria taxar de terroristas suas ações, chegando aos meandros do Ministério Público, que no Rio Grande do Sul simplesmente propunha a extinção do Movimento e agora ao Tribunal de Contas da União, na tentativa de asfixiá-lo. Culmina na calúnia, perseguição, prisão e até mesmo na morte de muitas de suas lideranças. Destaque especial merece o massacre de Eldorado de Carajás quando 19 sem terra foram barbaramente assassinados, em 17 de abril de 1996.

Muitos temem o MST, e por isso deflagram campanhas para tentar isolá-lo e desmoralizá-lo.

Na realidade o MST deve ser temido por quem sempre apostou na preservação dos privilégios de uma pequena parcela da população brasileira que concentrou terras, renda e poder. Nestes 25 anos o movimento conquistou terra para mais de três centenas de milhares de famílias e inspirou o surgimento de novos movimentos de luta, não só no Brasil, como em outros países. Mas o que de melhor e de mais importante o MST conseguiu realizar foi o ter aberto o caminho da cidadania e da dignidade para milhares e milhares de pessoas que nunca antes tiveram um lugar ao sol. No movimento elas encontraram espaço, começaram a ser reconhecidas, conseguiram levantar a cabeça e se fizeram respeitar. O movimento conseguiu dar a estes milhares de brasileiras e brasileiros, o que a sociedade nacional durante séculos lhes negou, o acesso à educação, à saúde, ao reconhecimento dos seus direitos. Desde o menor acampamento à beira da estrada, até o mais organizado assentamento acompanhado pelo MST, funcionam escolas para as crianças e adolescentes e uma equipe

* Nota da Coordenação Nacional da CPT, na comemoração dos 25 anos do MST

é encarregada pelos cuidados básicos de saúde. Adultos são alfabetizados. E hoje convênios com dezenas de Universidades abrem as portas do ensino superior a um grupo humano que antes não tinha nem condições de sonhar em chegar a este estágio. Centenas de processos de formação estão forjando novas lideranças que poderão ser sementes e fermento de uma profunda transformação da sociedade brasileira.

Mesmo reconhecendo as dificuldades e os conflitos que o movimento enfrenta, próprios a qualquer

agremiação humana, a Coordenação Nacional da CPT não poderia deixar de reconhecer a grande riqueza que o MST trouxe à sociedade brasileira. Felicitando-o pelo transcurso desta data, a CPT deseja-lhe que continue firme ajudando a descortinar sempre novos horizontes para os homens e mulheres do campo e a plantar novas sementes de cidadania e dignidade.

A Coordenação Nacional da CPT
Goiânia, 19 de janeiro de 2009.

Adão Preto, uma história de militância

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra quer expressar o sentimento de toda a CPT diante da morte deste grande batalhador das causas do povo, sobretudo das causas do povo do campo. Adão Preto foi um parlamentar que soube dignificar seu mandato, sempre atento na defesa dos interesses das pessoas mais pobres e humildes, sobretudo as que trabalham a terra.

Seu gabinete incansavelmente esteve a serviço dos movimentos sociais e seu apartamento se tornou lugar de encontro e de alojamento para os trabalhadores rurais que buscavam Brasília para reivindicar seus direitos.

A CPT e os movimentos sociais do campo perdem um braço forte no parlamento, onde os interesses particulares e corporativos se sobrepõem aos interesses da coletividade.

Seu exemplo de vida e sua história de militância são inspiradores na continuidade da luta dos povos do campo.

A Coordenação Nacional da CPT

Goiânia, 5 de fevereiro de 2009.

* Manifestação de Coordenação Nacional pela morte do Deputado Adão Preto

Terrorismo cultural no Rio Grande do Sul: fechamento de escolas em Acampamentos*

A Coordenação Nacional da CPT vem a público manifestar sua inconformidade e indignação contra a determinação do Ministério Público Estadual e do Governo do Rio Grande do Sul de fechamento da Escola Itinerante do MST, no acampamento Oziel Alves, município de Sarandi, que atendia 130 crianças. A medida nefasta, a primeira entre outras que se seguirão, é um verdadeiro terrorismo cultural, pois a alternativa que se oferece às crianças é ficarem sem aula ou passarem o dia todo fora de casa, parte nos transportes precários, parte em escolas urbanas estranhas à sua cultura.

Por trás desta decisão está a ofensiva do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, com o respaldo do Governo de Yeda Crusius, que querem colocar em execução a estratégia de dissolver o MST.

Como fartamente foi noticiado em meados do ano passado, o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por unanimidade, aprovou relatório que propunha “ação civil pública com vistas à dissolução do MST e declaração de sua ilegalidade (...)” e ainda “intervenção nas escolas do MST” para sua “reade-quação à legalidade, tanto no aspecto pedagógico quanto na estrutura de influência externa do MST “ pois “as bases pedagógicas veiculadas nas escolas mantidas ou geridas pelo MST são nitidamente contrárias aos princípios contidos na Constituição Federal”.

Diante das reações que tamanhas barbaridades provocaram, o Conselho recuou. Nas atas de suas reuniões de 7 de abril e de 30 de junho de 2008

decidiram retificar a famigerada ata de dezembro de 2007 asseverando “que tudo não passou de um equívoco, tudo que constou na ata não foi aprovado”. Contradizendo, porém, estas afirmações, alguns promotores firmaram, em 28 de novembro de 2008, com o governo do Estado, sem conhecimento e participação dos pais, educandos e da escola-base, onde as crianças estão matriculadas, um Termo de Ajustamento de Conduta em que o Estado assume a obrigação de, na prática, acabar com as Escolas Itinerantes dos acampamentos do MST. A concretização disso se iniciou no dia 10 de fevereiro com o fechamento da escola do acampamento Oziel Alves.

O que são as escolas itinerantes

As Escolas Itinerantes são uma experiência pioneira do MST para garantir a educação escolar para as crianças e adolescentes dos seus acampamentos, amparada nos direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e nas Diretrizes Operacionais para Escolas do Campo, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2002.

Em 1996, o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado a apoiar tal iniciativa e as aulas, ministradas nos acampamentos, passaram a ter o amparo legal garantindo aos educandos a continuidade dos estudos em qualquer lugar onde ocorressem. Os estudantes são matriculados numa escola-base, e participam das aulas em seu acampamento. A experiência gaúcha se espalhou por diversos estados do Brasil e foi premiada com o Prêmio Educação, do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul.

* Nota assinada pelo presidente da CPT sobre o fechamento das Escolas Itinerantes dos acampamentos do MST do Rio Grande do Sul.

Diante de tamanho despudor, hipocrisia e desfaçatez de integrantes do MPE e do governo do Estado nossa indignação não se contém e bem lhe podemos aplicar a indignação do próprio Jesus diante dos doutores da lei e dos fariseus: “Serpentes, raça de víboras” (Mt 23,33) vocês destilam seu veneno contra os indefesos, e se locupletam na mesa dos poderosos. Vocês que, por determinação constitucional, deveriam defender

os direitos dos fracos prostituem-se e adulteram com aqueles que secularmente vivem da exploração dos pobres.

Goiânia, 18 de fevereiro de 2009.

Dom Xavier Gilles
Bispo de Viana, MA
Presidente da Comissão Pastoral da Terra

“Ai dos que coam mosquitos e engolem camelos” (MT 23,24)*

Nota Pública sobre as declarações do presidente do STF, Gilmar Mendes

A Coordenação Nacional da CPT diante das manifestações do presidente do STF, Gilmar Mendes, vem a público se manifestar.

No dia 25 de fevereiro, à raiz da morte de quatro seguranças armados de fazendas no Pernambuco e de ocupações de terras no Pontal do Paranapanema, o ministro acusou os movimentos de praticarem ações ilegais e criticou o poder executivo de cometer ato ilícito por repassar recursos públicos para quem, segundo ele, pratica ações ilegais. Cobrou do Ministério Público investigação sobre tais repasses.

No dia 4 de março, voltou à carga discordando do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, para quem o repasse de dinheiro público a entidades que “invadem” propriedades públicas ou privadas, como o MST, não deve ser classificado automaticamente como crime. O ministro, então, anunciou a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do qual ele mesmo é presidente, de recomendar aos tribunais de todo o país que seja dada prioridade a ações sobre conflitos fundiários.

Esta medida de dar prioridade aos conflitos agrários era mais do que necessária. Quem sabe com ela aconteça o julgamento das apelações dos responsáveis pelo massacre de Eldorado de Carajás, (PA), sucedido em 1996; tenha um desfecho o processo do massacre de Corumbiara, (RO), (1995); seja por fim julgada a chacina dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unaí, MG (2004); seja também julgado o massacre de sem terras, em Felisburgo (MG) 2004; o mesmo acontecendo com o arrastado julgamento do assassinato de Irmã Dorothy Stang, em Anapu

(PA) no ano de 2005, e cuja federalização foi negada pelo STJ, em 2005.

Quem sabe com esta medida possam ser analisados os mais de mil e quinhentos casos de assassinato de trabalhadores do campo. A CPT, com efeito, registrou de 1985 a 2007, 1.117 ocorrências de conflitos com a morte de 1.493 trabalhadores. (Em 2008, ainda dados parciais, são 23 os assassinatos). Destas 1.117 ocorrências, só 85 foram julgadas até hoje, tendo sido condenados 71 executores dos crimes e absolvidos 49 e condenados somente 19 mandantes, dos quais nenhum se encontra preso. Ou aguardam julgamento das apelações em liberdade, ou fugiram da prisão, muitas vezes pela porta da frente, ou morreram.

Causa estranheza, porém, o fato desta medida estar sendo tomada neste momento. A prioridade pedida pelo CNJ será para o conjunto dos conflitos fundiários ou para levantar as ações dos sem terra a fim de incriminá-los? Pelo que se pode deduzir da fala do presidente do STF, “faltam só dois anos para o fim do governo Lula”... e não se pode esperar, “pois estamos falando de mortes” nos parece ser a segunda alternativa, pois conflitos fundiários, seguidos de mortes, são constantes. Alguém já viu, por acaso, este presidente do Supremo se levantar contra a violência que se abate sobre os trabalhadores do campo, ou denunciar a grilagem de terras públicas, ou cobrar medidas contra os fazendeiros que exploram mão-de-obra escrava?

Ao contrário, o ministro vem se mostrando insistentemente zeloso em cobrar do governo as migalhas

* Nota assinada pelo presidente da CPT sobre as Declarações do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, criticando ações dos movimentos do campo

repassadas aos movimentos que hoje abastecem dezenas de cidades brasileiras com os produtos dos seus assentamentos, que conseguiram, com sua produção, elevar a renda de diversos municípios, além de suprirem o poder público em ações de educação, de assistência técnica, e em ações comunitárias. O ministro não faz a mesma cobrança em relação ao repasse de vultosos recursos ao agronegócio e às suas entidades de classe.

Pelas intervenções do ministro se deduz que ele vê na organização dos trabalhadores sem terra, sobretudo no MST, uma ameaça constante aos direitos constitucionais.

O ministro Gilmar Mendes não esconde sua parcialidade e de que lado está. Como grande proprietário de terra no Mato Grosso ele é um representante das elites brasileiras, ciosas dos seus privilégios. Para ele e para elas os que valem, são os que impulsionam o “progresso”, embora ao preço do desvio de recursos, da grilagem de terras, da destruição do meio-ambiente, e da exploração da mão de obra em condições análogas às de trabalho escravo. Gilmar Mendes escancara aos

olhos da Nação a realidade do poder judiciário que, com raras exceções, vem colocando o direito à propriedade da terra como um direito absoluto e relativiza a sua função social. O poder judiciário, na maioria das vezes leniente com a classe dominante é ágilimo para atender suas demandas contra os pequenos e extremamente lento ou omissos em face das justas reivindicações destes. Exemplo disso foi a veloz libertação do banqueiro Daniel Dantas, também grande latifundiário no Pará, mesmo pesando sobre ele acusações muito sérias, inclusive de tentativa de corrupção.

O Evangelho é incisivo ao denunciar a hipocrisia reinante nas altas esferas do poder: “Ai de vocês, guias cegos, vocês coam um mosquito, mas engolem um camelo” (MT 23,23-24).

Que o Deus de Justiça ilumine nosso País e o livre de juizes como Gilmar Mendes!

Goiânia, 6 de março de 2009

Dom Xavier Gilles de Maupeou d’Ableiges
Presidente da Comissão Pastoral da Terra

Enfim! 27 escravagistas condenados por prática de trabalho escravo pela Justiça Federal do Pará*

Em ato exemplar, esperado da Justiça brasileira por muitos anos, o Juiz Federal de Marabá, Carlos Henrique Borlido Haddad, despachou no último dia 5 de março, 32 sentenças em ações penais movidas por prática de trabalho escravo, um crime definido pelos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal. Em 26 sentenças condenatórias, 27 pessoas receberam penas que variam entre três anos e quatro meses e 10 anos e seis meses de prisão, com média de cinco anos e quatro meses: são quase todos proprietários do sul e sudeste do Pará, além de alguns gerentes e agenciadores de mão-de-obra. Outras oito pessoas, em seis ações, foram absolvidas.

À origem dessas ações estão em 32 fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho entre os anos 1999 e 2008, libertando cerca de 500 escravos (sendo 431 somente nas terras dos réus hoje condenados), em atividades de desmatamento, roço de pasto e carvoaria, em propriedades localizadas principalmente nos municípios de Itupiranga, Marabá, São Felix do Xingu, Rondon do Pará e Rio Maria. Meta-de das denúncias foi colhida pela CPT junto a trabalhadores fugitivos procurando socorro.

Paradoxo? Consta no rol dos atuais condenados o gerente da fazenda Lagoa das Vacas, em São Félix do Xingu, cujo dono, Aldimir Lima Nunes, vulgo 'Branquinho', ganhou Habeas Corpus junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 28/06/2007 após condenação à prisão pela mesma Justiça Federal de Marabá, pelo mesmo crime e por crimes agravantes (incluindo ameaças de morte contra autoridades e contra agentes da CPT).

Embora passíveis de recursos cuja tramitação poderá gastar anos, tais sentenças criminais constituem uma verdadeira revolução no panorama de impunidade irrestrita de que se beneficiaram até hoje os escravagistas modernos no Brasil, uma situação amplamente denunciada nacional e internacionalmente e que só começou a ser revertida após a decisão do STF, em 30/11/2006, atribuindo à Justiça federal a competência para julgar este crime.

A indefinição que prevalecia até então garantia aos réus a possibilidade de recursos sem fim, até conseguir a prescrição do crime. Em virtude dessa brecha legal, mantida por décadas com o consentimento do Judiciário, centenas de criminosos deixaram de ser julgados, muitos deles reincidindo mais de uma vez no mesmo crime. Menos de dez deles receberam pena privativa de liberdade.

Na ausência de possibilidade legal de confiscar a propriedade de tais criminosos (enquanto o Congresso protelar a aprovação da PEC 438/2001), as únicas punições aplicadas até hoje têm resultado de condenações pecuniárias pronunciadas pela Justiça do Trabalho ou dos efeitos dissuasivos oriundos da inclusão dos proprietários na "Lista Suja", frustrando dramaticamente as metas da política nacional de erradicação do trabalho escravo.

Das 445 fiscalizações realizadas no Pará entre 1995 e 2008, com efetiva libertação (11.035 libertados), somente 204 geraram Ação Penal, sendo 144 efetivadas entre 2007 e 2008. No Tocantins, equiparado com o Mato Grosso e o Maranhão nesse deplorável

* Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT e pela Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, após a condenação pela Justiça Federal de Marabá, PA, de 27 pessoas pela prática de Trabalho Escravo

ranking, 107 fiscalizações do mesmo período libertaram 1.909 escravos, mas resultaram em somente 21 Ações Penais.

Tamanho déficit na ação da justiça resulta cumulativamente da não-conclusão de centenas de Inquéritos criminais de competência da Polícia Federal, da inércia do Ministério Público, da lerdeza calculada do Judiciário. Por outro lado, para explicar essa incipiente retomada, reconhece o Juiz Haddad: “Tudo decorre da ênfase dada às fiscalizações pelo Ministério do Trabalho e Emprego nos últimos anos. O trabalho do grupo móvel, traduzido nas ações dos procuradores, gerou mais processos na Justiça. A fiscalização mais intensa possibilita que haja mais decisões e punições em casos de trabalho escravo”.

As atuais condenações ganham especial relevância, no contexto da polêmica latente, alimentada pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária) e sua bancada ruralista, sobre a natureza da escravidão contemporânea no âmbito do “moderno” agronegócio brasileiro, e sobre seu conceito legal. O entendimento expressado pelo Juiz Federal de Marabá está em perfeita sintonia com a letra e o espírito da lei quando afirma que “a lesão à liberdade pessoal provocada pelo crime de redução à condição análoga à de escravo não se restringe a impedir a liberdade de locomoção das pessoas. A proteção prevista em lei dirige-se à liberdade pes-

soal, na qual se inclui a liberdade de autodeterminação, em que a pessoa tem a faculdade de decidir o que fazer, como, quando e onde fazer”, o que não é possível para alguém submetido a condições degradantes ou mesmo a trabalho forçado, as duas hipóteses constitutivas do tipo penal.

Além de irreversíveis danos ao meio ambiente e aos territórios de comunidades tradicionais, o desenfreado avanço do agronegócio sobre as terras do Cerrado e da floresta têm resultado até hoje na afronta brutal aos direitos do trabalhador, culminando no recrudescimento do trabalho escravo. Tratados como mero insumo e mercadoria descartável no processo produtivo, 5.244 brasileiros e brasileiras foram libertados da escravidão em 2008, o segundo recorde histórico desde 1995.

Esse escândalo tem que acabar.

Oxalá a Justiça brasileira acorde de vez e cumpra enfim seu papel constitucional, punindo os verdadeiros criminosos de forma dissuasiva, amparando as vítimas e estimulando a sociedade civil a continuar se mobilizando pelo direito de todos à terra e à dignidade.

Goiânia, 09 de março de 2009

Coordenação Nacional da CPT
Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo

A CPT nos caminhos da terra*

Há mais de 30 anos a Comissão Pastoral da Terra percorre os caminhos do campo brasileiro. Nossa missão é a fidelidade ao Deus dos pobres e aos pobres da terra. Como dizia D. Hélder Câmara, “mudamos sempre para sermos sempre os mesmos”.

Diante de todas as crises que se abatem sobre a humanidade e o planeta no qual vivemos, reafirmamos nossa missão. Como em nenhuma outra época é necessário reafirmar o compromisso com a Terra e com aqueles que a cultivam com carinho.

Nessa XXI Assembléia em que assumimos o compromisso interno de nos reavaliarmos com sinceridade e fraternidade, reafirmamos o trabalho de base, pisando onde o povo pisa, bebendo de sua água, comendo de seu pão, comungando suas dores, participando de suas alegrias.

Reafirmamos nossa aliança com todos que lutam para permanecer na terra ou para conquistar a terra que nunca tiveram. A reforma agrária, a limitação da propriedade da terra, a demarcação de territórios indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, continuam irrenunciáveis. Essas, juntamente com os sem terra, camponeses, atingidos por barragens, assalariados migrantes, trabalhadores e trabalhadoras em situação análoga à de escravo, formam a multidão agredida pelo agro e hidronegócio, removidos de seus territórios, de seus rios, de suas florestas. Com eles e por eles continuamos existindo. Nesse sentido, rechaçamos toda criminalização dos movimentos sociais, particularmente quando essa tentativa vem de altas autoridades do Judiciário que deveriam garantir o Estado de Direito e os direitos do povo.

No espírito missionário da Conferência de Aparecida, reafirmamos a urgência de cuidar da mãe Terra. Aqueles que agredem os povos do campo

são os mesmos que agredem o planeta que vivemos. As empresas do agro e hidronegócio, de mineração, de construção de barragens hidrelétricas derrubam as nossas florestas, destroem nossos rios, apropriam-se da terra, da água, expulsando os povos. Essas empresas e pessoas encontrarão em nós sempre um adversário e um denunciador. Nesse momento de aquecimento global, onde a própria comunidade da vida está em risco, reafirmamos nosso apoio à agroecologia, ao alimento saboroso e saudável, à soberania alimentar de nossos povos, ao uso de energias limpas e à terra partilhada.

Para tirarmos de nosso baú – como dizia Jesus – “coisas novas e velhas”, insistiremos na formação de nossos agentes e também do povo com o qual trabalhamos. O mundo atual exige novos conhecimentos, aliados aos saberes tradicionais, para que o trabalho seja pertinente, fecunde a terra e produza seus frutos.

Concluimos fazendo nossas as palavras do profeta e bispo Pedro Casaldáliga:

“Comprometemo-nos a viver uma «ecologia profunda e integral», propiciando uma política agrária-agrícola alternativa à política depredadora do latifúndio, da monocultura, do agrotóxico. Participaremos nas transformações sociais, políticas e econômicas, para uma democracia de «alta intensidade»”.

“Fiquem firmes e de cabeça erguida, a libertação está próxima”, Lc 21,28

Goiânia, 17 de abril de 2009.

13 anos do massacre de Eldorado dos Carajás
Dia Internacional da Luta Camponesa

* Documento Final da XXI Assembléia Geral da CPT

Justiça sem privilégios*

“Ai dos que absolvem o injusto a troco de suborno e negam fazer justiça ao justo” (Isaías 5, 23)

No dia 25 de maio, completou-se um mês em que quatro trabalhadores Roquevam Alves Silva, Odécio Monteiro Silva, Maria Edina Almeida Moreira e Esmael Rodrigues Siqueira, ligados ao MAB estão presos, em Belém, completaram-se também 25 dias de prisão de Osvaldo Soares Meira e Nilton Tavares de Araújo, em Campina Grande, PB, militantes do MST.

Diante do tratamento dispensado pelo judiciário aos pequenos deste país, sobretudo aos camponeses e camponesas, é que a Comissão Pastoral da Terra – CPT, vem hoje se manifestar.

Que crimes cometeram estes trabalhadores?

No dia 24 de abril, 400 pessoas participaram de uma ocupação do canteiro de obras das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí, PA. Era um protesto contra a execução do sindicalista Raimundo Nonato do Carmo, de 53 anos, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Tucuruí, assassinado no dia 16 de abril e uma reivindicação de direitos negados. Após 25 anos da construção da barragem de Tucuruí muitas famílias ainda não receberam qualquer indenização e moram em favelas próximas às obras, sem condições básicas de infraestrutura, como energia elétrica.

A 26 de abril, às seis horas da manhã, 18 trabalhadores foram detidos pela Polícia Militar e levados à delegacia. Antes de serem conduzidos a Belém, foram obrigados a um “desfile” por toda a cidade de Tucuruí, exibidos como uma espécie de “troféu” da Polícia Militar. Contra eles se levantaram dez acusações entre as quais as de seqüestro; incitação ao crime; atentado contra segurança de serviço de utilidade pública; formação de quadrilha.

Os presos, pescadores e camponeses que nunca se envolveram em qualquer tipo de ação criminosa, acabaram apresentando sintomas de depressão em virtude das humilhações sofridas e das péssimas condições da cadeia. No dia 15 de maio, 14 foram postos em liberdade. Permanecem ainda presos os quatro acima citados.

Na Paraíba, no dia 1º de maio, 60 famílias montaram acampamento às margens da BR 230 próximo à Fazenda Cabeça de Boi, município de Pocinhos, já desapropriada pelo Presidente da República, em 04 de dezembro de 2008.

Naquela mesma noite um grupo de homens encapuzados, liderados pela “proprietária” Maria do Rosário Rocha, dispararam contra as famílias e detiveram e torturaram sete trabalhadores. Sobre eles foi jogada gasolina e foram ameaçados de serem incendiados vivos. O carro de um membro do movimento foi queimado. As sessões de tortura só pararam ao raiar do dia, quando os encapuzados se retiraram e chegaram policiais, que também intimidaram e ameaçaram os trabalhadores que foram levados para o posto da Polícia Rodoviária Federal, e em seguida transferidos para o 2º Batalhão de Polícia em Campina Grande. As acusações contra eles: incêndio, porte ilegal de arma de fogo, e terem disparado arma. Foram acusados pelas agressões que sofreram. A Ouvidora Agrária do Estado constatou que os dois trabalhadores presos apresentavam sinais visíveis de espancamento e que o sr. Nilton apresentava sinais de queimaduras.

Não é de se admirar os trabalhadores receberem este tratamento. Secularmente assim foram tratados. O que nos causa indignação é que se

* Nota da Coordenação Nacional sobre ao tratamento dispensado a militantes do MAB, presos em Tucuruí, Para e a militantes do MST, presos em Pocinhos, Paraíba, em contraposição com crimes cometidos por “personalidades” do cenário nacional

proclame igualdade de direitos e de tratamento, quando em menos de 48 horas se concedem dois Hábeas Corpus a um banqueiro acusado de crimes contra o patrimônio público e de tentativa de suborno e se deixem dias sem fim trabalhadores presos sem qualquer julgamento; quando nenhum dos “seguranças” da Agropecuária Santa Bárbara e Maria Bonita, no sul do Pará, de propriedade de Daniel Dantas, responsáveis pelo ferimento de oito sem terra, no dia 18 de abril, e por outros três no dia 9 de maio, esteja preso; quando uma grande empresária condenada a 94,5 anos de prisão pelos crimes de formação de quadrilha, contrabando e falsificação de documentos, tenha sido colocada em liberdade no dia seguinte à sua prisão por Habeas Corpus, enquanto que aos trabalhadores acusados pelas agressões das quais são vítimas se protela indefinidamente a concessão dos benefícios da lei.

A prisão de políticos e empresários, em 2008, levantou um clamor geral por terem sido algemados. Os ministros do Supremo Tribunal Federal – STF rapidamente aprovaram medida que restringia o uso de algemas, por violar o princípio da presunção de inocência. Os presos de Tucuruí tiveram que “desfi-

lar” pelas ruas da cidade como um troféu. Por acaso alguma voz se ergueu neste país para condenar tal ato?

O jurista Jacques Alfonsin analisa com clareza o tratamento dispensado aos trabalhadores pela justiça brasileira. “Há uma espécie de código ideológico, que tem poder superior a qualquer código de leis. ... Trata-se de uma cultura jurídica interpretativa dos fatos e das leis, que pré-julga, por uma síndrome medrosa e preconceituosa, todo o povo pobre ativo - como são as/os sem-terra que defendem seus direitos - fechado numa clausura de suspeita antecipada de que ele é, por sua própria condição social, perigoso e tendente a praticar crimes.”

Com Isaías, a CPT buscando “ser fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra” denuncia o tratamento desumano dispensado aos pobres do campo e exige que se faça justiça sem privilégios.

Goiânia, 27 de maio de 2009

A Coordenação Nacional

Oficializada a grilagem da Amazônia*

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, se junta ao clamor nacional diante de mais uma agressão ao patrimônio público, ao meio ambiente e à reforma agrária.

No último dia 4 de junho, o Senado Federal aprovou a MP 458/2009, já aprovada com alterações pela Câmara dos Deputados, e que agora vai à sanção presidencial. É a promoção da “farra da grilagem”, como se tem falado com muita propriedade. Com o subterfúgio de regularização de áreas de posseiros, prevista na Constituição Federal, o governo federal, em 11 de fevereiro baixou a MP 458/2009 propondo a “regularização fundiária” das ocupações de terras públicas da União, na Amazônia Legal, até o limite de 1.500 hectares. Esta regularização abrange 67,4 milhões de hectares de terras públicas da União, ou seja, terras devolutas já arrecadadas pelo Estado e matriculadas nos registros públicos como terras públicas e que pela Constituição deveriam ser destinadas a programas de reforma agrária. Desta forma a Medida Provisória 458, agora às vésperas de ser transformada em lei, regulariza posses ilegais. Beneficia, sobretudo, pessoas que deveriam ser criminalmente processadas por usurparem áreas da reforma agrária, pois, de acordo com a Constituição, somente 7% da área ocupada por pequenas propriedades de até 100 hectares (55% do total das propriedades) seriam passíveis de regularização. Os movimentos sociais propuseram que a MP fosse retirada e em seu lugar se apresentasse um Projeto de Lei para que se pudesse ter tempo para um debate em profundidade do tema, levando em conta a função social da propriedade da terra. O Governo, entretanto, descartou qualquer discussão com os representantes dos trabalhadores do campo e da floresta.

Esta oficialização da grilagem da Amazônia está chamando a atenção de muitos pela semelhança

com o momento histórico da nefasta Lei de Terras de 1850, elaborada pela elite latifundiária do Congresso do Império, sancionada por D. Pedro, privatizando as terras ocupadas. Hoje é um presidente republicano e ex-operário quem privatiza e entrega as terras da Amazônia às mesmas mãos que se tinham apoderado delas de forma ilegal e até criminosa.

Esta proposta de lei, que vai para a sanção do Presidente Lula, pavimenta o espaço para a expansão do latifúndio e do agronegócio na Amazônia, bem ao gosto dos ruralistas. Por isto não foi sem sentido a redução aprovada pela Câmara dos Deputados de dez para três anos no tempo em que as terras regularizadas não poderiam ser vendidas e a regularização de áreas para quem já possui outras propriedades e para pessoas jurídicas. Daqui a três anos nada impede que uma mesma pessoa ou empresa adquira novas propriedades, acumulando áreas sem qualquer limite de tamanho. Foi assim que aconteceu com as imensas propriedades que se formaram na Amazônia, algumas com mais de um milhão de hectares, beneficiadas com os projetos da Sudam.

Ironia do destino, Lula, que em 1998 afirmou que “se for eleito, resolverei o problema da reforma agrária, com uma canetada”, ao invés de executar a reforma agrária prometida, acabou com uma canetada propondo a legalização de 67 milhões de hectares de terras griladas na Amazônia, um bioma que no atual momento de crise climática mundial aguda grita por preservação para garantir a sobrevivência do planeta.

O mesmo presidente que, em entrevista à Revista Caros Amigos, em novembro de 2002 dizia: “Não se justifica num país, por maior que seja, ter alguém com 30 mil alqueires de terra! Dois milhões de hec-

* Nota assinada pelo presidente da CPT sobre a aprovação da MP 458/09

tares de terra! Isso não tem justificativa em lugar nenhum do mundo! Só no Brasil. Porque temos um presidente covarde, que fica na dependência de contemplar uma bancada ruralista a troco de alguns votos” acabou sendo o refém desta bancada, pior ainda, recorreu à senadora Kátia Abreu, baluarte da bancada ruralista, inimiga número um da reforma agrária, para a aprovação da medida no Senado. Já cedera à pressão dos ruralistas aprovando a Lei dos Transgênicos. Não atualizou os índices de produtividade estabelecidos há mais de 30 anos atrás, o que poderia possibilitar o acesso a novas áreas para reforma agrária. Não se empenhou na aprovação da proposta de emenda constitucional PEC 438/01 que expropria as áreas onde se flagre a exploração de trabalho escravo. Além disso, promoveu à condição de “heróis nacionais” os usineiros e definiu como empecilhos ao progresso as comunidades tradicionais, os ambientalistas e seus defensores.

Lula que, com o Programa Fome Zero, teve a oportunidade de realizar um amplo processo de reforma agrária, transformou-o, porém, em um cartão

do Bolsa Família que a cada mês dá umas migalhas a quem poderia estar produzindo seu próprio alimento e contribuindo para alimentar a nação.

Os movimentos sociais do campo, inclusive a CPT, vem defendendo há anos, por uma questão de sabedoria e bom senso, um limite para a propriedade da terra em nosso País. Mas o que vemos é exatamente o contrário. Cresce a concentração de terras, enquanto que milhares de famílias continuam acampadas às margens das rodovias à espera de um assentamento que lhes dê dignidade e cidadania, pois, como bem afirmaram os bispos e pastores sinodais que subscreveram o documento Os pobres possuirão a terra “A política oficial do país subordina-se aos ditames implacáveis do sistema capitalista e apoia e estimula abertamente o agronegócio”.

Goiânia, 09 de junho de 2009.

Dom Ladislau Biernaski
Presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Quem é o responsável por estas mortes?*

Abiner José da Costa, de 49 anos, pai de 5 filhos e Edeuton Rodrigues do Nascimento, 48 anos, pai de 5 filhos foram mortos a tiros, no dia 17 de junho, quando participavam do Bloqueio da BR 158, à altura do km 340, município de Bom Jesus do Araguaia (MT), exigindo solução para as centenas de famílias acampadas às margens da rodovia depois de terem sido retiradas, por decisão judicial, da Fazenda Bordolândia, desapropriada pelo presidente da República, em 2004.

Quem foi o responsável por mais estas mortes de trabalhadores da terra? Ainda não estão claras as informações a respeito de quem teria cometido o duplo assassinato. A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Prelazia de São Félix do Araguaia, porém, afirmam que este é mais um caso de mortes anunciadas. Apesar de todas as denúncias feitas ao Incra e inclusive ao Gabinete da Presidência da República e de todos os apelos, não foram tomadas as medidas cabíveis e necessárias e se deixou que a situação chegasse a este desfecho. Nos primeiros dias de junho a Prelazia de São Félix divulgou manifesto sobre o clima de tensão que se gerou na área e a Coordenação da CPT enviou carta ao Presidente do Incra pedindo providências.

Depois da desapropriação da área, o INCRA, em 2005, foi imitado na posse da mesma. A partir daí, o vai e vem de recursos na justiça, ora tem assegurado ao INCRA a posse da terra, ora a tem devolvido à empresa proprietária (Agropecuária Santa Rosa LTDA., devedora da União). Em 18 de outubro de 2007, o Incra novamente foi imitado na posse do imóvel e as famílias foram conduzidas pelo Incra para as terras da fazenda. Desde a entrada das famílias na fazenda foram feitas denúncias da presença de grupos cujos integrantes não correspondiam ao perfil de famílias beneficiárias da reforma agrária.

Era visível que pretendiam aproveitar-se apenas da madeira ali existente e para tanto destruíam o meio ambiente. As denúncias foram encaminhadas principalmente ao Ministério Público Federal no estado do Mato Grosso. Solicitava-se uma investigação local destas denúncias.

Numa das vezes em que estive na presidência do INCRA, o Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Leonardo Ulrich Steiner, alertou, verbalmente, que a seleção das famílias a serem assentadas deveria ser acompanhada por agentes da polícia federal para impedir que grupos estranhos, com outros interesses, impedissem o bom andamento do procedimento. Isso não aconteceu.

Sem terem sido tomadas as devidas providências, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual ingressaram na Justiça com Ação Cautelar por danos ao meio ambiente e o Juízo da Primeira Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso determinou, no final de março, a retirada de todos os ocupantes da fazenda, inclusive das famílias cadastradas pelo INCRA, que tinham iniciado os procedimentos para a regularização de seus assentamentos e que já haviam plantado roças e aguardavam suas colheitas.

As famílias acabaram acampando novamente em barracos, expostas ao sol, à poeira, às intempéries do tempo, sem água potável. Como não se apresentava a elas qualquer solução, apelaram para o bloqueio da BR como forma de pressão. Neste contexto aconteceram as mortes.

A CPT e a Prelazia exigem que o Incra assuma a responsabilidade por estas mortes por seu marasmo e omissão na resolução do conflito e por não ter tomado todas as cautelas exigidas no caso. As

* Nota assinada pelo presidente da CPT e pelo Bispo de São Felix do Araguaia após a morte de dois sem terra assassinadas num bloqueio da BR 158, em Mato Grosso

famílias sem terra encontravam-se na fazenda por iniciativa do Estado, responsável pela solução definitiva do caso, bem como pela proteção à sua integridade física e à sua dignidade de pessoas humanas. Cobia ao Ministério Público zelar por estes valores, porém, propôs a retirada de todas as famílias, cadastradas e não cadastradas, como forma de defender o meio ambiente, não levando em conta os princípios constitucionais que consagram a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho como princípios fundantes da República Federativa brasileira.

Este é mais um dos conflitos na grande Amazônia brasileira. Só nos primeiros meses deste ano, a CPT registrou o assassinato de nove trabalhadores em conflitos no campo. Oito destas mortes na Amazônia, onde ocorre o maior número de assassinatos, 253 dos 365 registrados nos últimos dez anos.

Quando os direitos dos pobres, especificamente dos sem terra, serão respeitados?

Quando o governo quer e se empenha consegue em pouco tempo aprovar medidas mesmo que não estejam em consonância com a Constituição.

O sangue destes trabalhadores mais uma vez clama por Justiça!

Goiânia e São Félix do Araguaia, 22 de junho de 2009.

Dom Leonardo Ulrich Steiner
Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia
Dom Ladislau Biernaski
Presidente da Comissão Pastoral da Terra

CPT critica falsa tentativa de certificação do etanol*

Não tem como existir uma certificação social da produção de etanol se o trabalho degradante, a destruição ambiental e a concentração de terra e de renda são inerentes ao seu histórico modelo de exploração.

Nesta quinta-feira, dia 25, o presidente Lula assinou um pacto, de “livre adesão”, com representações governamentais, de trabalhadores e empresários, produtores de etanol, após uma mesa de negociações que se desenvolveu no último ano. Sob o nome de “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”, o documento, elaborado pela Secretaria Geral da Presidência da República, tem como objetivo estimular e garantir as “melhores práticas” nas relações de trabalho e garantir o denominado “trabalho decente”. Com essa finalidade, adotou como principais pontos a contratação direta (fim da terceirização), o acesso do diretor sindical aos locais do trabalho, o transporte seguro e gratuito, assegurar o mecanismo de aferição de produção previamente acertada com o trabalhador, além do fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Desse modo, o acordo não acrescenta nada às conquistas já existentes na legislação trabalhista e nos dissídios coletivos, os quais são descumpridos, de forma crônica e contínua, pelas empresas que empregam os canavieiros brasileiros. Então, quem serão os beneficiados neste acordo? Tudo indica que mais uma vez serão os de sempre: os usineiros, os mais recentes “heróis nacionais”.

De fato, o que se percebe com muita clareza é que o principal objetivo deste acordo precário é prepa-

rar o terreno para a certificação social da atividade canavieira pelas empresas, sem mudar suas práticas, mas atestando a “qualidade” das condições de trabalho no setor sucroalcooleiro no país, o que não existe. A criação dessa certificação foi recentemente anunciada por Lula, em discurso durante a reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, no último dia 14. Para as organizações de direitos humanos e movimentos sociais, a motivação deste acordo visa unicamente sanar a rejeição internacional ao etanol brasileiro, provocada pelas centenas de denúncias que comprovam a relação intrínseca entre a produção de agrocombustível com o trabalho escravo e a devastação do meio ambiente.

O etanol brasileiro foi apresentado ao mundo, pelo Governo, como a salvação para a crise energética e para o combate à poluição proveniente dos combustíveis fósseis. Desde então, os usineiros passaram a ser proclamados oficialmente como “heróis nacionais”. Em setembro de 2007, o Presidente Lula chegou a visitar a Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia, para tratar de investimentos entre os países. Naquela ocasião, o principal ponto de pauta foi o incentivo a pesquisas e comercialização do etanol brasileiro na Europa. Na Suécia - um dos maiores pesquisadores de agrocombustíveis do mundo e um dos maiores importadores do etanol brasileiro -, o Presidente foi questionado sobre o trabalho escravo nos canaviais brasileiros. Para restabelecer a

* Nota emitida pela CPT a respeito do “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”, assinado pelo presidente Lula e por empresários do setor sucroalcooleiro.

imagem positiva dos agrocombustíveis, o Presidente apontou, como saída, a criação de uma espécie de “certificado social” envolvendo uma série de medidas que deveriam ser adotadas voluntariamente pelas Usinas para amenizar a situação de exploração dos canavieiros e canavieiras.

Se o etanol é combustível limpo, é somente do cano de escape do carro para fora, pois, até chegar lá, o chamado “biocombustível” incorpora um altíssimo custo social e ambiental. Portanto, não tem como ter certificação social se é inerente ao modelo de produção do etanol a superexploração do trabalho, a degradação ambiental, além da concentração da terra e da renda. De acordo com dados da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2007, dos 5.974 trabalhadores resgatados da escravidão no campo brasileiro, 3.060, 51%, o foram das lavouras de cana de açúcar. Em 2008, dos 5.266 resgatados, 2.553, 48%, quase metade dos trabalhadores mantidos escravos no país o eram por grandes produtores de “combustível verde e limpo”. E em 2009 já são 951, 52% do total. Uma progressão considerável se comparada aos anos anteriores (1.605 libertados entre 2003 e 2006, ou seja 10% do total de libertados neste período).

O setor sucroalcooleiro e a dependência de recursos públicos - Nos últimos anos, o Governo Brasileiro intensificou seu apoio ao agronegócio, priorizando o Programa de Agrocombustíveis, a partir do etanol. Além de propor a regularização da grilagem de terras na Amazônia e de alienar partes extensas do território nacional às empresas transnacionais, o Governo disponibiliza grandes quantidades de recursos públicos ao agronegócio. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, anunciou recentemente, em um evento da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), em São Paulo, que o país manteve a liderança de produção do agrocombustível no mundo, e que a expansão ainda maior do etanol para o exterior é de fundamental interesse do governo. Só este ano, o setor recebeu mais de R\$ 3,2 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BN-

DES. O valor supera em 36% o que foi investido no mesmo período do ano de 2008. Os recursos do BNDES destinados ao agrocombustível são extraídos, em grande medida, dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). No final de 2008, o incentivo aos agrocombustíveis sofreu uma forte redução. A crise financeira internacional, logo em seu início, impactou fortemente a atividade sucroalcooleira. Essa redução de investimentos denunciou, mais uma vez, a fragilidade e a conhecida dependência do setor dos recursos públicos e da ação do Estado.

A destruição causada pela produção de etanol no Nordeste - Na região, as usinas historicamente violam os direitos trabalhistas e negam a função social da terra, além de promoverem também a constante degradação do meio ambiente. Estudos comprovam que para cada litro de etanol produzido nas usinas, são gerados 12 litros de vinhoto - substância tóxica que destrói a biodiversidade. Como os dejetos são despejados nos rios, boa parte das águas que cortam as Usinas está contaminada. Outros fatores também agravam ainda mais a devastação do meio ambiente: o uso de agrotóxicos e as queimadas. Os governos Federal e Estadual continuam, na Zona da Mata nordestina, a não cobrar os débitos milionários de muitas usinas. Em vez de executar essas dívidas fiscais e tributárias - e, por essa via, obter terras para assentar trabalhadores e trabalhadoras -, os governos facilitam o perdão ou securitização das dívidas, favorecendo novos financiamentos para devedores crônicos e reincidentes.

Desafio das entidades e movimentos sociais para combater a produção de etanol e Trabalho Escravo - O enfrentamento ao trabalho escravo na produção do açúcar e do álcool segue sendo um dos principais desafios para os movimentos sociais e entidades de direitos humanos. Denúncias frequentes são encaminhadas aos órgãos competentes, mas poucas delas originam rigorosas fiscalizações por parte do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho. Por sua vez, ao rastrear os canaviais e flagrar condições degradantes de trabalho, o Ministério Público do Trabalho acaba descartando a qualifica-

ção de trabalho escravo, em benefício de medidas mitigatórias que nada resolvem.

É hora de recolocar em pauta a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional PEC 438/2001, sempre protelada pela bancada ruralista do Congresso Nacional, que prevê a expropriação, para fins de Reforma Agrária, das terras em que forem encontrados trabalhadores em situação análoga à de escravos. É hora de acabar de vez com essa vergonha em nosso país ao invés de tentar “maquiar” a reali-

dade de centenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais nos mais distantes rincões do campo brasileiro, esquecidos por um governo que os encobre com falsos selos politicamente corretos na busca desenfreada por uma imagem socialmente limpa no mercado agroexportador.

Goiânia, 25 de junho de 2009.

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Pela Atualização dos Índices de Produtividade*

O anúncio pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva de atualização dos índices de produtividade da terra desencadeou uma furiosa campanha da bancada ruralista contra a medida, apoiada por grande maioria da poderosa mídia, pelo Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes usando para isso da mentira e de argumentos falaciosos, destinados a enganar a opinião pública e a derrubar a iniciativa governamental.

A CPT Nacional vem, pois, a público mostrar o outro lado da moeda.

Está de parabéns o senhor Presidente por este gesto histórico que trará um grande e benéfico desenvolvimento para todo o nosso povo.

Ao assinar esta atualização, atrasada há mais de 30 anos, Lula estará simplesmente cumprindo a Lei Agrária 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que, no artigo 11 determina o seguinte: “Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional”. Ora, o estudo “Fontes e Crescimento da Agricultura Brasileira” divulgado em julho de 2009 pelo próprio Ministério da Agricultura revela que de 1975 a 2008 a taxa de crescimento do produto agropecuário foi de 3.68 % ao ano. No período de 2000 a 2008, o crescimento foi de 5.59 como média anual. Em 1975 produziam-se 10,8 quilos de carne bovina por hectare; hoje são 38.6 quilos; a produção de leite por hectare multiplicou-se por 3.6 e a de carne e aves saltou de 372,7 mil toneladas em 1975, para 10.18 milhões em 2008, segundo o mesmo estudo.

A comparação com outros países demonstra que, no Brasil, o crescimento do PTF (Produtividade Total dos Fatores) foi o mais elevado: 4,98% entre 2000 e 2008. Na China, de 2000 a 2006 foi de 3.2%. Nos Estados Unidos, entre 1975 e 2006 foi de 1.95%. Na Argentina, de excepcionais recursos naturais, foi, de 1960 a 2000, de 1.84%.

A conclusão óbvia a que se chega é que por trás desta guerra da bancada ruralista, teimando em manter os velhos índices de produtividade de 1975 está o intento de preservar o latifúndio improdutivo das empresas nacionais e estrangeiras, desconsiderando a função social da propriedade, estabelecida na nossa Constituição Federal, continuando o Brasil, assim, o campeão mundial do latifúndio depois de Serra Leoa.

Eles levantam repetidamente o número de 400 mil propriedades rurais que seriam afetadas pela medida, inviabilizando assim toda a produção agrícola no país. Na realidade este número corresponde a apenas 10 % das propriedades rurais, embora ocupem 42,6% das terras. Com efeito, das 4.238.447 propriedades cadastradas pelo Incra, 3.838.000, ou seja, 90 % não seriam afetadas pela medida. São estas propriedades as que garantem 70 % do alimento que é posto na mesa dos brasileiros. Ao passo que essas outras 400 mil, com o ferrenho apoio da bancada ruralista, são as que recorrem ao governo para adiar indefinidamente o pagamento de suas dívidas com os bancos, como a imprensa tem noticiado com frequência.

À crítica à anunciada medida juntou-se também uma raivosa criminalização dos movimentos de

* Nota assinada pelo Presidente da CPT, sobre a Cleuma criada em torno ao anúncio pelo presidente da República de que seriam atualizados os índices de produtividade agrícola.

trabalhadores no campo, da forma mais generalizada e iníqua. Entretanto o que se vê no nosso campo é o deprimente espetáculo da multiplicação dos acampamento de sem-terra que se sujeitam, por anos a fio, a condições inumanas de vida na fila da realização, um dia, do sonho da terra prometida de viver e trabalhar.

Os dados de ocupações de terra e de acampamentos, registrados pela CPT e divulgados anualmente mostram um quadro preocupante. Onde há maior concentração de sem-terra é onde o número de assentamentos é menor. E isso justamente ao lado de áreas improdutivas, que a atualização dos índices poderia facilmente disponibilizar para assentamento das famílias. Em 2007, no Nordeste se concentraram 38,3% das ocupações e acampamentos envolvendo 42,5% das famílias, No Centro-Sul, aconteceram 49,5% das ações envolvendo 43,5% das famílias. Porém os assentamentos promovidos pelo governo aconteceram na sua maioria na Amazônia, onde há mais disponibilidade de terras públicas, distantes dos centros habitados. Fica claro, pois, que onde há mais procura por terra, no Nordeste e no Centro-Sul, há menos disponibilidade de terras. E um dos fatores que limita esta disponibilidade são os índices defasados de produtividade.

Ao lado disso, no Sul, onde foram assentados somente 2,6% das famílias, estas tiveram uma participação de 42,06% do total da produção nacional de grãos. Portanto a atualização dos índices de produtividade poderá disponibilizar muito mais áreas em regiões mais propícias ao cultivo de grãos, onde há mais busca por terra e onde a tradição agrícola é mais forte.

Diante de tudo isso a CPT Nacional declara que a alvissareira atualização dos novos índices de produtividade da terra, tantas vezes protelada, é uma exigência de justiça social. Mas a superação da secular estrutural injustiça social no campo e do resgate da dívida social para com os excluídos da terra, vítimas da nefasta política do sistema corrupto e violento que defende a ferro e fogo a arcaica estrutura agrária alicerçada no latifúndio, só se concretizará quando se colocarem em nossa Constituição limites para a propriedade da terra. Então, a partir disso, será possível uma real democratização ao acesso a terra.

Goiânia, 01 de setembro de 2009.

Dom Ladislau Biernaski
Presidente da Comissão Pastoral da Terra

Mais uma vez mídia e ruralistas investem contra o MST*

A Coordenação Nacional da CPT vem a público para manifestar sua estranheza diante do “requentamento” por toda a grande mídia de um fato ocorrido na segunda feira da semana passada, 28 de setembro, e que foi noticiado naquela ocasião, mas que voltou com maior destaque, uma semana depois, a partir do dia 5 de outubro até hoje.

Trata-se do seguinte: no dia 28 de setembro, integrantes do MST ocuparam a Fazenda Capim, que abrange os municípios de Iaras, Lençóis Paulista e Borebi, região central do estado de São Paulo. A área faz parte do chamado Núcleo Monções, um complexo de 30 mil hectares divididos em várias fazendas e que pertencem à União. A fazenda Capim, com mais de 2,7 mil hectares, foi grilada pela Sucocítrico Cutrale, uma das maiores empresas produtoras de suco de laranja do mundo, para a monocultura de laranja. O MST destruiu dois hectares de laranjeiras para neles plantar alimentos básicos. A ação tinha por objetivo chamar a atenção para o fato de uma terra pública ter sido grilada por uma grande empresa e pressionar o judiciário, já que, há anos, o Incra entrou com ação para ser imitado na posse destas terras que são da União.

As primeiras ocupações na região aconteceram em 1995. Passados mais de 10 anos, algumas áreas foram arrecadadas e hoje são assentamentos. A maioria das terras, porém, ainda está nas mãos de grandes grupos econômicos. A Cutrale instalou-se há poucos anos, 4 ou 5 mais ou menos. Sabia que as terras eram griladas, mas esperava, porém, que houvesse regularização fundiária a seu favor.

As imagens da televisão, feitas de helicóptero, mostram um trator destruindo as plantas. As reações, depois da notícia ser novamente colocada em pauta, vieram inclusive de pessoas do governo, mas, sobretudo, de membros da bancada ruralista que acusam o movimento de criminoso e terrorista.

A quem interessa a repetição da notícia, uma semana depois?

No mesmo dia da ação dos sem-terra foi entregue aos presidentes do Senado e da Câmara, um Manifesto, assinado por mais de 4.000 pessoas, entre as quais muitas personalidades nacionais e internacionais, declarando seu apoio ao MST, diante da tentativa de instalação de uma CPMI para investigar os repasses de recursos públicos a entidades ligadas ao Movimento. Logo no dia 30, foi lido em plenário o requerimento para sua instalação, que acabou frustrada porque mais de 40 deputados retiraram seu nome e com isso não atingiu o número regimental necessário. A bancada ruralista se enfureceu.

A ação do MST do dia 28, que ao ser divulgada pela primeira vez não provocara muita reação, poderia dar a munição necessária para novamente se propor uma CPI contra o MST. E numa ação articulada entre os interesses da grande mídia, da bancada ruralista do Congresso e dos defensores do agronegócio, se lançaram novamente as imagens da ocupação da fazenda da Cutrale.

A ação do MST, por mais radical que possa parecer, escancara aos olhos da nação a realidade brasileira. Enquanto milhares de famílias sem terra continuam acampadas Brasil afora, grandes empresas pra-

* Nota da Coordenação Nacional da CPT sobre a investida da bancada ruralista e dos meios de comunicação contra o MST à raiz da ocupação de uma das fazendas da Cutrale, em São Paulo.

ticam a grilagem e ainda conseguem a cobertura do poder público.

Algumas perguntam martelam nossa consciência: Por que a imprensa não dá destaque à grilagem da Cutrale?

Por que a bancada ruralista se empenha tanto em querer destruir os movimentos dos trabalhadores rurais? Por que não se propõe uma grande investigação parlamentar sobre os recursos repassados às entidades do agronegócio, ao perdão rotineiro das dívidas dos grandes produtores que não honram seus compromissos com as instituições financeiras? Por que a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), declarou, nas eleições ao Senado em 2006, o valor de menos de oito reais o hectare de uma área de sua propriedade em Campos Lindos, Tocantins? Por

que por um lado, o agronegócio alardeia os ganhos de produtividade no campo, o que é uma realidade, e se opõe com unhas e dentes á atualização dos índices de produtividade? Por que a PEC 438, que propõe o confisco de terras onde for flagrado o trabalho escravo nunca é votada? E por fim, por que o presidente Lula que em agosto prometeu em 15 dias assinar a portaria com os novos índices de produtividade, até agora, mais de um mês e meio depois, não o fez?

São perguntas que a Coordenação Nacional da CPT gostaria de ver respondidas.

Goiânia, 7 de outubro de 2009.

Coordenação Nacional da CPT

Nota da CPT sobre os conflitos fundiários no Pará*

“Ai daqueles que juntam casa com casa e emendam campo a campo, até que não sobre mais espaço e sejam os únicos a habitarem no meio do país” (Is. 5,8).

Nas últimas semanas temos acompanhado o agravamento dos conflitos no campo em várias regiões do Estado do Pará. Analisando o que ocorre em cada uma das regiões, percebemos que, na origem desses conflitos estão: o avanço criminoso de várias frentes (madeira, minério, pecuária e produção de energia) do poder econômico sobre as riquezas regionais e a rearticulação do setor ruralista chefiado pela CNA, aliado aos principais meios de comunicação do Estado e a maioria conservadora do poder Judiciário. O objetivo é desestabilizar o atual governo e desarticular os movimentos sociais que fazem o enfrentamento com esses setores. A opção política dos Governos Federal e Estadual, infelizmente, tem contribuído para reforçar esses grupos, que sempre dominaram a política e a economia paraense, e fragilizar a atuação dos movimentos sociais.

No Sul e Sudeste do Pará. Presenciamos a expansão indiscriminada da mineração e da pecuária. Os gigantescos projetos implantados pela VALE já expulsou de seus lotes, cerca de 150 famílias de assentamentos de reforma agrária e a implantação de novos projetos na região, ameaça expulsar mais de 500 famílias também de assentamentos.

A nova ofensiva da pecuária na região é protagonizada pelo banqueiro Daniel Dantas, que nos três últimos anos comprou mais de 50 fazendas, acumulando uma área de 600 mil hectares de terras. Um patrimônio construído, segundo a justiça, a custa de lavagem de dinheiro. Essa frente pecuária no Sul e Sudeste do Pará tem causado não só graves danos ambientais como a destruição da floresta nativa,

mas também, submetido milhares de trabalhadores a escravidão. Entre 1996 e 2008, foram libertados 11.193 trabalhadores pelo Ministério do Trabalho, sendo que, quase totalidade dos casos ocorreu nessas duas regiões.

A migração crescente para a região atraída pela propaganda enganosa dos grandes projetos agrava os problemas sociais. Como esses migrantes não são absorvidos por estes projetos não resta alternativa a não ser a terra para sobreviver. Nos últimos três anos, 66 fazendas foram ocupadas por 10.599 famílias sem terra no sul e sudeste; 101 trabalhadores e lideranças foram ameaçados de morte; 23 trabalhadores foram feridos a bala por pistoleiros e seguranças de fazendas; 17 trabalhadores foram assassinados na luta pela terra e 128 foram presos pela polícia. Os conflitos das últimas semanas que resultaram em depredações de patrimônio e interdição de estradas é consequência dessa violência desenfreada e impune contra os trabalhadores rurais.

Por outro lado, a resposta do governo a essa situação tem sido desastrosa: Reforma Agrária engessada, recursos públicos canalizados para atender o interesse dos grupos econômicos, negativa em defender os projetos dos Movimentos Sociais e negociar suas pautas de reivindicações, incapacidade de dialogar na solução dos conflitos e insistência na alternativa policial para resolver problema social.

Exemplo dessa política equivocada se deu no sul do Pará na penúltima semana, 5 delegados foram

* Nota da CPT Pará sobre os Conflitos Fundiários no estado.

escalados para indiciar e prender as lideranças do MST, 10 mandados de prisão já foram decretados e três foram presos. 200 policiais da tropa de choque foram liberados para despejar mais de 2 mil famílias. O despreparo é tamanho que no penúltimo final de semana quase ocorre uma nova tragédia na Curva do “S” em razão de uma ação violenta e truculenta do Delegado Geral da Polícia Civil do Pará Raimundo Benassuly e do sub-comandante da PM, Coronel Leitão. Algo muito grave não aconteceu devido a presença, no local, do advogado da CPT e de dois defensores públicos agrários. Se a ação do delegado foi desastrosa, pior ainda foi sua reação através de nota escrita, comprovando seu despreparo, sua má fé ao falsear os fatos na tentativa desesperada de justificar sua ação. Acusou, levemente, o advogado da CPT de rasgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, será que o delegado pensa que a sociedade já esqueceu de seu comportamento frente ao caso da adolescente de Abaetetuba? É lamentável que o governo, que se diz popular, escale esse delegado, já conhecido nacionalmente por seu despreparo para “resolver” os conflitos e falar em nome do Estado.

No Oeste do Pará. A situação é cada vez mais tensa, em consequência da intransigência do Governo em construir a qualquer custo a Hidrelétrica de Belo Monte. O governo ignora a inviabilidade social, ambiental e financeira do projeto. Territórios indígenas demarcados e homologados e áreas de preservação ambiental serão atingidos. Não se sabe quantas famílias serão retiradas de suas moradias. A população a ser atingida está sendo subestimada. A região da Volta Grande do Xingu ficará praticamente seca com a construção da usina ocasionando sério desastre ambiental. Os migrantes que chegarão aos milhares para a região a procura de um emprego que, em sua grande maioria, não encontrarão, terão que enfrentar a violência, o descaso e a pobreza.

Mesmo frente a esses e muitos outros problemas que as populações do Xingu tem denunciado, o governo tem ignorado e se negado a discutir o projeto. O autoritarismo presente nas audiências públicas realizadas é um exemplo da intransigência do

governo. Frente a essa situação a tensão é crescente entre as comunidades a ser atingidas, podendo desembocar em conflitos de graves proporções.

No Baixo Amazonas. Há várias semanas que centenas de famílias da Gleba Nova Olinda, apreenderam algumas balsas carregadas de madeira no rio Arapiuns, como forma de protesto contra o desmatamento de seus territórios e falta de regularização fundiária. As famílias exigem a suspensão de todos os planos de manejo existentes na área, a regularização e demarcação pela FUNAI, das terras indígenas Maró; a retirada dos grileiros e madeireiros da Gleba; a ampliação do projeto de assentamento agroextrativista de Vista Alegre, etc.

A morosidade e omissão do governo em solucionar o problema provocou a insatisfação das famílias que incendiaram, no último dia 10, duas balsas carregadas de madeiras que estavam bloqueadas desde o dia 17 de outubro. Paciência tem limites! Os moradores acusam a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará de permitir manejo irregular no território que reivindicam como posse das comunidades tradicionais.

Encurralado pelos ruralistas e pelos principais meios de comunicação do Estado, que nada mais são que empresas de comunicação a serviço dos interesses dos grandes grupos econômicos cujo papel é criminalizar as lutas sociais, o Governo tem assumido uma postura de distanciamento dos principais movimentos que fazem a luta no campo. Ao invés de fortalecer as políticas voltadas para a população camponesa, o governo tem se curvado às pressões do setor ruralista e viabilizado seus interesses. A negociação do TAC dos latifundiários infratores processados pelo MPF, a mudança na legislação fundiária estadual que permite a regularização de terras públicas até 2.450 hectares para os ocupantes ilegais, as concessões em favor da implantação da siderúrgica da VALE em Marabá, a prisão de 18 integrantes do MAB em Tucuruí, o pedido de prisão das principais lideranças do MST no sudeste, são alguns dos tantos exemplos desta equivocada política do Governo Estadual.

Frente a esse quadro a Comissão Pastoral da Terra (CPT) reafirma seu apoio:

- A todos os trabalhadores vítimas de criminalização por lutarem pela defesa de seus direitos;
- A luta dos quilombolas e indígenas em favor do respeito e demarcação de seus territórios e contra os grandes projetos que impactam suas terras;
- A revogação imediata dos mandados de prisão decretados contra lideranças do MST e liberdade para os trabalhadores presos;

- A luta pelo fim da impunidade dos crimes cometidos contra trabalhadores rurais e lideranças a mando de fazendeiros e madeireiros;

- Ao trabalho da defensoria agrária nas mediações dos conflitos.

- A defesa da Reforma Agrária, do meio ambiente e da agricultura familiar/camponesa.

Belém, 13 de novembro de 2009. Comissão Pastoral da Terra – Regional Pará.

Para outra compreensão e ressignificação e da Reforma Agrária*

Os tempos que vivemos, no campo e nas cidades, nos convocam hoje a entender melhor esta época de mudanças. Novos conceitos e paradigmas marcam o nosso cotidiano com numerosas e grandes diferenças que nos deixam deslocados e perplexos. No meio destas mudanças, populações do campo e das cidades vêm sofrendo graves impactos e agressões convivendo com profundas incertezas diante do seu futuro e do planeta Terra.

Diante do poder destrutivo e devastador da expansão do capital, a Comissão Pastoral da Terra se coloca à escuta dos gritos que, na atual conjuntura, se unificam na histórica bandeira popular da Reforma Agrária. Ela está sendo desqualificada, quando não eliminada, da pauta das Reformas Estruturais indispensáveis ao nosso país.

Como nos anos 70, numa conjuntura de violenta expropriação dos pobres do campo, quando a CPT foi criada, hoje ela sente a responsabilidade de atentar aos atuais processos de violência expropriatória que estão sendo postos em prática. Não são isentos disso o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o IIRSA (Iniciativa de Integração Regional Sul Americana) a serviço dos que produzem para exportação, como os grandes latifúndios empresariais de monocultivo de cana, soja, eucalipto e outros e as mineradoras. Estas atividades, ao concentrarem o poder sobre a terra, a água e todos os bens naturais para a vida não só produzem essas e outras commodities como também produzem injustiças, exploração do trabalho em condições análogas ao trabalho escravo e crimes ambientais. Destroem a diversidade biológica, erodem solos e põem em risco o rico patrimônio de conhecimentos das populações nativas.

Assim sendo, assumimos a nossa responsabilidade como Comissão Pastoral da Terra e propomos uma profunda reflexão para a qual convidamos as igrejas, os camponeses e camponesas, os povos tradicionais (indígenas quilombolas, ribeirinhos...), os movimentos sociais e toda sociedade em geral para desencadear um movimento de “revalorização e ressignificação” da Reforma Agrária.

Temos a convicção que estamos vivendo um momento onde conceitos e valores estão sendo derrubados pela violenta expansão do capital, colocando em xeque a humanidade e o planeta Terra. Hoje ainda existem no mundo, cerca de 400 milhões de hectares de terras que podem ser aproveitados pela agricultura, a maior parte no Brasil. A expansão da agricultura no Brasil só ocorrerá, avançando-se sobre os biomas da Amazônia e Cerrado onde se encontra a maior biodiversidade do mundo e a maior quantidade de água doce disponível.

A maior parte das riquezas está sob o controle de empresas transnacionais, nacionais e do capital especulativo que provoca uma concentração territorial cada vez mais espoliadora sobre os camponeses e camponesas, as comunidades e as populações tradicionais e os deserdados do campo.

Continuam sendo de grande atualidade as palavras proféticas de Miquéias: “Ai daqueles que planejam a iniquidade praticam o mal porque o poder está em suas mãos. Cobiçam campos e os roubam, casas e as tomam; oprimem o homem e sua casa, o homem e sua herança (Miq 2,1-2)”.

Todas as propostas e programas apresentados até hoje para realização da Reforma Agrária – fru-

* Documento final produzido no Encontro Nacional de Formação da CPT sobre conceituação de Reforma Agrária.

to, todos eles, das lutas e das reivindicações dos camponeses e camponesas, organizações e movimentos sociais do campo – não concretizaram os anseios e as demandas por terra e vida dos trabalhadores e trabalhadoras e do campesinato do nosso país.

O que tivemos foram desapropriações e assentamentos, inclusive incrementando as estatísticas com dados de regularizações fundiárias, que na maioria dos casos são programaticamente inviáveis. Criados com o específico objetivo de serem cooptados pela lógica do mercado, muitas vezes mostrados como exemplos negativos, para realçar o caráter benéfico e irreversível da grande pecuária e do agronegócio capitalista.

Reafirmamos a Missão da CPT de ficar à escuta atenta dos gritos, das esperanças e experiências bem sucedidas dos camponeses e camponesas do nosso país.

Celebramos a memória do testemunho dos e das mártires da terra e das lideranças indígenas, negras e camponesas que guiaram os povos da Pátria Grande em sonhos e lutas contra o colonialismo escravagista e expropriador. Interpela-nos a resistência dos povos originários e tradicionais, que nos indicam novos rumos para repensar a realidade da terra e dos territórios do Brasil.

O patrimônio ecumenicamente místico destes povos da Amazônia, do Cerrado, da Caatinga, da Mata Atlântica, do Pantanal e do Pampa, anima a caminhada para a construção de outros projetos que superarão criativamente aqueles até hoje construídos. Conseguir-se-á, então, enfrentar as ameaças do modelo civilizatório economicista e desenvolvimentista que está ameaçando a vida do planeta Terra.

Estes projetos requerem novas relações sociais, ecológicas, econômicas, de gênero e étnicas, e devem ser assumidos como uma outra posição frente à atual Reforma Agrária, além de se contrapor ao projeto dominante e à (ir)racionalidade do lucro

que hegemoniza e coloniza o espaço e o tempo da vida.

Nós nos solidarizamos e caminhamos junto com os camponeses e camponesas que lutam contra o agro e hidronegócios e as mineradoras com todas as suas consequências, como o trabalho escravo, o desmatamento com suas carvoarias, a destruição de fontes e a poluição das águas entre outros. Na atual disputa entre os territórios camponeses e os territórios do capital, a desapropriação de latifúndios – mesmo quando considerados produtivos -, a retomada das imensas áreas griladas, o aproveitamento das terras públicas para a Reforma Agrária, e a definição de um limite para o tamanho da propriedade da terra, serão a oportunidade de avançar na territorialização e autonomia camponesa, no respeito e na valorização das diferentes camponesidades, possibilitando a produção de alimentos agroecológicos, abundantes e saudáveis, garantindo a defesa da água e da biodiversidade, tão necessárias para o “bem viver”.

Neste contexto, a CPT aponta, também, para a urgência de denunciar todos os mecanismos que buscam cooptar e descaracterizar as comunidades tradicionais e os movimentos sociais do campo. Não são raros os assentamentos em que foram criadas associações burocráticas com o objetivo de receber e administrar recursos financeiros. Além de quebrar laços históricos de organização e solidariedade comunitária, este associativismo artificial provocou o atrelamento ao poder público, favoreceu a manipulação eleitoral, facilitou o mau uso e o desvio de recursos e enfraqueceu a luta camponesa. Os assentados passaram a ser chamados de clientes ou beneficiários da reforma agrária, negando, assim, sua histórica resistência e luta.

É preciso resistir com firmeza diante das tentativas de atrelamento e de cooptação, e superar o corporativismo e a desunião para que possa, finalmente, ser implantada a reforma agrária que queremos.

Entendemos a Reforma Agrária como a reconquista dos territórios camponeses e a conquista de novos

territórios, respeitando a diversidade, a cultura, a religiosidade, as etnias dos povos dos diferentes biomas brasileiros. Defendemos que a terra seja de fato daqueles e daquelas que nela vivem e trabalham, para que eles e elas possam reapropriar-se da natureza e decidir, com autonomia e respeito, sobre os seus territórios. Hoje, os povos tradicionais (indígenas, quilombolas ribeirinhos...), os camponeses e camponesas são os guardiões do rico patrimônio de conhecimentos da terra, da água, das sementes, dos alimentos, enfim de toda a biodiversidade reafirmando um outro projeto de vida: a terra sem males.

A Comissão Pastoral da Terra reafirma seu compromisso de caminhar junto com as comunidades camponesas e os povos tradicionais para que se torne realidade o sonho do profeta Miquéias que nos acompanhou ao longo deste encontro:

“Cada um poderá sentar-se debaixo da sua videira e da sua figueira e não haverá mais quem os perturbe” (Mq 4,4).

Encontro Nacional de Formação da CPT,
23 a 26 de novembro de 2009, em Hidrolândia – GO

Cartas de apoio e solidariedade*

Caros Dom Geraldo Verdier, Pe. Zezinho e equipe do CIMI

Estamos reunidos em Hidrolândia, Goiás, pessoas de todos os regionais da CPT na reunião do Conselho Nacional. Conhecemos um pouco dos problemas de cada regional. E estamos trabalhando uma avaliação profunda da CPT, de sua fidelidade à sua missão, de sua fidelidade ao Deus dos pobres e aos pobres de Deus. Também avaliamos a ação da CPT e suas estruturas.

Neste contexto, nos chegaram as notícias das agressões contra vocês por sua atitude em defesa dos povos indígenas e quilombolas e dos camponeses pobres. Os que concentram o poder querem manter as seculares estruturas de dominação e não aceitam propostas de uma sociedade baseada na partilha e na solidariedade como a de muitas comunidades camponesas e indígenas. Comunidades estas que

vivem os princípios e os valores do Evangelho. Aqueles e aquelas que têm a coragem de proclamar que uma outra sociedade deve ser construída sobre os valores da justiça e da verdade, tem que ser calados, como devem ser submetidos aos interesses do capital os camponeses e camponesas e os indígenas.

Por isso tudo Dom Geraldo, pe. Zezinho e equipe do CIMI, a atitude de vocês nos estimula a continuar sempre ao lado dos últimos deste mundo, os primeiros do Reino. Seu exemplo nos fala do Evangelho que deve ser anunciado aos pobres.

A vocês nossa solidariedade e nosso apoio.

Hidrolândia, 28 de novembro de 2009
Os membros do Conselho Nacional

* Cartas de apoio e solidariedade a agentes de pastoral ameaçados por sua posição em defesa dos camponeses e camponesas enviadas pelos participantes do Conselho Nacional da CPT

Caro Padre Valdecir Toretti,

Estamos reunidos em Hidrolândia, Goiás, representantes de todos os regionais da CPT na reunião do Conselho Nacional. Pela CPT de Santa Catarina tomamos conhecimento das ameaças que você vem sofrendo pela sua posição ao lado dos sem terra, assentados no município de Taió.

Queremos manifestar-lhe nossa admiração por esta atitude aos moldes dos profetas. Mais do que qualquer palavra, sua postura proclama a Boa Nova do Evangelho aos pobres do campo. E quando os pobres são evangelizados, os que se consideram donos do poder, da verdade e até mesmo da Igreja se sentem atingidos, pois eles sempre concentraram

Cara Irmã Geraldinha,

Estamos reunidos em Hidrolândia, Goiás, pessoas de todos os regionais da CPT na reunião do Conselho Nacional. Conhecemos um pouco dos problemas de cada regional. E estamos trabalhando uma avaliação profunda da CPT, de sua fidelidade à sua missão, de sua fidelidade ao Deus dos pobres e aos pobres de Deus. Também avaliamos a ação da CPT e suas estruturas.

Neste contexto, as notícias que nos chegam sobre as ameaças que você e os acampados do Salto da Divisa estão sofrendo, nos estimulam. A perseguição, as calúnias, as ameaças acontecem quando alguém se opõe às seculares estruturas de dominação que querem se perpetuar. A proposta de uma sociedade nova, baseada na partilha e na solidariedade, de acordo com os princípios e os valores do Evangelho, se torna uma afronta ao projeto de concentração da terra, da riqueza e do poder. Por isto a nova proposta tem que ser destruída, como também

tudo em suas mãos e por isso reagem com violência.

Pe. Valdecir, nossa solidariedade e todo nosso apoio. Temos certeza que nesta luta não lhe faltarão a sabedoria necessária, e a fortaleza que o Espírito Santo derrama sobre os que lhe são fiéis.

Continue nesta fidelidade ao Deus dos pobres e aos pobres de Deus. O Senhor está com você.

Hidrolândia, 28 de novembro de 2009
Os membros do Conselho Nacional

devem ser destruídos aqueles e aquelas que tem a coragem de proclamar que uma outra sociedade deve ser construída, alicerçada sobre os valores da justiça e da verdade.

Por isso tudo queremos manifestar a você, Geraldinha, e aos acampados com os quais você trabalha, a nossa solidariedade e todo nosso apoio. Temos certeza que nesta luta não lhes faltarão a sabedoria necessária, e a fortaleza que o Espírito Santo derrama sobre os que lhe são fiéis.

Continuem firmes, pois o Senhor está com vocês. Quando nos sentimos mais frágeis é que a força e a graça de Deus se manifestam.

Hidrolândia, 28 de novembro de 2009
Os membros do Conselho Nacional

Siglas dos Movimentos sociais, organizações e entidades

*Utilizamos as letras iniciais das entidades para identificar aquelas cujo nome é apresentado por extenso.

AAV	Agente Ambiental Voluntário	ACTRU*	Associação Comunidade dos Trabalhadores Rurais de Unaí
AMA-JF	Aliança do Meio Ambiente de Juiz de Fora	ACUTRMU	Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais
Ama	Amigos do Meio Ambiente	ACBP	Associação Comunitária Bom Pastor
APR	Animação Pastoral e Social no Meio Rural	Acafi	Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Itamarandiba
Acaram	Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua	Acordi	Associação Comunitária Rural de Imbituba
ASA*	Articulação do Semi-Árido*	Arqpedra	Associação da comunidade remanescente do quilombo Pedra do Sal
AEFP	Articulação Estadual de Fundo de Pasto	ACSMAC	Associação da Comunidade São Miguel Arcanjo das Cachoeiras
ANP	Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras	ACRQ	Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos
ANMTR	Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais	ACQERJ	Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do RJ
APRBSF*	Articulação Pop. pela Revitalização da Bacia do São Francisco	AQC*	Associação das Quebradeiras de Coco
APPF	Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais	AATR	Associação de Advogados e Advogadas dos Trabalhadores Rurais
APRAASSA	Ass. dos Prod. Rurais do P. A. do Seringal Santo Antônio	Aacade-PB	Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes
AP - RJ	Assembleia Popular - Rio de Janeiro	AAPP	Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba
APMG*	Assembléia Popular de Minas Gerais	Acquilerj	Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro
Aconeruq/MA	Assoc. das Com. Negras Rurais Quilombolas do Maranhão	AMA/Moeda	Associação de Meio Ambiente de Moeda
Acorjuve	Assoc. das Comunidades da Região Juruti Velho	Asparmb	Associação de Pequenos Agricultores Rurais de Marabá
Amigreal	Assoc. dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas	APL*	Associação de Pescadores e Lavradores
APPAAFCNF	Assoc. dos Peq. Prod. e Artesãos da Agric. Familiar de Congonhas Nossa Família	Arqimar	Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia
Agrofran	Assoc. dos Produtores Agropecuários da Gleba S. Francisco	AST*	Associação de Sem Terra
APAO	Assoc. dos Produtores Amigos Organizados	ATRCMS*	Associação de Trabalhadores Rurais da Colônia Monte Sinai
ATRAMAG	Assoc. dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva de Mata Grande	ADC	Associação Direito e Cidadania
Arquizumbi	Assoc. Quilombola Zumbi dos Palmares do Igarapé Vilar	Ampa	Associação do Movimento dos Pequenos Agricultores
AAIA	Associação Agroextrativista da Ilha do Arapari	Apapap	Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira
AAC*	Associação Antônio Conselheiro	ATRQPC*	Associação do Território Remanescente do Quilombo Pontal dos Crioulos
ABA	Associação Brasileira de Antropologia	Atesf	Associação dos Agricultores Extrativistas Santa Fé
ABI	Associação Brasileira de Imprensa	Aaico	Associação dos Amigos da Ilha de Colares
Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária		
ABU	Associação Brasileiros Unidos		
ACCS	Associação Catarinense dos Criadores de Suínos		

AAU	Associação dos Assentados de Uruará	APRNE	Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperança
AAPSF	Associação dos Assentados do Projeto São Francisco	Apracrf*	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Carlos Fonseca
AABSS	Associação dos Atingidos pela Barragem de São Salvador	Aprocel*	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Poranga
Aafit	Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho	Arcan	Associação dos Reassentados de Campos Novos
Abanorte	Associação dos Bananicultores do Norte de Minas	Arquig	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá
ABB*	Associação dos Barqueiros de Babaçulândia	ARQS*	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Santana
AC*	Associação dos Chacareiros	ASTST*	Associação dos Sem Terra e Sem Teto
Adufba	Associação dos Docentes da Universidade Federal da Bahia	ATDST	Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Terra
Adufro	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia	ATAFCZ	Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Cerro Azul
Adufpr	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná	ATR	Associação dos Trabalhadores Rurais
Aduferj	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro	Atri	Associação dos Trabalhadores Rurais de Ipaú
Aduff	Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense	Atrust	Associação dos Trabalhadores Rurais do Município de Montes Claros
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros	ATRB*	Associação dos Trabalhadores Rurais do PDS Brasília
AMRP*	Associação dos Microprodutores Rurais de Petrolândia	Astelvira	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Livramento
AMC*	Associação dos Moradores de Cupiúba	Astelira	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa Senhora do Livramento
Amora	Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio	Atuva	Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida
APAJ*	Associação dos Pequenos Agricultores de Jaraçu	Assema	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
Apapais	Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadoras Assent. do Sabiaguaba	ADT*	Associação em Direito da Terra
Aparast	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Santa Terezinha	Fruto da Terra	Associação Fruto da Terra
Aprusfa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Araguaia e Muricilândia	Ahomar	Associação Homens do Mar da Baía da Guanabara
Asproja	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio Jaru	AHMBG*	Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara
APPRP*	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sul do Pará	AIMM*	Associação Independente Morro da Mesa
APJ*	Associação dos Pescadores de Jatobá	AIM	Associação Intermunicipal de Mulheres
APCR*	Associação dos Pescadores do Canto do Rio	Alpapi	Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu
Apromar	Associação dos Prod. Rurais do Oeste de Machadinho	Amda	Associação Mineira de Defesa do Ambiente
APA	Associação dos Produtores Alternativos	Anab	Associação Nacional dos Atingidos por Barragens
Apapats*	Associação dos Produtores do Assentamento Tutuí	Antep	Associação Naviraiense Terra e Paz
Aspparp	Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Rio do Peixe	ASPJ*	Associação Padre Josimo
APRGER*	Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios	ATTAC	Associação para Taxação das Transações Financeiras e Ajuda ao Cidadão
		Apeart	Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário
		PRORURAL	Associação Prorural
		AQI*	Associação Quilombo de Ivaporunduva

AQCNJ	Associação Quilombola das Comunidades Nativas de Jaíba	Cohre	Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos
AQCC	Associação Quilombola de Conceição das Crioulas	CTV*	Centro Terra Viva
Aspoqui	Associação Quilombola de Quilombo	CPMG	Colônia dos Pescadores de Minas Gerais
AQM*	Associação Quilombola do Machadinho	Comasses	Comissão de Assentamento do Estado do Espírito Santo
AQSN*	Associação Quilombola do Sapê do Norte	CDH	Comissão de Direitos Humanos
ARTS	Associação Renovação dos Sem Terra	Cediter	Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra
ARST	Associação Renovadora Sem Terra	CEH	Comissão Estadual dos Hortos
ARPRC*	Associação Rural dos Posseiros de Rio dos Couros	Codema	Comissão Municipal de meio Ambiente de Munhuaçu
ASA	Associação Santo Antônio	Conatrae	Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo
Asseefa	Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia	CPT	Comissão Pastoral da Terra
Asteca	Associação Técnica de Cooperação Agrícola	CPPSM*	Comissão pela Preservação da Serra da Moeda
ATP	Associação Terra e Paz	CPN*	Comitê de Proteção às Nascentes
AUV	Associação União da Vitória	CPCETEDNNE	Comitê Pop. de Combate e Errad. ao Trab. Escravo e Degrad. no N e NO Fluminense
Astrarural	Astrarural	CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
Brigada	Brigada Indígena - ES	Confapesca	Conf. Nac. das Fed. e Ass. de Pescad Artesanais, Aquicultores e Ent. de Pesca
CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra	CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
Capão Xavier	Movimento Capão Xavier Vivo	CNAP	Confederação Nacional de Agricultores Portugueses
Cáritas	Cáritas Brasileira	CNPA	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores
COAFBRS*	Central das Organizações de Agricultura Familiar do Baixo Rio São Francisco	Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPM	Central de Movimentos Populares	CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
CAR	Central dos Assentados de Roraima	CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	Cotrec	Conselho de Trabalhadores Assentados na Região de Cáceres
CUT	Central Única dos Trabalhadores	Ctac	Conselho dos Trabalhadores Assentados de Cáceres
CAA	Centro de Agricultura Alternativa	Coema	Conselho Estadual do Meio Ambiente
Cepagri	Centro de Apoio e Promoção ao Pequeno Agricultor	CIR	Conselho Indígena de Roraima
Ceap	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas	Cimi	Conselho Indigenista Missionário
Campo Vale	Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha	CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CCL	Centro de Cidadania e Liderança	CP**	Conselho Paroquial
CDHHT	Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade	CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
Cedefes	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva	Crea	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
Ceris	Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais	CRABI	Conselho Regional dos Atingidos pela Barragem de Itaipú
Ceifar	Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural	CP*	Consulta Popular
Cepami	Centro de Estudos da Pastoral do Migrante	Coomigasp	Cooperativa de Mineração do Garimpo de Serra Pelada
CJG	Centro de Justiça Global	CMTRCR	Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Região
COAAMS	Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul	Coopemard	Cooperativa de Pescadores Marcílio Dias
Cebi	Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos	Cooterra	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra
Ceapa	Centro Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agric. de Alagoas		

Cemem	Cooperativa Ecológica de Mulheres Extrativistas de Marajó	Fetraf	Agricultura do Estado do Acre
Comag*	Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá	Fetagr/RJ	Federação dos Trabalhadores de Agricultura Familiar
Coopervida	Coopervida	Fetagr/BA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
Ceqneq	Coord. Est. das Com. Negras e Quil. da PB	Fetagr/AL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	Fetaeg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais	Fetagri/MT	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
CECQESCZ*	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES Zacimba Gaba	Fetagri/MS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso
Ceta	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados	Fetase	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul
Conaq	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombos	Fetagro	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas	Fetagr/RR	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia
CRQ	Coordenação Regional dos Quilombolas	Fetaesc	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima
CSBP	Coordenação Sindical do Bico do Papagaio	Fetase	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
Cese	Coordenadoria Ecumênica de Serviços	Fetaet	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
Diocese	Diocese	Fetraece	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Tocantins
DCE	Diretório Central dos Estudantes	Fetaes	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
DJP	Dominicans for the Justice and Peace	Fetaes	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
Eeacone	Eeacone	Fetaema	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
EIV-MG	Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais	Fetagri/PA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/Amapá
Fian	Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar	Fetaep	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
Fuvi	Famílias Unidas do Vale do Ivinhema	Fetagr/PI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí
FAF	Federação da Agricultura Familiar	Fetaerj	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
Fapesca	Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do RJ	Fetarn	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
FAMCC	Federação das Associações e Conselhos Comunitários do Estado	Fetagr/RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FCP*	Federação das Colônias dos Pescadores	Fetraf	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
NGolo	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de MG	Fetrafsul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
Fepaemg	Federação de Pescadores Artesanais do Estado de Minas Gerais		
Feraesp	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo		
Feab	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil		
FPERJ	Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro		
FPRN*	Federação dos Pescadores do Rio Grande do Norte		
FPPMG	Federação dos Pescadores Profissionais de Minas Gerais		
Fetaemg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais		
Fetaesp	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo		
Fetacre	Federação dos Trabalhadores na		

Fetagri	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado	Gdasi	Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá
Fetadef	Federação dos Trabalhadores Rurais do DF e Entorno	GDN	Grupo de Defesa da Natureza
FIST	Federação Internacionalista dos Sem Teto	GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia
FSDM-MG	Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de MG	Xambrê	Grupo Xambrê
Fase	Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional	IA*	Igreja Anglicana
Fisco-Fórum	Fisco-Fórum	IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
FTR	Força dos Trabalhadores Rurais	Índios	Índios
FS	Força Sindical	Inesc	Instituto de Estudos Sócio Econômicos
FCSSA	Fórum Cearense de Sobrevivência no Semi-Árido	IMS	Instituto Marista de Solidariedade
FAOR	Fórum da Amazônia Oriental	Idesc	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira
FPS	Fórum das Pastorais Sociais	ISA	Instituto Socioambiental
FAF*	Fórum de Agricultura Familiar	Inst. Vidagua	Instituto Vidagua
FLTDC*	Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania	Intersindical	Intersindical
FMADT*	Fórum de Meio Ambiente dos Trabalhadores	JG*	Justiça Global
Fompe*	Fórum de Mulheres de Pernambuco	LCC	Liga Camponesa Corumbiara
FMA	Fórum de Mulheres da Amazônia	LCP	Liga dos Camponeses Pobres
FMGBH*	Fórum de Mulheres da Grande BH	LCPR	Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia
Fomes	Fórum de Mulheres do Espírito Santo	LCPCO	Liga dos Camponeses Pobres do Centro Oeste
FDDI	Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas	LCPNM	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
FMCBH	Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas	LOC	Liga Operária e Camponesa
FMLTCS*	Fórum Municipal de Luta por Trabalho, Cidadania e Soberania	Mopic	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado
FNCVC*	Fórum Nacional contra a Violência no Campo	Montanha Viva	Montanha Viva
FNF	Fórum Nacional do Fisco	MACDV*	Movimento Alerta Contra o Deserto Verde
FNRAJC	Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo	MBB	Movimento Bandeira Branca
FPCDH*	Fórum Paraense de Cidadania e Direitos Humanos	MTB**	Movimento Brasil Sem Terra
FPLTTC*	Fórum Paraense de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania	MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra
FST	Fórum Social do Triângulo	MBTR	Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Rurais
FSM*	Fórum Social Mineiro	MBUQT	Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra
FOE	Frente de Oposição de Esquerda	MCC	Movimento Camponês Corumbiara
FPRT*	Frente de Proteção ao Rio Tibagi	MCP	Movimento Camponês Popular
FRP	Frente de Resistência Pataxó	MCNT	Movimento Conquistando Nossa Terra
FNP	Frente Nacional dos Petroleiros	MTI*	Movimento da Terceira Idade
Fata	Fundação Agrária de Tocantins/Araguaia	MMCQ	Movimento das Mulheres Camponesas de Quilombo
Funáguas	Fundação Águas	MATR	Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural
FSOSMA*	Fundação SOS Mata Atlântica	MEB	Movimento de Educação de Base
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
GE*	Global Exchange	MLST-L	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta
Greenpeace	Greenpeace	MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
GADDH	Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos	MLT	Movimento de Luta pela Terra
		MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
		MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
		AMTBRAN	Movimento de Mulheres de Brasil Novo

MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais	MNDDH	Quebradeiras de Côco Babaçu Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
M8M*	Movimento Dia 08 de Março	MND	Movimento Nacional de Desempregados
MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra	Monape	Movimento Nacional dos Pescadores
Moab	Movimento dos Ameaçados por Barragens	MPT	Movimento Pacífico pela Terra
MAAP	Movimento dos Assentados do Amapá	Moral	Movimento para Reforma Agrária e Liberdade
MABE	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial	MPL	Movimento Passe Livre
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	MUP	Movimento pela Universidade Popular
MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra	MV*	Movimento pela Vida - SC
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores	MSAMG*	Movimento pelas Serras e Águas de Minas
Mopeba	Movimento dos Pescadores do Estado da Bahia	MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
Mopepa	Movimento dos Pescadores do Estado do Pará	MPRA	Movimento Popular pela Reforma Agrária
MPB*	Movimento dos Pescadores e das Pescadoras da Bahia	MPRD	Movimento Pró Rio Doce
MSA	Movimento dos Sem Água	MNF	Movimento Sem Terra Nova Força
MSAR	Movimento dos Sem Água do Riachão	MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MT	Movimento dos Trabalhadores	MSST	Movimento Social dos Sem Terra
MTAA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso	MSO	Movimento Social Organizado
MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra	MSTR*	Movimento Socialista Trabalhista de Rondônia
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados	MSONT	Movimento Sonho da Terra
MTM	Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração	MTB*	Movimento Terra Brasil
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos	MTV	Movimento Terra Vida
MTRI	Movimento dos Trabalhadores Rurais Independentes	MTP	Movimento Trabalhista de Poconé
MTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil	MTP*	Movimento Trabalho e Progresso
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MTST	Movimento Tucuruense Sem Terra
MTRST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MUL	Movimento União dos Lavradores
MST***	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (do Pontal SP)	Must	Movimento Unido dos Sem Terra
MTRSTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros	MUT	Movimento Unidos pela Terra
MTRSTP	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná	MVAB	Movimento Vantuy Agroecológico no Brasil
MTST*	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Sem Teto	MXV*	Movimento Xingu Vivo
MSTI	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Independente	NDH	Núcleo de Direitos Humanos
MFP	Movimento Fé e Política	OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
MGA*	Movimento Grito das Águas	OAC	Organização Agrária Camponesa
MIG	Movimento Indígena Guarani	OLC	Organização da Luta no Campo
MIQCB	Movimento Interestadual das	OAS	Organização de Articulação do Semi-Árido
		OMR*	Organização de Moradores da Resex
		Omaquesp	Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de SP
		OPI	Organização de Produtores de Ipirá
		OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia
		OG	Organização Governamental
		OI	Organização Independente
		OLST	Organização para a Libertação de Sem Terra
		Humanitas	Organização para Direitos Humanos e Cidadania
		OTL	Organização Terra e Liberdade
		Paróquias	Paróquias

PCB	Partido Comunista Brasileiro	Sintaema	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente de SP
PT	Partido dos Trabalhadores	Sintero	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	Sindiupes	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública
Past. da Criança	Pastoral da Criança	Sindipetro-RJ	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo - RJ
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular	STL	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura
PJR	Pastoral da Juventude Rural	Sindsaúde	Sindicato dos Trabalhadores na Saúde
PR	Pastoral Rural	STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Pégazus	Pégazuz	SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro
Pescadores	Pescadores	Sinait	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
Planeta Vida	Planeta Vida	Sinpaf	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Codevasf e da Embrapa
PSRF*	Pólo Sindical do Recôncavo e Feira	Sind-UTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG
Preá	Preá	Sinergia	Sinergia
Prelazia	Prelazia de São Félix do Araguaia	SDS	Social Democracia Sindical
Koinonia	Presença Ecumênica a Serviço	Sapê	Sociedade Angrense de Proteção Ambiental
Proj. Manuelzão	Projeto Manuelzão	SMDDH	Sociedade Marenhese de Defesa dos Direitos Humanos
PPE	Projeto Padre Ezequiel	SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
Quilombolas	Quilombolas	SOS Cachoeirão	SOS Cachoeirão
Rede Alerta	Rede Alerta contra o Deserto Verde	SOS Capivari	SOS Capivari
Reapi	Rede Ambiental do Piauí	TD*	Terra de Direitos
RCONGs	Rede Cerrado de Ongs	Terra Livre	Movimento Terra Livre
Raaca-Sul	Rede de Assistência Comunitária dos Assentados e Acampados do Sul da Bahia	Terra Nossa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar Terra Nossa
Roda	Rede de Organizações em Defesa da Água	Tupã 3E	Tupã 3E
Remtea	Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental	UNASFP	União das Associações de Fundo de Pasto
Renap	Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares	UMP	União das Mulheres Piauienses
SI	Sem informação	UAPE	União dos Agricultores de Pernambuco
SS	Sem Sigla	Uniterra	União dos Movimentos Sociais pela Terra
SAB	Serviço de Animação Bíblica	USST	União dos Santanenses Sem Terra
SFJP	Serviço Franciscano de Justiça e Paz	USTN	União dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Norte
Sintraf	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	UEE-RJ	União Estadual dos Estudantes do RJ
SAF	Sindicato da Agricultura Familiar	UFT	União Força e Terra
Sindbancários	Sindicato dos Bancários	UNE	União Nacional dos Estudantes
SERJ*	Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro	SS*	União Socialista pela Terra
SER	Sindicato dos Empregados Rurais	Via Campesina	Via campesina
SGSP	Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada		
SJP*	Sindicato dos Jornalistas Profissionais		
SM	Sindicato dos Metalúrgicos		
SINPRA	Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais Assentados		
SQP	Sindicato dos Químicos e Petroleiros		
SRBH	Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte		
Sindsepe	Sindicato dos Servidores Federais do Mato Grosso		

Fontes de Pesquisas

- * Declarações e Informes dos 21 Regionais da CPT
- * Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais
- * Relatórios de Sindicatos e Federações de trabalhadores rurais
- * Informes de Parlamentares Estaduais e Federais
- * Documentos Oficiais do Judiciário, Legislativo, Ministério do Trabalho, Ministério Público Estadual e Federal

CPT's

Campanha Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo
 Comissão Pastoral da Terra Regional Bahia - <http://www.cptba.org.br>
 Comissão Pastoral da Terra Regional Paraná - <http://www.cpt.org.br>
 Comissão Pastoral da Terra - CPT NE 2 - <http://www.cptpe.org.br>
 Fala CPT - Boletim Informativo da CPT GO
 Notícias da Terra - Boletim Informativo da CPT - RO - <http://cptrondonia.blogspot.com>
 Pastoral da Terra - CPT Nacional - GO
 Pé no Chão - CPT - PB
 Pelejando - CPT - MG

Igrejas

ACR do Brasil - Animação dos Cristãos no Meio Rural
 Adital - Agência de Informação Frei Tito para América Latina
 Alvorada - Prelazia de São Félix do Araguaia - MT
 APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural
 Boletim Anunciando e Defendendo - Diocese de Ji-Paraná - RO
 Cáritas Brasileira
 Casa da Juventude - www.casadajuventude.org.br
 Cebi - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos
 Comissão Brasileira de Justiça e Paz - CBJP.
 Comissão Domiciana de Justiça e Paz.
 CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 Conselho Indigenista Missionário
 Conselho Pastoral dos Pescadores
 Conselho Paroquial
 Documento de Diocese
 Igreja Anglicana
 Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
 O Muriçoquinha - Paróquia Sta. Luzia - Anapu - PA
 O Roceiro - Crateús-CE
 Pastoral da Comunicação
 Pastoral da Juventude
 Pastoral da Juventude Rural
 Pastoral Operária
 Pastoral do Migrante
 Porantim - Brasília - DF
 Ressureição e Vida - Senhor do Bonfim - BA

ONGs

Boletim da Justiça Global
 Boletim Informativo Alerta Contra o Deserto Verde - ES
 Cedef - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
 CDHHT - Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
 CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro
 CDVDH - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
 Cendhec - Centro D.Helder Câmara de Estudos e Ação Social
 Centro de Justiça Global

Cepasp - Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular
 Circular Recopa - Capina (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa)
 Comissão de Direitos Humanos da OEA
 CSDDH - Centro Santo Dias de Direitos Humanos - SP
 Fase - Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional
 Fian - Foodfirst Information e Action Network
 GADDH-Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
 Gajop - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
 Greenpeace
 GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
 Ifas - Instituto de Formação e Assessoria Sindical "Sebastião Rosa da Paz"
 Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais - GTNM
 NDH - Núcleo de Direitos Humanos
 ISA - Instituto Socioambiental
 Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
 Repórter Brasil Agência de Notícias
 Sasop-Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais
 SDDH-Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
 Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
 Terra de Direitos

Movimentos Sociais

Ceta - Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados
 CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
 Contraponto - Marabá-PA
 Jornal do MST - São Paulo - SP
 Letra Viva - MST
 Liga dos Camponeses Pobres
 Notícias da Amazônia - Secretaria do MST Pará - Marabá
 Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
 Movimento dos Atingidos pela Base Espacial - MABE
 Movimento de Mulheres Camponesas - MMC
 Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST
 Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
 Movimento dos Pescadores do Estado da Bahia - Mopeba
 Movimentos dos Trabalhadores Desempregados - MTD
 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
 Movimento Terra Livre (antigo MTL - DI)
 Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL
 Revista Sem Terra São Paulo - SP
 Via Campesina

Sindicatos

Agência Contag de Notícias - Brasília - DF
 Central Única dos Trabalhadores - CUT
 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag
 Federações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf
 Federações dos Trabalhadores na Agricultura
 Jornal da Fetag - BA
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR
 Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Sintraf
 Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura - STL

Associações

AATR - Associação de Advogados e Advogadas de Trabalhadores Rurais - BA
 Apapap - Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira

Asseefa - Assoc. Solidária Econômica Eco. de Frutas da Amazônia
 Associação dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas
 Associação dos Pequenos Agricultores Paz e Alegria
 Associação Nacional de Cooperação Agrícola
 Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC

Rede Data Luta

UNESP - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA
 UFU - Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA
 UNIOESTE - Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade - GEOLUTAS
 UFRGS - Núcleo de Estudos Agrário - NEAG
 UFPB - Grupo de Estudos sobre Espaço, Trabalho e Campesinato
 Universidade Federal de Sergipe - UFS
 Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
 UFES - Observatório dos Conflitos no Campo no Espírito Santo

Outras fontes

Anistia Internacional
 Agência 10envolvimento - BA
 Cerrado Assessoria Jurídica Popular - GO
 CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
 Combate ao Racismo Ambiental
 Comissão Justiça e Paz
 Comitê Dorothy - PA
 Comitê Rio Maria
 Delegacia de Polícia Civil
 Departamento de Medicina Legal
 Depoimentos
 Diretório Nacional do PT - Brasília-DF
 Documentos Gerais
 Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
 Fórum Carajás
 Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
 Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
 Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
 Ibama
 Incra
 Informe Agropecuário - Epamig - Belo Horizonte - MG
 pLATAFORMAJudiciário
 Legislativo Municipal
 Legislativo Estadual
 Legislativo Federal
 Ministério do Trabalho e Emprego
 Ministério Público Estadual
 Ministério Público Federal
 Notícias do Tribunal Superior do Trabalho
 Observatório Quilombola - <http://www.koinonia.org.br>
 Ofício
 OIT - Organização Internacional do Trabalho - ONU
 ONU - Organização das Nações Unidas
 Ordem dos Advogados do Brasil
 Ouvidoria Agrária
 Pé no Chão - PT - PB
 Plataforma Dhesca
 Renap - Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
 Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE

Imprensa

A Crítica - Manaus - AM
 A Folha - São Carlos - SP
 A Gazeta - Cuiabá - MT
 A Gazeta - Rio Branco - AC
 A Gazeta - Vitória - ES
 A Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
 A Gazeta do Povo - Curitiba - PR
 A Notícia - Chapecó - SC
 A Nova Democracia - Rio de Janeiro - RJ
 A Província do Pará - Belém-PA
 A Região - Itabuna-BA
 A Tarde - Salvador - BA
 A Tribuna - Criciúma - SC
 A Tribuna - Santos - SP
 A Tribuna do Povo - Umuarama - PR
 A Tribuna - MT
 Agence France - Press - Paris - FR
 Agência Brasil - Rio de Janeiro - RJ
 Agência Estado - São Paulo - SP
 Agência Estadual de Notícias do Paraná
 Agência Folha
 Agência Notícias do Planalto - Brasília - DF
 Agora Bahia - Salvador - BA
 Agora São Paulo - São Paulo - SP
 Alto Madeira - Porto Velho - RO
 Amazonas em Tempo - Manaus - AM
 Amigos da Terra-Amazônia Brasileira - PA
 BBC Brasil - Londres - ING
 Bem Paraná - Portal Paranaense
 Blogs
 Boletim da FAEP - Curitiba - PR
 Brasil de Fato - São Paulo - SP
 Brasil Norte - Boa Vista - RR
 Campo Grande News - Campos Grande - MS
 Carta Maior - São Paulo - SP
 CMI Brasil - Centro de Mídia Independente
 Cinform - Aracaju - SE
 clicabrasilia.com.br
 Coletivo - Brasília - DF
 Comércio do Jahu - Jaú - SP
 Contraponto - Marabá - PA
 Correio - Uberlândia - MG
 Correio Braziliense - Brasília - DF
 Correio da Bahia - Salvador - BA
 Correio da Cidadania - São Paulo - SP
 Correio da Paraíba - João Pessoa - PB
 Correio do Estado - Campo Grande - MS
 Correio do Pará - Belém - PA
 Correio do Povo - Porto Alegre - RS
 Correio do Povo do Paraná - Laranjeiras do Sul - PR
 Correio do Tocantins - Marabá - PA
 Correio Paranaense - PR

Correio Popular - Campinas - SP
 Correio Popular - São Paulo - SP
 Correio Riograndense - Caxias do Sul - RS
 Correioweb - Brasília - DF
 Cosmo online - Campinas - SP
 DCI - Diário do Comércio e da Indústria - São Paulo - SP
 Dia a Dia - Campo Grande - MS
 Diário Catarinense - Florianópolis - SC
 Diário da Amazônia - Porto Velho - RO
 Diário da Manhã - Chapecó - SC
 Diário da Manhã - Goiânia - GO
 Diário da Manhã -Ponta Grossa - PR
 Diário da Região - São José do Rio Preto - SP
 Diário da Serra - Tangará da Serra - MT
 Diário da Tarde - Belo Horizonte - MG
 Diário da Tarde - São Paulo - SP
 Diário de Aço - Caratinga - MG
 Diário de Canoas - RS
 Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT
 Diário de Guarapuava - Guarapuava - PR
 Diário de Natal - Natal - RN
 Diário de Pernambuco - Recife - PE
 Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 Diário do Amapá - Macapá - AP
 Diário do Amazonas - Manaus - AM
 Diário do Comércio - Belo Horizonte - MG
 Diário do Grande ABC - Santo André - SP
 Diário do Iguazu - Chapecó - SC
 Diário do Nordeste - Fortaleza - CE
 Diário do Pará - Belém - PA
 Diário do Povo - Dourados - MS
 Diário do Povo - Teresina - PI
 Diário do Rio Doce - Governador Valadares - MG
 Diário do Vale - Rio de Janeiro - RJ
 Diário dos Campos - Ponta Grossa - PR
 Diário Oficial da União - Brasília - DF
 Diário Popular - São Paulo - SP
 Dourados News - Dourados - MS
 Época - Rio de Janeiro - RJ
 Estado de Minas - Belo Horizonte - MG
 Expresso Santiago - RS
 Extra - Rio de Janeiro - RJ
 Folha da Baixada - Cuiabá - MT
 Folha da Manhã - Campos dos Goytacazes - RJ
 Folha da Região - Araçatuba - SP
 Folha de Boa Vista - RR
 Folha de Carajás - Redenção - PA
 Folha de Londrina - Londrina - PR
 Folha de Pernambuco - Recife - PE
 Folha de Rondônia - Ji-Paraná - RO
 Folha de São Paulo - São Paulo - SP
 Folha do Amapá - Macapá - AP
 Folha do Estado - Cuiabá - MT

Folha do Paraná - Cascavel - PR
 Folha do Paraná - Curitiba - PR
 Folha do Povo - Campo Grande - MS
 Folha Popular - Palmas - TO
 Folha Regional - MG
 GP1 - O 1º Grande Portal do Piauí
 Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
 Gazeta de Ribeirão - Ribeirão Preto - SP
 Gazeta Digital - Guararapes - SP
 Gazeta do Alto Piranhas - Cajazeiras - PB
 Gazeta do Oeste - Mossoró - RN
 Gazeta do Paraná - Cascavel - PR
 Gazeta do Povo - Curitiba - PR
 Gazeta do Sul - Santa Cruz do Sul - RS
 Gazeta Mercantil - São Paulo - SP
 Gazeta Nacional - Rio de Janeiro - RJ
 Gazeta Online - Vitória - ES
 Globo News
 Globo Rural
 Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG
 Informativo Stúdio Rural - Campina Grande - PB
 Informe Agropecuário - Campo Grande-MS
 Isto É - São Paulo - SP
 Isto É Dinheiro - São Paulo - SP
 Jornal A Cidade - Ribeirão Preto - SP
 Jornal Agora - Porto Alegre - RS
 Jornal Amazônia Hoje - Belém - PA
 Jornal Arinos - Nova Mutum - MT
 Jornal Correio do Tocantins - Marabá - PA
 Jornal Correio Popular de Rondônia - Ji - Paraná - RO
 Jornal Cultura - Guarapuava - PR
 Jornal da Cidade - Baurú - SP
 Jornal da Comunidade - Brasília - DF
 Jornal da Manhã - Aracajú - SE
 Jornal da Manhã - Uberaba - MG
 Jornal da Paraíba - Campina Grande - PB
 Jornal da Tarde - São Paulo - SP
 Jornal de Brasília - Brasília - DF
 Jornal de Cuiabá - MT
 Jornal de Fato - Natal - RN
 Jornal de Santa Catarina - Blumenau - SC
 Jornal de Santarém - PA
 Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Cariri - Juazeiro do Norte - CE
 Jornal do Comércio - Recife - PE
 Jornal do Comércio - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Dia - Macapá - AP
 Jornal do Estado - Curitiba - PR
 Jornal do Tocantins - Palmas - TO
 Jornal Movimento Regional - Marabá - PA
 Jornal Pequeno - São Luís - MA
 Jornal Planalto Central - Brasília - DF
 Jornal Spalhafatos - Brasília - DF
 Jornal Vale Paraibano - São José dos Campos - SP
 Le Monde - Paris - FR
 Marco Zero - Macapá - AP
 Meio Norte - Teresina - PI
 Nova Fronteira - Salvador - BA
 Novo Extra - Maceió - AL
 O Debate - Macaé - RJ
 O Dia - Rio de Janeiro - RJ
 O Dia - Teresina - PI
 O Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estadão - Porto Velho - RO
 O Estado de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estado do Maranhão - São Luís - MA
 O Estado do Norte - Porto Velho - RO
 O Estado do Paraná - Curitiba - PR
 O Estado do Tapajós - PA
 O Falcão - Abelardo Luz - PR
 O Globo - Online
 O Imparcial - Presidente Prudente - SP
 O Imparcial - São Luís - MA
 O Jornal - Maceió - AL
 O Jornal dos Municípios - São Paulo - SP
 O Liberal - Belém - PA
 O Mercador On Line - Rio Verde - GO
 O Mossoroense - Mossoró - RN
 O Nacional - Passo Fundo - RS
 O Norte - João Pessoa - PB
 O Paraná - Cascavel - PR
 O Popular - Goiânia - GO
 O Povo - Fortaleza - CE
 O Progresso - Dourados - MS
 O Progresso - Imperatriz - MA
 O Rio Branco - Rio Branco - AC
 O São Paulo - São Paulo - SP
 O Tempo - Belo Horizonte - MG
 Oeste Notícias - Presidente Prudente - SP
 Opinião - Marabá - PA
 Página 20 - Rio Branco - AC
 Paraná Online - Curitiba - PR
 Portal A Notícia - Florianópolis - SC
 Portal IG
 Portal ORM
 Portal RPC
 Portal Terra
 Portal UOL
 Radiobrás - Agência Brasil - São Paulo - SP
 Revista República - São Paulo - SP
 Revista Século Diário - Vitória - ES
 Revista Tempo e Presença - Rio de Janeiro - RJ
 Revista Terra Brasilis - EUA
 Revista Valor - Portugal
 Tododia - Americana - SP
 Tribuna da Bahia - Salvador - BA

Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro - RJ

Tribuna da Produção - Palmeira das Missões - RS

Tribuna de Alagoas - Maceió - AL

Tribuna do Brasil - Brasília - DF

Tribuna do Ceará - Fortaleza - CE

Tribuna do Interior - Campo Mourão - PR

Tribuna do Norte - Apucarana - PR

Tribuna do Norte - Natal - RN

Tribuna do Planalto - Goiânia - GO

Umuarama Ilustrado - Umuarama - PR

Valor Econômico - São Paulo - SP

www.amazonia.org.br

www.cruzeironet.com.br

www.estaminas.com.br

www.fazendomedia.com

www.moginews.com.br

www.montesclaros.com

www.rets.org.br

www.rondoniadigital.com.br

www.rondoniaoativo.com

www.tudoparana.com

www.uai.com.br

www.valeparaibano.com.br

Zero Hora - Porto Alegre - RS

CPT no Brasil

SECRETARIA NACIONAL

R.19, no. 35, 1º and., Ed. D. Abel Centro
 CEP: 74030-090
 Goiânia/ GO
 Fone: (62)4008-6466/4008-6400
 Fax: (62)4008-6405
 E-mail: cpt@cptnacional.org.br
 Site:www.cptnacional.org.br

ACRE

Travessa Amapá, 261, Bairro Cerâmica
 CEP 69908-970
 Rio Branco/ AC
 Caixa Postal: 284
 Fone/Fax: (68) 3223 2193
 E-mail: pastoralterra@bol.com.br
 cptac@uol.com.br

AMAPÁ

Av. Pe. Manoel da Nóbrega, 1000,
 B. Jesus de Nazaré
 CEP: 68906-970
 Macapá/AP
 Fone: (96) 3223-2539
 E-mail: cptap@uol.com.br

AMAZONAS

Rua Silva Ramos, 555, Centro
 CEP 69025-030
 Manaus/ AM
 Fone/Fax: (92) 3232 1160
 E-mail: cptam@vivax.com.br

ARAG./TOCANTINS

R.Porto Alegre, 446, B. São João
 CEP: 77807-070
 Araguaína – TO
 Caixa Postal: 51
 Fone/Fax: (63) 3412-3200
 E-mail: cptartoc@cultura.com.br

BAHIA

R. Gal Labatut, 78, B. Barris
 CEP: 40070-100
 Salvador/ BA
 Fone/Fax (71) 3328- 4672
 E-mail cptba@terra.com.br cptba@cptba.org.br
 Site:www.cptba.org.br

CEARÁ

R. Mons. Otávio de Castro,
 150, Bairro Fátima
 CEP: 60050-150
 Fortaleza/CE
 Fone/Fax: (85) 3226-1413
 E-mail: cptce@fortalnet.com.br

ESPÍRITO SANTO

Rua São José, 259 Sernanby,
 CEP: 29.930-000
 São Mateus – ES
 Caixa Postal: 312
 Fone/Fax: (27) 3763-3505
 E-mail: cptesrj@veloxmail.com.br

GOIÁS

R. 19, 35, 1o.andar, Ed.
 D. Abel, Centro
 CEP: 74030-090
 Goiânia/GO
 Fone: (62) 3223 -5724
 Fax: (62) 3225 6534
 Email: cptgo@hotmail.com

MARANHÃO

02375913/0002-07
 Rua do Sol, 457 Centro
 CEP: 65020-590
 São Luiz/ MA
 Fone: (98) 3222-4243
 Fax: (98) 3232-8763
 E-mail: cptma@elo.com.br
 cptmadoc@elo.com.br

MATO GROSSO

R. Amambaí, 160,
 Setor Alvorada
 CEP: 78048-460
 Cuiabá/MT
 Fone: (65) 3621 -3068
 Fax: (65) 3621 -2942
 E-mail: cptmt@terra.com.br

MATO GROSSO DO SUL

R. Nicolau Frageli, 71,
 Bairro Amambaí
 CEP: 79008-570
 Campo Grande/MS

Fone/Fax: (67) 3029-7729
E-mail: cptms@terra.com.br

MINAS GERAIS

R. Cassiterita, 59,
Bairro Santa Inês
CEP: 31.080-150
Belo Horizonte/ MG
Fone: (31) 3466-0202/3481-5420
Celular: (31) 9636-1790
Email:cptminas@veloxmail.com.br
patriciacpt@veloxmail.com.br
site:www.cptmg.org.br

NORDESTE

R. Esperanto, 490,
Ilha do Leite
CEP: 50070-390
Recife/PE
Fone: (81) 3231-4445/ 3221 7314
Fax: (81) 3222-2943
E-mail: cptpe@terra.com.br
cptsecretaria@terra.com.br
Site: www.cptpe.org.br

PARÁ

Tr. Barão do Triunfo, 3151,
Bairro Marco
CEP: 66093-050
Belém/ PA
Fone/Fax: (91) 3226 -6491
E-mail: cptpa@conectus.com.br

PARANÁ

R. Paula Gomes, 703, 1o Andar São Francisco
CEP: 80510-070
Curitiba/PR
Fone/Fax: (41) 3224 -7433
E-mail: cpt@cpt.org.br
Site:www.cpt.org.br

PIAUÍ

R. Desemb. Pires de Castro,
631, Centro Norte
CEP: 64.000-390
Terezina/PI
Fone: (86) 3222-4555
Fax: (86) 3223-9370
E-mail: cptpi@veloxmail.com.br
<http://cptpi.blogspot.com>

RIO GRANDE DO SUL

Rua Manoel Ferrador, 155,
Bairro Passo das Pedras
CEP: 91230-370
Porto Alegre/ RS
Fone/Fax: (51) 3344-4415
E-mail: cptrs@portoweb.com.br

RONDÔNIA

R. Sen. Álvaro Maia, 1034,
Bairro Olaria
CEP: 78.902-920
Porto Velho/RO
Fone: (69) 3224-4800
Fax: (69) 3223-1135
Celular: (69) 9984-9964
E-mail: cptro@terra.com.br
<http://cptrondonia.blogspot.com>

RORAIMA

Rua Floriano Peixoto, 402-B.
Centro
CEP: 69301-320
Boa Vista – RR
Fone: (95) 3224-4636
E-mail: cprroraima@gmail.com

SANTA CATARINA

R. Dep. Antônio Edu Vieira, 1524, Pantanal
CEP: 88040-001
Florianópolis/SC
Fone/Fax: (48) 3234 4766
E-mail: cptsc@cnbbsul4.org.br

SÃO PAULO

Cúria Diocesana de Pres. Prudente Rua Pe. João
Goetz, n 400 Jd. Esplanada.
Cep: 19.061-460
Pres. Prudente-SP
Fone: (18)3918-50 00-ramal 54
9781-4148
E-mail: gláuciavania@ig.com
Site:www.cptsp.com.br